



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADES

Danilo Freire Rodrigues

A questão racial no jornal A Voz do Trabalhador (1908-1915)

Campina Grande – PB

2025

Danilo Freire Rodrigues

A questão racial no jornal A Voz do Trabalhador (1908-1915)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa
Cordão

Campina Grande – PB

2025

R696q

Rodrigues, Danilo Freire.

A questão racial no jornal A Voz do Trabalhador (1908-1915) /
Danilo Freire Rodrigues – Campina Grande, 2025.

272 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação: Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão."

Referências.

1. História - Anarquismo. 2. Movimento Operário Brasileiro. 3.
Primeira República. 4. Confederação Operária Brasileira (COB). 5.
Organização Sindical. 5. Raça. I. Cordão, Michelly Pereira de Sousa. II.
Título.

CDU 94:329.285(043)

DANILO FREIRE RODRIGUES

A questão racial no jornal A Voz do Trabalhador (1908-1915)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa História, Cultura e Identidades e área de concentração em História, Cultura e Sociedade, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 28/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão – UFCG
Orientadora

Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires – UFCG
Examinador Interno

Professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira
Examinador Externo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Às 15 horas do dia 28 de março de 2025, na sala de videoconferência do Google Meet, organizada pelo Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, ocorreu a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do discente **DANILO FREIRE RODRIGUES**, intitulada “A QUESTÃO RACIAL NO JORNAL A VOZ DO TRABALHADOR (1908-1915)”. Após a apresentação, a Banca Examinadora, composta pelos professores doutores Michelly Pereira de Sousa Cordão (Orientadora), José Luciano de Queiroz Aires (Examinador Interno) e Tiago Bernardon de Oliveira (Examinador Externo), realizou as arguições. Em seguida, reuniu-se para a deliberação e decidiu atribuir ao candidato o conceito “APROVADO”. Assinam a presente ata, para os devidos efeitos legais, o Secretário do PPGH, Yaggo Fernando Xavier de Aquino, e a Coordenadora do PPGH, Michelly Pereira de Sousa Cordão.

Parecer: A banca reconhece a qualidade e a relevância do trabalho, sobretudo do ponto de vista historiográfico e social. O trabalho está bem escrito e bem fundamentado teoricamente, razão pela qual a banca recomenda sua publicação, após revisão de pontos por ela salientados durante a arguição.

Lista de Presença

Orientadora e Coordenadora	Michelly Pereira de Sousa Cordão	 PPGH/UFCG Documento assinado digitalmente MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDAO Data: 28/03/2025 18:14:57-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Examinador Interno	José Luciano de Queiroz Aires	 PPGH/UFCG Documento assinado digitalmente JOSE LUCIANO DE QUEIROZ AIRES Data: 31/03/2025 12:41:34-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Examinador Externo	Tiago Bernardon de Oliveira	 PPGH/UFPB Documento assinado digitalmente TIAGO BERNARDON DE OLIVEIRA Data: 28/03/2025 18:18:39-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Secretário	Yaggo Fernando X. de Aquino	 PPGH/UFCG Documento assinado digitalmente YAGGO FERNANDO XAVIER DE AQUINO Data: 31/03/2025 10:44:23-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero pedir desculpas caso eu esqueça alguém neste texto de agradecimento. Foram (e são) muitas as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram durante a minha vida e a concluir esta pesquisa. De antemão, registro meu agradecimento a todos/as que fizeram (e fazem) parte disso.

Dito isso, agradeço fortemente a toda minha família que, apesar dos altos e baixos, brigas e reconciliações, confusões e soluções, esteve comigo sempre. Agradeço à minha avó materna, Aparecida de Melo, que não cheguei a conhecer por ter falecido muito nova, mas nos deixou a memória da identidade “cabocla”, algo que me fez (e faz) dar atenção à ascendência indígena e refletir sobre as questões étnico-raciais que nos circundam. Agradeço ao meu avô materno, Airton “Bebé” Freire, que me ensinou, através das reflexões sobre os próprios erros e acertos, sobre a importância da família e do trabalho – aquele que sempre me lembro quando ouço a música “avohai”, de Zé Ramalho, especialmente os trechos que falam “pares de olhos tão profundos / que amargam as pessoas que fitar” e “entrecortando, eu sigo dentro a linha reta / eu tenho a palavra certa pra doutor não reclamar!”. Agradeço também, de maneira especial, à minha tia-avó materna, Estelita Freire: sempre ajudou a família sem pestanejar, desde os irmãos/irmã até os sobrinhos/as, netos/as, etc. Algumas gerações e pessoas devem boa parte de suas vidas a ela – sem dúvidas, tia Estelita é a pessoa mais importante que conheço da minha família materna. Esta pesquisa não existiria sem ela.

Agradeço fortemente à minha avó paterna e minha madrinha, Dalvanira Dias, pelo cuidado e amor que sempre dedicou à nossa família. Vovó Dalva é o tipo de pessoa que tira do próprio prato para nos alimentar... é uma pessoa incrível! Me acolheu durante um tempo, acreditou em mim, enfim. Foi (e é) uma das pessoas mais importantes para mim. Agradeço também ao meu avô paterno e padrinho, Otoniel Trajano Rodrigues, que em vida também era conhecido como “Padim Otoniel”. Como homem negro (“mulato”) e pai de santo (da Jurema e umbanda), também foi responsável, mesmo que sem querer, por me fazer refletir sobre a nossa herança cultural afrobrasileira.

Agradeço à minha mãe, Alessandra de Melo Freire, pelos primeiros cuidados na minha infância e da minha irmã, momento em que teve que enfrentar a realidade de ser mãe solo jovem, separada, dona de casa, que teve que lidar com a perda da mãe ainda

quando criança e anos depois com o luto de um irmão que foi assassinado (titio Júnior) e porque, somada a outras questões estruturais da sociedade e também pessoais, a maternidade interferiu em sua realidade, contribuindo com o impedimento dela seguir outros caminhos individuais ou profissionais.

Agradeço ao meu pai, Daniel Dias Rodrigues, por ter criado a minha irmã e eu. É nosso pai e mestre de Taekwondo. Na sua forma de criar, repetiu sermões com as palavras integridade, dignidade e hombridade e essas são noções relevantes para mim. Apesar de nossas desavenças durante minha adolescência e início de vida adulta, dos erros que ele e eu cometemos, há algum tempo nós temos uma boa relação e isso é muito importante para mim. “Painha” me ajudou diversas vezes e também é responsável pela existência desta pesquisa.

Agradeço à minha irmã, Maria Dayane Freire Rodrigues, por estar comigo desde a infância brigando (risos), conversando, me apoiando, me questionando, curtindo, farrando, chorando, se alegrando comigo, dançando, treinando, morando junto em dado momento e várias outras coisas mais. Foi a pessoa que, de alguma forma, esteve mais presente em minha vida até agora. Esta pesquisa também existe por causa dela.

Agradeço à minha companheira, Emily Rayane da Silva Sousa, pela nossa relação conjugal, por estar comigo cotidianamente, nos momentos ruins e bons, por me mostrar que é possível ter uma relação fundamentada no diálogo e por ser essa pessoa com quem eu posso ser eu mesmo. É importante, inclusive, ressaltar que muitas das minhas reflexões que carrego comigo ocorreram em nossas trocas de ideias cotidianas e isso significa que este trabalho também existe por causa dela.

Agradeço aos meus amigos e amigas pelo apoio e presença importante em minha vida: Galdino, Nonoi, Tomé, Teresa, Vitória (e a sua mãe, tia Val), Marilian, Brian, Vitor Klado, Allender, Davidson, Vini, Tia Edilma, Nicolas, Rafinha, Pedro, Wesley, Dafne, Júlio César, Aciole, Álvaro, Vespa, Helton Babu, Josi, Alisson, Marquim, a turma 2014.1 de História da UEPB, etc; aos meus irmãos mais novos, Bruninho e João Miguel; à minha madrasta, Sandra Tavares, por ter ajudado ao meu pai na minha criação; aos meus tios e tias (Diego, Neguinha, Jorge, Daniele, tia-avó Biu), minha prima Patrícia; aos professores do ensino médio como Tássio, Darlan, Deuzimar; e ao professor Erivan do curso de eletroeletrônica do SENAI, etc. Vale lembrar aqui também da influência das pessoas e do que vivi nas instituições de ensino que frequentei (Sesi, EMEF Roberto Simonsen, EEEF Nossa Senhora do Rosário, Colégio Alice Coutinho, UEPB, SENAI e UFCG), nos bairros

que morei, das pessoas que conheci e convivi, das brigas, dos amores, das amizades, das famílias, da galera do basquete, do anime, do Taekwondo, do Muay Thai, da Capoeira, do Jiu Jitsu, dos grupos de estudos anarquistas, dos protestos de 2013 contra o aumento da passagem, do “undergroud” punk, metal e hip hop, do pixo/grafite, das batalhas de rima e slam, dos/as colegas de trabalho, do Coletivo Primeiro de Maio, da Banquinha Libertária Cordel Antifascista, da Organização Anarquista Cacique Draruk, da galera que organiza e faz cultura popular de Campina Grande, dos batuques, do Grupo Percussivo Cores da Raça, dos pagodes, dos forrós, dos karaokês, dos bares, etc. Todos, todas e tudo isso (e o que não consegui lembrar) fez parte do que sou e, conseqüentemente, incide nesta pesquisa.

Aproveito o momento para agradecer também a um professor e a uma professora que foram singulares na minha vida: o professor de História Deuzimar (do Colégio Alice Coutinho), que foi uma inspiração para mim pela forma que conduzia as aulas durante o meu ensino médio e por me mostrar, talvez sem querer (ou não), que o mundo e a realidade podem ser compreendidas através da História; e a professora de História Antiga Ofélia Barros (da UEPB), que me ajudou enquanto estive no curso de Licenciatura de História da UEPB, acreditou em mim e me incentivou a estudar em um período conturbado da minha vida.

Agradeço ao Departamento de História da UFCG e aos professores/as, servidores/as e alunos/as, em especial ao professor Luciano Mendonça, pelo qual tenho respeito, admiração e que me serve de inspiração em termos da missão pedagógica de um professor/a de História e de defesa de um mundo melhor. No mesmo sentido, agradeço às pessoas envolvidas (alunos/as, professores/as e servidores/as) no Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, em especial a minha orientadora, Michelly Cordão, a qual tem minha admiração, principalmente pela dedicação e profissionalismo.

Agradeço aos professores/as da banca que se disponibilizaram a essa atividade de orientação, leitura, avaliação e sugestão: minha orientadora, professora Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão (UFCG), professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG) e professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UEPB).

Agradeço às pessoas responsáveis pelo Archivio Storico del Movimento Operario Brasileiro (ASMOB) e no Fundo Astrojildo Pereira, do Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da plataforma Mundos

do Trabalho – Piauí. Através da disponibilização desse acervo online pude ter acesso à minha fonte de pesquisa e realizar este trabalho.

Agradeço à FAPESQ-PB pelo financiamento de bolsa pelos termos do EDITAL DE BOLSAS N° 08/2023.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha madrinha e avó paterna, Vovó Dalva, e à minha tia-avó materna, Tia Estelita, mulheres que nunca mediram esforços para me ajudar e, dentro das realidades de cada uma, sempre fizeram muito mais do que precisavam ou deveriam. Sem elas, com certeza, eu não estaria aqui.

Com todo amor e reconhecimento, à Dalvanira Dias e à Estelita Freire.

Quero morrer sendo escravo dos princípios, não dos homens.

Emiliano Zapata

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a abordagem da temática racial encontrada no jornal *A Voz do Trabalhador*, vinculado à Confederação Operária Brasileira (COB). Atuante entre 1908 e 1915, essa organização sindical, sediada no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), era politicamente orientada pelo sindicalismo revolucionário. A pesquisa baseia-se na leitura e classificação dos artigos do jornal que trataram da questão racial, organizando-os em quatro eixos temáticos: (1) a compreensão da escravidão negra e da chamada “escravidão moderna”; (2) as noções de raça, civilização e evolucionismo; (3) as denúncias de discriminação racial; e (4) o combate à distinção de raça e nacionalidade. Antes de aprofundar a análise desses conteúdos, o estudo contextualiza a estrutura social da época – incluindo seus aspectos econômicos, culturais e políticos –, com ênfase nas relações entre trabalho, raça e classe. Assim, os dois primeiros capítulos apresentam o contexto histórico-social da classe operária urbana do centro-sul do Brasil (regiões Sul e Sudeste), enquanto os três capítulos seguintes são dedicados à análise, discussão e interpretação do material encontrado na fonte histórica. Dessa forma, este trabalho busca contribuir para a historiografia das questões raciais no contexto da história do trabalho e do anarquismo brasileiro durante a Primeira República, tendo como base o periódico operário *A Voz do Trabalhador*.

Palavras-chave: anarquismo; trabalho; raça; movimento operário; primeira república.

RESUMEN

El principal objetivo de este trabajo es analizar el abordaje de las cuestiones raciales encontrado en el periódico *A Voz do Trabalhador*, vinculado a la Confederación de Trabajadores de Brasil (COB). Activa entre 1908 y 1915, esta organización sindical, con sede en Río de Janeiro (entonces Distrito Federal), se guió políticamente por el sindicalismo revolucionario. La investigación se basa en la lectura y clasificación de artículos periodísticos que abordaron la cuestión racial, organizándolos en cuatro ejes temáticos: (1) la comprensión de la esclavitud negra y la llamada “esclavitud moderna”; (2) las nociones de raza, civilización y evolucionismo; (3) acusaciones de discriminación racial; y (4) combatir la distinción de raza y nacionalidad. Antes de profundizar en el análisis de estos contenidos, el estudio contextualiza la estructura social de la época – incluidos sus aspectos económicos, culturales y políticos –, con énfasis en las relaciones entre trabajo, raza y clase. Así, los dos primeros capítulos presentan el contexto histórico-social de la clase trabajadora urbana en el centro-sur de Brasil (regiones Sur y Sudeste), mientras que los tres capítulos siguientes están dedicados al análisis, discusión e interpretación del material encontrado en la fuente histórica. De esta manera, este trabajo busca contribuir a la historiografía de las cuestiones raciales en el contexto de la historia del trabajo y del anarquismo brasileño durante la Primera República, a partir del periódico obrero *A Voz do Trabalhador*.

Palabras clave: anarquismo; labor; raza; movimiento laboral; primera república.

LISTA DE FIGURAS/IMAGENS

Figura 1 – Edição especial em alusão ao Primeiro de Maio	133
Figura 2 – Fotos do Segundo Congresso Operário Brasileiro de setembro de 1913, realizado no Rio de Janeiro	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Primeira fase de A Voz do Trabalhador (1908-1909)	131
Tabela 2 – Segunda fase de A Voz do Trabalhador (1913-1915)	131

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

ADS	Aliança Democrática Socialista
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores/as
AL	Alagoas
ASMOB	Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano
CDP	Comitê de Defesa Proletária
CEDEM	Centro de Documentação e Memória
CGT	Confederação Geral do Trabalho
COB	Confederação Operária Brasileira
EUA	Estados Unidos da América
FAU	Federação Anarquista Uruguaia
FORA	Federação Operária Regional da Argentina
FORGS	Federação Operária do Rio Grande do Sul
FORJ	Federação Operária do Rio de Janeiro
FOSP	Federação Operária de São Paulo
IC	Internacional Comunista
IWA-AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores (ou a Internacional Anarquista)
IWW	Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo)
PA	Pará
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PE	Pernambuco
PSB	Partido Socialista do Brasil
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
SPCDC	Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UGM	União Geral dos Metalúrgicos (UGM)
UOCC	União dos Operários em Construção Civil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Justificativa, objetivos e metodologia	19
Imprensa como fonte histórica	25
O que define o anarquismo	27
Composição teórica e alguns conceitos da teoria anarquista	30
A questão racial, anarquismo negro e contribuições de estudos decoloniais	40
CAPÍTULO 1 – CONJUNTURA, CLASSE OPERÁRIA URBANA DO CENTRO-SUL, ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO	46
1.1. O Brasil da Primeira República: estruturas da totalidade social	46
1.1.1. Esfera Política	50
1.1.2. Esfera Cultural	54
1.1.3. Esfera Econômica.....	56
1.2. Elementos da formação da classe operária urbana	61
1.3. Movimento operário urbano do centro-sul.....	72
1.4. Anarquismo e sindicalismo revolucionário brasileiro	89
1.5. Anarquistas “de cor” no Rio de Janeiro	101
CAPÍTULO 2 – IMPRENSA CAPITALISTA, IMPRENSA OPERÁRIA E A VOZ DO TRABALHADOR	112
2.1. Imprensa capitalista e ideologia dominante	112
2.2. Imprensa operária	124
2.3. <i>A Voz do Trabalhador</i> (1908-1915)	129
CAPÍTULO 3 – A ESCRAVIDÃO NEGRA E A ESCRAVIDÃO MODERNA.....	142
CAPÍTULO 4 – RAÇA, CIVILIZAÇÃO E EVOLUCIONISMO	167
CAPÍTULO 5 – COMBATE À DISTINÇÃO DE RAÇA E NACIONALIDADE E AS DENÚNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL	205
5.1 – Combate à distinção de raça e nacionalidade.....	205
5.2 – As denúncias de discriminação racial	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS	248
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	259

INTRODUÇÃO

Se pensarmos na história do anarquismo no Brasil, geralmente ouvimos falar ou lemos sobre os imigrantes europeus quase que como os únicos militantes radicais do movimento operário urbano brasileiro da Primeira República, principalmente os italianos. Não temos a intenção de diminuir a importância e a presença dos imigrantes, muito menos de negar que eles foram importantes ao “trazer” os ideais socialistas de forma mais definitiva para a classe trabalhadora brasileira. No entanto, vale dizer que o Brasil já possuía a sua própria história, como a de agentes sociais das camadas populares que se organizavam e lutavam contra as injustiças sociais. Essa história de lutas sociais ocorre desde a resistência contra-colonial dos/as indígenas, a Confederação dos Cariris (fins do século 17 até o início do século 18), a luta dos/as quilombolas durante a escravidão no Brasil, as resistências dos escravizados/as, as lutas abolicionistas urbanas, revoltas como a de Quebra-Quilos (fins do século 19), etc.

De toda maneira, é certo que a chegada da massa trabalhadora europeia no Brasil significou o impulsionamento dos ideais socialistas entre as camadas populares urbanas, porém tais ideias já circulavam no país em períodos anteriores a essa grande leva imigratória que se intensificou na década de 1870. As notícias sobre a chamada Revolução Francesa, de 1789, se espalharam pelo mundo e acabaram por gerar debates, influenciar movimentos sociais, etc. E o interessante é que a história do uso político do termo “anarchia” se confunde com a história da Revolução Francesa: ele foi utilizado para caracterizar aquelas propostas, palavras e discursos proclamados por indivíduos mais radicais, que defendiam fortemente os princípios da igualdade e da liberdade (Samis. 2002). Dessa maneira,, a nível internacional, paulatinamente a palavra “anarquia” adquiriu sentido atribuído a movimentos sociais, grupos e pessoas que ameaçavam, denunciavam ou confrontavam as estruturas vigentes de dominação – era chamado de anarquista aquele ou aquela que questionasse a ordem social vigente.

Desde o início do século 19 que as primeiras ideias socialistas começaram a se expressar no Brasil através de movimentos de emancipação nacional que contrariavam a monarquia e que estiveram apoiados em ideias liberais e republicanas, chamados de “vulcão da anarquia” por intimidar o Império brasileiro durante o período Regencial, como nos casos da Guerra dos Farrapos e da Cabanagem. Posteriormente, a Insurreição Praieira de 1848, em Pernambuco, mesmo com o seu caráter liberal, recebeu alguma influência de pensadores como Cabet, Fourier, Saint-Simon e Joseph Pierre Proudhon, este último que foi o

responsável por dar o passo inicial àquilo que depois foi definido como socialismo libertário ou anarquismo.

Na segunda metade do século 19, a experiência francesa da Comuna de Paris, de 1871, contribuiu com a disseminação de propostas socialistas pelo mundo – e não foi diferente em terras brasileiras. Pensadores e intelectuais tomaram conhecimento sobre as lutas dos trabalhadores/as francesas. No Brasil, o escritor Euclides da Cunha, em 1884, quando era jovem, escreveu um poema em saudação à militante anarquista francesa e *communard* Louise Michel. Jornais oficiais brasileiros da época, mesmo aqueles mais “radicais” contrários ao Império, realizaram críticas severas à Comuna de Paris e ao perigo de revoltas das multidões e das “classes perigosas”. No Brasil, o medo dos agentes sociais dominantes se encontrava na possibilidade de que concepções comunistas se espalhassem entre quilombolas, trabalhadores urbanos/as e rurais, capoeiras e populares em geral. Em 1893, o anarquista e geógrafo Elisée Reclus veio ao Brasil e jornais da grande imprensa noticiaram sua presença aqui, mas omitiram em seus textos que ele foi um *communard* veterano da Comuna de Paris (Samis, 2013, p. 2-3).

A propagação das ideias e tentativas práticas de organização socialista no Brasil já ocorria através de esforços de militantes brasileiros, antes de iniciativas dos imigrantes: um relato de 1906, do italiano Alceste de Ambris, nos informa que o socialismo se espalhou em São Paulo através de um brasileiro e, posteriormente, pelos esforços dos imigrantes italianos. Esse brasileiro se chamava Luiz França e Silva¹, um carioca mulato, termo utilizado à época, que foi responsável por dirigir e organizar o Primeiro Congresso Socialista no Brasil, no ano de 1890 (Hall & Pinheiro, 1979, p. 35).

Se antes do trabalho assalariado já existia luta dos trabalhadores/as brasileiras, após a abolição da escravidão e a proclamação da república, o movimento operário se desenvolveu em um contexto de aumento da industrialização; de modernização das metrópoles; urbanização das cidades; de instauração de poderes e instituições estatais republicanas sob o comando da classe burguesa e militar; de desenvolvimento das estruturas culturais de dominação a partir do saber científico; de avanço de concepções liberais, positivistas, cientificistas, eurocêntricas e racialistas; de imigração de trabalhadores europeus/ias para

¹ Luiz França e Silva, ou Luiz da França e Silva, era socialista, mas, diferente da maioria de seus pares de mesma filiação política, era contrário às greves e favorável à conquista de melhorias para a classe trabalhadora através de negociações com o governo ou com os patrões (Fausto, 1986, p. 44).

integrar o contingente necessário de mão de obra operária; de embranquecimento cultural e racial da população brasileira; etc.

Não é um “erro”, portanto, quando pensamos num certo “protagonismo” imigrante na formação e luta da *classe operária urbana e agrária do sul e sudeste brasileiro*. No entanto, (1) quando se trata de movimento operário urbano da Primeira República, não podemos pensar o trabalhador nacional como passivo, moderado ou como alguém quase que disposto a apenas manter práticas e relações paternalistas com os grupos dominantes (Guimarães, 2022, p. 76) – como se apenas o imigrante fosse alguém capaz de ser revolucionário ou alguma liderança sindical; (2) desse período, conhecemos poucos nomes de militantes e/ou lideranças operárias de origem brasileira – questão que traremos alguma contribuição ao apresentarmos nomes de operários brasileiros que foram importantes para a militância sindical revolucionária.

Justificativa, objetivos e metodologia

Para justificar o nosso problema de pesquisa, precisamos levar em consideração as questões que envolvem os debates sobre raça, nacionalidade, movimento operário e anarquismo. A herança da escravidão recém-abolida e as estruturas raciais na sociedade brasileira; a permanência de relações de trabalho anteriores ao trabalho assalariado (relações pré-capitalistas); a imigração europeia para ser utilizada como mão de obra operária no Brasil; a formação da classe operária urbana e do movimento operário; a difusão dos ideais e das lutas socialistas entre os trabalhadores/as enquanto o saber “oficial” investia na divulgação dos princípios positivistas de ordem e progresso; a presença anarquista de forma incisiva no interior do movimento operário urbano e da imprensa operária; o estabelecimento da ordem social burguesa; a propagação de concepções científicas, evolucionistas e eurocêntricas; tudo isso exemplifica a complexidade social da realidade da massa trabalhadora brasileira no período da Primeira República.

Uma pesquisa capaz de lidar com toda essa complexidade não faz parte dos nossos objetivos. Porém, foi a partir desse panorama que nós encontramos o problema que norteará esta pesquisa: o que existe sobre a questão racial nas publicações do jornal operário *A Voz do Trabalhador* e como ela é abordada? O nosso objeto de pesquisa neste trabalho é, portanto, o debate sobre “raça” nesse periódico operário que defendeu o sindicalismo revolucionário, estratégia sindical que era sustentada principalmente por anarquistas durante a Primeira República.

Sendo assim, o jornal definido como fonte de nossa pesquisa foi selecionado por ser um dos mais importantes para a história do movimento operário urbano brasileiro do início do século 20, pois *A Voz do Trabalhador* foi o órgão de propaganda da Confederação Operária Brasileira (COB), que funcionou de 1908 a 1915, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas que se destinava a alcançar todo território brasileiro, apesar de ter circulado principalmente nas atuais regiões sul e sudeste do país. Portanto, nosso recorte espacial se liga principalmente à região centro-sul²; e o nosso recorte temporal se refere aos anos de 1908 a 1915.

Um aspecto que precisamos evidenciar para o leitor e a leitora é que tanto o nosso objeto de pesquisa, quanto a nossa composição teórica tem relação com o anarquismo. Por isso, precisamos diferenciar o seguinte: do anarquismo enquanto teoria, utilizaremos alguns conceitos, ou seja, ferramentas conceituais de análise. Já o nosso objeto de pesquisa é a questão racial no periódico *A Voz do Trabalhador*, que será nossa fonte histórica.

Definitivamente, a nossa pesquisa buscará responder à seguinte questão: o que o jornal *A Voz do Trabalhador* tratou sobre a questão racial em suas publicações? Quais informações, debates, defesas ou o que podemos identificar como compreensão racial nos artigos, matérias ou textos publicados por esse jornal dirigido principalmente por sindicalistas revolucionários de orientação anarquista?

O nosso problema de pesquisa tem relação com temas históricos importantes, como o anarquismo, a história do trabalho (movimento operário urbano) e a questão racial. Isso nos ajuda em termos de originalidade de recorte temático porque, até onde tivemos acesso, não encontramos estudos que trabalhassem especificamente com essa temática e, quando existem, são estudos com apontamentos momentâneos ou recortados sobre o assunto – não é um tema de um trabalho completo, por exemplo, mas um tópico de capítulo, algo dessa natureza.

Sobre o balanço historiográfico que fizemos (e tivemos acesso até o momento, já que é importante demarcar possíveis limites ou lacunas de nossas pesquisas), uma das produções que mais se aproximaram do que objetivamos investigar neste trabalho se encontra na tese de doutorado do professor Tiago Bernardon de Oliveira (2009). Nela existe o quarto capítulo que foi dedicado a tratar sobre *internacionalismo, raça e nacionalidade na propaganda anarquista do Brasil*. De maneira talvez inédita, Bernardon abordou questões como etnocentrismo, darwinismo social e a temática racial na imprensa operária e anarquista do

² Centro por concentrar atividade, produção e relações econômicas do país e sul por englobar as atuais regiões sul e sudeste quando o Brasil era pensado nas duas grandes regiões norte e sul.

Brasil da Primeira República. Este capítulo escrito por Tiago Bernardon nos foi importante para nos ajudar a traçar nossos objetivos para esta pesquisa e para determinar temáticas relevantes acerca da racialidade nos jornais operários, a exemplo do darwinismo social e sobre o debate de raça e nacionalidade.

Decidimos, portanto, dialogar com a pesquisa de Bernardon, mas também seguir outro caminho de análise através de debates e temáticas que consideramos importantes para refletir sobre a questão racial no Brasil, a exemplo do debate sobre escravidão negra e “escravidão moderna” (assalariamento), assim como sobre denúncias de discriminação racial ou a falta delas. Também foram importantes para nós as contribuições encontradas em trabalhos do professor Luciano de Moura Guimarães (2018; 2020; 2020; 2022) que apontaram questões relevantes: (1) o trabalhador/a nacional não eram necessariamente passivos/as (pois há produções historiográficas que entendem o imigrante como radical e brasileiro como propício ao conformismo por terem vivido a escravidão) e (2) existiram lideranças sindicalistas revolucionárias de origem brasileira e de ascendência negra, a exemplo de Eustáquio Marinho (sindicalista anarquista que atuou no Rio de Janeiro e em Salvador).

Outra pesquisa anterior que foi importante para o nosso trabalho é o de Pedro Faria Cazes (2020) que, em sua tese de doutorado, nos trouxe os poucos casos de denúncias de discriminação racial em jornais libertários que pesquisou. Vale fazermos a observação de que a nossa metodologia de pesquisa foi diferente da dele em dois aspectos que consideramos importantes: primeiro que Pedro Faria Cazes analisou 185 números de diferentes jornais libertários e encontrou apenas 5 textos que denunciaram casos de discriminação racial. Mas só no jornal *A Voz do Trabalhador* nós encontramos 3 denúncias (duas situações ocorridas no Brasil e uma ocorrida na fronteira dos Estados Unidos e do México). Acreditamos que é possível que existam mais textos de denúncias de discriminação racial, mesmo que, como Cazes afirmou, eles apareçam muito poucas vezes. A segunda questão é que, para tratar sobre o tema da racialidade, não abordamos apenas os textos da nossa fonte que denunciaram casos de discriminação racial, pois também levamos em consideração outros três eixos temáticos que envolvem historicamente a questão racial no Brasil, ou a formação histórica do racismo no Brasil (escravidão, teorias científicas e/ou racialistas, e raça e nacionalidade). Acreditamos que com essa metodologia conseguiremos reunir mais informações e discussões para compreendermos melhor a questão racial na nossa fonte de pesquisa.

Vale dizermos que alguns problemas do tempo presente (a exemplo daquilo que chamam de “identitarismo” em contraponto à luta de classes) foram questões que também nos despertaram interesse em analisar a questão racial tratada por jornais operários da Primeira

República. Em outras palavras, perguntamo-nos: seria possível encontrar o debate que relaciona identidade, luta política identitária e luta de classes no passado?

Após o caráter acadêmico de nossa justificativa que foi explicado acima, temos ainda outros dois motivos, um pessoal/ideológico e outro teórico. O motivo pessoal/ideológico está ligado à nossa identidade individual: pessoa latino-americana, pertencente à classe trabalhadora e racialmente mestiça (de ascendência branca, negra e indígena), assim como boa parte da população brasileira – e principalmente da nossa região nordeste do Brasil. Entendemos que compreender, refletir, conhecer, discutir e divulgar a história de militantes operários/as, de organizações de trabalhadores/as, de pessoas brancas e também não brancas enquanto agentes sociais de seu tempo é contribuir com a história vista de baixo e com a busca pela difusão da história do nosso povo. Além disso, a ciência e seus produtos devem servir de ferramenta para a transformação da realidade em busca de uma sociedade mais justa, livre e igualitária – e a História tem função essencial nesse processo.

O motivo teórico tem relação com a nossa visão de mundo que se preocupa com a totalidade social. Mesmo que este trabalho tenha o objetivo principal de analisar a questão racial no periódico libertário *A Voz do Trabalhador*, a totalidade não pode ser compreendida deslocada da relação sistêmica entre as estruturas das três esferas sociais (economia, cultura e política). Através do nosso trabalho de recorte temático, fizemos uma pesquisa direcionada a questões culturais, já que analisaremos um periódico e discutiremos principalmente questões de ideologia política ou de sistema de pensamento que estão relacionadas ao nosso problema de pesquisa. Mas valer dizermos que não é possível compreender uma realidade social apenas através de elementos culturais, e o mesmo vale para elementos de ordem política ou econômica. Por isso, apesar da especificidade da nossa pesquisa, em determinados momentos, faremos uma articulação entre questões que inter-relacionam as três esferas sociais. A compreensão de uma história cultural articulada com aspectos mais amplos da sociedade nos direciona para uma História Social da Cultura.

Em resumo, foi a partir de questões pessoais, reflexões sobre problemáticas do tempo presente e a realização de um balanço bibliográfico que observamos certa escassez de trabalhos completos dedicados principalmente ao tema da racialidade em jornais operários da Primeira República – aí se encontra a originalidade e a contribuição de nossa pesquisa para a História. Em decorrência disso (e das considerações de nossa orientadora), delimitamos o objeto, a fonte histórica e o recorte temporal desta pesquisa: selecionamos o jornal da COB, *A Voz do Trabalhador* (fonte), o objeto de estudo (o conteúdo e o tratamento dado à temática

racial na fonte) e o período (recorte temporal definido pela duração da própria fonte de pesquisa, entre 1908 e 1909).

Quando buscamos entender o que o jornal *A Voz do Trabalhador* publicou sobre a questão racial, nos preocupamos em analisar as estruturas capitalistas e raciais de uma determinada conjuntura para compreender melhor uma parcela da totalidade social brasileira da Primeira República experienciada na história operária nacional. No entanto, quando falamos em “totalidade”, não estamos propondo ou afirmando que este trabalho dará conta de todas as estruturas sociais ligadas ao nosso recorte espacial e temporal. Estamos afirmando que realizaremos uma análise que tem foco em questões da esfera cultural, mas que busca realizar um diálogo entre a especificidade do nosso objeto de pesquisa e a totalidade.

Também não temos a intenção historiográfica de dar conta de toda classe operária urbana ou mesmo das diferentes orientações ou estratégias sindicalistas da época, como o sindicalismo vermelho dos bolchevistas ou o sindicalismo amarelo dos corporativistas ou colaboracionistas. Por outro lado, esta pesquisa nos levou ao nome de algumas pessoas que foram importantes para o movimento operário urbano carioca de orientação anarquista – como Eustáquio Marinho, Domingos Passos e Cândido Costa – ou que tiveram relação com o sindicalismo revolucionário e com o anarquismo – como o escritor Lima Barreto. Esses nomes são de quatro brasileiros “de cor”, que nos ajudam a identificar a participação de libertários não brancos na história do sindicalismo revolucionário e do anarquismo brasileiro. Dessa maneira, os nomes de Eustáquio Marinho, Lima Barreto, Domingos Passos e Cândido Costa serão colocados aqui para que sejam integrados historiograficamente aos nomes de outros anarquistas de importância na história da luta operária e política brasileira, como Edgard Leuenroth, Neno Vasco, Gigi Damiani, Florentino de Carvalho, Everardo Dias, José Oiticica, Isabel Cerruti, Maria Lacerda de Moura, João Penteado, etc.

Sobre o acesso à nossa fonte de pesquisa, é importante dizermos que a encontramos no acervo online do Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano (ASMOB) e no Fundo Astrojildo Pereira, do Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da Universidade Estadual Paulista (UNESP)³ e da plataforma Mundos do Trabalho – Piauí⁴. Aproveitamos este parágrafo para agradecer a todas pessoas envolvidas na disponibilização desse material

³ Disponível em: < <https://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/> >.

⁴ Plataforma “Mundos do Trabalho – Piauí”, em < http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html >. Acervo da UNESP, em < <https://sistemas.unesp.br/acervo/publico/material.pesquisar.action> >.

de forma virtual/digitalizada/online, pois isso possibilitou a realização deste trabalho e, com certeza, possibilitará muitos outros.

Sigamos com a explicação de nossa metodologia historiográfica: para alcançarmos o nosso objetivo principal, apresentaremos a conjuntura social do Brasil da época; a formação e as condições de vida e trabalho da classe operária urbana do centro-sul; o anarquismo e o sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República.

Sobre a análise da fonte, nós decidimos realizar uma análise do conteúdo sobre a temática racial nas publicações do jornal *A Voz do Trabalhador* através da seleção de textos que trataram sobre temáticas que historicamente envolvem a racialidade no Brasil: a escravidão negra (ou escravização de africanos/as e descendentes), a compreensão de raça e nacionalidade e concepções ligadas a teorias evolucionistas ou de “estágios” civilizatórios.

Um dos motivos para a nossa escolha está na afirmação, que recorrentemente foi utilizada pela militância operária da época, de que o regime de trabalho assalariado daquele contexto era uma forma de “escravidão moderna”. Por outro lado, sabemos que tal “escravidão moderna” (o assalariamento) se diferenciava do regime de escravidão de africanos/as e suas descendentes no Brasil principalmente quando pensamos em termos de racialização da pessoa escrava que era ela própria uma mercadoria de propriedade de um senhor escravocrata.

Na mesma linha de raciocínio, percebemos que, para discutir o conteúdo ou a questão racial em nossa fonte, nós precisamos levar em consideração o que as publicações d’*A Voz do Trabalhador* nos informa sobre o passado escravocrata brasileiro, sobre os sentidos de raça e de nacionalidade já que muitas vezes a “raça” e a origem nacional poderiam ser apresentados quase como sinônimos. Também é importante discutirmos sobre a difusão de teorias que concebiam “estágios de evolução civilizatória” – ainda mais no contexto da passagem do século 19 para o 20.

Foi pensando nessas questões que separamos a análise da nossa fonte em *quatro eixos temáticos*, que serão trabalhados nos três últimos capítulos deste trabalho: a escravidão negra e a “escravidão moderna” (capítulo 3); raça, civilização e evolucionismo (capítulo 4); a proposta de combate à distinção de raça e nacionalidade (capítulo 5); e denúncias de discriminação racial (capítulo 5). A separação dos eixos foram organizados muito mais por classificação temática do que por uma sequência cronológica – apesar de que os textos que analisaremos estarão postos cronologicamente em cada capítulo. Sendo assim, cada capítulo contemplará um eixo temático, com exceção do último que reunirá os dois últimos eixos

temáticos porque eles nos levaram a uma análise e escrita de um número menor de páginas, então por isso decidimos juntar os dois últimos eixos em um único capítulo.

Os capítulos estarão dispostos sob os seguintes títulos: capítulo 1 – conjuntura, classe operária urbana do centro-sul, anarquismo e sindicalismo revolucionário; capítulo 2 – imprensa capitalista, imprensa operária e *A Voz do Trabalhador* (1908-1915); capítulo 3 – a escravidão negra e a escravidão moderna; capítulo 4 – raça, civilização e evolucionismo; e capítulo 5 – combate à distinção de raça e nacionalidade e as denúncias de discriminação racial. Dessa forma, a contextualização de conjuntura e a análise de cada um desses eixos temáticos são os nossos objetivos específicos, o que nos ajudará a alcançar o nosso objetivo principal: compreender a questão racial no jornal *A Voz do Trabalhador*.

Imprensa como fonte histórica

A imprensa – como qualquer outro meio, veículo ou forma de transmissão de ideias, saber, conhecimento, informações e notícias – possui intenções, interesses e projetos individuais e coletivos. Como em outras instâncias e estruturas sociais, na imprensa e através dela existem e se expressam disputas de interesses, lutas de classes, além de relações de poder de diferentes níveis. Então, quando falamos sobre a imprensa, nós estamos falando sobre um meio de difusão de informações, de ideias, de concepções de mundo e de análise de realidade, seja do passado, do presente ou, até mesmo, de previsões do futuro. Apesar da parcialidade e dos interesses envolvidos nos meios de comunicação, a imprensa é uma fonte impressa que nos ajuda a compreender o passado e, por isso, possui seu grau de importância para a análise e produção historiográfica (Batista, 2015).

Os jornais possuem relação direta com o seu próprio contexto histórico, com um determinado período e local, e isso materializa o que podemos apreender sobre o passado, já que a imprensa convive e produz em consonância com o seu contexto e o conteúdo jornalístico tem relação com os acontecimentos quase que imediatos e com o cotidiano de um lugar e de uma época. Entretanto, também existem limites nos jornais enquanto fonte histórica, pois eles não podem significar uma expressão absoluta ou completamente verdadeira da realidade passada – ou seja, a imprensa mistura a imparcialidade com a tendência, a verdade e a falsidade, complexidade esta que existe em quaisquer outras fontes históricas que são incapazes por si mesmas de ostentar completa objetividade (Luca, 2008, p. 116). Dessa forma, não concebemos o periódico *A Voz do Trabalhador* como uma expressão absoluta do que todas/os os sindicalistas revolucionários responsáveis por ele pensavam ou

compreendiam sobre a questão racial, ao mesmo tempo em que vemos nele os indícios do que pensavam e concebiam sobre raça.

De toda forma, a produção historiográfica por meio da imprensa nos permite reconhecer a importância dos elementos culturais na pesquisa e, com isso, podemos escrever uma história vista de baixo, através da perspectiva das classes trabalhadoras, populares e grupos socialmente explorados e oprimidos – a exemplo da nossa fonte, o jornal *A Voz do Trabalhador* que era órgão de propaganda da Confederação Operária Brasileira. Nesse sentido, é interessante pensarmos que o processo de impressão, venda e/ou distribuição de um jornal envolve uma relação entre quem o produz e quem o lê. Os produtores/as são aquelas pessoas ligadas à produção material e à atividade intelectual envolvida no processo de elaboração, discussão e impressão do jornal. Já os leitores/as são aquelas pessoas que recebem as ideias, as notícias, as informações, o conteúdo materializado no jornal. Além disso, também podemos pensar nos procedimentos e nas condições materiais para se imprimir: os locais de impressão, os equipamentos, ferramentas e máquinas, as técnicas, os recursos, os níveis tecnológicos de impressão, etc.

Podemos dizer que a imprensa é tanto resultado, como também é resultante, ou seja, interfere e produz algo: ela é produzida em condições de seu próprio tempo e espaço, assim como é responsável por produzir, reproduzir e difundir ideias, informações e discussões na sociedade – ou, ao menos, para um público-alvo determinado. Dessa maneira, mesmo com limites, a imprensa operária como fonte histórica nos permite compreender e analisar partes da realidade passada.

É interessante destacarmos a relação que existe entre a atividade produtiva da esfera cultural e a atividade produtiva da esfera econômica. Por um lado, o que materialmente permite a difusão de notícia, informação e/ou doutrinação da imprensa está ligado ao próprio desenvolvimento técnico, tecnológico, de transporte, de comunicação, enfim, de toda estrutura material e de atividade econômica presente em uma sociedade. Por outro lado, a atividade produtiva cultural, como a produção e reprodução de ideias que encontramos na imprensa, é algo que expressa os interesses, as disputas, as associações, os apoios e os posicionamentos políticos dos sujeitos, agentes, grupos, e/ou classes envolvidas. Ou seja, é uma relação que existe entre a matéria e a ideia, a materialidade e a imaterialidade, a condição e o interesse, entre o objetivo e a materialização – o próprio jornal impresso e os seus textos refletem essa complexidade.

Os periódicos também podem ser compreendidos como um empreendimento coletivo ou um projeto coletivo que reúne indivíduos em torno de ideias, crenças e valores em comum.

Dessa maneira, é possível encontrar vestígios históricos sobre os agentes históricos e seus interesses através da análise dos colaboradores/as mais presentes na produção do jornal, do grupo editorial responsável, dos títulos dos textos, do que é dito e do que não é dito, do que é publicado e do que é omitido (Zicman, 2012).

Além disso, apesar de sabermos que a “verdade” ou a realidade passada em sua completude não pode ser escrita, rejeitamos a ideia de que a realidade passada nos deixou apenas discursos, pois herdamos do passado as estruturas e as relações sociais concretas, mais ou menos estáveis numa realidade social. O historiador/a trabalha com fontes históricas que lhe permitem acessar e reconstruir uma verossimilhança do passado e, por isso, a disciplina histórica tem seus métodos científicos e critérios de produção nos quais as fontes e os documentos são essenciais para a construção historiográfica do passado (Thompson, 1981).

Sabemos que todo conhecimento histórico e toda produção historiográfica estão permeadas e atravessadas por interesses ideológicos, políticos e de classe, mas isso não faz delas uma simples narrativa sobre o passado e nem quer dizer que a História é mera análise do mundo discursivo do passado. A imprensa enquanto fonte histórica nos serve, portanto, para acessarmos tanto os discursos, quanto resquícios históricos de uma realidade, principalmente quando levamos em consideração quem produz e quem lê um jornal; para que e para quem se destina um periódico; quais os interesses, lutas e apoios envolvidos na produção e difusão de um impresso; o que determinada imprensa nos revela sobre sua forma, conteúdo e condições de produção; etc. Além disso, o diálogo bibliográfico também nos permite analisar, comparar, articular, associar, distinguir e complementar outros resquícios do passado que por ventura não estejam colocados na imprensa investigada enquanto fonte histórica.

O que define o anarquismo

Antes de apresentarmos as definições do que é o anarquismo a partir do que o historiador brasileiro Felipe Corrêa (2015) nos apresenta, precisamos diferenciar o que consideramos ser ideologia anarquista e teoria anarquista (ou o instrumental teórico do anarquismo).

Consideramos que a ideologia é “um conjunto de ideias, aspirações, valores, sentimentos e motivações que interage com as intervenções políticas práticas no jogo de forças da sociedade, o qual é responsável pelo estabelecimento das relações de poder” (Corrêa, 2015, p. 119-120). Isso significa que uma ideologia, ou um sistema de pensamento tem relação direta com os interesses dos indivíduos, grupos e classes; é algo que envolve

questões objetivas, mas também de subjetividade. Nesse sentido, a ideologia também deve ser compreendida na relação que existe entre pensamento, ação individual e ação coletiva. Não há ideologia que se apoie ou se expresse somente pelo pensamento, assim como não há conduta humana sem ideologia e é ela que mais ou menos sistematiza a ação humana individual e coletiva.

Pertence ao campo da ideologia a expressão de motivações, as aspirações, as metas, os ideais, os objetivos, os desejos, etc. São elementos que não possuem o caráter tecnicamente científico, mas de motivação, pois têm relação com as ideias e com as ações humanas. Isso, entretanto, não coloca a ideologia num campo metafísico ou deslocado da realidade: a ideologia está condicionada às condições objetivas da realidade, mas não é algo mecanicamente determinado por elas (FAU, 2009).

Enquanto a ideologia tem mais a ver com elementos de ordem “não-científica” e se liga mais ao tempo presente e ao futuro, a teoria tem relação direta com métodos e ferramentas de análise; é um campo de ordem científica destinado à elaboração de instrumentos conceituais para a compreensão da realidade, algo ligado mais ao tempo presente e ao passado. A teoria, portanto, tem equivalência com a cientificidade, pois está atrelada à reflexão, ao conhecimento e à análise rigorosa de alguma experiência. É nesse sentido que concebemos a cientificidade socialista, mas um “socialismo científico” e outros socialismos utópicos, pois todo socialismo é composto por aspirações, questões morais e éticas, filosofias, propostas, valores, sentimentos e motivações.

Porém, isso não significa qualquer tipo de desvalorização ou invalidação da composição teórica relacionada a uma ideologia política. Podemos discutir a cientificidade de uma teoria, mas não esquecer que existem questões ideológicas envolvidas na ciência – até porque a ciência não é uma verdade, mas sim uma ferramenta; para o que ela será usada é outro debate. Por isso vale lembrar que ideologia e teoria são coisas diferentes, mas que são interdependentes, dialéticas, se retroalimentam – e quanto mais se aprofunda e se desenvolve a teoria, melhor se torna a ideologia, assim como quanto mais se torna libertária, igualitária e justa uma ideologia, melhor se torna a teoria e a ciência para o indivíduo e a sociedade.

Dito isso, sigamos para a definição de anarquismo que consideramos ser a mais adequada até o momento. Mas antes disso, uma observação: as definições do anarquismo que seguiremos são mais atuais e abrangentes do que algumas interpretações e afirmações que encontraremos na análise dos textos sindicalistas revolucionários publicados n’*A Voz do Trabalhador*. É importante sabermos disso para as nossas considerações finais, pois existe

uma diferença de mais ou menos cem anos entre as concepções e discussões no interior do pensamento libertário.

Mas vamos à definição: em contraposição às interpretações “ahistóricas”, estritamente etimológicas do termo “anarquia” ou que reduzem o anarquismo à simples filosofia da negação, Felipe Corrêa (2015) nos apresenta três posições sobre a história do surgimento do socialismo libertário: a primeira se encontra no marco da produção do filósofo e economista francês Joseph Pierre Proudhon, que se inicia em 1840 com a publicação de seu tratado apresentado à Academia de Ciências da Comuna Francesa de Besançon, intitulado *O que é a Propriedade?*⁵, no qual “positivou” o sentido de anarquia; a segunda se encontra na fundação da Aliança Democrática Socialista (ADS) e o ingresso e atuação do russo Mikhail Bakunin na Associação Internacional dos Trabalhadores/as (AIT), em 1868; e a terceira se encontra na cisão ocorrida na AIT e na fundação da Internacional de Saint-Imier (Internacional Autonomista ou Antiautoritária), na Suíça, em 1872, o que contribuiu com o aprofundamento teórico e ideológico e a difusão do comunismo libertário (ou comunismo anarquista).

De forma mais resumida, podemos afirmar que o pensamento anarquista é definido pela *crítica à dominação*, pela *defesa da autogestão* e pela *estratégia para a transformação da realidade*, o que requer a análise da realidade e a elaboração de planejamentos estratégicos que objetivam a transformação revolucionária da sociedade em direção ao socialismo ou comunismo libertário. Depois de estudar diferentes autores/as, organizações e movimentos europeus, asiáticos, africanos e latino-americanos, Felipe Corrêa afirma:

O anarquismo é uma ideologia socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias,

⁵ “Que forma de governo vamos preferir? – Eh! podeis perguntá-lo, responde, sem dúvida, algum dos meus leitores mais novos; sois republicano. – Republicano sim; mas essa palavra nada precisa. Res publica, é a coisa pública; ora quem quer que queira a coisa pública, sob qualquer forma de governo que seja, pode dizer-se republicano. Os reis também são republicanos. – Pois bem! sois democrata? – Não. – Quê! sereis monárquico? – Não. – Constitucionalista? – Deus me livre. – Sois então aristocrata? – Absolutamente nada. – Quereis um governo misto? – Ainda menos. – Então que sois? – Sou anarquista. [...] acabais de ouvir a minha profissão de fé séria e maduramente reflectida; se bem que muito amigo da ordem, sou, em toda a acepção do termo, anarquista. Escutai-me.” (Proudhon, 1999, p. 235)

Vale destacar que esse não foi o primeiro registro na História de uma positividade do termo anarquia enquanto significado de luta social contra alguma ordem autoritária e em defesa da liberdade: em 1811, o venezuelano Antonio Muñoz Tébar afirmou que a república da Venezuela deveria assumir a forma de: “A anarquia! Essa é a liberdade. [...] Senhores, que a anarquia, com a tocha das fúrias em mãos, nos guie ao congresso, para que sua fumaça embriague os facciosos da ordem e os siga pelas ruas e praças gritando: Liberdade!”. (Corrêa, 2015, p. 79, nota de rodapé).

que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão. (Corrêa, 2015, p. 117)

A “destruição” e a “construção”, a negação e a afirmação são os dois extremos, os dois lados inseparáveis do anarquismo: (1) a negação da dominação, exploração, sujeição, controle e “assimetria das relações de força” em relação à classe, ao imperialismo, ao gênero e sexualidade, à “raça”, ao colonialismo e a qualquer outra forma, estrutura ou sistema de dominação; e (2) a defesa da autogestão econômica, autogestão política e autogestão cultural. Nesse sentido, é essencial a elaboração de estratégias (“o que fazer” e “como fazer?”) para lidar com o presente e agir em favor de mudanças futuras (a curto, médio e longo prazo), assim como é fundamental o desenvolvimento teórico para realizar as análises de conjuntura, de uma realidade, etc.

A defesa da autogestão ultrapassa o sentido político do termo: o anarquismo defende a criação de sistemas autogestionários durante e após a luta contra a dominação. Dessa forma, a defesa anarquista da autogestão se dá a partir de propostas de 1) autogestão econômica, com a socialização da propriedade privada e dos meios de produção (terras, máquinas, equipamentos, ferramentas, tecnologias, instalações, edifícios, armazéns, escritórios, fontes de energia, meios de transporte, matérias-primas); 2) autogestão política, com a abolição do Estado e a instauração de um autogoverno democrático e popular; e 3) autogestão cultural, ou cultura autogestionária, forjada em bases ideológicas e práticas libertárias.

Estamos falando de questões fundamentais relacionadas à ideologia anarquista porque existem diferentes vertentes e estratégias anarquistas. Sendo assim, a “autodeterminação” não pode ser um critério único ou simplesmente suficiente para definir quem ou qual movimento, associação, organização e luta é anarquista, já que isso pode levar a um distanciamento dos aspectos elencados acima que são fundamentais. Vale ressaltar que nossa compreensão (mais próxima do comunismo libertário) não encerra as disputas internas relacionadas às diferentes concepções anarquistas e às diferentes estratégias e propostas para lidar com a realidade e para a organização futura da sociedade. Não nos aprofundaremos sobre a questão, mas é possível verificar essas divergências ao pesquisar sobre o mutualismo, coletivismo, individualismo, insurrecionalismo, comunismo libertário, plataformismo, anarco-feminismo, anarquismo negro, especificismo, etc. Isso também inclui questões como experiências agrárias comunais, a ação direta como tática de luta e de protagonismo das classes oprimidas e exploradas, a propaganda pela ação, a sabotagem, a greve geral, etc.

Composição teórica e alguns conceitos da teoria anarquista

Entendemos a teoria como uma proposta científica que necessita de um conjunto de ferramentas a serem manuseadas. O ponto de partida, a visão de mundo, a articulação e a seleção das ferramentas para alcançar determinados objetivos científicos é algo relacionado à teoria; enquanto que as ferramentas necessárias para isso são os conceitos. Já a metodologia é uma estratégia, uma forma, uma maneira de investigar e percorrer um determinado caminho mais longo e se alcançar tanto os objetivos estabelecidos. Ela tem a ver com a maneira de investigar, com o percurso e os modos de “comprovação” da teoria. É a metodologia que estabelece o sequenciamento da investigação e da análise. Por outro lado, o método é um procedimento mais técnico; é a própria técnica.

Estamos chamando este tópico de “composição teórica” porque, se por um lado uma tradição ou escola possui uma doutrina teórica e metodológica mais fixa, por outro lado isso não impede o desenvolvimento de uma composição pela qual o sujeito-pesquisador possa ter autonomia de realizar articulações de diferentes conceitos e métodos: isso é o que interpretamos do que José D’Assunção Barros (2015, p. 88) aponta: “É possível compor uma combinação de abordagens teóricas, desde que compatíveis, ou utilizar livremente conceitos oriundos de matrizes diversas, contanto que de maneira coerente e fazendo as adaptações necessárias”. Aqui mesmo, neste trabalho, utilizaremos conceitos da teoria anarquista e de outros estudos sobre raça⁶, de forma a estabelecer a nossa composição teórico-metodológica para esta pesquisa.

Nossa concepção da “teoria anarquista” está alinhada a uma perspectiva histórica materialista, possuindo diálogo com alguns aspectos do marxismo. Contudo, entendemos que a História é feita pelo movimento, luta, associação e/ou colaboração; é o que se inventa, cria, recria, mantém, rompe, continua, descontinua, reforma, derruba, destrói, constrói através dos interesses individuais e coletivos. Isso significa que as relações de poder, sejam elas de conflito ou de apoio, de assimetria ou de horizontalidade, assim como os seus processos, resultados, estruturas e interesses envolvidos são o motor da História humana. Em outras palavras, entendemos que a história é movida pela luta, mas também pela associação de forças

⁶ O nosso principal apoio teórico para tratarmos sobre a teoria e ideologia anarquista se encontra principalmente na obra *Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo*, do historiador Felipe Corrêa (2015). Acreditamos que esta pesquisa de Corrêa conseguiu “sintetizar” alguns debates recorrentes na teoria/ideologia anarquista, possuindo, portanto, uma (re)definição geral do anarquismo e de seus conceitos centrais. Sobre a discussão acerca da raça, dialogaremos com diferentes autores/as e com os estudos decoloniais, estes que consideramos ter contribuições pertinentes à nossa pesquisa e nosso tempo presente. Mas isso não significa que nos definimos enquanto decoloniais, mas também não significa que somos contrários a isso: significa apenas que reconhecemos o debate decolonial e que ele pode contribuir ou preencher lacunas que precisam ser desenvolvidas na teoria anarquista.

sociais, o que inclui os interesses, processos e resultados, assim como os indivíduos, grupos e classes envolvidas.

Nesse sentido, seguimos através da seguinte concepção: *toda luta de classe é uma relação de poder; mas nem toda relação de poder é necessariamente uma luta de classe*. Um exemplo dessa concepção se encontra no próprio objetivo desta pesquisa, o tratamento dado à questão racial n’*A Voz do Trabalhador*: analisar essa problemática não está no campo exatamente da luta de classes, mas tem relação com o campo ideológico e com conflitos ou apoios que ocorrem no interior de movimentos operários.

De toda forma, o nosso ponto de partida é materialista porque as condições históricas de existência, sobrevivência, produção, reprodução humana são materiais; e as condições estruturais da realidade são heranças passadas de geração em geração. Isso significa que existe a primazia da materialidade sobre as ideias e isso pode ser entendido nos seguintes termos: para pensar e ter consciência é preciso estar vivo/a; para estar vivo é preciso comer, dormir, satisfazer necessidades básicas; para estar vivo é preciso ter condições que possibilitem a existência da vida, etc. Nesse sentido, a matéria precede a ideia: é através da materialidade da existência que se concebe a consciência de que se está vivo/a.

Mas, além disso, é importante pensarmos que a herança passada de geração em geração não é apenas econômica, mas também cultural e política, já que “os indivíduos fazem-se uns aos outros, física e espiritualmente, mas não fazem a si mesmos” (Engels & Marx, 2007, p. 41). Ou seja, uma realidade herda do seu próprio passado as condições materiais – de riquezas, de recursos, de forças produtivas, relações de trabalho e produção, etc – e também as estruturas não-materiais que se materializam através das relações sociais – estruturas ideológicas, acordos e definições políticas, manifestações culturais, linguagens, hábitos, etc. Entendemos que a realidade social é resultado de estruturas e de escolhas econômicas, culturais e políticas. É sob essa linha de raciocínio que analisaremos o jornal *A Voz do Trabalhador*: considerando tanto o contexto no qual ele estava situado, quanto as “escolhas” envolvidas em sua produção – o que foi publicado sobre a questão racial.

Dito isso, apresentaremos agora alguns conceitos e noções teóricas que se farão presentes no decorrer deste trabalho e que explicam a nossa visão de mundo. Para isso, nos fundamentaremos principalmente na discussão apresentada pelo historiador brasileiro Felipe Corrêa (2015) no livro *Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo*.

O primeiro conceito importante é de *poder*. Entendemos que as inúmeras definições de poder podem ser agrupadas em três categorias que são específicas, mas complementares: (1)

poder enquanto capacidade; (2) poder enquanto assimetria das relações de força; e (3) poder enquanto estruturas e mecanismos de regulação e controle.

A primeira categoria – o poder enquanto capacidade – tem a ver com uma definição mais técnica, no sentido de que a palavra indica a possibilidade da existência e execução de alguma coisa, a potência ou a capacidade de realização de algo. Ou seja, neste caso, poder/capacidade/possibilidade/potência são palavras com sentidos semelhantes.

A segunda categoria – poder enquanto assimetria das relações de força – tem a ver com as hierarquias, diferenças, disparidades de quando uma coisa é comparada a outra e, conseqüentemente, uma exerce sobreposição, pressão, influência, dominação ou força assimétrica, desequilibrada, desbalanceada. Aqui estamos tratando do sentido de aplicação de relação hierárquica e/ou “exercício de poder” em níveis assimétricos.

A terceira categoria – poder enquanto estruturas e mecanismos de regulação e controle – trata de relações de regulação, controle ou disciplina que são estabelecidas e realizadas em sociedade através ou não de instituições, acordos, etc. Esta terceira categoria de poder agrupa as concepções que definem mais especificamente as estruturas, os dispositivos e os mecanismos de regulação, controle, ordem, etc.

Para entendermos o ordenamento da realidade, precisamos falar sobre *totalidade social* e que ela funciona através da *interdependência estrutural das esferas sociais*. Essa concepção foi desenvolvida aqui na América do Sul pela Federação Anarquista Uruguia (FAU) nas décadas de 1960 e 1970 e trata do seguinte: a sociedade é um “todo sistemático” que funciona através da retroalimentação, da interdependência existente entre as estruturas das esferas três esferas sociais: a economia, a política e a cultura. E quando dizemos “estrutura” estamos falando de relações sociais concretas que são realizadas numa sociedade de forma mais ou menos estável. Essas relações sociais que são historicamente estabelecidas, herdadas ou definidas, assim como são praticadas e vividas pelos indivíduos, grupos e classes sociais.

Quando falamos da esfera econômica, estamos tratando sobre o mundo do trabalho; sobre a produção, circulação, comercialização, distribuição e consumo de produtos, serviços, bens e riquezas; sobre as condições materiais de existência e reprodução da sociedade; sobre os sistemas e estruturas econômicas; sobre as relações de trabalho e o modo de produção de uma sociedade.

Quando falamos da esfera política, é importante entendermos que “política” não é sinônimo de “Estado”: a política é o ato, individual e/ou coletivo, de escolher; tem mais a ver com a escolha que alguém e/ou um grupo de pessoas realiza; tem ligação direta com os níveis gerais de definições ou as formas oficiais, institucionais ou legitimadas de uma sociedade

instituir suas regras, normas, leis ou acordos. Ou seja, a esfera política trata dos processos da tomada de decisões dos indivíduos, grupos e da própria sociedade. Na esfera política também concebemos o campo do poder e do exercício jurídico e militar.

Quando falamos da esfera cultural, estamos tratando sobre ideologia; sobre comportamento, hábitos, atitudes, crenças, religiosidades, conhecimentos, costumes, laços, símbolos, perspectivas, sentimentos, aspirações, arte, estética, musicalidade; sobre aquilo que circula em termos de ideias, das subjetividades, das representações, da linguagem e comunicação, da moral e da ética; da não-materialidade que se materializa através de manifestações individuais e coletivas, de relações sociais, etc.

Sendo assim, um sistema social não se resume à soma das partes, já que as esferas possuem autonomia relativa uma em relação às outras quando compreendidas isoladamente e de acordo com o contexto, época, lugar, tempo, espaço, etc. Quando pensamos em “sociedade” estamos pensando numa totalidade que é composta pela relação sistemática das estruturas das três esferas. Cada esfera social é autônoma, particular e possui características e estruturas próprias que, no entanto, não são independentes por completo quando observamos o “todo sistêmico” (a sociedade): ao contrário, as estruturas das três esferas sociais se retroalimentam e dialogam na sistematização da totalidade social; são autônomas, porém interdependentes na totalidade, no ordenamento e organização mais ampla do “todo”.

Não compreendemos a totalidade composta por aquilo que é econômico, político e “social”, como se algo que não é da esfera econômica ou da política não possuísse classificação e, portanto, é “social”. Nós entendemos que existem três esferas da totalidade sistemática com estruturas e relações sociais próprias, com características específicas; e aquilo que não é propriamente econômico ou político é cultural. Mas sobre isso, não podemos deixar de chamar atenção para o seguinte: a esfera cultural não pode ser simplesmente reduzida a manifestações, eventos, música, arte, estética, roupa, dança, alimentação, teatro, etc. É isso também, mas não apenas: a cultura é bem mais complexa e possui estruturas que englobam o campo da linguagem e dos sistemas de pensamento.

Dessa maneira, quando falamos que algo é “social” é porque (1) estamos fazendo referência ao “todo sistêmico” ou porque (2) estamos tratando sobre uma parte da totalidade, mas sempre pressupondo que tal parte é interdependente de outras partes; ou seja, algo é social porque faz parte da totalidade social. Isso significa que toda estrutura econômica é social porque é parte do todo sistêmico, mas nem toda estrutura social é econômica; assim como toda estrutura cultural é social porque pertence ao todo sistêmico, mas nem tudo que é social é necessariamente cultural; o mesmo serve para a esfera política.

O racismo, por exemplo, é uma estrutura social da sociedade moderna e capitalista; porém é típica ou está enquadrada na esfera cultural; então *o racismo é uma estrutural social da esfera cultural* por ser ideológico e, conseqüentemente, impulsionar práticas e relações sociais. É nesse sentido que afirmamos que *o racismo é, mais precisamente, uma estrutura cultural* e não uma estrutura econômica ou política – apesar de que ele se relaciona e incide em estruturas sociais da economia e da política no todo sistemático.

As estruturas sociais, portanto, são diversas e específicas, assim como podem ser classificadas e agrupadas pelas características que expressam a qual esfera pertencem. As estruturas modernas de dominação da esfera econômica (exploração do trabalho e do tempo, assalariamento, capital, etc), da cultura (eurocentrismo, colonialidade, racismo, patriarcado, etc) e da política (estado, militarismo, “democracia” representativa burguesa, etc) são instâncias próprias e autônomas, mas que possuem relação de dependência umas com as outras em termos de totalidade e do funcionamento sistemático.

A noção de interdependência estrutural das esferas é importante por nos indicar uma saída para análises reducionistas (seja pelo culturalismo ou pelo economicismo), questão importante apontada pela historiadora Emília Viotti da Costa (1994) em seu artigo *A dialética invertida*. Além disso, é a partir dessa concepção que nos perguntamos: como os textos publicados n’*A Voz do Trabalhador* indicam a decisão (política) dos sindicalistas revolucionários envolvidos/as na COB acerca do tema da racialidade em uma realidade social brasileira que havia abolido a escravidão recentemente, que consolidava a exploração assalariada (economia) e que também experienciou a disseminação das ideias racialistas e o embranquecimento da população (cultura)?

Essa é uma questão que buscaremos responder no decorrer deste trabalho. Passemos agora ao conceito de *estratégia*, que entendemos da seguinte forma: (1) formulação teórica de um diagnóstico de uma determinada situação; (2) estabelecimento de onde se quer chegar; e (3) definição do conjunto de ações sistematizadas que serão postas e feitas para se transformar a realidade para se chegar aos objetivos desejados. Em outras palavras, estratégia é análise e diagnóstico; estabelecer objetivos e metas; planejamento de ação ou programa de práticas; é responder onde estamos? Onde queremos chegar? E como sair daqui para chegar onde queremos?

Já a *tática* compreendemos como ações pontuais, menores, específicas. Para exemplificarmos dentro do nosso recorte temático do movimento operário, a sabotagem, a greve, o boicote, a ação direta, um discurso proclamado, um pequeno texto... essas práticas vistas isoladamente são táticas. A greve isoladamente, apreendida enquanto uma proposta,

uma prática ou uma coisa própria, é uma tática; mas o sindicalismo revolucionário é uma estratégia porque propõe e planeja alcançar certos objetivos e pode utilizar a tática da greve para alcançá-los.

Nesse sentido, estratégia também significa a articulação e a sistematização de táticas. Esse planejamento estratégico pode ser elaborado por um indivíduo, grupo ou classe e pode ser executado de maneira pacífica (em termos civis) ou violenta (em termos de militaridade ou de guerrilha). Isso significa que a estratégia pode ser elaborada tanto pelos grupos oprimidos e explorados, quanto pelos grupos dominantes. Sendo assim, a estratégia do sindicalismo revolucionário, por exemplo, pode utilizar as táticas da greve, da sabotagem, da negociação, do pressionamento de governos e patronatos, de boicote, de diálogo, etc, de acordo com a análise da realidade, com os objetivos a serem alcançados e com aquilo que for considerado o melhor conjunto de ações ou planejamento a ser posto em prática.

A nossa compreensão, portanto, difere daquela que afirma que a estratégia está ligada a um lugar criado segundo modelos abstratos que estabelece leis para um determinado lugar, que opera um certo tipo força social assimétrica; e que a tática seja uma mera conduta de desvio de uma norma, de um padrão ou de um modelo (Certeau, 1998, pp. 35-53, 91-106)⁷. Essa noção que antagoniza a estratégia e a tática não nos permite, por exemplo, analisar as transformações realizadas historicamente, apenas as permanências das assimetrias e as possíveis resistências cotidianas, que são inegavelmente importantes, mas que podem assumir configurações diferentes no decorrer da história. Ou seja, até que ponto dizer que a estratégia está ligada ao “forte” e que a tática está ligada ao “fraco” não é pressupor uma estabilidade, uma continuidade, uma permanência, uma fixação, um congelamento da realidade e do potencial dos diferentes agentes sociais agirem, manterem ou transformarem a realidade?

Por esse tipo de questão, discordamos de que a estratégia seja algum tipo de operação prática capaz de produzir, mapear algo e impor leis, técnicas, normas e relações; enquanto que a tática se trata da operação de algum tipo prática de utilização, manipulação e alteração do que a estratégia produz. A questão é que um processo de resistência, uma conduta de desvio é uma tática não por ser necessariamente a ação do “mais fraco”, mas porque é uma ação pontual em meio às circunstâncias. Quando as táticas do “mais fraco” passam por uma análise da realidade que se torna gradativamente mais complexa e profunda, quando adquirem objetivos determinados e quando eles são sistematizadas em um projeto ou planejamento de

⁷ Uma observação: consideramos importantes as categorias de *usos* e *consumos* e os caminhos analíticos que elas nos permitem alcançar. Por outro lado, discordamos das noções de *tática* e de *estratégia* de Michel de Certeau.

ações, compreendemos que tal indivíduo, grupo ou classe “mais fraca” assume um nível e papel estratégico – capaz, inclusive, de transformar as estruturas sociais, de destronar o poder dominante ou até de assumir uma posição de dominação, por exemplo.

As “pessoas comuns”, os populares, as massas, as classes submetidas à dominação podem até ser condicionadas a estruturas de manipulação, cooptação e controle ideológico, físico e corporal, mas não podem ser reduzidas a isso, pois possuem sua parcela de autonomia, responsabilidade e liberdade de escolhas, e isso explica os “desvios”, as táticas desenvolvidas e aplicadas para resistir às relações assimétricas de força estrutural. Os usos, consumos, desvios e apropriações daquilo que é imposto pelos grupos dominantes aos indivíduos ordinários e comuns demonstram que eles são ativos e possuem parcela de responsabilidade por suas ações, mesmo que estejam submetidos a certas imposições. O “fraco” (ou os grupos sob domínio) não está condenado apenas ao uso de táticas, mas também pode elaborar e executar sua própria estratégia – esta que será bem-sucedida a depender das condições materiais e ideológicas da realidade; ou seja, de um conjunto de fatores, a exemplo da capacidade de realização e da força social.

A *força social* é o potencial de um conglomerado ou agrupamento de *agentes sociais* que possuem interesses, vontades e *capacidade de realização* e que age para alcançar os objetivos definidos. A sociedade possui estruturas diversas e apenas através de força social é que se consegue aplicar energia para a realização de algo e a efetivação dos interesses que se disputam na sociedade. É nesse sentido que entendemos que um *sistema* é algo ordenado, constituído e configurado pelas *forças sociais* em disputa e em associação que estabelecem as *estruturas sociais* que compõem a *totalidade* dinâmica de relações humanas.

Os *agentes sociais* são as pessoas reunidas com o intuito de agir para alcançar seus objetivos e tornar real os seus interesses. Em outras palavras, o/a agente social é o ser político que, para realizar algo na realidade, necessita de se associar com outro/a. O agrupamento de agentes sociais é o que permite estabelecer os níveis de capacidade de realização – seja de manutenção da realidade, seja de transformações estruturais – e ela se dá em termos de quantidade e qualidade: nem sempre um grande número de agentes sociais significa uma maior capacidade de realização, pois a qualidade (ou seja, a capacidade individual de cada agente social somada no conjunto) também é um fator que reflete no resultado final dessa equação.

Com isso em mente, podemos dizer que a força social é o potencial ou a capacidade de realização de agentes sociais agrupados, organizados e reunidos por vontade e interesses em comum. A força social, portanto, é o que torna possível a criação de estruturas sociais que

configuram, ordenam e mantêm um sistema social, seja ele de dominação ou de autogestão (Corrêa, 2015, p. 133-134).

Quando falamos em *dominação* e *autogestão* estamos falando em níveis de participação, apesar de não se tratar apenas disso. A participação é a incidência, a ocorrência e possibilidade dos agentes sociais tomarem ou não decisões nas estruturas sociais e o processo de tomada de decisão é feito em diferentes níveis de participação a depender do que está disposto em regulações, institucionalizações, normas, mecanismos de controle, acordos, leis, bases, estatutos, constituições, etc.

Sendo um agregado de instituições políticas, judiciárias, financeiras, legislativas e militares, o Estado é um exemplo de estrutura de dominação, pois ele é um conjunto de estruturas legais, burocráticas, administrativas, hierárquicas e coercitivas que funcionam como mecanismos de dominação e de controle que atuam como monopólio legal e exclusivo do uso da força “oficial” e das decisões políticas em um território. É característica do Estado, portanto, a estruturação de assimetria de forças em relações políticas, burocráticas, jurídicas e de violência (simbólica ou física). Através desse exemplo, conseguimos compreender que uma relação de dominação se fundamenta na assimetria de forças e isso significa a redução dos níveis de participação. Fundamentada nessa verticalidade de poder, a estrutura estatal estabelece que um número reduzido de pessoas tomem decisões pela imensa maioria: quanto menor a participação na tomada de decisão, maior a dominação.

Por outro lado, a autogestão é o contrário da dominação: é uma relação social que requer o maior nível possível de participação nos processos de tomada de decisões da sociedade. Quanto maior o nível de participação das pessoas ao decidirem aquilo que lhes cabem e lhes afetam, então é maior também o nível de autogestão. Os níveis de participação estruturados em uma sociedade são a “medida” de um cálculo que determina se há dominação ou autogestão.

Dessa forma, a autogestão pode ser compreendida em dois aspectos: ideológico, por ser um princípio anarquista; e teórico, por ser uma “medida” relacionada aos níveis de participação social nos processos de tomada de decisões. O caráter teórico da autogestão também pode ser visto ao entendermos que política não se reduz ao ato de votar em “representantes” de quatro em quatro anos, por exemplo. Na verdade, fazemos política quando tomamos decisões e é por isso que a autogestão ultrapassa a esfera política e também pode ser uma medida de participação em termos culturais e econômicos. Quando há estruturas fundamentadas na assimetria de forças, então se estabelece, em quaisquer esferas sociais, um distanciamento ou níveis entre o que é oficial e o que é popular.

Já quando falamos de *classes sociais*, estamos tratando de uma categoria conceitual história que varia de acordo com o tempo, o contexto, os interesses e as interpretações de uma realidade. Em nossa compreensão, as classes sociais não podem ser definidas exclusivamente em torno da propriedade dos meios de produção, tendo em vista que a questão econômica pode ou não ser uma estrutura “determinante” dependendo do contexto histórico. Ou seja, um sistema de dominação pode ter estruturas políticas e/ou culturais tão “determinantes” quanto as econômicas, o que depende do contexto, espaço (geografia) e tempo (história).

Entendemos a classe social como um conceito que tem muito mais a ver com a noção de poder, algo que identifica grupos pelas relativas similaridades e diferenças de aspectos, atributos e/ou elementos distribuídos de forma desigual na sociedade. Em outras palavras, o que cria as classes são as assimetrias nas relações de poder estruturadas na sociedade e o que agrupa e identifica as classes divergentes são as relativas similaridades entre elas. Em termos de totalidade social, se definirmos que existem apenas duas classes, então elas são a classe dominante e a classe sob domínio, que são compostas por diferentes grupos e agentes sociais. Todos e todas aquelas que não se beneficiam estruturalmente da dominação fazem parte da classe sob domínio e a classe dominante é aquela cujos membros usufruem, estabelecem e controlam os mecanismos e estruturas de dominação.

A classe dominante e seus agentes sociais agrupam-se e constituem um alto nível de força social capaz de manter estruturas (econômicas, políticas e culturais) de um sistema de dominação. Vale ressaltar que, muitas vezes, os grupos dominantes estão presentes em diferentes posições privilegiadas que são próprias de cada esfera social, como um/a líder religioso/a (cultura) que é parlamentar (política) e que tem uma grande empresa (economia). Por outro lado, também é importante termos em mente que cada esfera possui sua particularidade de funcionamento e estruturação, isso porque existem grupos dominantes na política (parlamentares, juízes, o alto escalão dos/as militares, etc), grupos dominantes na cultura (representantes “oficiais” e os/as chefes do saber, das ideologias de dominação, da grande mídia, da educação moderna ocidental, das instituições religiosas oficiais, etc); e grupos dominantes na economia (burguesia latifundiária, comercial, industrial, financeira, etc).

A classe sob domínio é aquela composta geralmente pela maior parcela de uma sociedade, pessoas que não controlam os mecanismos e as estruturas de dominação e, conseqüentemente, têm pouca ou nenhuma participação na tomada das decisões sociais, na organização e nas definições da sociedade. A classe sob domínio é aquela que, sob um olhar macroscópico, é economicamente explorada; culturalmente “alienada” ou condicionada a

aprender e reproduzir valores, aspirações e ideários em favor da classe dominante; e é politicamente dominada, coagida e/ou afastada do processo de tomada de decisões da sociedade.

Mas temos uma observação: também utilizaremos os termos “classe trabalhadora” e “classe operária urbana”. Essa nomeação é realizada no sentido de que (1) o termo “classe” é uma forma didática e convencional de referenciar o grande grupo econômico produtivo, que tudo produz na sociedade: os trabalhadores e trabalhadoras; e (2) apesar de que os grupos e agentes sociais que compõem a classe social sob domínio sejam diversos, uma coisa os une, os torna similares em termos de condições e de identidade: estão condicionados à dominação econômica do capital e da propriedade privada, ou seja, mesmo que os agentes sociais pertençam a grupos sociais diferentes da esfera política e da cultural, economicamente falando existem dois grandes grupos ou classes: a que tudo produz e trabalha (a classe trabalhadora) e a que explora, se apropria e lucra com o trabalho alheio (no nosso caso, do trabalho assalariado da Primeira República, os capitalistas-burgueses).

A questão racial, anarquismo negro e contribuições de estudos decoloniais

Primeiramente, precisamos salientar que esta pesquisa objetiva analisar um periódico sindicalista revolucionário que era dirigido por anarquistas. Para isso, faremos dois movimentos: o de entender o contexto social brasileiro da Primeira República e o de analisar a especificidade do tratamento e da compreensão racial presente nas publicações do jornal. Ou seja, o contexto e a especificidade, a conjuntura e as escolhas. A análise da questão racial n’*A Voz do Trabalhador* não pode ser compreendida fora do contexto da época, mas também não pode descartar a particularidade do caso. Isso significa que analisaremos de forma crítica o conteúdo que envolve a racialidade nas publicações e que o nosso objetivo é compreender a questão racial abordada. É nesse sentido que a discussão sobre a noção de “raça” se faz importante para analisar tanto o contexto social brasileiro entre 1908 e 1915, quanto a particularidade do tratamento dado ao debate racial no jornal da COB.

Começaremos com uma discussão mais recente do próprio anarquismo: o livro *Anarquismo e a Revolução Negra* (2015), do estadunidense Lorenzo Kom’boa Ervin (nascido em 1947), que é uma das referências atuais do que chamam de Anarquismo Negro. O autor tem uma trajetória de militância que se inicia aos 12 anos de idade, tendo ingressado no Partido dos Panteras Negras no fim da década de 1960. Lorenzo chegou a ser preso, acusado

de sequestrar um avião no Tribunal Distrital dos Estados Unidos e foi na prisão que ele conheceu o anarquismo, já nos fins dos anos 1970.

Um dos principais apontamentos de Lorenzo é sobre a importância de analisarmos o capitalismo a partir do seu intrínseco histórico colonial europeu e as implicações disso para os povos e pessoas não brancas. O autor nos chama a atenção para o seguinte: não é possível compreender o capitalismo sem considerar o acúmulo de capital que permitiu a constituição do sistema capitalista através do colonialismo e da escravização de povos negros e indígenas. Isso significa que a questão racial esteve no centro da organização interna da sociedade capitalista e moderna, já que a estruturação da divisão do trabalho também foi definida pelo forte elemento cultural de concepções raciais.

O sistema social moderno não pode ser compreendido quando deixamos de lado a relação estrutural que existe entre a supremacia branca (cultura), o Estado (política) e o capital (economia). Para Lorenzo, essas três estruturas compõem o tripé da dominação mundial moderna, podendo ser vista globalmente através das relações de dominação entre os países colonizadores sobre os países colonizados.

Uma coisa interessante sobre essa perspectiva é que ela nos chama atenção para a conexão que existe entre o processo de racialização e a realidade da classe trabalhadora. De forma mais objetiva, existe uma divisão racial do trabalho. Ao analisar a estrutura racista dos Estados Unidos da América, Lorenzo argumenta que o destino da classe trabalhadora branca está ligada à condição dos trabalhadores negros/as e essa relação ocorre no interior do funcionamento capitalista. Podemos observar essa questão a partir do momento em que os grupos dominantes dos EUA investiram no “status especial” de “raça universal” – a raça branca – e tentaram transformar os trabalhadores brancos/as em “aliados/as” do capitalismo ou estruturaram uma condição social de menor exploração para pessoas brancas em comparação com as pessoas não-brancas – e aqui também temos um tipo de racismo nacional no qual são inseridos os povos indígenas dos EUA, os/as imigrantes, os latino-americanos/as, etc.

Faz parte, portanto, de um tipo de estratégia dominante o estímulo às pessoas brancas para “participarem” da opressão racial – ou não serem vítimas dela – e assim evitar que pessoas brancas e negras da classe trabalhadora se identifiquem e se rebelem contra a exploração econômica que atinge a todos trabalhadores/as. Dessa forma, as colocações de Lorenzo nos ajudam a pensar os conceitos de estratégia e tática que foram apresentados anteriormente: uma estratégia de dominação moderna, em termos raciais, tem a ver com a execução de táticas como a de incentivar materialmente (com salários, empregos ou pequenas ascensões para pessoas brancas e superexploração de pessoas não brancas) e/ou

ideologicamente (com concepções racialidades de inferiorização de negros/as, indígenas e mestiços/as) aos trabalhadores brancos/as para separar e estimular intrigas no interior da classe trabalhadora.

Mas a contribuição que consideramos mais precisa de Lorenzo se encontra na preocupação em definirmos a exploração capitalista de forma inerentemente racista devido ao passado colonial e à escravização de pessoas não-brancas. E mesmo após a abolição da escravidão, o capitalismo moderno não abandonou o componente racial enquanto elemento decisivo em termos estruturais relacionados à divisão do trabalho: pessoas negras, por exemplo, foram exploradas duplamente no sentido em que se tornaram alvo de extração de capital por tempo de trabalho não remunerado (mais-valor), ao mesmo tempo em que foram submetidas a novas estruturas sociais ligadas à racialização, o que incidiu (e incide) tanto na piora da condição de vida e de trabalho quanto no cotidiano dos trabalhadores/as negras.

Para compreendermos o capitalismo é preciso levarmos em consideração o a existência da hierarquia entre o colonizador e o colonizado: o primeiro, o homem branco europeu “civilizado” e capaz de “civilizar”; e o segundo, qualquer pessoa ou povo diferente do primeiro, considerado incivilizado/a e que deveriam conhecer a “luz da civilização”. Nesse sentido, o papel das instituições oficiais do capitalismo, como o Estado, é essencial para a execução desse projeto civilizatório do mundo moderno, assim como a “razão” ocidental e eurocêntrica.

É nesse sentido que dialogamos com algumas colocações dos estudos decoloniais: dizer que o Estado é uma instituição de dominação política significa entendê-lo como uma estrutura que incide na realidade e que é controlada por um grupo político e burocrático dominante. O Estado não é um mero reflexo do modo de produção, pois o exercício do poder político, jurídico e militar ou mesmo o “poder” que ele possui de matar pessoas, deixá-las viver e deixá-las morrer (Costa; Torres; Grosfoguel, 2018) não depende apenas de fatores ligados à economia política, mas também a questões da esfera cultural. Apesar dos avanços históricos da humanidade, a história do modelo ocidental de civilização reúne milhares de anos de escolhas erradas e violentas⁸ direcionadas aos seres humanos, à fauna, à flora, ao ecossistema e ao planeta como um todo. O Estado moderno, portanto, é uma estrutura política que serve para manter a dominação do projeto eurocêntrico e neocolonial.

⁸ “[...] como é que, ao longo dos últimos 2 mil ou 3 mil anos, nós construímos a ideia de humanidade? Será que ela não está na base de muitas das escolhas erradas que fizemos, justificando o uso da violência?” (Krenak, 2019, p. 10-11)

A razão ocidental, que se encontra, entre outras coisas, na separação do homem e da natureza, define tudo aquilo a que alcança como uma mercadoria ou recurso para ser explorado. O capitalismo, a modernidade e o seu pretenso progresso civilizatório alimentam o deslocamento do ser humano e da natureza. Essa mesma lógica ocidental de que o mundo humano é superior ao mundo natural também criou a noção de “sub-humanidade”, que foi destinada aos povos e pessoas não pertencentes à ordem ocidental moderna, cristã, burguesa e eurocêntrica. Em outras palavras, foi na modernidade capitalista que também se definiu quem são os “humanos” e os “sub-humanos”, os “civilizados” e os “incivilizados”, a “raça superior” e as “raças inferiores”.

Quando falamos da produção e reprodução do saber no ocidente, não temos como escapar do eurocentrismo, que tem raízes no cientificismo e na elaboração do “penso, logo existo”, do filósofo francês René Descartes. Essa noção inaugura uma tradição de pensamento e de filosofia que se apresenta como produtora de um conhecimento pretensamente universal. O “eu” do “penso, logo existo” é o homem branco europeu e esse “eu” nasce de um processo histórico de mais de 150 anos de exploração, escravização e desumanização contra os mais variados povos indígenas e africanos. Se o “eu” projetado como universal é o homem branco, o “padrão universal”, então ele pensa e existe e as pessoas não brancas de outros territórios não pensam como ele, assim como não existem como ele. Esse é o fundamento da razão ocidental e eurocêntrica (Costa; Torres; Grosfoguel, 2018).

O cientificismo está diretamente associado ao eurocentrismo e sua tradição de “universalismo abstrato” (Costa; Torres; Grosfoguel, 2018, p. 16-17). A partir da tradição cientificista e de suas derivações, os mais de 500 anos de história colonial e moderna foram transformados no “ápice” do desenvolvimento humano e civilizatório. Ou seja, a sociedade europeia – e após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade estadunidense – foi apresentada e naturalizada tanto como sinônimo de evolução civilizatória, quanto como um modelo único que estabelece os parâmetros da história universal – diferente disso existem apenas sociedades, povos e pessoas “atrasadas” ou “inferiores”. Quando o saber eurocentrado é naturalizado, ele se torna uma ferramenta de negação direta ou indireta daqueles corpos e mentes que não sejam brancas e europeias – e esse é um ponto importante para analisarmos a questão racial no jornal operário *A Voz do Trabalhador*.

A invasão da “América” (Abya Yala) e a constituição do sistema capitalista colonial/moderno foi um marco do estabelecimento de um novo padrão de poder mundial, como afirma Aníbal Quijano (2005). Para estabelecer esse poder mundial, foi essencial a formação de relações sociais fundamentadas na hierarquia racial: a ideia de raça que

conhecemos no capitalismo não existiu antes da invasão do que se chamou de América e nesse processo foi construída a identidade de raça como uma construção mental (ideológica) que expressa a experiência basilar da dominação colonial e que se perpetua em diversas dimensões das sociedades modernas através do eurocentrismo. As supostas diferenças de estruturas biológicas – a racialização – serviram para estabelecer relações sociais de dominação entre colonizadores e colonizados, conquistadores e conquistados, humanos superiores e inferiores. Isso também permitiu que os Estados colonizadores seus grupos dominantes articulassem a dominação de diferentes formas históricas de controle do trabalho, do mercado mundial e dos recursos e produtos em torno do capital.

Além disso, a racialização eurocêntrica definiu o que era o “índio”, o negro e o mestiço e os distanciou do branco, ou seja, o europeu e seus/as descendentes: o branco europeu foi identificado como o dominador; o indígena, o negro e o mestiço foram classificados por fenótipos e pela cor e foram submetidos às posições mais baixas da hierarquia social dentro do padrão de poder colonial da modernidade.

É nesse sentido que o padrão de poder global conecta relações tanto de produção quanto de racialidade: o capitalismo mundial instaurou tanto novas configurações de trabalho quanto concepções de raça. Dessa maneira, estruturas sociais de trabalho e de raça forjaram papéis e lugares da nova estrutura global para o controle do trabalho e da produção. Sendo assim, a dominação social no sistema moderno e capitalista não depende ou ocorre unicamente através da exploração de classe, que evidentemente existe: ela também é estruturada na ideia de “raça”. De forma didática, podemos dizer que o “princípio interno” (em termos culturais, ideológicos e práticos da vida, do cotidiano, etc) que estruturou a modernidade e o capitalismo foi o racismo; e o “princípio externo” (em termos econômicos, materiais, “exteriores” ao indivíduo e sociedade) se encontra nas relações de trabalho e na atividade produtiva que são próprias do sistema capitalista.

Se temos esses princípios organizadores, o interno ligado à esfera cultural e o externo ligado à esfera econômica, também temos a estrutura ligada à esfera política, aquela que oficializa, determina, proclama ou silencia decisões em nome de toda a sociedade moderna e capitalista: o Estado em sua história e modelo europeu, instituição que patrocinou e executou planos colonialistas, escravocratas, exploratórios e genocidas da modernidade e do capital (Moraes, 2020) – não há erro, inclusive, em dizer que talvez o maior genocídio da história da humanidade foi protagonizado pelo colonialismo e autografado pelo modelo de Estado Moderno dos grupos dominantes da Europa.

Com isso em mente, podemos dizer que o racismo não ocorre apenas pela discriminação da cor da pele. A ideia de raça nos leva a debates mais amplos do que aqueles ligados aos fenótipos, pois alcança aspectos de concepções de saber, convicções religiosas, etc. Não por acaso, durante o período colonial, os colonizadores especulavam se indígenas e negros/as tinham alma ou não; se eram realmente humanos ou outra espécie de animal. Esse processo que se iniciou durante o colonialismo é perpetuado e adaptado historicamente por estruturas culturais que criam e mantêm relações sociais hierárquicas e relações de poder assimétricas que são concretizadas na realidade.

É nesse sentido que tal discussão nos é importante: o racialismo (processo que levou ao que chamamos de racismo) de bases pretensamente “científicas” que foi desenvolvido durante os séculos 18 e 19 tem suas raízes históricas no colonialismo do século 16. A ideia colonialista de raça (cultura, origem geográfica, fenótipo e cor) serviu como base ideológica para concretizar uma estrutura de dominação cultural racista.

Quando a racialização se tornou uma proposta “científica”, a categoria de raça adquiriu um caráter de oficialidade, algo que envolve questões ligadas ao campo do pensamento, ao exercício político do Estado e à organização das relações de trabalho. Como já dissemos, a ideologia não pode ser desvinculada da prática, pois ela impulsiona e coordena as ações individuais e coletivas; impulsiona até mesmo a “ciência”. Como precisamente afirma Léila Gonzalez (2020), o racismo é uma articulação ideológica que impulsiona e coordena práticas e relações sociais e, portanto, é uma estrutura cultural que historicamente esteve presente na formação e no ordenamento das relações sociais da sociedade brasileira. Em outras palavras, as relações sociais recebem interferência dessa estrutura cultural racista e isso ocorre tanto na sociedade como um todo, quanto no próprio operariado e nos grupos militantes. É justamente nesse sentido que essa discussão nos interessa para analisar o conteúdo racial presente no jornal *A Voz do Trabalhador*.

CAPÍTULO 1 – CONJUNTURA, CLASSE OPERÁRIA URBANA DO CENTRO-SUL, ANARQUISMO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Antes de adentrarmos mais especificamente na análise das nossas fontes, é necessário sabermos minimamente sobre a conjuntura da Primeira República. Nosso recorte temporal está de acordo com o período de funcionamento do jornal *A Voz do Trabalhador*, ou seja, de 1908 a 1915. Por outro lado, precisamos compreender sobre o contexto social brasileiro após a abolição da escravidão e a proclamação da república, pois ele nos dará uma noção geral da realidade brasileira e isso nos ajudará com a discussão que será realizada nos próximos capítulos.

1.1. O Brasil da Primeira República: estruturas da totalidade social

Tendo em vista o nosso recorte temporal (1908-1915), o primeiro ponto que precisamos lembrar aqui é que há pouco tempo a escravidão havia sido abolida oficialmente pelo Estado brasileiro (em 13 de maio de 1888). Lembramos também que na Europa, o sistema capitalista e moderno se desenvolveu a partir de processos e eventos históricos como a “Revolução” Francesa (ou o progresso social francês), a Revolução Industrial e o acúmulo centenário de riqueza e de saberes através da dominação colonialista. Foi em meados do século 19 que o capitalismo, ou melhor, o modo de produção capitalista e a relação de trabalho livre (assalariamento) começou a se desenvolver pregressivamente nos países que foram colonizados, como no caso do Brasil. No entanto, foi após a abolição legal da escravidão (1888) que o sistema econômico capitalista se estabeleceu no território brasileiro de forma “oficial” – quase em simultaneidade com o fim da monarquia (império do Brasil) e proclamação da república, em 1889.

Quando falamos sobre a transição da escravidão para o capitalismo, precisamos destacar que a duração da escravidão brasileira foi a mais prolongada do continente americano e que o Brasil foi o único Estado independente plenamente escravocrata (Gorender, 1990, p. 138-139). O tráfico de africanos/as ocorreu ilegalmente no Brasil entre os anos de 1830 e 1850, até a aprovação do Bill Aberdeen de 1845 e a pressão exterior (dos ingleses). Isso significa que o processo de acumulação de capital (recursos, terras, riquezas) no Brasil ocorreu durante o próprio escravismo colonial, ou seja, o modo de produção capitalista se desenvolveu lentamente no país – enquanto ainda predominava a economia escravista, o trabalho assalariado foi paulatinamente sendo implementado. Além disso,

A transição para o trabalho livre no Brasil não foi um processo de benfeitoria ou caridade dos proprietários das fazendas. Um dos marcos legislativos dessa transição foi a Lei do Ventre Livre, de 1871, o que nos indica que os grupos dominantes já pensavam num prazo para o fim da escravidão e, conseqüentemente, numa estratégia para manter a propriedade e o controle das terras – isso sem contar as indenizações pagas pelo Estado aos proprietários de escravos pela libertação dos cativos/as. Na verdade, a partir da década de 1860, já existiam prenúncios de condições estruturais que favoreciam o fim da escravidão: o decréscimo da população escrava devido ao fim do tráfico de africanos/as; a urbanização e industrialização intensificadas levando à falta de mão de obra para a nova realidade; o crescimento das populações urbanas e o aumento dos preços (e até a falta) de gêneros alimentícios; o reforço no investimento na imigração para fomentar o trabalho rural principalmente nas fazendas de café; etc.

De toda forma, o fim do regime escravocrata não foi um processo feito simplesmente de cima para baixo, pela decisão “honrada” da Princesa Isabel que assinou a Lei Áurea ou de parlamentares que defendiam a abolição da escravidão. Se no caso brasileiro a abolição foi um processo lento e gradual, isso ocorreu devido à interferência da parcela escravista dos grupos dominantes que tinham interesse em usufruir ao máximo do trabalho escravo e que posteriormente permaneceram não mais como senhores de escravizados/as, mas como patrões, latifundiários e industriais. Por isso vale ressaltar que a abolição da escravatura foi, na verdade, um processo histórico de conflitos e embates, realizado através das lutas dos próprios escravizados/as – a força rural abolicionista majoritária – e de movimentos abolicionistas populares que se iniciaram nos anos de 1860 e fortaleceram a luta abolicionista no contexto urbano.

É possível que, se dependêssemos do desejo e interesses dos proprietários de escravos, talvez o tráfico africano e a escravidão teria durado mais tempo. Quem sabe?... O que sabemos é que, durante a escravidão e após a abolição, muitos dos proprietários escravistas defendiam a existência de uma propensão do ex-escravo para a vadiagem e a suposta “incapacidade do negro para o trabalho assalariado senão submetido a meios de compulsão” (Gorender, 1990, p. 173).

Mesmo após a abolição legal da escravidão, muitos trabalhadores/as experienciaram formas de trabalho “livre” que podem ser comparadas ou até consideradas hoje como formas de trabalho compulsório: a partir de 1870, se espalharam relações de trabalho sob os moldes de servidão, ameaças de reescravização como punição, leis que previam o trabalho forçado para pessoas consideradas “vadias”, obrigações que extrapolavam os limites da função de um

trabalhador/a, promessas de isenção de recrutamento para o Exército se um trabalhador estivesse engajado no trabalho assalariado, etc (Gorender, 1990, p. 154).

Apesar das possíveis ressalvas⁹, o trecho que seguirá nos dá uma noção geral das transformações políticas e econômicas a partir da abolição – da monarquia e do escravismo para a república e o assalariamento:

A revolução abolicionista fez as vezes da revolução burguesa no Brasil. [...] Ao eliminar a propriedade escrava, retirou o entrave econômico e jurídico à formação do mercado de trabalho assalariado. Em consequência, caiu o maior obstáculo à expansão das relações de produção capitalistas e à estruturação da base econômica requerida pelo modo de produção capitalista.

No Brasil, o modo de produção capitalista realizou o processo de acumulação originária no seio da formação social escravista. A partir da acumulação permitida pelo trabalho escravo, surgiram, no século XIX, empreendimentos industriais de tipo capitalista incipiente. Eliminando o trabalho escravo, o capitalismo agromercantil e as empresas fabris darão impulso ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Também da revolução abolicionista emergiu uma classe dominante renovada, pela composição e pelas exigências diferentes que lhe cumpria enfrentar.

O advento da República deu origem a nova forma estatal, conforme os interesses das oligarquias agromercantis regionais. Sistema federativo, com amplas prerrogativas políticas e fiscais atribuídas aos Estados federados, separação entre o Estado e a Igreja católica, registro civil e casamento civil, grande naturalização dos estrangeiros, nova lei das sociedades anônimas de acordo com os interesses do capital – tudo isto constituiu prosseguimento à obra do abolicionismo. Começava a trajetória do capitalismo então *possível*

⁹ O livro *A escravidão reabilitada*, de Jacob Gorender, entre outras coisas, apresenta o argumento de que o movimento abolicionista no Brasil foi, na verdade, uma revolução abolicionista, que contou com a participação dos próprios trabalhadores/as escravos, de grupos abolicionistas urbanos e populares, de abolicionistas das classes médias (profissionais liberais) e de intelectuais pertencentes aos grupos sociais dominantes que eram moderados ou radicais e defendiam o fim da escravidão de maneira legal e de forma que se desenvolvesse no Brasil a moderna relação de produção capitalista.

Nesse sentido, discordamos do que o autor afirma, que a revolução abolicionista foi propriamente a revolução burguesa no Brasil. Nossa ressalva é no seguinte sentido: a história brasileira não precisa colocada numa cartilha ou regra imutável associada à história do capitalismo na Europa e, apesar de Gorender não fazer exatamente isso, ele afirma que a “revolução abolicionista” foi a revolução burguesa do caso brasileiro.

Outra coisa que pode ser ressalvada: a afirmação de que o abolicionismo foi uma revolução. Abdicamos aqui que concordar ou discordar dessa concepção – inclusive porque não é o nosso foco de nossas pesquisas no momento. Por outro lado, compreender que o movimento ou a revolução abolicionista fez as vezes da revolução burguesa no Brasil é algo que nos parece mais coerente, uma vez que o capitalismo brasileiro, a seu modo e na especificidade de seu contexto, foi desenvolvido definitivamente após a abolição legal da escravidão. Assim como achamos interessante a perspectiva do autor em compreender o escravismo colonial brasileiro como modo de produção que permitiu, no Brasil, o acúmulo originário ou primitivo do capital necessário para instaurar o capitalismo após a abolição.

no Brasil, a partir do nível da acumulação originária de capital realizada nos quadros do escravismo colonial.

Na fase imediata após o desaparecimento do escravismo colonial, o capitalismo brasileiro continuou a girar em torno da exportação de produtos agrícolas. Somente a partir de 1930 – quando se consumou o que seria permissível classificar como revolução burguesa *complementar* – é que o eixo da economia começou a se deslocar para o mercado interno. (Gorender, 1990, p. 188)

Uma questão importante diferencia estruturalmente os dois modos de produção, em termos socioeconômicos: na escravidão, o escravo/a (assim como o seu corpo e a sua existência) era determinada como uma mercadoria. No capitalismo, a mercadoria não é exatamente o trabalhador/a, mas sim a sua força de trabalho, a sua capacidade de realizar trabalho e de produzir. Ou seja, com exceção de especificidades, o sujeito condicionado à escravidão não vendia a sua força de trabalho, pois ele próprio era a mercadoria de seu proprietário; enquanto que no capitalismo, o sujeito “trabalhador livre” passou a vender a sua força de trabalho em troca de um salário – relação de trabalho assalariado.

Isso significa que, se a força de trabalho se tornou uma mercadoria, logo ela também se tornou um objeto de um mercado. A capacidade de produção (força de trabalho) que um indivíduo possui se tornou uma mercadoria que incide efetivamente no lucro dos capitalistas e, portanto, depende das exigências e circunstâncias do mercado. Essa é uma característica importante que diferencia a relação de trabalho escravo e a de trabalho livre: na estrutura escravista, a pessoa escravizada era compulsoriamente explorada, vigiada e coagida de forma legal e oficializada pelo Estado. Não existia necessidade de um exército de reserva de trabalhadores/as, pois isso não incidia no salário dos escravos/as, já que estes/as não recebiam salário – apesar das exceções. Já na estrutura capitalista de trabalho assalariado, passou a existir um mercado ligado à força de trabalho que funciona com a existência de uma certa quantidade de trabalhadores/as ociosas, ou desempregadas como dizemos hoje.

Essa quantidade de pessoas dispostas a trabalhar, mas que estão “ociosas” (desempregadas) servia (e ainda serve) para a regulação dos salários e, consequentemente, para definir e manter níveis de lucro que os capitalistas consideram “adequados”. Em termos didáticos, os capitalistas utilizam o exército de reserva como recurso: pode demitir um empregado/a e contratar alguém desempregado/a que está ansioso/a para trabalhar e receber salário – e isso garante a manutenção, o controle, a regulação do valor do salário e, consequentemente, os lucros dos capitalistas.

De toda maneira, a abolição legal da escravidão trouxe uma mudança substancial para as pessoas anteriormente escravizadas: a condição jurídica de pessoa e trabalhador/a livre. No

entanto, o estabelecimento do trabalho livre não significou o fim da superexploração do trabalhador/a e não pôs fim a aspectos ou condições de trabalho similares ao da escravidão, pois formas compulsórias de trabalho continuaram a existir.

Após 1888, o Brasil era um país majoritariamente agrário, exportador e com a maioria de sua população em área rural: por um lado, na maior parte do país estavam estabelecidas formas camponesas de trabalho livre – o foreiro do Nordeste, o vaqueiro; o morador e o colono de café; por outro lado, minoritariamente nas cidades em processo de desenvolvimento industrial (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo) é que estavam os operários urbanos assalariados, mais próximos da relação de trabalho tipicamente capitalista (Gorender, 1990, p. 190).

1.1.2. *Esfera Política*

A Primeira República do Brasil (1889-1930) foi um período que se iniciou após a proclamação da república que pôs fim à Monarquia brasileira. A Constituição que estabeleceu os fundamentos do Estado brasileiro de 1891 teve influência do positivismo francês de August Comte e uma verdadeira inspiração da perspectiva “civilizatória” dos Estados Unidos da América (EUA) – não por acaso o país foi nomeado oficialmente de *Estados Unidos do Brasil*. Sobre a proclamação do regime republicano, segue um trecho de Emília Viotti da Costa:

As agitações que se sucediam no país, instigadas primeiramente pelo movimento abolicionista, depois pela propaganda republicana, provocaram nos meios monarquistas sérias apreensões quanto aos destinos da Monarquia no Brasil. Generalizava-se a impressão de que a Monarquia corria graves riscos e a República não tardaria em ser implantada. O Terceiro Reinado parecia cada vez menos viável.

[...]

Em 11 de novembro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Bocaiúva, Glicério e o coronel Solon reuniram-se na casa de Deodoro [da Fonseca] com o fito de convencê-lo a tomar partido. Mais uma vez, civis e militares conspiravam juntos contra o Trono. Em 15 de novembro de 1889 a Monarquia era derrubada por golpe militar e proclamava-se a República.

O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, conservavam, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições

eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República. (Costa, 1999, p. 485-489)

A inauguração do período republicano foi realizada através de um golpe militar e com participação praticamente nula de grupos civis e sem participação popular. Não obstante, o Código Penal brasileiro¹⁰ de 1890 possuía um capítulo específico (o Capítulo XII) que previa punições para dos “Vadios e Capoeiras”, determinando a “vadiagem” e a “capoeiragem” como manifestações ofensivas para a moral e os bons costumes da nova ordem social burguesa. Além disso, quem não estivesse empregado ou com algum meio de subsistência era considerado vadio ou vagabundo e deveria ser punido, assim como era crime praticar ou pertencer a algum grupo de capoeira – o que era circunstância agravante de crime. Isso nos demonstra a herança escravocrata na lei de perseguição aos “capoeiras” e aos “vadios”, o que também era usado para perseguir os estrangeiros/as “rebeldes” ou indesejáveis.

A proclamação da república foi possível devido a vários fatores que envolvem a ação dos interessados no fim do Segundo Reinado da monarquia brasileira: a questão religiosa, a questão militar, a abolição (Costa, 1999, p. 447) e as transformações econômicas. Destas, nos interessa aqui falarmos da questão militar, pois ela tem importância relevante para expressar o regime de repressão contínuo que foi típico do período.

A questão militar tensionou as contradições internas entre os militares, sendo alguns deles defensores do império, uns republicanos evolucionistas (mais reformistas) e outros republicanos mais radicais. O apoio à monarquia era realizado pelos militares de escalões e patentes superiores, enquanto que o maior número de adesão à ideia republicana no exército se dava entre oficiais de patentes inferiores e alunos da Escola Militar. É nesse momento que se generaliza a ideia de “salvação da pátria” e a influência do pensamento positivista entre os militares, em partes, após a vitória na Guerra do Paraguai e devido ao progressivo fortalecimento institucional do Exército brasileiro.

Os conflitos entre militares e civis, que aconteciam desde o Império, permaneceram e se expressaram nas disputas pela sucessão presidencial, principalmente nos primeiros anos do regime republicano nascente, no qual se sobressaía a ação das classes armadas/militares – as quais eram solicitadas para intervir nas questões políticas que dividiam a nação (Costa, 1999, p. 396-397, 401-402, 413).

¹⁰ Código Penal de 1890. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm >. Acesso em: 21 de out. de 2024.

Apesar da efervescência social, das conspirações, das revoltas e dos conflitos sociais que se espalhavam por toda parte, o golpe de 15 de novembro de 1889 foi aceito quase sem qualquer resistência. Militares como Floriano Peixoto (o segundo presidente da república, entre 1891-1894) declaravam a defesa de um regime ditatorial. Alguns setores civis, temerosos de uma “contra-revolução”, apoiaram o marechal Deodoro da Fonseca como o presidente [o primeiro presidente, entre 1889-1891] no lugar de um candidato civil. A presença militar na política estatal brasileira suscitou a manutenção de ideias autoritárias e, por isso, a repressão foi um fator marcante, pois o exercício do poder político estatal, por vezes, ocorreu de forma violenta – no Brasil e em outros países sul-americanos, como na Argentina e no Chile, nos quais a truculência contra trabalhadores/as foi ainda mais feroz. Os movimentos sociais e operários brasileiros da Primeira República sofreram recorrentemente com a repressão que foi tão característica no período (Batalha, 2000, p. 13-14).

O Rio de Janeiro (Distrito Federal), por exemplo, foi palco do fortalecimento da polícia militar e do desenvolvimento da polícia científica após a proclamação da república. Essas forças policiais foram marcantes, pois elas serviram para a cooptação de lideranças populares, assim como para executar a violência da política repressiva e para suprimir as vozes que se levantaram de alguma forma contra o Estado ou se rebelaram contra os problemas sociais no Brasil da época – movimentos populares, políticos e/ou sociais a exemplo da Guerra de Canudos (1896-1897), Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado (1912-1916), as revoltas urbanas e rurais, os levantes militares de 1922 no Rio de Janeiro e em 1924 em São Paulo (reivindicações da classe média emergente na figura da jovem oficialidade do Exército), a Coluna Prestes, as greves operárias, o sindicalismo e até mesmo o Cangaço.

Apesar da variação de menor ou maior nível de brutalidade de acordo com os diferentes períodos e governos, a Primeira República tratou as reivindicações e manifestações sociais como um problema a ser resolvido pela repressão. O próprio código penal de 1890 não separou com qualquer minúcia o que era crime político e o que era crime comum e isso intensificou uma ação única de repressão a todos que fossem considerados/as “agentes da desordem”. Com algumas exceções, quando militantes operários eram presos, eles tinham destinos diferentes: o estrangeiro deveria ser deportado e o brasileiro deveria ser preso ou sofrer o exílio interno nas prisões-colônia (Samis, 2019, p. 131, nota de rodapé 126).

O estado de sítio, que deveria ser uma medida de exceção, se tornou algo comum, assim como a violência policial emparelhada pelo poder executivo e estatal. O historiador Alexandre Samis (2019) nos informa que a Primeira República era mais um Estado policial

do que liberal: a repressão republicana se diferenciou da repressão anterior – a escravocrata – apenas porque as humilhações e os espancamentos adquiriram uma “feição” burguesa que não tolerava brutalidades físicas em espaços e cerimônias públicas – o que não significa que isso não acontecia às escondidas ou no interior das casas de detenção, nas ilhas e nas colônias prisionais¹¹.

Em 1922, no mesmo ano em que foi criada a Quarta Delegacia Auxiliar aparelhada para enfrentar toda “subversão social”, foi fundada a colônia penal de Clevelândia na região de Oiapoque, no estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa. Também conhecida como o “Inferno Verde”, essa colônia agrícola/penal funcionou entre 1924 a 1926 e recebeu presos comuns (criminosos, indigentes, capoeiras e menores “vadios”) e presos políticos (sindicalistas, tenentistas e anarquistas). Na verdade, a colônia de Clevelândia pode ser considerada como um verdadeiro campo de concentração (Romani. *In*: Samis, 2019, p. 20) tão marcante para o mandato presidencial de Artur Bernardes (1922-1926), governo este que é o maior exemplo da política de repressão da Primeira República, pois nele foi decretado um regime de exceção (estado de sítio que foi instaurado logo após ao levante tenentista de 1924 em São Paulo) que permitia que a violência fosse facilmente usada para estabelecer o modelo de ordem social desejada pelo governo.

A Clevelândia, na verdade, é resultado de projetos políticos anteriores que foram sendo modificados: inicialmente a ideia era de integrar, ocupar e explorar a vasta extensão territorial do Brasil através de colônias agrícolas em terras “incivilizadas” para que fossem nacionalmente integradas ao progresso e avanço civilizatório brasileiro. Foi nesse sentido que a atuação do Barão de Rio Branco durante o início da Primeira República, enquanto Ministro das Relações Exteriores, fortaleceu os laços entre o Brasil e os EUA: o nome da Colônia Agrícola de Clevelândia é um abasileiramento de “Cleveland”.

De toda forma, essas colônias (as vezes chamadas de “patronatos”) serviriam inicialmente para a ocupação das fronteiras e para o “desenvolvimento” econômico dessas localidades a partir da mão de obra de famílias nordestinas, que migravam de suas terras desde as grandes secas de 1915. No entanto, o ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon, do governo de Artur Bernardes, decidiu que a região de Oiapoque, no Pará, deveria servir como prisão para presos políticos a partir de 1924, para que assim se pudesse enfraquecer os movimentos operários e motins com as lideranças presas em um local isolado.

¹¹ Exemplos: Ilha Grande, Ilha da Cobra, Ilha da Trindade, Ilha Rasa, Ilha das Flores, Ilha de Bom Jesus, Casa de Detenção e de Correção, navio-prisão de Campos, navio-prisão O Comandante Vasconcelos, etc.

No início, a Colônia Agrícola de Clevelândia, ou a “Sibéria Brasileira” como ficou conhecida pela imprensa anarquista internacional, recebeu mais de 1200 prisioneiros/as de variadas origens ou grupos sociais categorizados pela polícia que foram exilados na região: soldados e tenentes rebeldes, “vadios”, “loucos”, ladrões, sindicalistas e anarquistas. Mas nem todos que foram presos na Clevelândia tiveram participação em motins, revoltas e mobilizações políticas quaisquer – um exemplo disso se encontra na prisão do português Atílio Lebre sob a suspeita de ser um “galego anarquista” perigoso (Samis, 2019, p. 256-260).

A verdade é que os presos políticos revolucionários, dissidentes, militares e presos comuns mais pobres e menos influentes na política estatal da conjuntura da época é que foram aprisionados no “Inferno Verde”. Mais da metade de todos que foram aprisionados em Clevelândia morreram devido às condições precárias de higiene, doenças da selva e torturas sofridas pelos guardas da colônia. A partir de novembro de 1926 houve o fim do governo de Arthur Bernardes, o fim do estado de sítio, o afrouxamento da censura e, só assim, a divulgação das notícias e denúncias contra toda essa situação ocorrida na colônia-prisão de Oiapoque, da qual não apenas prisioneiros fugiram, mas o abandono dos postos de trabalho por parte de funcionários devido a todos os seus problemas climáticos e sanitários.

Nesse sentido, uma questão importante que devemos ter em mente é que as práticas repressivas e de perseguição que ocorreram a partir da década de 1930 foram muito menos uma inauguração da política do chamado Estado Novo de Getúlio Vargas e muito mais uma continuidade do que já estava acontecendo na década de 1920: o terror sentido pela sociedade ao ser decretado o estado de sítio, as arbitrariedades e os excessos policiais e repressivos já haviam sido inaugurados na Primeira República.

1.1.3. Esfera Cultural

Neste tópico, apresentaremos rapidamente alguns elementos da esfera cultural como a linguagem e a questão da origem nacional, o papel ideal para o trabalhador e para a mulher pensado pela burguesia industrial e a influência cristã católica. Esses são apontamentos que consideramos importantes no período da Primeira República, pois definiram ou influenciaram as bases ideológicas na formação da sociedade brasileira da época.

Sabemos que a língua oficial e predominante no Brasil era o português. No entanto, é importante pensarmos que a comunicação não foi algo tão simples para as massas trabalhadoras urbanas do centro-sul brasileiro da época, tendo em vista a quantidade de imigrantes na região – principalmente italianos em São Paulo, portugueses e espanhóis no Rio

de Janeiro, e outras nacionalidades presentes nos estados do sul do Brasil, como alemães, poloneses, etc. Isso fez do processo de comunicação e de difusão de ideias no interior do movimento operário algo complexo: por exemplo, no Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, em 1908, se decidiu imprimir folhetos sindicalistas em português e em italiano devido às circunstâncias ligadas à imigração nesse estado (Hall & Pinheiro, 1979, p. 87).

Com a imigração de trabalhadores/as europeias para o Brasil, o número de imigrantes os tornou majoritários na composição populacional nas regiões sul e sudeste do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, etc) – algo que não aconteceu nas regiões norte e nordeste. Em 1920, após a redução da intensa onda migratória, 51% dos trabalhadores/as industriais em São Paulo e 35% no Rio de Janeiro eram de origem europeia (Batalha, 2000, p. 12). Isso nos leva a refletir sobre a existência tanto conflitos étnico-raciais e de nacionalidade, quanto certa dificuldade inicial de comunicação entre esses trabalhadores/as.

Outro aspecto cultural importante da Primeira República se encontra no desenvolvimento de um projeto de sociedade que a burguesia industrial fundamentou nos seus próprios valores para que, assim, fosse possível formar “uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo” (Rago, 2014, p. 24). A proclamação da república efetivou uma transformação socioeconômica que culturalmente elevou o “homem de negócios” ao primeiro plano e consagrou o interesse burguês primordial: o de obter enriquecimento e lucro. Para alcançar esse objetivo, era preciso que os operários/as urbanas fossem disciplinarizadas através de mecanismos de controle e vigilância dentro e fora da fábrica a partir da racionalização do trabalho (a fábrica “científica”) e da redefinição da ideia da família, do papel da mulher e da criança. Esses pontos eram cruciais para os fundamentos ideológicos do período.

Vale apontarmos também que, por outro lado, a sociedade brasileira possuía forte ligação com princípios clericais, fundamentados mais precisamente na religião cristã sob a perspectiva do catolicismo. Mesmo após a abolição da escravidão, a sociedade brasileira herda do pensamento clerical a defesa da subserviência do trabalhador, ideia que foi difundida durante a escravidão brasileira (Gorender, 1990, p. 41). Ademais, foi estabelecida uma relação entre a burguesia industrial e a Igreja Católica no Brasil que se realizou em certas “ações filantrópicas” – a exemplo da construção de vilas operárias pela iniciativa de alguns industriais. Nessas vilas, os patrões disponibilizavam aluguéis de casas para os operários/as que estavam empregadas em suas fábricas. Não por acaso, essas vilas tinham um ambiente que lembrava um convento e nelas existia o horário de saída, o de entrada, o de instrução e os

de praticar rituais católicos. Em outras palavras, a Igreja Católica teve um papel fundamental na formação do trabalhador/a submissa e subserviente.

Se existia essa relação entre agentes sociais dominantes da esfera econômica – em sua parcela industrial – e os da esfera cultural – em sua parcela católica –, também podemos tratar da relação entre os dois anteriores com os grupos dominantes da esfera política – em sua parcela estatal – que se alinhavam aos interesses das duas anteriores.

Encontramos essa relação ainda no período do Governo Provisório (1889 a 1891), quando ocorreram as assembleias do Congresso Constituinte da República, em 1890, no Rio de Janeiro, distrito federal na época: por exemplo, nos anais dessas assembleias, o termo “anarquia” foi utilizado em dois casos nos quais a significação da palavra vale a pena ser destacada. O primeiro foi de quando alguns parlamentares republicanos propuseram que o Estado fosse laico, algo que, no entendimento de parlamentares ligados à Igreja Católica, poderia dar espaço aos “abutres da anarquia” e aos “perturbadores” da “consciência da Nação”¹². Percebemos que a “perturbação” seria a laicidade, a possibilidade do Estado não favorecer e nem oficializar qualquer religião que seja – algo que não é nada revolucionário, mas que era considerado absurdo pela bancada cristã do Congresso Constituinte. O segundo caso foi a defesa de um parlamentar que se posicionou contrariamente ao voto feminino – direito que só foi reconhecido oficialmente pelo Estado Brasileiro em 1932. Tal parlamentar afirmou que se a mulher votasse isso significaria nada mais que “a anarquia, a confusão”¹³.

Existe ainda um outro processo cultural que se constituirá nesse período e contribuirá para o estabelecimento de uma estrutura cultural ligada ao projeto de dominação social no Brasil: a racialização e categorização racial pretensamente “científica” e o projeto de embranquecimento da população – histórico que caracteriza uma parte das particularidades do racismo brasileiro. Isso é algo que demonstra a relação entre as esferas da cultura e da política, já que o embranquecimento populacional foi um projeto de “avanço civilizatório” da

¹² “A separação violenta, absoluta, radical, impossível, como se está tentando estabelecer, não digo só entre a Igreja e o Estado mas entre o Estado e toda religião, perturba gravemente a consciência da Nação, e produzirá os mais funestos efeitos, mesmo na ordem das coisas civis e políticas. Uma Nação separada oficialmente de Deus torna-se ingovernável e rolará por um fatal declive de decadência até o abismo, em que a devorarão os abutres da anarquia e do despotismo. Já pusemos todos de sobreaviso. na Pastoral Coletiva.” (Anais do Congresso Constituinte da República, vol. 2, p. 9)

¹³ “O SR. COSTA MACHADO – Há outra objeção: que seria desta sociedade se na família a mulher tivesse direitos iguais aos do homem?

Seria a anarquia, a confusão; a mulher sairia a cabalar” (Anais do Congresso Constituinte da República, vol. 3, p. 217).

época. No entanto, deixaremos para fazer essa discussão no capítulo em que trabalharemos sobre *raça, civilização e evolucionismo*.

1.1.1. Esfera Econômica

No fim das últimas décadas do Império ocorreu uma larga expansão das forças produtivas (força de trabalho + meios de produção), ou seja, da mão-de-obra (através da imigração de trabalhadoras/es europeus), dos instrumentos de trabalho, da tecnologia para produção (máquinas, ferramentas, técnicas), dos materiais e da utilização da terra e dos recursos naturais. Esse processo se intensificou ainda mais com a abolição da escravidão e a constituição da República. Esse caráter de uma economia ampla, de produção extensiva e de larga escala no Brasil se deve ao desenvolvimento nacional e internacional do comércio e da industrialização.

Em comparação com o período da escravidão, alguns elementos se tornaram característicos na Primeira República: economia brasileira mais diversificada e complexa; aumento populacional exponencial; urbanização principalmente das regiões do sul e sudeste; desenvolvimento de um mercado interno mais estável; investimento e aplicação de capital em setores novos, como instituições de crédito, vias férreas que substituíram meios de transporte tradicionais (como o burro, o carro de boi), a substituição de barcos a vela por barcos mais modernos a vapor, industrialização urbana e agrícola que aumentaram a produtividade, etc. Por outro lado, mesmo após a abolição, o Brasil manteve a sua condição histórica no sistema econômico mundial: um país adequado a ser fornecedor (exportador) de matérias-primas e gêneros alimentícios para o mercado internacional – principalmente com o café (a grande atividade econômica do país na época), mas também com a borracha, o cacau, o mate e o fumo (Júnior, 1981, p. 157).

Quando falamos sobre a industrialização no Brasil que se concentrou no sudeste e no sul do país, estamos tratando de um processo que começou de forma modesta a partir da metade do século 19. No entanto, foi entre 1880-1889 que seu desenvolvimento teve seu primeiro grande crescimento: em 1881 existiam cerca de 200 estabelecimentos industriais; já em 1889 o número alcançou mais de 600. A maior parte do investimento industrial era destinado ao ramo têxtil e alimentício, químico, de madeira, de vestuário e de metalurgia em seguida. A fase de progresso industrial continuou após a instauração da república e foi interrompida em 1895. O crescimento retorna na década de 1900, com cerca de 3.258 estabelecimentos industriais e 150.841 operários/as registradas no primeiro censo geral das

indústrias, de 1907 – mantendo-se a predominância da atividade ligada à indústria têxtil seguida da alimentação (Júnior, 1981, p. 197-198).

O desenvolvimento industrial novamente reduz durante a década de 1910 e só retorna entre 1915-1919, devido à influência da Primeira Grande Guerra que desfavoreceu os países europeus e possibilitou um certo progresso brasileiro. No censo de 1920, os estabelecimentos industriais chegaram ao número 13.336 e 275.512 operários/as. A diferença nos censos entre 1907 e 1920 é que, neste último, o ramo da indústria alimentícia se estabeleceu em primeiro lugar na produção, sendo seguida pelo ramo da indústria têxtil em segundo lugar.

De toda forma, apesar do crescimento industrial no país e do desenvolvimento do mercado interno, a estrutura principal da economia brasileira se encontrava na produção agrícola de exportação, com a predominância da atividade cafeeira. Até o fim da década de 1920, o Brasil ainda era predominantemente agrícola e com poucas indústrias. Metade do comércio brasileiro com outros países estava ligado ao cultivo, torrefação, venda e compra de café. Inclusive, a produção e o comércio cafeeiro se fundamentavam no sistema de plantação extensiva de café, o que atrapalhava a possibilidade de organização dos trabalhadores do campo se comparados aos operários urbanos/as e fez existir apenas poucas associações de trabalhadores/as ligadas ao café.

Em 1925, os comerciários, garçons, estivadores, cozinheiros, padeiros, gráficos, motoristas de táxi e operários da construção civil e da indústria têxtil possuíam as organizações mais importantes (ou seja, trabalhadores/as de área urbana). No entanto, as associações operárias ou sindicatos estavam, na realidade, limitadas às cidades metropolitanas, mais urbanizadas e com maior atividade industrial – em menor quantidade em Recife, Salvador e Santos; e em maior quantidade no Rio de Janeiro e em São Paulo, esta última cidade sendo talvez a de maior progresso capitalista da época e com o crescimento econômico acelerado mesmo se comparado a outros países da América do Sul (Hall & Pinheiro, 1979, p. 279-282).

Mesmo na década de 1920-1930, a indústria nacional continuou dispersa, com rendimentos reduzidos e direcionada para mercados locais e não internacionais. Os grandes proprietários de origem brasileira que investiram na atividade industrial conseguiram o seu capital através dos lucros da lavoura e do mercado de café. Entre 1924-1930, muitas indústrias brasileiras fracassaram e quase todas que prosseguiram, assim o fizeram em níveis baixos ou mínimos de subsistência.

Em relação à política econômica do Estado brasileiro, de um lado se defendia um nacionalismo e protecionismo econômico para favorecer a atividade fabril brasileira; e de

outro, existiam aqueles que se beneficiavam da importação e do investimento estrangeiro (Costa, 1999, p. 463-469, 398-399). Nesse contexto, a grande maioria dos governantes e parlamentares se envolveram diretamente nos negócios, comércios, propriedades, investimentos, etc, e, portanto, as atividades políticas estatais caminharam na direção de interesses privados. Além disso, o interesse comercial estrangeiro se intensificou no Brasil da Primeira República e assim foram realizadas iniciativas capitalistas inglesas, alemãs, estadunidenses e de outros países europeus, com a criação de bancos, estradas de ferro, linhas de navegação, empresas de mineração, de iluminação e energia, etc.

Quando falamos sobre os capitalistas, é interessante trazermos uma classificação da burguesia brasileira da época que foi publicada pelo jornal socialista *Avanti!*, em 1907, que interpretou o governo estadual de São Paulo como uma “emanação de um restrito círculo de cidadãos locais, de uma espécie de aristocracia de raça, quase que exclusivamente fundiária” (Hall & Pinheiro, 1981, p. 153-156). Além disso, a mesma publicação definiu dois grandes grupos e três pequenos grupos da burguesia brasileira que disputavam decisões na política estatal e que tinham similaridades e diferenças relacionadas a questões de nacionalidade, costumes e aspirações políticas e econômicas.

Os dois grandes grupos eram a burguesia fundiária ou agrícola, composta por capitalistas de nacionalidade brasileira; e a burguesia industrial, que era composta por estrangeiros em sua maior parte. Os três pequenos grupos eram a burguesia mercantil (ligada ao comércio), a burguesia bancária e a burguesia financeira (compra e venda de ações de companhias), elas que mantinham relações mais próximas com os latifundiários e fazendeiros devido à exploração do escravismo colonial, à venda do que era produzido escravos antes da abolição, aos empréstimos cedidos à atividade agrícola, à economia nacional exportadora e à predominância da produção agrícola, etc.

Dessa maneira, poucos industriais possuíam origem brasileira, como Armando Álvares Penteado e Antônio da Silva Prado. A maior parte da burguesia industrial não veio das fazendas de café de São Paulo: eram majoritariamente estrangeiros, a exemplo de Francesco Antonio Maria Matarazzo, Antônio Pereira Ignacio, a família Klabin-Láfer, Benjamin Chedid Jafet, Mario Ometto-Dedini, Roberto Cochrane Simonsen (brasileiro, mas com o pai inglês radicado no Brasil e mãe descendente da nobreza escocesa), etc. Quando imigraram para o Brasil, esses estrangeiros que se tornaram industriais bem-sucedidos não venderam a sua força de trabalho, pois já vieram da Europa com algum capital ou como representantes contratados de empresas estrangeiras – como Rodolfo Crespi –, ou vieram como administradores e montaram pequenos negócios comerciais (Gorender, 1981, p. 38-40).

A burguesia fundiária (nacional), a burguesia industrial (majoritariamente estrangeira) e os seus respectivos representantes na política estatal protagonizaram conflitos políticos relacionados aos seus interesses divergentes. No entanto, isso não significava que eram grupos completamente antagônicos ou adversários (ora, antagônicas são as classes que dominam e as que estão sob domínio!). Se por um lado a burguesia agrícola/fundiária divergia da burguesia industrial em questões de política econômica, por outro lado não havia divergência em relação à propriedade latifundiária e sua produção – existindo casos, inclusive, de industriais que adquiriram terras e casos de latifundiários que investiram em indústrias. Entre os grupos burgueses existia uma relação amigável, ainda que contraditória em alguns momentos devido aos interesses político-econômicos divergentes, já que, afinal, a obtenção de lucros os unia mais do que os separava.

É preciso lembrarmos também que a economia brasileira durante a Primeira República possuía dependência e subordinação em relação ao mercado internacional: o Brasil se consolidou como uma economia de exportação e de fornecimento de gêneros alimentícios e matérias-primas para a Europa e os Estados Unidos. Permaneceu, portanto, essa característica colonial, uma vulnerabilidade que tornou possível a penetração do capital financeiro internacional – algo que ocorria desde os primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra após a independência do Brasil, em 1822 e que também se fez presente no financiamento e exploração internacional da atividade cafeeira e na industrialização brasileira.

É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. [...] A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. (Júnior, 1981, p. 213)

Assim como nas palavras acima de Caio Prado Júnior, a economia brasileira foi retratada como “uma colônia econômica e política do imperialismo anglo-americano” nos Congressos V (1924) e VI (1928) da Internacional Comunista (IC) (Hall & Pinheiro, 1979, p. 282). Essa análise reforça a interpretação de que o Brasil era um país agrário e pouco desenvolvido industrialmente, mas também nos alerta para a ação do imperialismo estrangeiro no país: as maiores empresas que atuavam e lucravam no Brasil da Primeira República pertenciam a ingleses e estadunidenses. Até 1914, o imperialismo inglês era dominante no Brasil. Após esse ano, iniciou-se a ação do imperialismo estadunidense que buscou alcançar a

hegemonia de influência tanto na esfera econômica quanto na esfera da política estatal. A partir da década de 1920, as disputas políticas no Estado situaram-se num palco de conflito entre os grandes proprietários agrários/latifundiários e seus representantes – associados à Inglaterra e ao Partido Republicano – e a “grande burguesia” (nacional e internacional) e seus representantes – associada aos industriais, aos empresários das grandes empresas citadas anteriormente e aos novos partidos estatais, como o Partido Nacional Democrata.

1.2. Elementos da formação da classe operária urbana

Mesmo tendo em mente que este capítulo tem o objetivo de contextualizar a realidade na qual o nosso objeto de estudo (a questão racial no jornal *A Voz do Trabalhador*) se encontra, precisamos fazer uma breve observação sobre nossa escolha de utilizar o termo “classe operária urbana”. Primeiro, falar da classe trabalhadora é falar do grande grupo social que reúne as pessoas que são as responsáveis pela atividade econômica da sociedade, ou seja, quem tudo produz. O trabalho humano tem a ver com a utilização de nossa energia, corpo e mente para a produção e reprodução de algo, seja através do trabalho braçal ou do trabalho intelectual. E nesse sentido, existem diferentes tipos e categorias de trabalhadores/as, a exemplo das trabalhadoras/es urbanos e rurais. Ou seja, o grupo operário urbano faz parte da classe trabalhadora, mas a classe trabalhadora não se resume ao operariado urbano.

O segundo ponto que consideramos importante é que o termo “operário” nos leva a pensar na realização do trabalho através da operação de máquinas e a condição da relação de trabalho assalariado pós-abolição. Já o termo “urbano” evidencia que esta nossa pesquisa não dá conta de toda a classe trabalhadora, pois não contemplaremos aqui o campesinato, o trabalhador/a rural, ou a classe operária agrícola, pois trataremos do jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira que alcançou principalmente o sindicalismo e grupos de trabalhadores/as urbanas. É nesse sentido que utilizaremos o termo *classe operária urbana* para demarcar sobre qual grupo trabalhador estamos estudando.

Ainda um terceiro ponto pode ser colocado: tanto na nossa realidade atual, quanto na passada, existem diferenças de condições de vida, de trabalho e de organização de classe que especificam a realidade tanto dos trabalhadores/as do campo e da cidade, quanto dos trabalhadores/as nas diferentes regiões do país – que hoje conhecemos como norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. É por isso que enfatizamos que estamos tratando sobre a classe operária urbana do centro-sul do Brasil na Primeira República – recorte esse que delimita a experiência operária das cidades mais industrializadas do período, no “centro” industrial do

país, em estados do sul e principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (por isso “centro-sul”).

Com isso em mente, podemos apontar algumas questões importantes sobre o contexto no qual se formou a classe operária urbana brasileira. Duas delas já apresentamos em discussões anteriores – a recente abolição da escravidão e as altas taxas de analfabetismo durante a Primeira República. Além disso, a baixa instrução das massas foi algo que dificultou a difusão de ideias e discussões da imprensa operária, ainda mais quando quem sabia ler e escrever era majoritariamente estrangeiro (Hall & Pinheiro, 1979, p. 107).

Outro ponto importante para pensarmos a formação da classe operária urbana foi a imigração de europeus para o Brasil que ocorreu desde a década de 1850, quando se teve uma significativa entrada de imigrantes em terras brasileiras, algo que só continuaria a crescer nas próximas décadas (Samis, 2013; 2002). Vale ressaltarmos que a vinda desses trabalhadores/as da Europa foi politicamente deliberada: a partir das décadas de 1870 e 1880, o Estado brasileiro pôs em prática uma política migratória irrestrita aos europeus que visava cumprir três objetivos: (1) suprir a necessidade de mão de obra principalmente nas fazendas de café e nas fábricas, indústrias e companhias que lentamente começavam a ser instaladas em cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; (2) na visão dos grupos sociais dominantes, contribuir com o “progresso” nacional através das características e peculiaridades da cultura europeia considerada superior; e (3) embranquecer o país e “melhorar” a “raça” através da proposta eugenista brasileira representada pela mestiçagem da população nacional com os imigrantes brancos/as da Europa (Carrega, 2019; Wermuth, 2020).

A quantidade de estrangeiros foi menor nas regiões norte e nordeste do Brasil, ao contrário do que aconteceu em estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A imigração foi financiada pelo Estado brasileiro ou por fazendeiros e industriais interessados na mão de obra europeia que, em alguns casos, receberam do Estado brasileiro o reembolso pelas despesas gastas no transporte desses trabalhadores/as estrangeiras (Hall & Pinheiro, 1981, p. 102; Rossi, 2000, p. 27, 35).

Mas é preciso dizer que os grupos dominantes nacionais não tiveram suas expectativas completamente supridas com a chegada desses imigrantes: se inicialmente esperavam um “melhoramento racial” e avanço civilizatório, posteriormente se depararam com problemas sociais relacionados à higiene, aos costumes e aos aspectos morais que a burguesia almejava. Durante as primeiras décadas do século 20, os médicos higienistas, setores da burguesia industrial, autoridades públicas e reformadores sociais se preocuparam com o processo de ocupação dos/as imigrantes no Brasil e, nesse meio tempo, apontaram “indícios” de

anormalidade social nas práticas e hábitos das classes populares, dos trabalhadores/as fabris, das pessoas “improdutivas”, dos pobres, das “mulheres públicas” e das crianças que passaram a perambular abandonadas pelas ruas (Rago, 2014).

Se a imigração foi financiada por uma política nacional, por outro lado isso suscitou conflitos de interesses de nível estadual: em 1895, um artigo produzido pelo *Diário de Pernambuco*, jornal ligado ao governo estadual, questionou a política “impatriótica” do Estado brasileiro de utilizar dinheiro público para financiar a imigração europeia para estados do sul e sudeste do país enquanto não se investia nos trabalhadores/as nacionais e das outras regiões (Hall & Pinheiro, 1981, p. 22). Além disso, a política migratória “favoreceu” o trabalhador estrangeiro/a (ao menos na sua vinda ao Brasil) em relação aos recém-libertos/as da escravidão que não receberam instrução, aprimoramento profissional algum e qualquer tipo de indenização ou reparação.

De toda forma, o contexto de conflitos étnicos, religiosos e de crises agrárias que marcavam a Europa na segunda metade do século 19 foram importantes para as ondas imigratórias de trabalhadoras/es europeus (Gorender, 1990, p. 196), processo que foi responsável pela chegada de mais de 70 mil imigrantes por ano no Brasil, entre 1877 e 1930, que se estabeleceram em cidades industrializadas e principalmente em cidades responsáveis pela atividade agrária, a exemplo das fazendas de café no estado de São Paulo (Batalha, 2000, p. 12-13).

A maioria dessas pessoas era proveniente da Itália, seguida de portugueses e de espanhóis. Inclusive, não foi por acaso o interesse da política migratória brasileira em trazer pessoas de origem eurolatina: além d, o Estado brasileiro buscou trazer italianos, espanhóis e portugueses/as, pois se acreditava que ocorreria um processo genético de “assimilação”, ou seja, para que a “fusão racial” da genética latina com a da população do Brasil fosse menos perigosa ou prejudicial para o objetivo de “arianização” do povo brasileiro (Wermuth, 2020, p. 2338).

Nesse sentido, a presença italiana foi mais forte em São Paulo (Hall & Pinheiro, 1979; 1981) e portuguesa e espanhola no Rio de Janeiro (Chalhoub, 2012). Isso explica, em partes, o porquê de associarmos os movimentos operários, socialistas e anarquistas quase que diretamente à figura do imigrante italiano em São Paulo: após o esforço pioneiro, em 1890, do carioca Luiz França e Silva, alguns italianos tentaram fundar um partido operário socialista, em 1892, depois tentaram realizar um congresso socialista que só ocorreu em 1902, o primeiro Congresso Socialista em São Paulo. Além disso, na primeira década de 1900, o estado de São Paulo tinha cerca de 50 mil operários e 90% deles eram de origem italiana; e,

mais ou menos entre 1901 e 1915, o governo italiano manteve um comissário de polícia junto ao seu consulado na cidade de São Paulo para vigiar as atividades dos considerados “grupos subversivos italianos”, que eram compostos quase exclusivamente de anarquistas (Hall & Pinheiro, 1979, p. 26-27, 109-112).

Além da imigração, existe um outro elemento histórico na formação da classe operária urbana brasileira: a origem duplamente camponesa: a força de trabalho urbana e industrial que foi se formando no centro-sul foi composta, de um lado, por uma parcela pequena de trabalhadoras/es rurais brasileiros, majoritariamente antigos escravos/as, e, de outro lado, por uma parcela grande de estrangeiros/as que também tinham origem rural em seus países (Sodré, 1966, p. 355). Apenas uma parcela muito pequena de estrangeiros é que poderia ser de operários urbanos ou que tiveram alguma experiência industrial em seu país de origem: a maioria era proveniente de áreas rurais e não possuía nenhuma experiência prévia na atividade industrial ou na luta sindical.

Um outro ponto importante é o de raça e nacionalidade: no início do século 19, a população escravizada representava quase 49% de brasileiros/as; já em 1872, a população escravizada representava cerca de 15% da população. Contudo, ao passo que o número de escravizados diminuía – nomeados como “negros” –, o número de mestiços e/ou “mulatos” aumentava, sendo 55% da população brasileira pelo censo de 1872 (Schwarcz, 1993, p. 13). Isso significa que o Brasil possuiu uma população majoritariamente negra no início do século 19 e progressivamente deixa de ser um país de maioria negra e escravizada para se tornar um país de mestiços com uma quantidade menor de cativos e maior de pessoas “livres” – isto devido à diminuição da entrada de africanos pelo tráfico negreiro internacional proibido no Brasil em 1850 pela lei Eusébio de Queirós e pela paulatina substituição da mão de obra negra pela branca imigrante nas fazendas de café no sul e sudeste do país.

Com a imigração europeia, a composição racial nacional vai se modificando ainda mais: em 1890, a população total do Brasil era de um pouco mais de 14 milhões de pessoas, dentre as quais 14,6% eram “negras”, 41,4% eram “mulatas” e 44% eram brancas¹⁴. No entanto, ainda no mesmo ano, existiam diferenças entre o sudeste brasileiro e o resto do país devido ao processo de imigração: no sudeste 61,6% da população era branca, enquanto 13,8%

¹⁴ Pelo que parece, as pessoas classificadas como “negras” eram os antigos escravos/as, enquanto que as “mulatas” eram aquelas pessoas negras livres e também mestiças (mulatas, pardas, etc). Mas, na verdade, não sabemos ao certo. Inclusive, não sabemos dizer se essa categoria de pessoas “mulatas” inclui pessoas indígenas e também mestiças de indígenas e brancos e indígenas e negros.

era “negra” e 24,6% era “mulata”; no resto do país 36,5% da população era branca, enquanto 15% era “negra” e 48,5% era “mulata” (Schwarcz, 1993, p. 13, nota de rodapé 1).

Mais especificamente, em 1906, a cidade do Rio de Janeiro possuía um pouco mais de 811 mil habitantes, enquanto que São Paulo e Salvador contavam com pouco mais de 200 mil habitantes cada uma. O crescimento acelerado da população do Distrito Federal esteve ligado à migração de ex-escravos libertos da zona rural para a cidade e à imigração portuguesa e espanhola. Em 1890, a capital federal possuía o maior contingente de negros e “mulatos” de toda região sudeste: cerca de 34% eram negros ou mestiços/as e 30% eram estrangeiros/as (Chalhoub, 2012, p. 42-43).

Essas diferenças são importantes para pensarmos nos elementos de nacionalidade (estrangeira e nacional), de raça (brancos, negros e mestiços brasileiros/as) e de região: a maioria dos cafeeiros do sudeste brasileiro depreciavam o trabalhador nacional, ainda mais se fosse negro – os fazendeiros “não esperavam extrair do negro livre o mesmo rendimento que extraíam do negro escravo”, mas sim que se tornariam desocupados, vadios, que estimariam o ócio e que só se tornariam trabalhadores disciplinados por violência ou de forma compulsória (Gorender, 1990, p. 192). Ao mesmo tempo em que se utilizava a mão de obra imigrante em São Paulo, por exemplo, também se estabelecia as piores condições de inserção dos negros/as no mercado de trabalho: havia “sempre escassez de mão-de-obra” nas fazendas de café, particularidade do Estado de São Paulo, no qual os fazendeiros e industriais buscavam constantemente trazer novos imigrantes para formar o exército de reserva e controlar o nível salarial (Gorender, 1990, p. 197).

Essa realidade era um pouco diferente no Distrito Federal. A categoria dos padeiros no Rio de Janeiro exemplifica a participação direta de trabalhadores negros escravizados em ramos industriais na década de 1870. Esse segmento da classe trabalhadora carioca não se alterou significativamente após a abolição e proclamação da república: imigrantes brancos (“galegos”) e negros brasileiros dividiram o mesmo ambiente de trabalho (Samis, 2019, p. 65). Tudo isso nos indica uma composição racial diferente nos casos do Distrito Federal e de São Paulo: no primeiro caso, uma classe operária urbana mais diversificada entre brancos, negros, mestiços, estrangeiros/as e nacionais; no segundo caso, uma concentração estrangeira e principalmente italiana.

Um relatório de 1922, do consulado estadunidense nos informa algumas questões interessantes sobre condições de trabalho, raça/nacionalidade e ascensão socioeconômica: no campo (nas fazendas de café) e na cidade (nas fábricas, indústrias e companhias), brasileiros/as e imigrantes de nacionalidade eurolatinas trabalhavam nos diversos ofícios e

funções industriais, enquanto que os poucos estadunidenses e ingleses, quando vinham para o Brasil, trabalhavam como vendedores ou contadores/as, profissões que pagavam mais (Hall & Pinheiro, 1981, p. 125-127). O relatório também informa que os operários portugueses faziam “qualquer coisa para preservar seu emprego” se fosse um trabalho seguro; os italianos e os espanhóis eram mais “independentes” e eram “considerados pelos empregadores como mais confiáveis que a mão-de-obra nativa”, ou seja, a brasileira. Nesse sentido, é possível que os casos de ascensão socioeconômica de famílias da classe trabalhadora urbana que possa ter ocorrido a partir da década de 1920 abrangeu majoritariamente os imigrantes europeus.

Existia ainda a distinção por sexo (homem/mulher) no trabalho, fator importante para pensarmos a formação da classe operária urbana no sudeste brasileiro. As formas de exploração do trabalho poderiam variar de acordo com essa questão, sendo as mulheres normalmente ainda mais exploradas que os homens. Um relatório de 1913, que a União dos Alfaiates apresentou no Segundo Congresso Operário Brasileiro, nos informa que os patrões se aproveitavam da necessidade das mulheres de trabalhar para auxiliar nas despesas de casa e pagavam salários menores do que eram pagos aos homens (Hall & Pinheiro, 1979, p. 149). Também havia divergências na jornada de trabalho de acordo com o sexo, a nacionalidade e o estado civil.

Nas fazendas, as mulheres podiam ser aliciadas, assediadas e estupradas. Nas fábricas, elas geralmente ganhavam apenas um pouco mais da metade que os homens, algo que levou a realização de greves encabeçadas por mulheres. Outros tipos de situações específicas de superexploração do trabalho feminino também ocorriam, casos como de operárias que eram mães tinham que parar a sua jornada de trabalho para amamentar o filho/a levada por uma amiga na porta da fábrica (Hall & Pinheiro, 1981, p. 162-168). Esses casos não eram raros e isso torna a questão ainda mais sintomática tendo em vista que, em 1912, do total de operários empregados/as no ramo da indústria têxtil da cidade de São Paulo, 66% era de mulheres (Hall & Pinheiro, 1981, p. 61). As mulheres protestavam contra as distinções salariais e especificidades de condições de trabalho desde a primeira década do século 20 e essa reivindicação integrou a “questão social” difundida pelos movimentos operários, sindicais, socialistas e anarquistas.

É importante dizermos também que desde a escravidão o trabalho infantil era utilizado e após a abolição ele continuou. A mortalidade infantil era alta, acompanhada das condições precárias de habitação que falaremos mais tarde. Crianças a partir de 5 anos ingressavam em indústrias e fábricas para realizar serviços e elas chegavam a trabalhar 9 ou 10 horas por dia. Ocorriam também casos de espancamentos de mulheres e crianças por parte de mestres e

supervisores das fábricas a mando dos patrões. Os menores de idade eram vigiados pelo aparelho repressivo estatal desde as primeiras décadas do século 20. Órgãos da polícia do Distrito Federal davam atenção a eles e cabia ao chefe de polícia o gerenciamento dos menores até mesmo para enviá-los para “patronatos agrícolas”, que eram um tipo de instituição responsável por educar menores pobres de áreas rurais através de educação moral, física, profissional e cívica com o intuito de adequá-los à “modernidade” (Samis, 2019, p. 284-285). Somente em 1927 é votado, em âmbito federal, o Código de Menores, para regulamentar minimamente o trabalho infantil estabelecendo a menoridade abaixo dos 18 anos.

O fim do século 19 e início do 20 também é marcado pelo fortalecimento do ideal e sentimento patriótico e militarista. Essa defesa existia tanto entre os/as imigrantes – cada um em defesa de seu país de origem – quanto entre os brasileiros/as – que eram alimentados pela propaganda governamental e pelo alistamento militar, este que os anarquistas insistiam em protestar em manifestações públicas e em publicações da imprensa operária. Inclusive, o patriotismo foi uma das causas de desentendimentos entre operários/as urbanas: o passado escravista, as diferenças nacionais e a defesa patriótica muitas vezes serviram como elementos que desestabilizaram a associação operária e isso causava desentendimentos entre os trabalhadores/as.

Existia também a herança escravocrata que incidia na continuidade de relações de trabalho e experiências cotidianas de operários (urbanos e agrários) de trabalho compulsório ou análogo à escravidão – isso era ainda mais intenso nas fazendas de café, por exemplo, do que nas fábricas. No sul e sudeste o fazendeiro era como um pequeno senhor detentor de poderes políticos e econômicos, o que fazia desse antigo senhor de escravos “o único patrão” do meio rural. As diferenças marcantes entre os escravos do passado e os “escravos modernos” (as trabalhadoras/es assalariados) era a demarcação racial, a ausência da condição de mercadoria humana e talvez um cotidiano menos doloroso e perverso se comparado às torturas da escravização.

Por outro lado, o trabalho “livre” do pós-abolição não significou tantas melhorias para a classe trabalhadora. Os militantes operários denunciavam a herança escravocrata ainda latente: o ideário escravista era como uma sequela que tivesse ficado entre a população brasileira “ainda impregnada de ideias de escravos” (Hall & Pinheiro, 1979, p. 108-109). Tanto os industriais e fazendeiros que eram ex-senhores de escravos, quanto os trabalhadores brasileiros/as carregavam essa infeliz herança escravocrata: os grandes proprietários mantinham certos costumes e impunham relações de trabalho análogas à escravidão; e os

trabalhadores/as ainda experienciavam as marcas da escravidão em termos econômicos e ideológicos.

É importante pontuarmos que, ainda na metade do século 19, existiram trabalhadores livres que defenderam a abolição da escravidão não por questão de justiça social, mas porque o trabalho escravo contribuía para o rebaixamento dos salários. Isso nos lembra o caso dos tipógrafos no Rio de Janeiro: inicialmente, em 1867, o jornal *O Typographo* questionava a capacidade de um africano exercer a atividade da tipografia, além de interpretar que o trabalhador livre – “escravizado moralmente” – estivesse numa condição de vida e trabalho pior que a do antigo “escravizado de fato”, pois os livres conheciam a liberdade e estavam sendo explorados, enquanto que os escravos africanos “nasceram” escravizados (Costa, 2010). No entanto, e interessante, após alguns anos de luta e de propaganda abolicionista, os mesmos tipógrafos envolvidos com esse jornal e ligados à Associação Tipográfica Fluminense passaram a lutar pela abolição da escravidão em termos políticos, ideológicos e humanitários ao formarem o Club Abolicionista Gutemberg, em 1880. Inclusive, os tipógrafos foram importantes figuras da luta abolicionista realizada nos fins da década de 1870 e durante a década de 1880 no Rio de Janeiro.

De toda maneira, na virada do século 19 para o 20, as cidades do centro-sul se industrializavam ao mesmo tempo em que eram palco de crises urbanas que afetavam diretamente os grupos populares. O desenvolvimento do sistema capitalista e moderno durante a Primeira República também era responsável por baixos salários que não eram suficientes para garantir o necessário para a subsistência dos operários/as, além de que as habitações fora das vilas operárias contribuía com a transmissão de doenças, as ruas em que as pessoas mais pobres moravam raramente eram calçadas, além de haver constante falta de água, luz e rede de esgotos.

Um exemplo disso se encontra nos famosos cortiços que foram habitações significativas na história de São Paulo e do Rio de Janeiro a partir do fim do século 19: em 1904, o jornal *Fanfulla* relatou que os cortiços correspondiam a um terço das habitações existentes na cidade de São Paulo (Hall & Pinheiro, 1981, p. 42-43). Eles eram um tipo de prédio de um andar, com filas de aposentos sujos, minúsculos, úmidos, pouco arejados com uma série de pequenos pátios. Eram cubículos em que não deveriam viver mais do que uma ou duas pessoas, mas que comportavam famílias de oito, nove, dez ou até mais gente. Essas condições impediam a circulação de ar saudável, além de propiciar a ausência de privacidade em situações e cenas experienciadas no seu interior – crianças poderiam presenciar a prática de relações sexuais, sem falar no contato delas com a falta de higiene, com os lixos e dejetos

jogados no patio comum aos moradores/as. Não raramente as crianças eram raquíticas e doentes e a tuberculose, assim como outras doenças transmissíveis, espalhavam-se facilmente nos cortiços.

Quase 10 anos depois o mesmo jornal *Fanfulla* retoma o assunto num artigo de 1913, texto pelo qual se reafirma as condições desumanas desses espaços ao mesmo tempo em que se aumentava o preço dos aluguéis (Hall & Pinheiro, 1981, p. 96-99). A cidade de São Paulo, sem casas suficientes e adequadas para abrigar a população pobre e trabalhadora, vivia o crescimento dos cortiços, que podiam contar com inúmeras famílias em cada cubículo e com mais de 200 pessoas, entre crianças e adultos no total de moradores de um único cortiço. Esse texto da *Fanfulla* também relata que, na ocasião da visita a um cortiço, o entrevistador do jornal teve que ir embora, pois não aguentou o fedor que sentia e, ao sair, viu várias crianças brincando com um cachorro que morria lentamente.

Se de um lado há um crescimento dos cortiços e de habitações inadequadas para a moradia, de outro temos o desenvolvimento das fábricas, indústrias, prédios governamentais, enfim, da urbanidade capitalista das metrópoles no centro da cidade que vai se tornando um lugar de comércio, de relações governamentais, de burocracia. Consequentemente, intensifica-se a separação do espaço urbano e a periferização que levou os operários/as a alugar casas em áreas próximas das fábricas e nas periferias dos centros urbanos. É dessa maneira que se começa a desenvolver a vida operária nos chamados subúrbios com o aumento cada vez maior do contingente de habitantes.

Contraditoriamente a carestia da vida aumentava ao mesmo tempo em que o Brasil era um dos maiores produtores mundiais de gêneros tropicais e de matérias-primas. A produção para o consumo interno caía e se tornava insuficiente para suprir as necessidades do país, levando à política de importação de gêneros alimentícios que poderiam ser produzidos no próprio território nacional (Júnior, 1981, p. 157). Com a carestia da vida e devido à busca de reduzir gastos, o subúrbio se tornava o local que os/as populares podiam pagar por aluguéis mais baratos. O caso de abandono das autoridades municipais em relação aos subúrbios era sério: a locomoção e a qualidade do transporte de trens e bondes eram precárias e caras em relação aos salários dos operários/as; as ruas dos subúrbios não tinham calçamento, higiene e iluminação adequadas, além de que a tuberculose se espalhava rapidamente (Hall & Pinheiro, 1981, p. 57-58).

O boletim do Departamento Estadual do Trabalho, de São Paulo, publicado em 1916 nos revela indícios sobre a condição de vida e de habitação da classe operária urbana e o quanto a realidade do povo trabalhador era decadente durante as primeiras décadas do século

20: não havia “intervenção” do Estado para garantir habitação para as classes populares e a “solução” era ditada pelos agentes sociais interessados no lucro, ou seja, os grandes empresários alugavam as casas próximas às fábricas – que eram mais caras, porém higiênicas e habitáveis – e os pequenos empresários alugavam os cortiços que eram habitados por grande parte do operariado, pois era o que dava para fazer com que os salários pagos nas fábricas e indústrias (Hall & Pinheiro, 1981, p. 105-108).

Outro problema da época é que não havia atendimento médico gratuito. Em 1914, o jornal socialista *Avanti!* publicou um artigo informando que era comum que um trabalhador/a doente antes chegasse ao cemitério do que conseguisse ver um médico (Hall & Pinheiro, 1981, p. 99-100). Isso ocorria tanto na cidade, quanto era ainda mais comum no campo. O artigo também nos informa que faltavam médicos e cirurgiões suficientes no Brasil – apesar da pouca quantidade que existia em alguns centros urbanos ou capitais. De toda forma, mesmo que, por alguma sorte, um trabalhador adoecido/a encontrasse um médico para atendê-lo/a, outro problema se apresentava: o valor a ser pago ao médico e pelo tratamento. A condição de acesso à saúde foi resumida nesse artigo da seguinte forma “[...] É coisa notória, reconhecida até por alguns médicos, que quando uma pessoa fica doente no Brasil tem dupla desgraça: a doença e o preço da cura”; “No Brasil é proverbial o dito ‘a morte custa caro’.”

Com aglomeração de pessoas em habitações como os cortiços existiam condições que propiciavam a transmissão de doenças e, conseqüentemente, ampliavam os índices de mortalidade. Um exemplo disso foi a tuberculose, um problema sério da época que não poderia ser resolvido sem que a questão habitação popular também fosse solucionada. Entre 1903 e 1920, doenças infecciosas como febre amarela, varíola, peste, sarampo, escarlatina, etc, mataram 64741 pessoas; já a tuberculose sozinha matou, no mesmo período, 68985 pessoas e a imensa maioria das pessoas mortas eram pobres e trabalhadoras (Hall & Pinheiro, 1981, p. 121-124).

Para além disso, os trabalhadores/as ainda tinham que enfrentar problemas ligados à alimentação e ao poder de compra de seus salários. Por exemplo: uma família de classe média, composta por quatro pessoas (marido, esposa e dois filhos menores), em 1925, tinha dificuldade de equilibrar as finanças, mesmo com o marido tendo um negócio, uma pequena empresa, e a esposa exercendo a profissão de professora (Hall & Pinheiro, 1981, p. 130-131). A classe operária urbana possuía uma renda mensal menor do que aquelas pessoas da classe média, cerca da metade ou menos que o exemplo citado.

Um artigo elaborado pelo Partido Comunista Brasileiro, publicado, em 1928, no *El Trabajador Latino Americano*, órgão oficial do comitê preparatório da Conferência Sindical

Latino Americana, nos apresenta dados em porcentagem sobre aumento de salários e do custo de vida (Hall & Pinheiro, 1981, p. 135-138). Esse texto nos revela que, entre 1913 e 1927, os salários dos trabalhadores urbanos/as aumentou cerca de 150%; mas entre 1920 e 1927, o custo de vida aumentou cerca de 280%, sem contar o aumento de 1913 a 1920. Era uma situação que não ocorria na Europa, por exemplo: era comum que trabalhadores/as brasileiras e suas famílias comessem apenas 1 vez no dia – se não fosse café e pão pela manhã, seria o “prato nacional” do meio dia: feijão, arroz e carne seca.

Também eram precárias as condições de trabalho do operariado: nos primeiros anos do século 20, a maior parte dos trabalhadores/as trabalhavam jornadas de 14 horas no Rio de Janeiro e de 16 horas em São Paulo (Batalha, 2000, p. 11). Nas fazendas de café, os colonos/as imigrantes sofreram diversos casos de coerção e violência física a mando dos fazendeiros: espancamentos, não pagamento de salários, morte por doenças e omissão de tratamento, proibição de entrada de funcionários oficiais do governo (cônsules, governantes, policiais, delegados...) nas fazendas, estupros, assédios, assassinatos, etc (Hall & Pinheiro, 1981, p. 32-39).

Enquanto isso, era possível que os operários/as urbanas sofressem também tipos de violência física e simbólica. Existiam práticas como o “sistema de retaliação” ordenado pelos patrões fabris: se um operário/a cometesse algum “erro” ou alguma falta no trabalho, todos os membros da família do trabalhador/a que estivessem empregados/as na fábrica eram penalizados com multas, aquisição compulsória de materiais, agressões físicas feitas pelos contramestres (até mesmo nas crianças), falta de pagamento e demissão sem pagamento. Algumas situações chegam a ser absurdas, a exemplo de operários/as com qualidades artísticas, musicais, etc, que eram obrigadas/os a fazerem parte da banda de música da fábrica sob o risco de perderem o emprego e o seu sustento (Hall & Pinheiro, 1981, p. 43-46).

Muitos operários/as tinham que trabalhar respirando um pó que também atacava os olhos, inúmeras doenças pulmonares e acidentes de trabalho ocorriam nas fábricas têxteis, ainda mais com as crianças, as mulheres recebiam menos que os homens e as crianças (meninas, na maioria) recebiam menos que as mulheres mesmo trabalhando até 11 horas por dia, as mães operárias tinham os salários descontados quando saíam do expediente para amamentar o filho pequeno/a que estava na porta da fábrica sob a responsabilidade de uma amiga; etc (Hall & Pinheiro, 1981, p. 162-168).

Vale salientar que a maioria dos empregados/as nas indústrias de São Paulo era composta por italianos/as e mulheres: cerca de 18% eram de nacionalidade brasileira e 73,5% de imigrantes, sendo 59% só de italianos/as. Desse total de operários/as, cerca de 66% era

composto de mulheres. Essa era uma realidade, em 1912, da maior parte das indústrias têxteis de São Paulo (Hall & Pinheiro, 1981, p. 61).

Para locomoção, as operárias/os urbanos utilizavam as próprias pernas, os bondes ou trens para se locomoverem até as fábricas. Interessante é o caso da empresa canadense *Light* (Light São Paulo ou São Paulo Tramway, Light and Power Company), que atuava na geração e distribuição de energia elétrica para as indústrias de São Paulo e no transporte público por bondes. Essa empresa lucrava com o preço das passagens que os seus empregados/as pagavam para se locomoverem nos bondes “públicos” que pertenciam à própria Light (Hall & Pinheiro, 1981, p. 52-53).

As condições de trabalho e de vida eram tão precárias que casos absurdos não eram incomuns: alguns industriais chegavam a decidir arbitrariamente o valor que seria pago de salários conforme bem entendesse. Foi o que aconteceu com as operárias da fábrica Pauliceia, em São Paulo, que, em 1908, através do seu proprietário Brito Gomes, decidiu reduzir pela metade o pagamento das suas funcionárias mulheres e crianças (Hall & Pinheiro, 1981, p. 50-52). E quando os industriais se propunham a realizar “obras sociais”, que podem ser interpretadas como ações cujo objetivo era cooptar e controlar o operariado, tais obras de “caridade” não eram as melhores para o operariado: as escolas oferecidas pelas fábricas, por exemplo, cobravam taxas mensais dos salários dos operários/as através das quais se descontava serviços escolares e de guarda da fábrica (Hall & Pinheiro, 1981, p. 54-55).

Havia até casos de empregados/as que eram obrigadas a participarem de homenagens aos patrões, tendo valores retirados compulsoriamente dos seus salários para custear essa comemoração (Hall & Pinheiro, 1981, p. 174-175). Esse tipo de situação ocorria tanto em indústrias, quanto em repartições públicas. A única coisa que os empregados/as “ganhavam” nessas festividades era cachaça/aguardente. Se algum operário/a se recusasse a participar ou se negasse a dar sua cota, poderia sofrer represálias e perseguições dentro da empresa.

1.3. Movimento operário urbano do centro-sul

Agora que sabemos um pouco das condições de vida e de trabalho do operariado urbano, podemos tratar brevemente sobre o movimento operário. É interessante começarmos dizendo que a Constituição do Brasil Imperial de 1824 impedia que os trabalhadores livres criassem qualquer tipo de organização sindical. Nesse contexto, foram criadas sociedades ou associações mutualistas que serviam tanto para praticar solidariedade entre os membros em caso de doença, de funerais, de incapacitação para realizar o ofício e de desemprego; quanto

para articular os interesses próprios de cada categoria profissional associada. Essas associações mutualistas também ficaram conhecidas como sociedade de socorros mútuos e reuniam geralmente os trabalhadores urbanos livres que eram mais qualificados ou especializados, a exemplo de profissionais que trabalhavam com ofícios artesanais. Elas tinham um caráter “beneficente” e existiram até as primeiras décadas do século 20 (Batalha, 2000, p. 14-15).

É interessante pontuarmos que o surgimento do movimento operário urbano tem certa relação com trabalhadores e movimentos abolicionistas da década de 1870 (Mattos, 2009; Costa, 2010) – o que contempla tanto os escravizados/as da época, como trabalhadores livres assalariados/as dos centros urbanos, sejam eles brasileiros ou estrangeiros/as. Posteriormente, o movimento operário urbano e sindical é encabeçado por socialistas e anarquistas. Os primeiros registros de socialistas no movimento operário tem a ver com a fundação do círculo socialista em Santos (São Paulo) em 1889 e sua tentativa (que não obteve sucesso) de criar um Partido Operário em 1890 (Batalha, 2000, p. 21); também da realização do Primeiro Congresso Socialista, no Rio de Janeiro, em 1892 (Hall & Pinheiro, 1979, p. 26-27). Os primeiros registros de anarquistas datam de 1892, em São Paulo, com a publicação de jornais libertários italianos, a exemplo do periódico chamado *Gli Schiavi Bianchi* (Os escravos brancos) (Hall & Pinheiro, 1979, p. 23-24).

Portanto, algumas lutas e pensamentos políticos foram importantes para o surgimento do movimento operário urbano: o abolicionismo, o reformismo, o socialismo e o anarquismo. É dessa maneira que, durante o fim do século 19 e no início do 20, surgem os sindicatos operários voltados para ação sindical, ou seja, para a “ação econômica” direcionada a questões e interesses de classe, como os salários, as condições de trabalho e de sobrevivência do operariado, a jornada e carga horária de trabalho, etc. Mesmo com essa característica sindical e de ação econômica, alguns sindicatos operários mantiveram a prática mutualista de prestação de auxílios e solidariedade entre os seus membros.

Se pensarmos nas primeiras reivindicações do movimento operário urbano, desde o início da década de 1890, num cenário de ainda poucas indústrias em São Paulo, já encontramos definidas algumas lutas operárias: militantes anarquistas buscavam disseminar os princípios da Internacional dos Trabalhadores em conjunto com os militantes socialistas. Dessa forma, tentava-se estabelecer as primeiras reivindicações para a classe trabalhadora, como a fixação da jornada de oito horas de trabalho, o pagamento dos salários em função das horas de trabalho, a determinação do salário-mínimo baseado nos preços das necessidades vitais e básicas dos trabalhadores, etc.

A maior parte das greves que ocorreram na última década do século 19 foram realizadas mais em níveis locais, mais especificamente nas empresas e oficinas, diferente do que ocorreu durante o início do século 20, período que foi palco de movimentos e lutas operárias urbanas mais fortes e amplas. Isso significa que as greves antes mais setorializadas, mais ligadas a uma categoria ou ofício específico, conseguiram ganhar ampliação e ação conjunta grevista através da adesão de diferentes categorias e ofícios. (Batalha, 2000, p. 38).

Para falarmos sobre o movimento operário urbano da Primeira República, precisamos ter em mente as principais vertentes ideológicas que encabeçaram as organizações e as mobilizações de trabalhadores/as: o “reformismo de colaboração”, o socialismo, o anarquismo e o bolchevismo. Apesar das possíveis particularidades, cada uma dessas ideologias políticas defendeu determinada estratégia sindical.

Sobre o “reformismo de colaboração”, precisamos fazer uma observação. Quando falamos de reformismo, não estamos tratando de uma vertente teórica e ideológica tão definitiva. O que estamos chamando de reformismo não engloba, por exemplo, a perspectiva socialista informada acima – mesmo que os socialistas fossem majoritariamente favoráveis às reformas e tivessem proximidade com elementos positivistas e cientificistas, ainda sim defendiam a luta de classe em termos marxistas. Quando falamos de uma corrente ideológica “reformista de colaboração”, estamos tratando de perspectivas que defendiam certos direitos dos trabalhadores/as e melhorias para a classe operária a partir da colaboração e apoio dos grupos dominantes vigentes, como parlamentares, patrões, membros da cúpula da Igreja, etc. Sendo assim, o que estamos chamando de “reformismo de colaboração” engloba as perspectivas positivistas, o sindicalismo cooperativista ou corporativista e a corrente católica no meio operário (Batalha, 2000, p. 25-28).

O positivismo influenciou lideranças operárias reformistas, socialistas e também chegou a incidir, através de algumas ideias, em anarquistas. Na luta sindical, a posição positivista – encontrada, por exemplo, no Círculo dos Operários da União e no Círculo Operário Nacional, do Rio de Janeiro – defendia reivindicações de melhoria de vida e de trabalho através do apelo às autoridades, da busca por eleger operários para cargos estatais, de métodos de luta que não fossem radiciais e da incorporação do proletariado à sociedade moderna sob os moldes do pensamento de August Comte – progressivamente, de forma evolutiva e “ordeira”, etc.

O sindicalismo cooperativista, que se inicia mais precisamente a partir da década de 1910, foi empreendido oficialmente por Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, que fundou, em 1920, a Federação Sindicalista Cooperativista Brasileira. Esse “sindicalista” foi

funcionário do Ministério da Agricultura e o seu exemplo consegue expor a proposta que se pregava de aproximação ainda mais estreita do operário/a com representantes e instituições estatais. Aqui também temos a defesa da colaboração entre as classes.

Mais expressiva do que os dois exemplos acima foi a corrente ideológica de luta operária ligada à Igreja Católica. Um dos objetivos dessa corrente era combater diretamente a influência socialista e anarquista entre as massas operárias urbanas. Esse tipo de organização já existia desde a década de 1890 e permaneceu durante a Primeira República. Fazia parte de suas proposições a defesa do catolicismo no interior dos sindicatos, a “colaboração de classes” entre trabalhadores/as e patrões, a contrariedade às greves e uma luta abrandada em busca de direitos. Neste caso também, o catolicismo no meio sindical só ganhará mais força a partir dos anos de 1930.

Já o socialismo nessa época era uma ideologia “ecclética” (Batalha, 2000, p. 22), pois possuía uma forte influência do cientificismo e do positivismo, além de fazer menção a sua matriz ideológica original, que era o marxismo – situação essa que era comum, tendo em vista que essa mescla teórica e ideológica fazia parte da perspectiva da Segunda Internacional socialista naquele período. Sendo assim, esse socialismo defendia que os direitos para a classe trabalhadora deveriam ser conquistados através de um programa reformista, por meio de mobilizações que pressionassem o governo e através da disputa política estatal, ou seja, da eleição de representantes socialistas para ocupar cargos no Estado.

De toda forma, devido às questões particulares e internas entre seus adeptos e às condições de política estatal da Primeira República, tais socialistas e o seu projeto reformista e eleitoral não conseguiu alcançar uma unidade duradoura – através, por exemplo, de uma organização nacional. Apesar disso, essa perspectiva teve grande importância nas greves da indústria têxtil de 1902, em São Paulo. Isso foi possível por meio dos esforços do *Círculo Socialista Avanti!*, que possuiu um jornal de mesmo nome criado em 1900.

No caso do anarquismo, ele esteve presente no movimento operário urbano desde a década de 1890. Nessa época, os esforços libertários se concentravam principalmente na propaganda e na produção de periódicos. Na virada do século 20, os anarquistas passaram a atuar na educação operária através das associações de trabalhadores/as. A maioria daqueles/as que se orientavam pelo anarquismo defendiam as posições do comunismo libertário (de figuras como Kropotkin e Malatesta), mas também de propostas coletivistas (de Bakunin). Uma minoria de anarquistas se inspiravam na perspectiva individualista (que remetem à influência de pensadores como Max Stirner e Nietzsche).

A defesa do sindicalismo foi uma questão complexa mesmo entre as/os anarquistas, tendo libertários/as que o defendiam e outros/as que não. Mas, de maneira resumida, podemos resumir que, no anarquismo brasileiro da Primeira República, existiram dois grandes grupos de perspectivas libertárias diferentes: o organizacionista, que reunia a maior parte dos/as anarquistas e defendia um anarquismo de massas, de agrupamentos sociais, mais coletivo e social (através do sindicato ou de outros meios); e o antiorganizacionista, que era um grupo minoritário e tinha ligação com propostas mais individualistas e/ou insurrecionais (Corrêa, 2012).

Aqueles/as anarquistas que defendiam a luta sindical no Brasil também defenderam que os sindicatos deveriam seguir princípios como o da autogestão, da negação da disputa eleitoral para cargos estatais, do fortalecimento das bases sindicais, do federalismo e autonomia sindical, da ação direta para que se reduzisse os “intermediários” (pessoas, grupos ou instituições) que se propunham a garantir conquistas para os trabalhadores/as, do sindicato de resistência (em oposição ao sindicato de colaboração e ao modelo sindical católico, assim como possuía críticas às associações reformistas), de uma transformação revolucionária da sociedade protagonizada pela classe oprimida e explorada, da “pluralidade” ideológica no interior dos sindicatos, do foco na “luta econômica” da classe através da organização sindical, etc.

Por fim, temos o bolchevismo que surge com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB; mais tarde Partido Comunista Brasileiro) em 1922 – fundado, inclusive, por 12 membros dos quais 9 eram ex-anarquistas. O PCB foi criado a partir de um processo já iniciado nos fins da década de 1910 e foi influenciado pela Revolução Russa. No campo sindical, a vertente bolchevista defendia a centralização, uma organização nacional da classe operária, a participação e eleição de representações operárias em cargos parlamentares do Estado, a negociação ao mesmo tempo em que defendia uma mudança revolucionária, a influência do partido sobre os sindicatos – ou a “conquista dos sindicatos” –, a concepção “etapista” na qual se deveria seguir etapas quase que “evolutivas” do desenvolvimento capitalista – como a realização, primeiramente, da “revolução” burguesa para depois realizar a revolução socialista, etc (Batalha, 2000, p. 36).

Com isso em mente, podemos agora tratar sobre as duas principais estratégias de luta sindical da Primeira República: o sindicalismo reformista de colaboração (que chamaremos de colaboracionismo) e o sindicalismo de ação direta (sindicalismo revolucionário).

O sindicalismo reformista de colaboração se fundamentava principalmente na proposta da negociação entre a classe trabalhadora e a classe dominante através de acordos com

representantes de instituições políticas ou com proprietários, burgueses, capitalistas, empresários, etc. Esse tipo de método de luta sindical através da colaboração entre classes é chamado também de sindicalismo amarelo, sindicalismo reformista “ou, ainda, por outros [autores], como Boris Fausto, de ‘trabalhismo carioca’” (Batalha, 2000, p. 30-31). O termo “sindicalismo amarelo” era utilizado pejorativamente por sindicalistas revolucionários da época.

O sindicalismo reformista de colaboração reunia principalmente positivistas, católicos e corporativistas que foram citados anteriormente e alguns socialistas, republicanos e sindicalistas pragmáticos (Batalha, 2000, p. 32-33). Isso significa que essa estratégia de luta sindical nunca foi homogênea em termos ideológicos. Por outro lado, ela conseguiu reunir militantes e operários/as que tinham uma coisa em comum: a defesa da colaboração entre classes e o afastamento (ou até negação) das propostas revolucionárias e táticas de ação direta, a exemplo da greve.

De maneira oposta, encontramos a luta sindical chamada de sindicalismo de ação direta ou de sindicalismo revolucionário que, no Brasil, foi difundido e defendido principalmente por anarquistas e alguns socialistas mais radicais. É importante dizer que essa estratégia de luta sindical foi a mais influente no movimento operário urbano da Primeira República, “tanto por suas diversas iniciativas no campo das lutas sociais como pelas organizações que criou, pelos vários jornais que publicou e pelo esforço muito mais consistente e sistemático de propaganda de suas concepções” (Batalha, 2000, p. 31). Ou seja, se na última década do século 19 as expressões do sindicalismo de colaboração já existiam, a partir do século 20 a influência da estratégia de luta sindical passou a ser encabeçada principalmente por anarquistas, o que aconteceu com maior incidência em estados como o Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul (Fausto, 1986, p. 41; Samis, 2019, p. 384).

A expansão do anarquismo se deu tanto por sua mobilização no ambiente sindical, como pela atuação cultural além da luta econômica. Vale comentarmos sobre um relato de 1902 publicado no jornal anarquista *O Amigo do Povo*, de São Paulo, que nos traz um exemplo de ação neste último sentido: uma festa operária foi organizada por anarquistas que utilizavam o teatro operário como propaganda libertária e de emancipação de classe (Hall & Pinheiro, 1979, p. 32-33). Nessa festa foi feita a apresentação teatral de um drama escrito pelo anarquista Giulio Sorelli, intitulado de *Giustiziere!*. Após isso, houve declamação de poesias, discursos, realização de rifas, mais uma apresentação teatral de comédia e, por fim, um baile. Sorelli não era escritor ou dramaturgo profissional, mas sim um operário e o drama que escreveu retratava a vida de um trabalhador de Milão que, após muito sofrimento devido às

condições de vida e de trabalho, encontrou na luta de classes e na associação operária a resposta mais coerente contra a miséria que lhe vitimava.

De todo modo, o início do movimento operário urbano, ali nos anos finais do século 19, sofreu com pouca adesão às associações operárias. Um relatório da comissão executiva do Partido Operário do Brasil enviado ao Congresso Internacional Socialista, realizado em Zurich, na Suíça, em 1893, nos informa que somente 5 a 10% trabalhadores/as no Brasil aderiam às associações operárias e elas ocorriam principalmente nos centros urbanos (Hall & Pinheiro, 1979, p. 30). Um dos motivos disso se encontra na vasta extensão de terra do Brasil e na política econômica do país que favorecia a constituição da pequena propriedade e limitava a formação de um numeroso proletariado por meio do qual se poderia propagar mais facilmente a luta sindical. Como sabemos, o Brasil era majoritariamente agrário e, conseqüentemente, enormes distâncias que separavam uma fazenda de outra tornava muito difícil a ligação entre os vários agrupamentos de trabalhadores da terra.

O movimento operário urbano enfrentava também dificuldades que possuíam motivações diversas que iam desde questões de nacionalidade e conflito étnico-raciais, até situações como a pequena quantidade de trabalhadores europeus que imigraram para o Brasil com o objetivo de fazer fortuna e voltar no país de origem – foi sob essa propaganda que alguns imigrantes foram convencidos a vir trabalhar no Brasil. Isso prejudicava, até certo ponto, a organização operária, pois alguns desses estrangeiros se tornaram mestres nas fábricas, empreendedores, donos de oficinas ou aquilo que hoje chamamos de autônomos e se distanciaram do movimento operário.

Sobre a estruturação e organização dos sindicatos, Claudio Batalha (2000) classifica quatro tipos gerais de sindicatos operários em termos de critérios de associação: associação pluriprofissional (sindicato que reunia trabalhadores/as de diferentes ofícios e ramos industriais); associação por ofício (sindicato que reunia trabalhadores/as de acordo com o ofício realizado); associação de indústria ou por ramo de atividade (sindicato que reunia trabalhadores/as de um tipo específico de atividade laboral ou industrial); e associação de empresa (sindicato que reunia exclusivamente aqueles/as trabalhadoras de uma empresa específica, independentemente do ofício).

Geralmente, as organizações sindicais se associavam entre si a partir de federações locais ou estaduais, principalmente nos momentos em que o movimento operário se fortalecia na luta por seus direitos e contra determinadas políticas econômicas desvantajosas para o trabalhador/a. Além das federações, existiam as centrais sindicais ou confederações de nível nacional. Apesar dos problemas de organização e estruturação efetiva, a mais importante

organização nacional de trabalhadores urbanos/as foi a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1908, a partir dos acordos feitos no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906. A COB foi “a primeira organização operária nacional de alguma consequência” (Hall & Pinheiro, 1979, p. 41) e funcionou em duas fases: de 1908 a 1909, quando parou suas atividades, retornou em 1913 e funcionou até 1915. Essas fases foram as mesmas do seu órgão de propaganda operária, o jornal *A Voz do Trabalhador*.

O processo histórico de fundação da COB está ligado a uma greve no ramo da indústria têxtil no então Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1903. Essa era uma área de trabalho que reunia uma grande quantidade de mulheres e crianças. Essa greve conseguiu a adesão de outras categorias de trabalho ligadas à produção têxtil e foi a partir dela que foi criado o primeiro sindicato industrial do Rio de Janeiro: a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, ainda em 1903. Mesmo com a repressão feroz sofrida pelos/as grevistas e com derrota no atendimento das reivindicações, essa federação fundou outra, chamada de Federação das Associações de Classe, no mesmo ano. Esta organização foi renomeada para a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), em 1905 – ano em que também se fundou a Federação Operária de São Paulo (FOSP) – e, posteriormente, foi responsável por realizar o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906.

Sobre a indústria têxtil e a atuação das mulheres, vale salientar que a atuação específica das operárias foram mobilizações pioneiras na cidade São Paulo: no ano de 1901, cerca de 600 operárias da Fábrica de Tecidos dos Sant’ Anna (no Brás) declararam greve devido a diminuição do salário e o aumento na produção; no ano de 1902, operárias da Fábrica de Tecidos dos Anhaia (Bom Retiro) declararam greve em protesto aos maus-tratos dos mestres dos teares; no ano de 1907, greve das costureiras; no ano de 1917, quando, devido à guerra mundial, as mulheres de orientação libertária propunham a “greve dos ventres” para não gerarem filhos que serviriam como soldados de guerras obrigados a matar trabalhadores de outras nações a serviço do Estado e dos interesses capitalistas (Mendes, 2010). A atuação das mulheres também se deu nos teatros livres, no teatro anarquista ou teatro operário; na liderança em piquetes; como oradoras do movimento operário; nas publicações da imprensa operária e outras produções socialistas libertárias; nos grupos de mulheres grevistas de diversas fábricas e na criação e funcionamento das Escolas Modernas.

De toda maneira, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906, contou com a presença de 28 delegações de sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Pernambuco, mas a grande maioria dos delegados representavam os dois primeiros estados. A orientação do sindicalismo revolucionário posta no congresso foi encabeçada por

milитantes operários anarquistas, a exemplo de Edgard Leuenroth, Mota Assunção, Luiz Magrassi e Alfredo Vasques. Alguns meses após a realização do congresso, em outubro de 1906, foi realizada uma greve geral em Porto Alegre, que conseguiu conquistas parciais, momento em que foi criada a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), que possuía a ideologia política socialista como hegemônica, ao contrário das federações de São Paulo e do Rio de Janeiro que eram dirigidas por anarquistas (Batalha, 2000, p. 39-41).

Na sua primeira fase, a COB reuniu cerca de 50 associações operárias, de estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Alagoas, o que ajudou no impulsionamento de publicações do seu jornal e na coordenação de greves e manifestações – a exemplo das campanhas contra o militarismo, a lei de sorteio militar e a possível guerra entre o Brasil e a Argentina em 1908, dos protestos em solidariedade aos trabalhadores/as do mundo devido ao assassinato do pedagogo libertário espanhol Francisco Ferrer y Guardia, etc (Hall & Pinheiro, 1979, pp. 208-210). Com a criação da COB, o sindicalismo revolucionário se tornou a principal estratégia de luta sindical do movimento operário urbano do centro-sul brasileiro:

Os membros da COB consideravam que ela deveria defender as aspirações fundamentais da “grande família socialista”, sem distinção de escola e de partido, de modo que qualquer membro de uma organização, fosse ela social-democrata, socialista, anarquista ou de outra tendência, pudesse aceitá-la inteiramente. Julgava-se, pois, que a condição para o sucesso do sindicato estava na sua autonomia, que garantiria a supressão dos conflitos entre as diferentes tendências políticas presentes entre os trabalhadores. Essa defesa da autonomia dos sindicatos é um traço das ideias dos organizadores da COB evidenciado em seu jornal. (Toledo, 2013, p. 16)

Como o avanço da organização sindical, os anos de 1912 (no estado de São Paulo) e de 1913 (no Distrito Federal) foram marcados por grandes agitações contra os decretos de expulsão de estrangeiros/as e contra a carestia da vida devido ao aumento dos preços de gêneros alimentícios.

Ainda em 1912, representantes do sindicalismo reformista de colaboração – mais precisamente o tenente Mário Hermes e o governo de Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) – tentaram, sem muito sucesso, realizar um “quarto” congresso operário brasileiro no Rio de Janeiro. Foi chamado de “quarto” congresso porque, estrategicamente, tentaram cooptar as associações sindicais através do “reconhecimento” de três congressos anteriores – o socialista, de 1892; um outro também socialista, de 1902; e o primeiro congresso operário brasileiro, de 1906. Mesmo com esse “reconhecimento”, a FORJ e a COB não foram convidadas. Os “sindicalistas amarelos” ligados ao governo afirmaram que o convite não havia sido feito porque ambas organizações não possuíam mais de 400 operários federados e

que seus delegados desviariam a orientação do congresso colaboracionista. A COB respondeu em um folheto de 1912 afirmando possuir mais de 40 mil pessoas confederadas por todo o Brasil naquele ano e que realmente defendiam a mudança de orientação do congresso em favor da proposta de sociedade de resistência ou do sindicalismo revolucionário, pois gritariam “com C. Marx – ‘A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores’” (Hall & Pinheiro, 1981, p. 253-259).

Em resposta a essa tentativa de avanço do sindicalismo reformista de colaboração e ao pretenso “quarto” congresso, a COB, que tinha passado por um período estacionário entre 1909 e 1911, realizou o Segundo Congresso Operário Brasileiro, em setembro de 1913, no Rio de Janeiro. Esse encontro de delegações operárias marca os esforços dos militantes da FORJ que, durante o ano de 1912, buscaram reconstituir a COB. O congresso concluiu com a reafirmação da estratégia do sindicalismo de ação direta e contou com 63 delegações provenientes de oito estados do país. Assim como no primeiro, o segundo congresso definiu suas bases de acordo pela não-participação dos sindicatos em disputas eleitorais, pela autonomia, pelo federalismo, pela ação direta e pela crítica ao mutualismo de sociedades beneficentes e ao cooperativismo.

Além das pautas diretamente econômicas das classes operárias, a militância operária e sindicalista revolucionária também direcionou suas reivindicações contra a segunda edição da lei de expulsão de estrangeiros. Esta buscou dificultar a atuação da militância operária, principalmente aquela ligada ao sindicalismo revolucionário. Os decretos se destinavam contra as pessoas consideradas “indesejáveis” pelos grupos dominantes do centro-sul, como os imigrantes anarquistas e é por isso que tais leis fazem parte da história do movimento operário brasileiro e do anarquismo no Brasil: o *Decreto Nº 1.641*, de 7 de janeiro de 1907; o *Decreto Nº 4.269*, de 17 de janeiro de 1921; e o *Decreto Nº 4.743*, de 31 de outubro de 1923. Justamente no ano de reconstituição da COB, em 1913, o primeiro decreto, ou “Lei Adolfo Gordo”, foi editado, tornando a perseguição aos anarquistas e ao movimento operário ainda mais intensa, através do fechamento de associações operárias, a expulsão de imigrantes e para a censura e o empastelamento de vários periódicos da imprensa operária (Samis, 2019).

Por outro lado, o ápice da luta e mobilização operária urbana durante a Primeira República ocorreu entre os anos de 1917 e 1919. Após a primeira guerra mundial, as indústrias no Brasil tiveram maior demanda, o que gerou mais empregos e produção. Entretanto, o custo de vida aumentava ao mesmo tempo em que os salários permaneciam os mesmos. O ano de 1916 foi marcado pela reorganização do movimento operário urbano que havia sido perseguido e perdido forças durante a crise e a carestia da vida dos anos anteriores.

Tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo foram estruturadas Ligas Operárias em diversos bairros.

Os processos de mobilização e agitação operária foram semelhantes nos dois estados, mas acabaram seguindo caminhos diferentes nas cidades do Rio e de São Paulo. Nesta última, no dia 8 de junho de 1917, inicia-se a greve no Cotonifício Rodolpho Crespi (indústria têxtil no bairro da Mooca), da qual 400 operários reivindicavam aumento salarial e declaravam contrariedade à imposição da extensão do horário de trabalho noturno – proposta feita pelo patrão para que se aumentasse a produção e isso suprisse os impactos da guerra mundial. Mesmo sob ameaça de demissões, os operários/as mantiveram a greve de forma que as paralisações se ampliaram para outras fábricas. A ampliação não se restringiu apenas à cidade de São Paulo, mas chegou em outras regiões do Brasil – como na Paraíba, no sul de Minas Gerais e no Rio Grande do Sul –, de forma a acontecer uma greve geral com multidões que protestavam contra o alto custo de vida, o trabalho infantil, os salários baixos, além de outros problemas sentidos pelas classes populares do país.

Durante as manifestações, ocorreram embates entre grevistas e a polícia e foi em um desses confrontos, no dia 9 de julho de 1917, que o sapateiro anarquista José Martinez, de apenas 21 anos de idade e que era filiado à FOSP, à COB e ao grupo Jovens Incansáveis, foi baleado pela polícia quando os/as manifestantes se encontravam em frente a fábrica de bebidas Antártica, no bairro da Mooca, em São Paulo (Mizraji, 2017; Strongren & Machado, 2018). A morte de Martinez foi o estopim para mais de um mês da Grande Greve Geral de 1917 e a cidade de São Paulo chegou a contar com cerca de 100 mil trabalhadores/as adultas e crianças paralisadas e nas ruas (Toledo, 2017). Na mesma noite de 9 de julho, lideranças operárias (anarquistas, socialistas e sindicalistas) se juntaram e organizaram o Comitê de Defesa Proletária (CDP) e se reuniram com jornalistas. No outro dia, foi realizado o funeral de Martinez que reuniu mais de 10 mil pessoas em marcha pelas ruas de São Paulo que levaram o seu corpo sob os gritos de “morte ao Estado”. No dia 11 de julho, mais de 80 mil trabalhadores/as se encontravam em greve geral.

Nesse momento, a situação chegou a níveis intensos de conflitos devido à ação direta dos trabalhadores/as e à repressão do Estado: sob pedido da Companhia Antártica e do patronato industrial, circulavam veículos militares pelas ruas, com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Os militares receberam ordens para atirar em quem estivesse parado na rua. Ocorreram tiroteios com grupos de populares nos bairros industriais do Brás, da Mooca e da Barra Funda que adaptaram barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas em certas ruas. Chegou ao ponto de a polícia não passar por estas ruas com barricadas, pois havia

aqueles que atiravam neles dos telhados e de outros pontos estratégicos. Uma comissão constituída por diretores de jornais da grande imprensa mediu uma reunião entre empresários e o CDP. Entre 14 e 16 de julho, de 1917, vários empresários assinaram um acordo que concedia aumento de 20% nos salários, garantia a libertação dos presos políticos e proibia a demissão dos operários grevistas. Mesmo após esse acordo, o movimento continuou, nesse momento com o intuito de organizar as greves futuras que estavam para acontecer: era a concretização do movimento operário brasileiro. Ainda em julho, no dia 21, o jornal anarquista *A Plebe* reuniu e publicou as reivindicações feitas pelo CDP aos patrões, dando fim a esta movimentação e abrindo caminho para as futuras greves que ocorreram posteriormente.

Quando a grande greve geral paulista foi encerrada, um movimento grevista se iniciou no Distrito Federal e reuniu “marceneiros, sapateiros, metalúrgicos, padeiros, trabalhadores da construção civil, têxteis, alfaiates, chapeleiros etc. – praticamente todos os setores, com exceção dos marítimos e portuários e dos transportes terrestres” (Batalha, 2000, p. 52). Diferente do que ocorreu em na capital paulistana, no Rio as categorias grevistas incorporaram reivindicações elaboradas pelo CDP de São Paulo, mas registraram pautas específicas. Nesse movimento grevista do Distrito Federal, ocorreram greves diversas e simultâneas, mas não uma greve geral definitivamente articulada. Na medida em que conseguiam algum resultado ou conquistar alguma reivindicação, as categorias deixavam a paralisação.

De toda forma, não se pode pensar na greve geral de 1917 como um acontecimento detalhadamente planejado e nem como um fenômeno completamente espontâneo. A morte de José Martinez e a resposta dada pelos operários é um exemplo de situação “espontânea”, ou melhor, que estava fora do controle, que não foi pensada para acontecer. Por outro lado, a mobilização e agitação que se seguiu deve ser compreendida e relacionada com o histórico da militância do sindicalismo revolucionário que ocorria desde a década de 1890 através de propaganda da imprensa operária e de forma prática e organizada desde a década de 1900 (Santos, 2013).

Após o término das agitações grevistas, a segunda metade do ano de 1917 viveu uma onda de intensa repressão nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo – a FORJ, por exemplo, foi fechada. Nos fins de 1917 e no ano de 1918, os movimentos grevistas esfriaram, mas greves localizadas ocorreram em diferentes lugares do país, como em Pernambuco e na Bahia. Com o fechamento da FORJ, foi criada a União Geral dos Trabalhadores, em 1918, no Rio de Janeiro. Nesse momento, as notícias da Revolução Russa se espalharam no Brasil e elas inspiraram a ação insurrecional de anarquistas. Essa ação ficou conhecida como a Insurreição

Anarquista de 1918, na qual militantes libertários planejaram realizar greves, sabotagem e ataques com bombas na sede central do Estado, no Palácio do Governo, no Distrito Federal.

No entanto, nesse ano, a polícia já planejava fortalecer a perseguição e prisão de anarquistas: ela convocou manifestações falsas para realizar “uma perseguição sistemática contra os anarquistas” e “acabar com a propaganda anarquista no Rio de Janeiro” (Hall & Pinheiro, 1981, p. 270-271). Nesse ano, o militante anarquista Edgard Leuenroth foi preso em São Paulo acusado de ser o grande ideólogo da grande greve geral de 1917 e o governo federal declarou estado de sítio para possibilitar a repressão do movimento operário urbano em todo o país, fechando as federações operárias (Santos, 2020). Após várias greves no Distrito Federal que clamavam pela redução da jornada de trabalho, contra a repressão policial e sob o contexto de crise econômica, anarquistas avaliaram que era o momento para se fazer uma greve geral que deveria encaminhar um processo revolucionário que começaria no Rio de Janeiro e se espalharia por São Paulo e pelos outros estados que possuíam movimento operário. A greve foi chamada para operários/as dos setores têxtil, metalúrgico e da construção civil.

Durante o planejamento de tal plano insurrecional no início do mês de novembro de 1918, o segundo tenente do Exército, Jorge Elias Ajus, conseguiu se infiltrar na conspiração e denunciar cada passo dos operários anarquistas. O plano era realizar uma greve nas proximidades da Intendência de Guerra para que assim os insurretos pudessem se apossar dos armamentos e fardamentos. Com isso, poderiam atacar as torres de luz da Companhia Light, o Palácio da Polícia, o Quartel General da Brigada Policial, o Palácio do Catete e a Câmara dos deputados. Mas como a polícia tinha conhecimento do plano insurrecional, ainda no Campo de São Cristóvão, próximo à Intendência de Guerra, se desenrolou um conflito entre grevistas, operários e policiais, com tiros e explosões de bombas.

Nesse conflito, o Décimo Distrito Policial foi destruído por operários, os soldados da Intendência de Guerra receberam ordens para atirar em quem tentasse tomar as armas do Exército, a cavalaria do Exército expulsou os operários que invadiram a delegacia, as torres de luz da Companhia Light foram dinamitadas, etc. Por fim, o anarquista também José Oiticica foi acusado de ser um dos chefes da Insurreição Anarquista de 1918, então ele e outros libertários foram presos. Mesmo com a repressão do governo, esse movimento e as greves que o sucederam levaram à conquista de seis dias de trabalho e a jornada de 8 horas diárias para trabalhadores/as do ramo de tecidos e da construção civil.

Após o fracasso da Insurreição Anarquista de 1918, mas ainda com a influência da Revolução Russa que alimentava esperanças revolucionárias, anarquistas criaram o primeiro

Partido Comunista do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1919. Esse partido anarquista não disputaria eleições estatais, mas centralizaria a luta operária e de classes em direção a um processo de revolução social. Em abril de 1919, os organizadores desse partido convocaram uma Conferência Comunista que reuniu “todo o movimento anarquista do Brasil” (Santos, 2020, p. 158-159). José Oiticica, já fora da prisão, e Astrojildo Pereira fundaram o jornal *Spartacus* como veículo de informações desse partido comunista libertário, que funcionou de 1919 a 1920.

Mesmo com a intensa repressão ao movimento operário urbano, em especial aos anarquistas, a virada para a década de 1920 ainda foi um período de várias agitações dos trabalhadores/as. Preocupados com a situação, o patronato se torna mais organizado e cria entidades patronais, além de se aliarem com o Estado e seus representantes institucionais para ampliar a ação repressiva. No ano de 1919, dezenas de milhares de trabalhadores/as realizaram as celebrações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro e em São Paulo (Batalha, 2000, p. 54). Posteriormente, novas greves que envolveram várias fábricas eclodem a partir da reivindicação, novamente, de oito horas diárias de trabalho, direito ao descanso semanal, a igualdade de salário entre mulheres e homens, a redução dos preços dos alimentos, etc. Outros movimentos grevistas ocorreram também em Salvador, Recife e em cidades do Rio Grande do Sul ainda em meados de 1919.

Praticamente não foram conseguidas vitórias através desses movimentos grevistas. Ao contrário, a aliança entre industriais, parlamentares e chefes de polícia levou a uma intensificação da repressão, da violência, das demissões em massa, prisões de militantes e o fechamento de associações de trabalhadores/as. Isso fragilizou as organizações e lutas operárias. Mesmo sob essas dificuldades, condições e recentes derrotas, o movimento operário urbano realizou no Rio de Janeiro, o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, em 1920, no qual “a presença feminina já se fazia sentir claramente” (Samis, 2019, p. 409), com destaque para a costureira Elvira Boni, que teve destaque como presidente das mesas de trabalho desse evento e que foi anarquista até o desentendimento entre anarquistas e bolchevistas em 1922 – apesar de nunca ter se filiado ao PCB.

O Terceiro Congresso Operário Brasileiro, ainda coordenado pelos anarquistas, ocorreu de forma precária. A intensa perseguição aos militantes anarquistas e a perda de espaço para as tendências bolchevista e reformista de colaboração nos meios sindicais foram alguns dos motivos dessa precariedade. Esse congresso foi de grande importância para a história da organização operária, tendo em vista que ele marca a preocupação de maioria dos/as militantes sindicalistas em tentar reorganizar as associações sindicais sob novos moldes, em

defesa da reorganização do movimento operário urbano em nível local e nacional através de organizações/associações unificadas.

De todo modo, os princípios sindicalistas revolucionários que moveram as lutas anteriores ainda apareciam enquanto válidos nas discussões do Terceiro Congresso Operário Brasileiro e no interior das próprias organizações operárias urbanas. O anarquista Edgard Leuenroth, por exemplo, abriu os debates numa reunião de militantes operários que buscavam reorganizar as lutas nacionais e a classe operária brasileira. Entretanto, o jornal *A Plebe*, em 1921, noticiou que os princípios ainda mantinham-se de pé, mas que existiam erros orgânicos de “insuficiência de meios” e de organização operária em nível unificado e nacional até então (Hall & Pinheiro, 1979, p. 249-251).

Toda essa dificuldade deve ser compreendida no contexto repressivo da década de 1920. Após as crises e movimentações operárias de 1917 a 1920, o patronato paulista, mais especificamente a associação de classe empresarial chamada de Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, buscou organizar e pôr em prática a identificação “científica” dos operários/as. O objetivo era identificar e comunicar entre os empresários associados quem eram aqueles/as operárias “indesejáveis”. Essa identificação garantiria dois resultados em uma só ação: a identificação de possíveis crimes no interior das fábricas e de militantes operários/as, grevistas, os “agitadores profissionais”.

A identificação científica deveria ocorrer numa ação conjunta entre os industriais e a polícia do estado de São Paulo. Um documento de 1921 desse mesmo centro revela que a “identificação científica” seria possível através da coleta de “traços inconfundíveis do criminoso”, como retratos, histórico registrado do operário/a e impressão digital (Hall & Pinheiro, 1981, p. 194-197). Os dados ficariam tanto registrados na polícia, quanto na administração das fábricas; e serviria tanto para demitir, quanto para não mais contratar candidatos/as indesejáveis nas fábricas associadas nesse centro industrial.

Ainda no mesmo ano de 1921, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, de São Paulo, encaminhou ao governo federal, mais precisamente ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, um ofício sugerindo a implantação de “cadernetas de identificação”, para assim terem maior controle dos empregados/as (Hall & Pinheiro, p. 197-201). Em vez de serem registradas pelos patrões e pela polícia, essas cadernetas deveriam ser feitas numa ação conjunta entre os patrões e o Departamento Nacional do Trabalho. Esse texto nos aponta que a “carteira profissional” que foi estabelecida em 1932, já foi pensada pelos grupos patronais há alguns anos, que tinha o objetivo de controlar a classe operária, fazendo disso a história anterior ao estabelecimento do que chamamos de carteira de trabalho.

Com o passar do tempo, e cada vez mais, os industriais, o Estado e a polícia foram somando forças: o entrosamento entre eles era evidente e produtivo. Inspirada na identificação em cadernetas que já ocorriam em países da Europa e nos Estados Unidos, o patronato paulista da tecelagem desejava fazer uma “identificação bem feita” do operariado de forma rigorosa para depurar os “maus elementos” que não eram “colaboradores fiéis da prosperidade” do patrão, “mas sim o provável inimigo” que trouxe a agitação e a própria “questão social” como algo importado ao Brasil pela “esculhama social” de imigrantes que foi rejeitada na Europa (Hall & Pinheiro, 1981, p. 201-202).

Esse tipo de ação não ocorreu apenas em São Paulo, mas também no estado do Rio de Janeiro. Um relatório, de 1925, nos revela que, além da contínua e intensa repressão ao movimento operário na década de 1920, a polícia de Niterói se infiltrou entre as organizações operárias dos ferroviários, estas que organizaram uma greve na Companhia Ferroviária Cantareira em busca de aumento salarial, abolição de multas feitas pelos patrões e indenização por danos sofridos – isso porque operários sofriam violências físicas de forma recorrente (Hall & Pinheiro, 1981, p. 307-320). A direção da Cantareira demitiu os operários envolvidos na greve e a identificação destes – e até prisão de alguns – foi realizada através da polícia que esteve infiltrada com agentes disfarçados e vestidos como ferroviários entre os grevistas. Em “nome do governo”, a polícia “ofereceu ajuda aos interesses da companhia inglesa contra seus operários”.

Entre 1920 e 1930, ocorre a perseguição feroz do Estado brasileiros aos operários/as militantes e ao operariado em geral: é o que encontramos em uma carta-relatório, de 1925, enviada por Edgard Leuenroth a Albert Thomas, presidente do Departamento Internacional do Trabalho da Liga das Nações, ou Organização Internacional do Trabalho (Hall & Pinheiro, 1925, p. 131-135). Leuenroth relata sobre o fim do direito de associação através das “leis de exceção” e a aplicação do estado de sítio, o que permitia que o Estado deportasse estrangeiros/as que reivindicassem seus interesses e também o fechamento das associações operárias pela polícia mesmo sem motivos plausíveis. Eram presos e mandados para o norte do país aqueles operários brasileiros/as que se envolvessem com os sindicatos de resistência (tendência de sindicalismo revolucionário). A imprensa operária foi proibida de circular, com os impressos sendo apreendidos ainda no correio.

Uma circular do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, de 1927, nos relata tanto que existia uma lista dos operários/as indesejáveis há um bom tempo, quanto nos informa que a transferência da tarefa de identificação dos industriais deveria ser tarefa do Estado (Hall & Pinheiro, 1981, p. 324-325). A partir de 1927, a responsável pela identificação

operária passou a ser a Delegacia de Ordem Política e Social. Mas a lógica da identificação nas listas seria a mesma: identificar operários/as que tivessem participado de greves, cometido alguma falta ou indisciplina e sido considerado/a como militante ou agitador/a.

A transferência da tarefa de identificação passou à Delegacia de Ordem Política e Social porque esse ato realizado pelos industriais se tornou ilegal. A identificação era feita ao assinalar o operário “culpado/a”, fotografá-lo/a, coletar a impressão digital na polícia e utilizar esses dados para serem espalhados a todos os sócios do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem. Quando a tarefa se tornou, em 1927, responsabilidade da delegacia e do Estado de São Paulo, todo o operariado passou por um processo de identificação pela polícia. Mesmo assim a Delegacia se comprometeu com o Centro dos Industriais em apresentar as fichas com as informações dos operários/as “indesejáveis” ou “delinquentes”: nome, filiação profissional, estado civil, impressão do polegar e fotografia.

O Estado brasileiro também se dedicou em prender os militantes operários nacionais – de forma convencional (em cadeias), em prisões-navio ou com o envio de militantes nacionais para regiões isoladas do Brasil, a exemplo da região de Oiapoque, no Pará, onde existia uma colônia penal conhecida como Clevelândia (Hall & Pinheiro, 1981, p. 329-332). A repressão atacou diretamente os sindicalistas revolucionários, os “agitadores profissionais” e os militantes operários; enquanto isso, o Estado progressivamente investiu em esforços para fortalecer o sindicalismo amarelo ou colaboracionista e cooptar o movimento operário.

A década de 1920, portanto, é marcada pelo fortalecimento da repressão ao movimento operário urbano. A promulgação do “estado de sítio” ocorria recorrentemente em nome da “ordem” social, mas, na prática, servia para violentar e perseguir os trabalhadores/as, suas associações e impedir suas lutas. Essa marca violenta e repressora não foi inaugurada pelo Estado Novo de 1930: na verdade, foi algo bem característico do período da Primeira República e atingiu seu auge em anos posteriores, especialmente no governo de Artur Bernardes, entre 1922 e 1926.

Para os diferentes grupos dominantes, era interessante que a ação direta, o sindicalismo revolucionário e as sociedades de resistência fossem substituídas pelo sindicalismo de cooperação. Nesse sentido, esses grupos dominantes se articularam para que pudessem cooptar o movimento operário e para que representantes sindicais aderissem e se alinhassem ao cooperativismo e à colaboração com o Estado. E esse tipo de liderança foi paulatinamente surgindo, a exemplo do operário e então presidente da União dos Estivadores, Rômulo de Castro, que em 1929, durante uma reunião do Conselho Municipal do Distrito Federal (Rio de

Janeiro), anunciou sua posição de defesa de colaboração com o Estado e contrária às “doutrinas subversivas”:

– A União dos Estivadores, disse-nos o Sr. Rômulo, em assembleia geral, realizada a 29 de junho, resolveu, adquirindo a adesão de outras sociedades, lançar um manifesto, protestando contra a pretensa representação operária no Congresso local. Lia-se, ali, claramente, este trecho: “Este manifesto irá refletir a voz de 50 000 operário conscientes, ordeiros, dignos e honestos, o grito de alarme contra os deturpadores dos seus ideais nobres, os propagadores das doutrinas subversivas, os assalariados do ouro de Moscou, que tentam, com o mais revoltante cinismo, infiltrar no operariado do Brasil a estirpe de anarquistas e, portanto, a de destruidores da pátria e da família”. Esse manifesto foi lido, da tribuna do Conselho, pelo Dr. Floriano de Góes, e, em resposta, o Sr. Octavio Brandão citou as sociedades [associações operárias] que prestigiavam a ação dos comunistas. (Hall & Pinheiro, 1981, p. 333-334)

É importante lembrar que estamos tratando muito mais da realidade urbana do centro-sul do Brasil, principalmente dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro que eram as cidades mais desenvolvidas industrialmente na época. E o movimento sindical e operário da última década da Primeira República se relacionou, de certa maneira, com a situação de organização e luta operária global, pois ocorria o “racha” internacional entre os adeptos/as das duas grandes vertentes socialistas da época: a de orientação marxista e a anarquista. Consequentemente, isso também se expressou no Brasil entre aqueles/as que se tornaram partidários ou não do bolchevismo. Esse “racha” também teve influência da difusão, às vezes confusa, das notícias sobre o “sucesso da revolução de outubro da Rússia (1917) e a constituição da Terceira Internacional Comunista (1919)” – algo que “precede imediatamente a cisão entre os anarco-sindicalistas e a subsequente constituição do Partido Comunista do Brasil (1922)” (Hall & Pinheiro, 1979, p. 251-255).

1.4. Anarquismo e sindicalismo revolucionário brasileiro

A história da classe operária não pode ser apenas uma história sindical, nem mesmo uma história política. Pois foram nessas duas ênfases, nas instituições sindicais e no partido político, que insistiram, respectivamente, o regime corporativista, instalado em fases sucessivas a partir de 1930, e setores ponderáveis das formações de esquerda.

A redução ‘sindicalista’ da análise da classe operária interessava ao regime corporativista porque lhe permitia atingir dois objetivos cruciais para a consolidação do controle do Poder sobre as classes trabalhadoras. Em primeiro lugar, a eliminação de todo o acúmulo da experiência anterior à política trabalhista dos governos Vargas. Tentando apagar a história da

classe operária não ligada ao Estado, reforçava a constatação da fraqueza da classe e sua incapacidade para intervir no processo político. Em segundo lugar, essa perspectiva contribuía para o aprofundamento da relação de dependência da classe operária em relação ao Estado e para a construção do mito segundo o qual é o Estado corporativista que preside, tutelarmente, a formação da classe operária, abrindo, assim, possibilidades promissoras para o exercício da manipulação desta classe pelo Estado.

Em contrapartida, deve também ser admitido que o silêncio e a deturpação da história, mecanismos tão caros ao Poder para controlar o passado, não parecem ter sido o monopólio das classes dominantes. A redução ‘partidária’ da história da classe operária no Brasil pretendeu (e ainda pretende) fazer crer que tudo quanto ocorreu antes dos anos 1920 constituiria, quando muito, a infância da classe operária. Nessa vertente historiográfica, quem dá sentido à classe é o partido. E como tal interpretação precisa enfatizar o nível institucional, tende a não aprofundar o conhecimento da história anterior da classe. [...] a história da classe operária não pode ser confundida com nenhum partido, em decorrência da diversidade de experiências e de situações vividas pela classe.” (Hall & Pinheiro, 1979, p. 10)

É importante dizermos que, já no fim de 1880, o anarquismo se encontrava presente não apenas na Europa ocidental, mas possuía manifestações na América do Norte, na África do Norte e na América Latina. Países latino-americanos foram inicialmente influenciados pelas ideias de autores das primeiras gerações do socialismo – Charles Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825) e Robert Owen (1771-1858) –, mas não possuíam concretizados os princípios anticapitalistas e revolucionários que eram próprios do socialismo libertário: eles se aproximavam muito mais de uma proposta de renovação da religião, de um novo cristianismo, de uma reforma social sem processo revolucionário.

No Brasil, as ideias de Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen e Proudhon já exerciam certa influência, alcançando acontecimentos históricos importantes como a Cabanada (1832-1835), a Balaiada (1838-1840), a Revolução Farroupilha (1835-1845) e também as associações mutualistas ou sociedades de socorros mútuos – por exemplo, a influência do mutualismo proudhoniano pode ser encontrada no caso dos tipógrafos do Rio de Janeiro que, em 1858, encabeçaram a primeira greve da América Latina (Corrêa, 2018). Com o passar do tempo, os ideais socialistas passaram por mudanças, especialmente através das ideias de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) que contribuiu para a radicalização e constituição das bases para um movimento independente e classista dos trabalhadores.

Portanto, a emergência do anarquismo na América Latina é resultado de uma radicalização do socialismo ocorrida na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e nas sociedades de socorros mútuos, que se transformaram em sociedades de resistência e em sindicatos. Outras formas e estratégias de luta foram responsáveis pelo desenvolvimento do

anarquismo em escala global, mas a formação dos sindicatos talvez tenha sido a principal forma de inserção e surgimento de militantes libertários/as latino-americanas fundamentadas no sindicalismo revolucionário.

Seja no Brasil ou em outras partes do mundo, nas últimas décadas do século 19, os agentes sociais dominantes interpretaram e difundiram que o anarquismo era um dos maiores perigos para a ordem mundial burguesa e moderna. Isso foi ainda mais intensificado tanto devido às ações e movimentos coletivos das classes trabalhadoras, quanto por empreitadas e ações que foram realizadas por anarquistas mais individualistas ou insurrecionalistas.

O ataque dos grupos dominantes aos anarquistas organizacionistas foi direcionado às associações e organizações de trabalhadores/as pelo mundo. Sobre isso, estamos falando dos conflitos que envolvem, por exemplo, a Comuna de Paris, os Mártires de Chicago que foram assassinados por lutarem pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, além das inúmeras experiências e mobilizações históricas que têm envolvimento com as ideias socialistas e libertárias. Já o ataque dos grupos dominantes aos anarquistas antiorganizacionistas ocorreu de forma mais específica, médica, cientificista e racalista do mundo ocidental do século 19.

Em 1898, a Imperatriz da Áustria, Elizabeth, foi assassinada em Genebra, na Suíça, pelo anarquista Luigi Lucheni. Em 1901, o presidente norte-americano William McKinley foi assassinado pelo anarquista Leon Czolgosz em Buffalo, nos Estados Unidos da América. Após isso, o Theodore Roosevelt assume a presidência dos EUA e afirma que o anarquista é um inimigo da humanidade e da raça humana (Samis, 2019, p. 61). Outras tentativas de assassinato desse tipo ocorreram, mas sem sucesso. Entretanto, a classe dominante europeia e estadunidense ficou em estado de alerta contra o “perigo anarquista” que poderia levar a atentados contra a vida dos chefes de Estado e capitalistas.

No objetivo de combater o perigo anarquista, o governo italiano convidou variados Estados europeus para participarem de uma conferência anti-anarquista: a *Conferência Internacional pela Defesa Social Contra os Anarquistas*, que contou com a participação de 21 países e que aconteceu na cidade de Roma, na Itália, em 1898. Foram adotadas três medidas básicas nesta conferência: 1) cada nação deveria controlar os anarquistas de seu próprio país; 2) foi estabelecido um comitê central em busca de controlar os rebeldes; e 3) os países envolvidos deveriam colaborar com a troca de informações entre as várias agências centrais sobre as organizações e indivíduos anarquistas (Avelino, 2010).

Nessa conferência, as delegações buscaram estabelecer uma definição jurídica para definir o “ato anarquista” como um crime específico, com regulação e punição específica. Um

dos encaminhamentos em discussão foi sobre alcançar uma determinação jurídica pela qual se pudesse (ou não) instituir que o movimento e o próprio pensamento libertário fosse considerado um crime. Esse tipo de associação entre crime, natureza, corpo e pensamento foi algo característico do século 19. Na verdade, a partir do século 18 já existiam discussões que tinham como objeto de debate se o crime possuía motivação social, circunstancial ou se era motivado pela “natureza” de determinados sujeitos. Desse modo, a psiquiatria desempenhou um papel de relevância ao ser manipulada por cientistas ligados aos grupos dominantes e, por vezes, revestidos de concepções evolucionistas, eurocêtricas, racialistas e pretensamente científicas.

O famoso psiquiatra e criminalista italiano Cesare Lombroso se dedicou ao trabalho de definir que o sujeito anarquista era um tipo de criminoso específico. Lombroso ficou conhecido, entre outros motivos, por defender a teoria do “criminoso nato”, que entendia os comportamentos humanos como determinação biológica a partir das características antropométricas dos indivíduos. Na interpretação desse psiquiatra e antropólogo criminal, os atos de delinquência estavam associados a características corporais, pois algumas pessoas possuíam características mentais e biológicas que eram “primitivas”. Ou seja, existiam pessoas que eram delinquentes por natureza, um tipo de indivíduo hereditariamente destinado à prática criminosa e os anarquistas teorizados em uma categoria específica criada por Lombroso, definição que chega a afirmar a existência imperfeições físicas inatas ao sujeito anarquista: corpo curvado e imperfeito e rosto assimétrico (Benevides, 2017).

Essas imperfeições físicas inatas que foram assinaladas por Lombroso resultaram de sua análise realizada sobre o caso do anarquista francês Ravachol, este que foi responsável por cometer dois atentados com utilização de bombas em Paris, no fim do século 19, e os alvos preferidos dele eram os locais frequentados pela alta burguesia e por integrantes da imprensa mais conservadora. Os atentados eram uma forma de *propaganda pelo ato* ou *propaganda pela ação* – tática ligada principalmente às perspectivas anarquistas individualista e insurrecionalista. De toda forma, esse tipo de ato tinha o objetivo de atacar simbolicamente estruturas de dominação burguesa ou de incitar uma revolução. No caso de Ravachol, a meta era de executar uma vingança pela prisão de outros dois anarquistas que foi efetuada pelo promotor de justiça parisiense chamado Bulot.

As expectativas eram que a teoria lombrosiana pudesse ajudar a identificar os anarquistas através das semelhanças físicas, dos “padrões” fisionômicos e da “feiura” de Ravachol, ou seja, da frenologia: a associação de estigmas físicos a estigmas morais e ideológicos. Para Lombroso, Ravachol possuía todas as características físicas que eram

próprias de um criminoso nato: a fisionomia bruta, a fronte do rosto estreita, um rosto irregular, as orelhas em forma de asas e em posição “irregular”, os arcos superciliares exagerados, um nariz com desvio ou curvo, a mandíbula grande e saliente, etc. Tais traços corporais e do rosto poderiam significar um padrão de tendência à prática do crime.

Um fato interessante é que Lombroso se embarçou ao enfrentar algumas contradições. Uma delas era que vários anarquistas já conhecidos/as não se enquadravam em tais descrições baseadas na frenologia. Outra contradição se encontrava nas diferenças ideológicas entre os anarquistas: existiam as/os pacíficos, os violentos, os organizativos, os favoráveis ao movimento de massas, os contrários à organização e em favor da individualização, etc. A contradição que nos chama mais a atenção se encontra na dificuldade de Lombroso em categorizar como criminosos aqueles anarquistas que não sofreram com fatores exógenos sobre o corpo – de condições precárias de trabalho, vida, habitação, alimentação e higiene – e que tinham origem de famílias ricas, da classe dominante, como Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin.

Interessantemente, a conclusão das delegações envolvidas na Conferência Internacional pela Defesa Social Contra os Anarquistas foi de que os “atos anarquistas” eram desinteressados, no sentido de que encontraram dificuldades em criminalizar tais ações já que os/as anarquistas não desejavam tomar o poder ou dar algum tipo de golpe de Estado. Sendo assim, utilizaram os saberes da psiquiatria e da antropologia criminal para determinar não uma noção jurídica, mas sim uma condição médica legal de periculosidade da pessoa anarquista, a associando à “semi-loucura”, a um tipo de regicida ou indivíduo desequilibrado escravo de sua obsessão.

Essa Conferência também foi responsável por desenvolver o sistema de identificação do retrato falado, método de identificação antropométrico (conhecido como *bertillonage*, criado pelo oficial da polícia francesa Alphonse Bertillon). Esse método de identificação consistia na classificação de pessoas a partir de medidas do corpo, da cabeça e da cor da pele, dos olhos, dos cabelos, de cicatrizes e tatuagens. Além disso, a herança que talvez seja a mais significativa dessa conferência se encontra na criação da *International Criminal Police Organization* (Organização Internacional de Polícia Criminal), ou seja, a famosa Interpol (Avelino, 2010). Através dela foi possível elaborar técnicas e desenvolver procedimentos para expulsar anarquistas imigrados, convocar a criação de escritórios centrais anti-anarquistas em cada país e regularizar internacionalmente a comunicação policial para que, dessa forma, fosse possível profissionalizar e melhorar o combate ao “perigo internacional anarquista”.

É importante dizer que o conteúdo das discussões da conferência não estava restrito aos países da Europa. Na verdade, as teorias evolucionistas e supostamente biológicas repercutiram em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil: membros da “intelectualidade” oficial que eram ligados ao Positivismo Penal se inspiraram em Lombroso, a exemplo do brasileiro Nina Rodrigues, conhecido por suas teorias que hoje definimos como racistas, e de Rui Barbosa, este que quando Ministro das Finanças, em 1891, assinou uma ordem para queimar todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão no Brasil (Nascimento, 2016, p. 58).

Rui Barbosa via na consagração da psiquiatria e da antropologia criminal uma forma de determinar punições ao perigo anarquista a partir da definição de sua “natureza anormal” e ele escreveu artigos contra o anarquismo nos anos de 1900, os quais tinha a influência da teoria lombrosiana. Rui Barbosa considerava que o anarquismo era um tipo de “impulsão funesta e monstruosa” e de “patologia do espírito humano” e, portanto, que os anarquistas deveriam ser tratados em hospitais, pois tinham certo nível de humanidade e isso ajudaria no estudo psiquiátrico desses tipos de “criminosos natos” (Avelino, 2010, p. 11).

No volume 8 das *Obras Seletas* (1957), de Rui Barbosa, existe um tópico exclusivo para o anarquismo, intitulado *O Perigo Anarquista*, texto escrito em 1900. Nele, Rui Barbosa enfatiza o caso de Angelo Bressi (Gaetano Bresci), anarquista italiano que assassinou o rei da Itália, Humberto I, em 1900. O autor também afirma que o “crime anarquista” era um tipo de desvio do caminho evolutivo, superior, cristão, civilizado, “positivo” e liberal que a humanidade se encontrava na virada para o século 20. No livro citado, Rui Barbosa afirmou que o anarquismo possuía “força hediondas”, era um tipo de “eclipse moral” e um ideal “onde o desprezo da vida humana responde mais logicamente à negação de Deus”. Ou seja, ele considerava que anarquistas eram fanáticos, monstros, criminosos por natureza, regicidas, “assassinos filantropos”, pessoas totalmente contrárias aos juristas, aos homens de letras e aos “cultores dos estudos positivos”.

Toda essa perspectiva evolucionista, “biológica”, civilizatória e/ou lombrosiana não influenciou apenas Rui Barbosa. Um outro exemplo dessa influência se encontra no caso do parlamentar que foi autor dos decretos de expulsão de imigrantes, de censura à imprensa operária e de perseguição ao anarquismo, o deputado federal Adolpho Gordo: o discurso do parlamentar em defesa do decreto de 1913 contém a citação do trabalho de Lombroso intitulado *Gli Anarchichi* (Os Anarquistas) (Benevides, 2016, p. 28).

Não por acaso, essa ciência “positiva” que foi hegemônica no mundo ocidental durante o fim do século 19 e início do 20 também refletiu em relações e estruturas sociais no Brasil. A

Constituição brasileira da Primeira República não foi algo que trouxe melhorias políticas, econômicas e culturais, ainda mais para os grupos populares e de trabalhadores/as. A perseguição ao anarquismo não pode ser dissociada da ordem social republicana que se buscou desenvolver no Brasil, pois ela fazia parte de um projeto político que definiu ideias, grupos, indivíduos “indesejáveis”. A influência de teorias como a Cesare Lombroso entre os grupos dominantes serviu como um reforço científico para as justificativas proclamadas pela perseguição, exclusão e repressão de diferentes grupos sociais e pessoas: imigrantes radicais, socialistas, anarquistas, militantes operários/as, capoeiras, “vadios”, negros/as e indígenas.

De toda maneira, a atuação organizada dos/as anarquistas entre as massas operárias fez com que o Estado brasileiro forjasse a figura do inimigo exterior, do imigrante indesejável, mesmo que muitos dos/as trabalhadoras imigrantes “radicais” tivessem conhecido o anarquismo ao chegar no Brasil. Isso significa que, na impossibilidade de atacar o “trabalho” enquanto um símbolo quase sagrado ou de atacar a figura do trabalhador/a enquanto classe social, o Estado brasileiro buscou produzir a imagem do indesejável, do “estrangeiro radical” como uma justificativa para reprimir os sindicalistas e anarquistas.

Nesse sentido, a grande imprensa teve um papel fundamental na difusão do tal “perigo anarquista”. No Rio de Janeiro, ela foi uma das responsáveis por incentivar a repressão policial e a defesa do controle social a partir do Estado sob a justificativa do aumento da criminalidade (criminosos “comuns”) e da potencialidade revolucionária (anarquistas). De certo modo, a difusão do “perigo anarquista” brasileiro refletia aquele medo que a classe dominante parisiense sentiu em relação aos *sansculotes* no período da chamada “Revolução” francesa, pois no Brasil, constantemente os militantes e operários libertários/as eram diferenciadas da classe operária: trabalhador é uma coisa, anarquista é outra, é indesejável, revolucionário, desordeiro, imigrante radical, criminoso (Ottoni, 2009).

Em 1890, alguns jornais, a exemplo do *Jornal do Commercio*, já publicavam sobre a existência de ideias anarquistas no Brasil através de matérias que noticiavam acontecimentos “sediciosos” no exterior. Dois anos depois, o mesmo jornal noticiou a presença de anarquistas no Distrito Federal (Rio de Janeiro) a partir de um comunicado da polícia:

[...] talvez, a notícia mais elucidativa do perfil que se vai esboçando sobre a relação dos anarquistas com o imaginário social brasileiro, esteja em um artigo do dia 1º de dezembro de 1892, no qual aparece a informação do envio pelo chefe de polícia de um ofício ao Ministro da Justiça. Nele, a autoridade queixava-se da presença de estrangeiros, ‘ardentes discípulos do feroz e sanguinário Ravachol’, radicados na capital. E ao prender: ‘Bonifácio Minor, Lázaro Laguna, Juan Villa, Antonio Pairo, espanhóis, Antonio

Fontana, italiano; Marcellus Raux, canadense; Jules Pacave e Lefebre Alexander, franceses’, alegava o chefe de polícia que, estes teriam sido detidos por discursos proferidos na noite do dia 11 de novembro, no prédio do Centro do Partido Operário.

Durante o depoimento, os implicados “confessaram sem reboço que se vangloriavam de ser anarquistas, que tinham declarado guerra de morte ao capital; que proclamavam a emancipação do trabalho, que haviam de obter pelo incêndio, pelo punhal e pela dinamite”. Concluía então o chefe de polícia que: “o ligeiro relatório que ora vos faço, me parece, senhor Ministro, que contém os elementos precisos para solicitar da vossa autoridade, sem inúteis desenvolvimentos, a ordem para deportação desses estrangeiros”. (Samis, 2019, p. 58-59)

O historiador Alexandre Samis (2019) nos informa que, em 1891, o *Jornal do Commercio* comemorou a produção intelectual do criminalista Cesare Lombroso e utilizou “psicologia criminal” deste italiano para divulgar o “tipo criminal” anarquista, fazendo referência à obra “physionomia dos anarchistas”. O historiador também nos informa que o jornal *Correio da Manhã* contribuía com a denúncia dos anarquistas que estariam ativos e que seriam os responsáveis por qualquer tipo de confusão, desordem ou atentados.

Nesse sentido, a imagem do inimigo anarquista é demonstrada em casos como o de Valente Cardesco, um libertário italiano que, em 1908, foi preso no Rio de Janeiro, suspeito de planejar o assassinato do presidente Campos Salles, que logo foi solto por falta de provas. Esse caso demonstra a divulgação ordenada e a suspeita que as autoridades policiais e estatais tinham formulado sobre o “perigo anarquista” e o “imigrante radical” – casos, muitas vezes, que nem existiam. Contraditoriamente, o mesmo tipo de condenação midiática e suspeição não era direcionado para os republicanos radicais, que, desde 1889, publicavam apelos violentos e títulos favoráveis ao uso de dinamite.

Mas isso não é tão difícil de compreender: para os grupos dominantes, o “terror republicano” não era equivalente ao “terror anarquista”, isso porque o primeiro tinha um projeto social que não trazia propostas para acabar com privilégios dos agentes sociais dominantes da sociedade moderna; mas o anarquismo era um problema, pois se direcionava ao grande público da classe sob domínio e propunha uma nova ordem e estrutura social baseada no socialismo libertário (Samis, 2019, p. 62-64).

Apesar de ser uma estratégia de luta operária utilizada por diferentes grupos e vertentes socialistas, é preciso dizer que o sindicalismo revolucionário, assim como a tática da greve geral são propostas de luta operária que foram fortemente defendidas nas teses de Mikhail Bakunin durante a Primeira Internacional (Corrêa, 2016, p. 4). Após isso, as propostas bakuninianas (coletivismo anarquista) se tornaram referência para a Confederação Geral do

Trabalho (CGT) francesa, em 1906, consolidando a estratégia do sindicalismo revolucionário. Ela possuía os seguintes princípios: a neutralidade sindical, pois o sindicato não deveria estar subordinado diretamente a nenhuma ideologia política, mas apenas aos interesses diretos da classe trabalhadora; o federalismo, para que houvesse unidade ao mesmo tempo que existisse autonomia dos sindicatos e federações de acordo com suas necessidades e circunstâncias locais; a luta operária independente de qualquer partido político, representante ou governo eleito; a utilização da tática da ação direta como método de luta; a luta econômica como o elemento de atração e motor da luta proletária; a busca pela eliminação do capitalismo e do Estado; a criação de uma sociedade sem classes e organizada diretamente pela classe trabalhadora; o internacionalismo; e o antimilitarismo.

Vale ressaltarmos que a tática da ação direta não deve ser mal interpretada, pois ela significa fundamentalmente a redução máxima de “intermediários” no processo de resolução de conflitos com os patrões e de alcançar melhorias para os trabalhadores/as. Isso não significa que os sindicalistas revolucionários anarquistas foram necessariamente contrários a qualquer situação na qual se necessitou de algum nível de mediação – a exemplo da formação do Comitê de Defesa Proletária durante a grande greve de 1917 em São Paulo, composto por sindicalistas, socialistas e anarquistas. Por outro lado, a ação direta também defendia que os operários/as deveriam responder através de táticas proporcionais aos ataques dos grupos dominantes. Nesse sentido, para além da greve geral, sindicalistas revolucionários/as também propuseram a realização de táticas “miúdas e subterrâneas”, como o boicote e a sabotagem, pois esse era um

[...] método complementar à greve ou [...] tática alternativa, no caso da impossibilidade de se cruzarem os braços na fábrica. Significa não apenas reduzir a extração da mais-valia, ao diminuir o ritmo da produção, como também deteriorar o produto, o que acarretaria maior prejuízo ao proprietário e ainda “inutilizar a matéria-prima”, encarecendo os custos da produção. (RAGO, 2014, p. 47)

Para os/as sindicalistas revolucionárias anarquistas, a ação direta e a greve geral poderiam levar a uma revolução social desde que, para isso, estivessem associadas à expropriação dos burgueses e à supressão do Estado pela autogestão social. Mas, se por um lado não fosse possível alcançar a revolução social através da luta sindical, por outro lado a ação e organização operária possibilitaria aos trabalhadores/as tanto a conquista de melhorias pontuais para tornar suas vidas um pouco menos sofridas, quanto a prática da solidariedade e do apoio mútuo, hábitos necessários na organização e luta pela transformação social (Mendes, 2010, p. 44).

Diferente do que os autores Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro afirmam em *A Classe Operária no Brasil* (1979; 1981), identificamos traços anarquistas nas resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906, que foi inspirado nas bases de acordo e no modelo sindical da CGT francesa que, nesse período, se baseava principalmente nas propostas do anarquista coletivista Bakunin. Esses “traços” anarquistas se encontram especificamente: nas bases do acordo de número 5, na qual se define o não pertencimento da COB a nenhuma doutrina religiosa ou escola política; de número 8, na qual se define que os membros da COB não poderão exercer nunca qualquer cargo de poder ou de mando; no tópico *Sobre Orientação*, tema 1, pelo qual se define a negação da vinculação partidária estatal; mesmo tópico, tema 2, pelo qual se faz referência aos mártires anarquistas de Chicago e se define a data primeiro de Maio como um dia de luta operária radical e não de comemoração, como a cooptação estatal desejava realizar; no tópico *Sobre Organização*, tema 1 e 3, nos quais se afirma a ação de resistência em detrimento do cooperativismo e a forma federalista e confederalista de organização política; mesmo tópico, tema 4, no qual se orienta que os funcionários do sindicato não sejam pagos para realizar o seu trabalho sindical a menos que a acumulação de serviço exija isso, o que se acontecer não deve superar o salário da profissão a qual o representante sindical pertença; mesmo tópico, tema 5, no qual se orienta que os sindicatos federados à COB substituam as diretorias por comissões administrativas com delegação de funções no lugar cargos de comando; no tópico *Sobre Ação Operária*, tema 1, no qual se aconselha a utilização das táticas da greve geral ou parcial, boicotagem, sabotagem, label, manifestações públicas, etc, de acordo com as circunstâncias e o momento; e, por fim, nas *Questões acessórias ou suplementares*, tópico dos *Títulos honoríficos e de distribuição na organização operária*, nas quais se defende que as organizações operárias não devem promover distinções honoríficas “infundadas e ridículas” ou quaisquer titulações hierárquicas ou morais, pois devem “tornar evidente e prático o seu ideal de igualdade social” (Hall & Pinheiro, 1979, p. 43-57).

De toda maneira, após a Revolução Russa, de 1917, as notícias sobre o Estado bolchevique se espalharam pelo mundo e, a partir da década de 1920, os próprios órgãos brasileiros de repressão não compreenderam claramente as diferenças entre as propostas revolucionárias e os princípios bolchevistas e anarquistas. Os grupos populares e pessoas consideradas perigosas continuam sendo classificadas como anarquistas. Isso muda a partir de 1926 quando os próprios anarquistas passam a ser classificados pela polícia de “comunistas”. O Estado brasileiro estava receoso devido também aos levantes militares (o movimento tenentista) de 1922, no Rio de Janeiro, e de 1924, em Manaus e em São Paulo.

É nesse contexto que ocorre a mudança de termos, do perigo “anarquista” para o “comunista”: em 1926, o tenente-coronel Carlos da Silva Reis, que era o então 4º delegado auxiliar do Distrito Federal, e a serviço do Ministério da Justiça, interpretou que a tentativa da Insurreição Anarquista de 1918, no Rio de Janeiro, e o “caso dos sargentos” (tenentismo) eram situações relacionadas com o mesmo fenômeno do “maximalismo” – termo que tem a ver com as interpretações anarquistas iniciais sobre a Revolução Russa¹⁵. Sob a influência desta, inclusive, o “primeiro” Partido Comunista (que não visava disputar eleições estatais) foi criado por anarquistas no Rio de Janeiro – era a proposta de “partido” anarquista defendida pelo italiano Errico Malatesta:

O otimismo embalado pela Revolução não estimulou apenas panfletos e convocações às greves insurrecionais. Foi este espírito, alimentado pelo gosto do possível triunfo, que possibilitou a organização de uma frente com os setores populares mais radicalizados. Sob o título de partido, em março 1919, os anarquistas fundaram um núcleo que deveria estimular o diálogo entre os partidários da revolução como vimos, eram outros os pudores em utilizar a legenda comunista. E à iniciativa, coube o nome de “Partido Comunista”. Esta agremiação obedecia, no entanto, aos princípios da doutrina anarquista, condenando a ação política partidária e defendendo o federalismo dos núcleos afiliados. Era, para os libertários, o partido exaustivamente defendido pelo italiano Malatesta, ainda nos últimos anos do século anterior.

Desta forma, “A Primeira Conferência Comunista do Brasil” realizou-se no Rio de Janeiro, de 21 a 23 de junho de 1919. Muitas vezes chamada de Congresso, foi, na opinião de Leuenroth, “uma assembleia de todo o movimento anarquista do Brasil”. O evento contou com a participação de 22 delegados, 17 brasileiros natos e 5 residentes estrangeiros no Brasil, do Distrito Federal, Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. A José Oiticica coube alguma proeminência nos debates; entretanto, segundo os princípios libertários, rejeitou a titulação de presidente das assembleias. (Samis, 2019, p. 353-354)

Em 1919, Edgard Leuenroth publicou o texto *O que é Maximismo ou Bolchevismo*, tentando unificar o que o que defendiam os soviets e bolcheviques. Inicialmente, a ideia de “todo poder aos soviets” era algo que fazia parte daquilo que os anarquistas russos e de todo

¹⁵ O entusiasmo com as lutas russas anteriores e com a Revolução de 1917, os anarquistas divulgaram esse termo em defesa do processo revolucionário. Não se sabia nesse ano, no Brasil, quais os rumos que a Revolução Russa tomara. Maximalismo é uma das traduções possíveis para bolchevismo, isso porque “bolche” significa “máximo” e “bolcheviki” significa algo como “maximismo”. Só após 1919 é que, no Brasil, através dos estudos do anarquista Edgard Leuenroth é que as primeiras críticas ao “maximalismo” ou bolchevismo foram feitas – críticas essas que se intensificaram e se fortaleceram depois da Revolta de Kronstadt, de 1921, na qual foi defendida uma nova revolução mais libertária e popular contra os caminhos centralizadores, autoritários e violentos que o Partido Comunista Russo estava tomando. Sobre o assunto: Arantes, 2022.

o mundo, processo revolucionário que se inicia com caráter comunista e que com o passar dos anos foi ganhando novas roupagens e características. Ao menos, essa é a interpretação dos/as anarquistas da época que, em escala internacional, se decepcionaram e perderam esperanças no caminho bolchevique da Revolução Russa, principalmente depois da batalha de Kronstadt, de 1921. Ou seja, se para as autoridades policiais e para o Estado as diferenças entre bolchevismo e comunismo libertário demoraram a ser notadas, entre libertários e bolchevistas isso já estava ocorrendo no início da década de 1920.

Os partidários do bolchevismo no Brasil basearam suas ações, estratégias e propostas nas diretrizes e princípios definidos no Primeiro Congresso da Terceira Internacional, organização fundada por Vladimir Lênin em 1919. Isso incidiu em mudanças na luta sindicalista do movimento operário urbano: a intenção revolucionária e de resistência foi deixada de lado ao passo que avançaram o sindicalismo colaboracionista (amarelo) e o sindicalismo bolchevista (defendido pelo PCB, criado em 1922). Interessantemente, ambos tinham mais coisas em comum do que distintas, tendo em vista o interesse e objetivo de ocupar cargos estatais, algo que futuramente vai fazer esses dois sindicalismos se unirem. Os bolchevistas também tinham como programa do partido a defesa da “revolução burguesa” no Brasil como estratégia de “desenvolvimento econômico” e “superação” da “superestrutura” agrícola atrasada que impedia o avanço das forças produtivas capitalistas.

Pelo que ocorreu nas jornadas revolucionárias russas de 1917 e seguindo as diretrizes de Moscou, os bolchevistas do PCB passaram a atuar nos sindicatos, mas também em outros campos: tinham a esperança da adesão e participação de segmentos do exército brasileiro. Com a repressão ao anarquismo e a perseguição, expulsão e prisão de lideranças libertárias que há décadas ocorria no Brasil, o sindicalismo bolchevista avançou com as seguintes propostas: a disputa eleitoral, o reforço das leis de assistência aos trabalhadores/as, uma frente única proletária centralizada pelo PCB e as alianças táticas com figuras e partidos da pequena burguesia e do Exército (Samis, 2019, p. 347).

O objetivo de ser “vanguarda operária” dos bolchevistas brasileiros só seria alcançado se o sindicalismo vermelho combatesse o que chamavam de “anarcossindicalistas”. Ao mesmo tempo que os bolchevistas realizavam essa luta interna nas organizações operárias, também faziam certas alianças e “acordos estratégicos” com os sindicatos colaboracionistas e com setores “democráticos” das classes burguesas no intuito de criar base e apoio com aqueles que também se interessavam por ocupar cargos políticos do Estado. Se a aliança com os sindicalistas amarelos significava buscar eleitores/as, o apoio aos burgueses

“democráticos” significava a estratégia etapista de apoiar a pequena burguesia contra os fazendeiros e tentar transformar a “revolução pequeno-burguesa” em “revolução proletária”.

Mesmo assim, realizavam-se esforços para manter o anarquismo e o sindicalismo revolucionário no meio operário e em articulação intercontinental. Em 1922, no mesmo ano da fundação do PCB, os anarquistas somavam esforços para reestruturar a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) através de um congresso de nível global, em Berlim, na Alemanha. Um segundo congresso da AIT foi realizado posteriormente em 1925, em Amsterdã, na Holanda. Esses eventos foram importantes para a troca de experiências, teorias e propostas de lutas entre os anarquistas europeus e latino-americanos. Contatos como o de Rudolf Rocker e Diego Abad de Santillán (secretário-geral da AIT) com brasileiros como Domingos Passos e Marques da Costa são exemplos dos laços entre a AIT e o sindicalismo anarquista brasileiro. No segundo congresso da AIT, as principais resoluções definidas pelos anarquistas pautaram a nova bandeira das 6 horas de trabalho diário e afirmaram que o sindicalismo revolucionário era a melhor arma contra a social-democracia e o bolchevismo (Samis, 2019, p. 420-422).

Dessa forma, os anarquistas e suas propostas de sindicalismo revolucionário passaram a ser um problema para o avanço do bolchevismo, do PCB e de sua estratégia. Para os/as bolchevistas, o declínio do sindicalismo revolucionário anarquista significava contradições próprias e inerentes ao anarquismo; mas para os/as comunistas libertários/as da Primeira República, fazia parte do conjunto de motivos a intensa repressão policial, o estado de sítio característico da época, as políticas estatais de domesticação e cooptação do movimento operário, assim como a conduta e estratégia bolchevista brasileira de combate ao “anarcossindicalismo” e de aliança com a pequena burguesia e os reformistas colaboracionistas. De toda forma, é dessa maneira que o anarquismo e o sindicalismo revolucionário vai entrando em declínio e perdendo sua hegemonia no movimento operário urbano do centro-sul brasileiro, algo que vai se tornando cada vez mais real e concreto a partir da década de 1930.

1.5. Anarquistas “de cor” no Rio de Janeiro

Dentre os libertários/as organizacionistas e antiorganizacionistas (incluindo algumas figuras que depois deixaram de ser anarquistas), alguns nomes são de grande importância para o movimento operário urbano e para a propaganda libertária, a exemplo de Edgard Leuenroth, Neno Vasco, José Oiticica, Oreste Ristori, Mário Domingues, Agripino Nazareth, José Elias

da Silva, Isa Rutti, Benjamin Motta, João Crispim, João Penteado, Andrade Cadete, Valeska-Mari, Gigi Daminani, Astrogildo Pereira, Florentino de Carvalho, Maria Lacerda de Moura. Além desses nomes, queremos destacar o de quatro anarquistas “de cor”¹⁶ que atuaram na cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro deles é Eustáquio Pereira Marinho (Guimarães 2018; 2020; 2020; 2022). Ele foi um ativista sindical e anarquista que atuou no movimento operário urbano da Primeira República tanto no Rio de Janeiro, quanto em Salvador, na Bahia. Um registro civil de casamento no Rio de Janeiro, de 1911, revela que Eustáquio era negro e baiano e que se casou com Julieta Antônia Soares, também negra e que trabalhou como empregada doméstica. Num outro documento, a ficha de ocorrência policial de quando Eustáquio Marinho foi levado à Casa de Detenção, na qual ficou entre os dias 4 de janeiro e 24 de março de 1919, ficou assinalado que ele era natural da Bahia, era eletricitista e tinha 37 anos – o que torna, provavelmente, 1881 o ano do seu nascimento.

Em algum momento, Eustáquio serviu à Marinha de Guerra brasileira como foguista – profissional que operava, regulava e vigiava máquinas a vapor que funcionavam através de aquecimento pela queima de carvão. Enquanto ex-marinheiro, Eustáquio participou da Revolta da Chibata, em 1910, motivo pelo qual ele, provavelmente, foi expulso da Marinha e teve que iniciar sua atividade profissional como operário urbano ligado à construção civil.

Em um texto escrito para o jornal *Spártacus*, publicado novembro de 1919, Eustáquio revelou que a política insistente do governo brasileiro em expulsar os anarquistas o fez ter curiosidade em conhecê-los. Foi assim que Eustáquio Marinho leu escritos de Sébastien Faure e Piotr Kropotkin e associou o ideal libertário com o seu próprio interesse em crítica histórica e religiosa, história natural e astronomia. Após assumir e defender a ideologia anarquista, ele passou a não aceitar mais a exploração patronal.

Nos últimos meses de 1918, Eustáquio trabalhou como chefe de usina, como eletricitista, na Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company (ou Companhia Light) e foi filiado à União Geral dos Metalúrgicos (UGM). Ele esteve presente na tentativa da Insurreição Anarquista, em novembro de 1918, no Rio de Janeiro, junto de José Oiticica, Agripino Nazareth, José Elias da Silva e Astrogildo Pereira. Porém, com a delação do tenente do

¹⁶ Optamos por utilizar o termo “anarquistas *de cor*” por dois motivos. Em primeiro lugar, esse era um termo utilizado no próprio período, como no caso do artigo intitulado “Dos ergástulos industriais. A exploração nas fábricas de tecidos. Na Vila Isabel”, do número 4 do jornal *A Voz do Trabalhador*, de 15 de agosto de 1908. O segundo motivo é que não sabemos, com certeza, se Domingos Passos era negro ou se era mestiço entre negro e indígena. Sendo assim, optamos por não definir Domingos Passos como “negro” para que sua possível ascendência indígena não seja descartada.

exército que estava infiltrado na conspiração, junto com muitos outros brasileiros e imigrantes que foram expulsos do país, Eustáquio foi preso em janeiro de 1919. Algumas semanas depois foi solto da Casa de Detenção e relatou, através do periódico *A Razão*, que a sua prisão tinha sido motivada por ele se assumir como anarquista e pelas imposições da Companhia Light que contrariava a sua atuação na propaganda de associação de classe.

Mesmo após sair da prisão, Eustáquio continuou militando pela UGM em defesa da libertação dos outros metalúrgicos presos pelas greves e ações de novembro de 1918. Através de textos em nome da UGM e de artigos escritos em colaboração com o jornal anarquista *Spártacus*, Eustáquio defendia que o sindicato deveria ter o caráter de sociedade de resistência, ou seja, se fundamentar no sindicalismo revolucionário. Quando finalmente foi inocentado das acusações alegadas na prisão nas greves da Insurreição Anarquista de 1918, após um período de militância pela UGM e depois de uma série de ações repressivas do Estado contra anarquistas e militantes operários, Eustáquio voltou para Salvador, na Bahia, em 1920.

Neste ano, voltou a trabalhar na construção civil e se filiou ao Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC). Dessa forma, colaborou com o movimento operário urbano soteropolitano na manifestação do Primeiro de Maio, na qual foi orador e defendeu os princípios anarquistas. Entre 1921 e 1922 foi secretário-geral do SPCDC e influenciou para que esta associação seguisse as propostas do sindicalismo revolucionário defendido pela maioria dos/as anarquistas no Brasil. Nesses dois anos, o SPCDC começou a publicar um jornal operário, que foi chamado, não por acaso, de *A Voz do Trabalhador*.

Um aspecto interessante na militância e análise da realidade feita por Eustáquio Marinho se encontra na preocupação que ele teve com o fator racial que historicamente esteve relacionado a constituição da economia brasileira. Mais precisamente, quando voltou à Salvador, Eustáquio passou a atuar primordialmente com trabalhadores brasileiros negros/as. Em *A Voz do Trabalhador*, do SPCDC, Eustáquio escreveu textos pelos quais trazia a memória da luta dos escravizados/as que garantiram melhorias de classe para os trabalhadores da construção civil. Dessa maneira, ele argumentava que tais trabalhadores, os “escravos modernos”, deveriam fazer jus a esse legado e lutar por melhores condições de vida e trabalho (Guimarães, 2020, p. 14).

Depois dos últimos meses de 1922, Eustáquio só volta a aparecer em 1928, quando assinou uma moção em 1928, na cidade de Vitória, no Espírito Santo – o que indica mais uma migração feita por ele. Nesse caso, Eustáquio registra o seu apoio à candidatura dos representantes do Bloco Operário e Camponês (ligado ao Partido Comunista do Brasil, PCB)

nas eleições no distrito federal. Após isso, Eustáquio se torna uma referência biográfica encerrada por seu desaparecimento no governo de Getúlio Vargas.

O segundo anarquista “de cor” importante da Primeira República foi o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto, ou mais conhecido como Lima Barreto, autor de obras conhecidas como *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos*, *Os Bruzundangas*, *Numa e a Ninfa*, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, etc. O que poucas pessoas sabem é de sua proximidade e contribuição com o anarquismo brasileiro (Arantes, 2022; Bezerra, 2010; Araújo & Oliveira, 2013).

Lima nasceu em 13 de maio de 1881 e morreu em 1922, ambas situações no Rio de Janeiro. Era neto de uma escrava liberta, filho de uma mãe “mulata” (negra, ou mestiça de pessoa branca e negra), professora Dona Amália Augusta, e de um branco português, o tipógrafo João Henriques de Lima Barreto. A vida desse grande literato foi sempre conturbada e arrojada de complicações. Dona Amália Augusta faleceu vitimada pela tuberculose quando Lima tinha entre 6 e 7 anos. Ele também enfrentou diversos problemas financeiros, familiares e de saúde devido ao alcoolismo. Os anos entre 1919 e 1922 foram os quais Lima mais teve atuação e produção literária e jornalística. Apesar de ser mais conhecido como romancista, ele também foi jornalista e publicou mais de 500 textos, entre artigos e crônicas, em jornais e revistas (Botelho, 2013).

Mesmo hoje sendo considerado um dos maiores romancistas brasileiros, Lima foi lido negativamente pela imprensa capitalista ou grande imprensa, e também foi ignorado em seu meio – jornalístico e literário – tendo em vista que era negro (mulato), de origem popular, boêmio e abertamente contrário à literatura que característica de sua época: cheia de soberbas formais, moldes parnasianos, ligada à intelectualidade oficial, pessoas privilegiadas e agentes sociais dominantes.

Lima Barreto foi um escritor que se dedicou a difundir ideias, princípios e sentimentos anarquistas em suas obras, além de ter sido autor de diversas crônicas para a imprensa libertária, em jornais como *A Lanterna*, *O Diabo*, *O Suburbano*, *Gazeta da Tarde*, *Tagarela* e *A Voz do Trabalhador*. Ele foi influenciado pela literatura libertária de Liev Tolstói e pelas obras dos anarquistas Piotr Kropotkin e Élisée Reclus. Em 1913, Lima Barreto escreveu um artigo para o jornal *A Voz do Trabalhador*, intitulado de *Palavras de um ‘snob’ anarquista*. Neste texto, o literato se dedicou a responder às acusações da grande imprensa contra anarquistas e a imprensa operária, além de questionar o caráter europeu dos jornalistas oficiais. O trecho que seguirá está assinado com o pseudônimo de Isaías Caminha, mesmo

nome dado à personagem principal do livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, publicado originalmente em 1909, e nos demonstra a defesa de Lima Barreto ao anarquismo:

[...] As condições, portanto, da civilização do Brasil, quer as econômicas, quer as morais, quer as de território justificam que haja quem desinteressadamente, brasileiro ou não, seja anarquista. Se a de lá, está carunchosa a de aqui também: uma é tão antiga quanto a outra; e convém lembrar também que é inútil nesta questão indagar-se se se é ou não de tal país, quando os jornalistas não se indagam deles mesmos se são ou não brasileiros, para se fazerem pinheiristas ou dantistas.

Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; e se há muitos que o são por ignorância ou snobismo, consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos desinteressados, porque não usam daquelas ignorâncias nem daqueles “snobismos” que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses.

Sentimos que o jornalista se haja emperrado no regime capitalista, mas estamos certos de que, por mais emperrado que seja, há de haver ocasiões em que pergunte a si para si: é justo que o esforço de tantos séculos, que a inteligência de tantas gerações, que o sangue de tantos homens de coração e o sofrimento de tantas raças, que tudo isso, enfim, venha simplesmente terminar nessa miséria, nesse opróbrio que anda por aí? É justo? (CAMINHA, Izaías. Palavras de um ‘snob’ anarquista. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 31, p. 3, 15 de maio de 1913)

Mas Lima Barreto teve um diferencial: desde muito cedo percebeu e se interessou por discutir e expor os problemas sociais brasileiros relacionados à questão racial. Ele defendeu a necessidade da preservação da memória dos povos negros presentes no Brasil e sua literatura acompanhou o seu compromisso com essa luta. Dessa maneira, Lima parte da própria realidade que viveu, de maneira que conectou as relações sociais de classe e de raça e denunciou as condições de pobreza e os preconceitos raciais que ele e as pessoas negras sofriam no Brasil. Por isso, ele pode ser considerado, talvez, o primeiro literato brasileiro a abordar a questão racial de forma tão direta e denunciativa, assim como o primeiro a se declarar como um autor negro de literatura. Nesse sentido, a literatura limiana partia da:

[...] posição de um escritor contra as desigualdades causadas pelo capitalismo e o desassossego com a questão social, a ponto de se declarar um inimigo irreconciliável do capitalismo. “Nunca os negros aceitaram a escravidão, apesar de ser instituição legal e penal entre eles, com a docilidade que lhe parece.

Aceitavam como os atuais operários recebem sua escravidão econômica, o salariato, isto é, com contínuas revoltas” (Barreto, 1956a, p. 258).” (Arantes, 2022, p. 112)

Hoje podemos discutir a existência de um “anarquismo limiano” de forma a encontrarmos uma interpretação de mundo que tem grandes contribuições para a teoria e ideologia anarquista. Lima Barreto identificou e denunciou o racismo do Estado brasileiro na política de imigração, no projeto de embranquecimento da população e nas exigências dos grupos dominantes que ignoravam as condições de vida e trabalho das pessoas negras após a abolição da escravidão. O pensamento limiano chamava atenção para as contradições sociais causadoras da miséria dos trabalhadores/as, que eram de ordem econômica, mas também cultural, através do racismo típico e intenso da Primeira República. A contribuição de Lima Barreto foi importante para o anarquismo brasileiro de forma que treze anos após sua morte o arquivista anarquista Edgar Rodrigues escreveu o compromisso do anarquismo contra o racismo, contrário a um projeto de civilização que se colocava como “branca e superior” e que esmagava “um povo sob o fundamento de que ele é incapaz de se governar porque é bárbaro, de se dirigir porque é negro” (Rodrigues, 1978, p. 385-386, *apud* Arantes, 2022, p. 108).

O terceiro anarquista “de cor” é Domingos Passos, chamado por colegas de sua época de “o Bakunin Brasileiro” (Samis, 2019; Ramos & Samis, 2009; Brito, 2010; Loner, 2011). Não sabemos sobre quando ele nasceu. O que conhecemos é que ele foi um carioca que militou pelo anarquismo e movimento operário no Rio de Janeiro principalmente nas décadas de 1910 e 1920. Domingos foi um homem de cor com ascendência negra e indígena que trabalhou na área da construção civil e que foi um notável autodidata e orador.

Grande parte da trajetória militante de Passos esteve ligada à organização da categoria dos operários urbanos da construção civil do Rio de Janeiro, a União dos Operários em Construção Civil (UOCC), antiga União Geral da Construção Civil fundada em abril de 1917. Essa associação contava com alguns adeptos e simpatizantes do anarquismo em seu interior e contribuiu na grande greve geral de 1917 no Rio de Janeiro, greve que foi iniciada em São Paulo, além de estar envolvida com a greve de novembro de 1918, durante a tentativa insurrecional anarquista. Por tudo isso, a UOCC foi alvo de destruição de sede e assaltos de materiais pela polícia.

Em 1919, Domingos Passos foi eleito secretário da UOCC e participou do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, de 1920, como delegado de seu sindicato. É interessante que na década de 1920 a UOCC e a categoria dos construtores civis estiveram fortemente alinhadas com o sindicalismo revolucionário e aos princípios anarquistas. Em 1921, chegaram ao Brasil as primeiras notícias do massacre de Kronstadt, informações que fizeram os/as comunistas libertários presentes no Brasil perderem as iniciais simpatias e esperanças no

projeto bolchevique da Revolução Russa. Em 1922, Domingos Passos e a UOCC demarcaram sua incompatibilidade com os “comunistas de estado” e durante essa década foram oponente ferrenhos do bolchevismo e do sindicalismo vermelho.

Pela sua atuação recorrente e intensamente dedicada à causa libertária e operária, Domingos Passos foi continuamente perseguido pela polícia. Dessa forma, teve que se afastar da Comissão Executiva da UOCC, o que não o impediu de se dedicar ao impulsionamento de outras organizações operária sob as propostas federalistas e libertárias, como fez no estado do Paraná. Em 1923, de volta ao Distrito Federal, Passos foi um dos principais articuladores da refundação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), quando ele foi eleito para o Comitê Federal.

Nesse mesmo ano de 1923, em relatórios da Ordem Social, que eram aparelhos de vigilância da Quarta Delegacia Auxiliar, estavam assinalados o que a polícia considerou como os focos de hostilidade à ordem do Distrito Federal. Nos relatórios continham os números de comícios e os nomes dos potenciais transgressores da classe operária: de 25 comícios e atividades semelhantes registradas, 17 eram atividades anarquistas e os nomes dos anarquistas apontados como líderes e responsáveis pelas mobilizações eram de José Oiticica, Domingos Passos, Marques da Costa, Carlos Dias, Fábio Luz, Florentino de Carvalho, e outra categoria intitulada de “vários nomes” (Samis, 2019, p. 140-141).

Em 1924, como secretário adjunto da FORJ, Domingos Passos fez conexões entre militantes e organizações anarquistas nacionais e internacionais. Ele foi citado em uma carta como a pessoa responsável por encaminhar a carta de Abad de Santillán, anarquista ligado à Federação Operária Regional da Argentina (FORA) e à Associação Internacional dos Trabalhadores (IWA-AIT, ou a Internacional Anarquista¹⁷), sobre o Segundo Congresso da AIT ao sindicalista e anarquista Marques da Costa, um dos líderes operários da construção civil do Rio de Janeiro (Hall & Pinheiro, 1979, p. 275).

Nesse mesmo ano, no mês de julho, Domingos Passos foi preso devido a sua militância sindical e foi enviado para o “Inferno Verde”, a colônia penal de Clevelândia, junto de outros 13 libertários classificados pela polícia – e possivelmente outros que não foram assinalados como anarquistas (Samis, 2019, p. 239, 307). Foi nessa prisão que ganhou o apelido de “Bakunin Brasileiro” por seus próprios contemporâneos, isso porque ele se dedicou e

¹⁷ A IWA-AIT (Internacional Workers Association, ou Asociación Internacional de los Trabajadores) é uma organização de orientação anarquista e sindicalista revolucionária que existe até hoje. Foi fundada em 1922, em Berlim, e reivindica as resoluções e princípios antiautoritários, contrários às propostas que Karl Marx propôs na Primeira Internacional e que levou à criação de diferentes associações internacionais de trabalhadores/as com orientações políticas distintas.

defendeu a causa anarquista de tal forma que sofreu as duras consequências de perseguições e torturas realizadas pelo Estado brasileiro, que na época declarou estado de sítio e assim justificou a sua violência e autoritarismo.

Quando Passos foi preso, permaneceu 20 dias na Casa de Detenção; depois foi recolhido ao navio-prisão Campos, onde ficou 3 meses sofrendo pelas condições precárias de sobrevivência; depois foi enviado para o navio Comandante Vasconcellos, no qual passou 22 dias com outros presos – entre eles anarquistas, ladrões, mendigos, “vadios” e militares sediciosos do levante de 1924; depois chegou à colônia prisional de Clevelândia, na qual passou mais alguns meses. Mas Passos conseguiu fugir da “Sibéria Tropical”, indo para a comuna de Saint George de Oiapoque, na Guiana Francesa e, depois de tratar das doenças que possuía, migrou para Belém do Pará, onde foi acolhido e ajudado pelos trabalhadores/as da região que eram politicamente organizados/as. Passos só consegue voltar para o Rio de Janeiro no início de 1927.

Após o fechamento da Clevelândia, processo que se iniciou nos fins de 1926, menos da metade dos prisioneiros/as saíram com vida e retornaram para suas vidas e cidades – de caso confirmado, 5 dos 14 classificados de anarquistas pela polícia morreram (Samis, 2019, p. 271). Em fevereiro de 1927, já no Distrito Federal, Domingos fez denúncias principalmente na imprensa operária, mas também na grande imprensa de oposição ao governo de Arthur Bernardes. Nos seus relatos, Passos informou sobre os espancamentos feitos por alguns detentos autorizados a bater pela administração da colônia que queria punir de forma exemplar quem fosse considerado sedicioso ou dissidente, as longas jornadas de trabalho que os presos eram obrigados a cumprir e os casos de adoecimento na colônia-prisão situação a qual quase sempre significava a morte (Brito, 2010, p. 12). Também relatou que os anarquistas presos nessa colônia prisional mantiveram um convívio comum e, mesmo sob as adversidades, encontraram momentos para dialogar e produzir materiais libertários – um caderno volumoso de hinos revolucionários em esperanto, português e espanhol; poesias, alfabeto e conversação de pessoas surdas e mudas; cursos de música; etc (Samis, 2019, p. 273).

No fim da década de 1927, Domingos Passos foi uma das figuras mais importantes na tentativa de reorganizar o movimento anarquista no meio sindical na região centro-sul do Brasil, mesmo ainda em um contexto de intensa repressão ao movimento operário e de perseguição ao anarquismo. Nesse momento, Passos mudou-se para São Paulo e atuou na Federação Operária de São Paulo (FOSP), ano no qual foi preso novamente por mais 40 dias. Quando saiu da prisão em São Paulo, foi para o sul do país e participou do Quarto Congresso

Operário do Rio Grande do Sul, realizado em Pelotas, no início de 1928. Lá, Domingos Passos defendeu a tendência do sindicalismo revolucionário e atentou os demais que, distantes dessa estratégia, se abriria o caminho para a possível tomada dos sindicatos pelos “inimigos” – aqueles defensores do sindicalismo que objetivava ter representantes ocupando cargos estatais, sejam os bolchevistas ou os colaboracionistas reformistas (Loner, 2011, p. 197).

Após esse congresso gaúcho, Domingos Passos voltou a São Paulo, quando, em fevereiro de 1928, foi preso novamente. Esses foram seus últimos momentos na militância operária urbana e anarquista. Ele ficou trancafiado num cubículo de dois metros quadrados por mais de três meses, na prisão da Bastilha do Cambuci. Essa cela não tinha higiene, janelas e nem luz e Passos só recebia comida uma vez ao dia. Quando foi liberado, saiu cheio de feridas. Foi embarcado pelas autoridades em um trem em direção às matas de Sengés, no interior do Paraná. Foi enviado para morrer lá. No entanto, Passos conseguiu abrigo em um povoado e escreveu para colegas militantes de São Paulo, pedindo-lhes dinheiro. Foi assim que terminou a trajetória do Bakunin Brasileiro (Ramos & Samis, 2009, p. 8-9).

O quarto anarquista “de cor” se chama Cândido Costa. Assim como no caso de Domingos Passos, também não conseguimos informações sobre a data de nascimento e de morte dele. O que sabemos é que ele era negro e brasileiro e que foi um anarquista que trabalhou na área da construção civil, como marceneiro.

O primeiro registro (Hall & Pinheiro, 1979, p. 44) que encontramos sobre Cândido Costa está relacionado ao Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906, no Rio de Janeiro, organizado pela Federação Operária Regional Brasileira (Knevez, 2020, p. 89-90). Ele participou do Congresso como delegado da Liga dos Artistas Alfaiates e, sobre a orientação que deveria ser seguida pelos sindicatos, defendeu a finalidade da resistência em conjunto com subsídios financeiros e de ajuda mútua entre os sindicalizados/as. Ou seja, ele não foi contrário à proposta mutualista entre os membros, desde que o sindicato tivesse foco na associação de resistência, de luta econômica de classe.

Cândido Costa também aparece na comemoração do segundo aniversário da morte do pedagogo libertário espanhol Francisco Ferrer y Guardia – que foi executado em 13 de outubro de 1909 pelo governo da Espanha, acusado de instigar revoltas. Em 13 de outubro de 1911, os/as anarquistas no Brasil organizaram suas homenagens nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. No Distrito Federal (Rio), dois comícios ocorreram, sendo o mais significativo o que foi realizado na sede da Liga Anticlerical. Neste comício, Cândido Costa foi um dos oradores a homenagear Ferrer. Uma nova homenagem a Ferrer y Guardia foi realizada em outubro de 1912, organizada pela Liga Anticlerical e pela Federação Operária do

Rio de Janeiro, e novamente Cândido Costa esteve presente representando o Sindicato dos Carpinteiros (Rodrigues, 1992, p. 45-46).

Cândido Costa foi um militante anarquista expressivo e participativo. Ele atuou junto com a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e esteve presente, também como orador, nas manifestações e comícios de 1913, que marcaram a luta contra a carestia da vida (A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, Ano VI, n. 26, 01 de mar de 1913, p. 1). Essa característica de boa oratória era reconhecida pelos colegas de Cândido, que discursava tanto em manifestações, comícios abertos, reuniões sindicais, quanto em festas operárias e atividades culturais organizadas pelos sindicalistas revolucionários (A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, Ano VI, n. 34, 01 de jul de 1913, p. 4).

Uma das defesas de Cândido Costa se encontrou no sindicalismo de intenção revolucionária e na luta econômica da classe trabalhadora. Ele fazia questão de alertar o proletariado sobre os perigos de o movimento operário ser absolvido pelas campanhas eleitoreiras que queriam alguns sindicalistas colaboracionistas e de submeter os sindicatos ao aparelhamento estatal. Foi discursando nesse tom que Cândido fez seu discurso no 11º aniversário da Liga Federal dos Empregados em Padaria do Rio de Janeiro, em 1913 (A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, Ano VI, n. 38, 01 de set de 1913, p. 3).

Assim como no primeiro, Cândido Costa também esteve presente no Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado na sede da Confederação Operária Brasileira (rua dos Andradas, número 87, Rio de Janeiro), entre os dias 8 e 13 de setembro de 1913 (Hall & Pinheiro, 1979, p. 172-223; Toledo, 2013, p. 23-24). Na ocasião, Cândido foi delegado da Liga Operária Machadense, do município de Machado, de Minas Gerais. Nesse Segundo Congresso foi decidido se manter as resoluções de caráter sindicalista revolucionário, através da ação direta, do federalismo, da resistência ao capitalismo, da não defesa de partidos políticos estatais, do não estabelecimento de ideia política específica para que se agregasse o maior número de trabalhadores/as, etc, propostas que também foram aprovadas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906.

Ainda em 1913, no mês de outubro, novamente Cândido Costa esteve envolvido na organização das homenagens destinadas ao pedagogo libertário Ferrer y Guardia. Em dezembro do mesmo ano, ele se movimentou junto com a Federação Operária do Rio de Janeiro na realização de um comício que propagava protestos contra a crise e as condições precárias de trabalho do operariado urbano carioca, atividade na qual foi novamente um dos oradores (A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, Ano VI, n. 45, 15 de dez de 1913, p. 2). Em 1914, no 11º aniversário do Centro dos Operários Marmoristas, Cândido Costa esteve

presente novamente discursando como representante do Centro de Estudos Sociais (A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, Ano VII, n. 60, 05 de ago de 1914, p. 4).

Todas essas ocasiões nos dá a noção do quanto Cândido Costa era tanto um anarquista com carga de leitura e conhecimento, quanto uma liderança operária bastante articulada e envolvida com diversas associações sindicais ou relacionadas com a “questão social”. O fato dele aparecer e discursar diversas vezes em manifestações, festas operárias, comícios, etc, nos indica a importância dele. Ainda no ano 1914, Cândido esteve presente novamente nas manifestações e homenagens ao pedagogo Francisco Ferrer após 5 anos de seu fuzilamento (A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, Ano VII, n. 64, 01 de nov de 1914, p. 2). No ano seguinte, Cândido Costa foi o responsável pela cerimônia de abertura de um comício-protesto do Primeiro de Maio, em nome da Federação Operária do Rio de Janeiro (A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 71, 08 de jun de 1915, p. 1).

Até tivemos acesso e até o momento, o último registro que encontramos sobre Cândido Costa refere-se a dados sobre a criação de escolas libertárias (chamadas de Escolas Modernas) e bibliotecas sociais em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Sergipe, Ceará, etc (Rodrigues, 1992, p. 84-92). Esse registro é um documento com os nomes das escolas e bibliotecas criadas. Nesse documento, Cândido Costa é citado como responsável por apresentar o debate sobre os “Objetivos Sociais” (provavelmente das escolas e bibliotecas entre as organizações operárias) numa conferência, para os operários da construção civil do Rio de Janeiro, em 1922 (Rodrigues, 1992, p. 89).

Dessa forma, chegamos ao fim daquilo que encontramos sobre Cândido Costa, esse militante anarquista que foi talvez uma das principais lideranças e principais oradores da FORJ. Existe mais um caso sobre que desejamos discutir, mas isso só ocorrerá no último capítulo. Algo que é interessante nessas quatro figuras é que suas atividades no meio libertário e sindicam se encerram, mais ou menos, entre a década de 1920 e 1930. É justamente nesse período que ocorre um declínio da tendência anarquista no meio do movimento operário urbano e simultaneamente do sindicalismo revolucionário. Com este perdendo força, o sindicalismo reformista de colaboração (ou colaboracionista) começa a adquirir visibilidade e passa a ser disputado não mais pelo sindicalismo de ação direta, mas pelo sindicalismo vermelho ou bolchevista.

CAPÍTULO 2 – IMPRENSA CAPITALISTA, IMPRENSA OPERÁRIA E A VOZ DO TRABALHADOR

2.1. Imprensa capitalista e ideologia dominante

A “imprensa” é um meio de comunicação antigo usado há vários séculos para registrar e difundir saberes, informações, ideias, etc. A história do “impresso” pode ser encontrada em períodos como o que se convencionou chamar de Antiguidade – existiram os impressos romanos e os de outros povos em períodos históricos anteriores ao século 1 da era comum (calendário gregoriano), história atrelada ao desenvolvimento do que foram os escritos mesopotâmicos etc. Mas é importante dizer que a imprensa e os impressos surgiram no Oriente, através da criação de impressões tabulares que chineses, japoneses e coreanos realizavam desde o século 7 e, a partir do século 11, desenvolveram essa tecnologia para impressões móveis. É possível que a própria a imprensa no Ocidente ou da Europa tenha surgido da relação entre este último continente com esses povos orientais nos fins do que se convencionou chamar de Idade Média (Oliveira, 2011, p. 130).

A imprensa no Ocidente é criada durante o desenvolvimento dos chamados Estados Modernos europeus, algo que ocorreu ainda nos séculos 15 e 16 através de folhas volantes impressas, como pasquins, almanaques, etc¹⁸. A partir desse momento, a publicação de informações foi desenvolvida através do financiamento direto ou indireto do Estado que objetivava uma produção impressa mais sistemática e ampla. Ocorre, assim, o avanço da imprensa ocidental e com isso a maior difusão de informação e ideias e o acirramento de interesses de classe para controlar tal meio de comunicação impressa – falar da imprensa é falar também dos interesses e conflitos do campo ideológico (Sodré, 1966, p. 1).

Em comparação com outros países colonizados do continente americano, a imprensa no Brasil foi introduzida tardiamente. Alguns motivos gerais podem nos ajudar a compreender a emergência tardia da imprensa brasileira: a colonização da América portuguesa se deu por uma ocupação territorial desintegrada da ocupação ou estabelecimento de estruturas administrativas, diferente do que ocorreu nas colônias espanhola e inglesa. O processo de urbanização também foi mais lento, além de que o grau de instrução na colônia portuguesa foi mantido apenas em níveis básicos, o que não ocorreu nos processos de colonização espanhola

¹⁸ A “invenção” da imprensa no Ocidente, ou seja, desse dispositivo ou sistema mecânico de tipos móveis capaz de reproduzir palavras em impressões que modificou a história da difusão de ideias e da leitura no mundo moderno – é atribuída ao alemão Johannes Gutenberg no século 15.

e inglesa, nos quais foram criadas instituições universitárias que terminaram por capacitar uma quantidade de pessoas, mesmo que em número reduzido, para o trabalho e produção intelectual (Oliveira, 2011, p. 131-132).

Mais precisamente sobre o caso brasileiro, o surgimento da imprensa no país é identificado no século 19, em 1808, com o jornal *Correio Braziliense*, lançado por Hipólito da Costa em Londres que mandava o periódico clandestinamente para o Brasil. Já o primeiro jornal “oficial” se originou da Impressão Régia e esteve ligado ao Estado colonial no Brasil, o *Gazeta do Rio de Janeiro*, editado pelo Frei Tibúrcio José da Rocha. Era um período no qual o Império brasileiro censurava a imprensa “não oficial” e centralizava a produção e circulação de impressos – momento em que a corte portuguesa residia no Brasil após fugir de Portugal devido ao ataque das tropas de Napoleão Bonaparte.

Somente após a independência do Brasil é que foi permitida a produção de impressos não “oficiais” (estatais) – os “pasquins” são exemplos de uma das primeiras formas de imprensa “popular” no Brasil durante o contexto conturbado do período regencial do país, sem contar que eles foram alvo de repressão e censura por parte do Império brasileiro. A partir da metade do século 19, o regime monárquico foi se consolidando no Brasil e, com isso, “embriões de partidos” políticos ligadas às pessoas mais abastadas foram surgindo: é assim que ocorre o reordenamento da estrutura jornalística e à imprensa político-partidária como meio de formação doutrinária da opinião pública.

Nesse sentido, é a partir de 1870 que o Brasil vive um aumento considerável no número de jornais que foram fundados. Com o surgimento dos jornais de cunho empresarial, ocorre a diminuição dos jornais político-partidários e o desenvolvimento de uma imprensa que se assumia enquanto “imparcial” e com o objetivo de “informar a população”. Durante o século 19, coexistiam tanto o jornal oficial império, quanto os pasquins, que eram mais populares e circulavam entre algumas camadas da população mesmo com a repressão. Já em 1889, todos os estados da recém República Federativa dos Estados Unidos do Brasil já possuíam suas próprias impressas, apesar de não terem um alcance tão significativo porque não eram muitas as pessoas que sabiam ler e escrever – e o rádio só chegará no Brasil a partir de 1922 e a televisão a partir de 1950 (Siqueira, 1997, p. 4).

No entanto, mesmo com uma grande taxa de analfabetismo, é possível pensarmos num público leitor emergente durante a virada do século 20 e isso está relacionado com um pequeno crescimento populacional ocorrido durante o século 19 (Holanda, 2005, p. 6928-6930). Nesse sentido, duas questões nos ajudam a refletir sobre o alcance das publicações da imprensa capitalista: população e alfabetização no Brasil da Primeira República. Em 1872, o

Brasil possuía uma população de quase 10 milhões de pessoas e apenas cerca 15% sabia ler e escrever, enquanto 85% foi classificada como analfabeta. Em 1890, com uma população de um pouco mais de 14 milhões de pessoas, o padrão se manteve: cerca de 15% sabia ler e escrever, enquanto 85% não sabia. Em 1900, com uma população de mais de 17 milhões de pessoas no Brasil, há pouca mudança, pois apenas cerca de 19% sabia ler e escrever, enquanto 81% não sabia (Siqueira, 1997, p. 3). Vale lembrar que o censo de 1872, ou o Recenseamento Geral do Império de 1872, foi simultaneamente o primeiro levantamento populacional de caráter nacional e o único realizado ainda sob o regime de escravidão legal/estatal (Gouvêa & Xavier, 2013, p. 104). Isso significa que estamos falando sobre a alfabetização de uma população na qual coexistem pessoas nascidas livres, libertadas e escravizadas.

Sobre a população livre, em 1872, foram recenseados 4.048.699 homens e 4.070.973 mulheres livres acima de 16 anos de idade (total de 8.119.672 adultos/as livres no Brasil). Dessa forma, cerca de 24% dos homens adultos sabiam ler e escreve, enquanto 76% não sabiam; já no caso das mulheres adultas, cerca de 13% delas sabiam ler e escrever e 87% não sabiam. O restante dos dados são de crianças livres (total de 1.902.454 meninos e meninas) que frequentavam a escola: cerca de 16% dos meninos e 17% de meninas frequentavam a escola. E quando se trata da população escravizada, temos o seguinte, ainda em 1872: eram 805.170 homens escravizados e 705.636 mulheres escravizadas. Dessa quantidade, cerca de 0,1% dos homens escravizados e 0,06% das mulheres escravizadas sabiam ler e escrever (Taverna, Taverna, Mello, 2022, p. 62258).

Quando analisamos os dados informados acima, observamos uma divergência em questão de números: se somarmos a população de escravizados/as, pessoas livres menores de 16 anos e adultas, então o número da população sobe para mais de 10 milhões de pessoas, quando no censo de 1872 é informada a quantidade de 9.930.478 de pessoas. Apesar desse detalhe, acreditamos que as porcentagens ainda assim nos permite ter uma noção geral sobre o analfabetismo predominante na população brasileira do período. Dessa forma, podemos falar que, em 1872, a quantidade de pessoas alfabetizadas no Brasil era cerca de 20% de toda população – ou seja, 80% de analfabetismo, algo ainda mais expressivo no caso das pessoas negras. Já em 1900, o Brasil contava com uma população de mais de 17 milhões de pessoas e com um pouco mais de 3 milhões de pessoas alfabetizadas, ou seja, mais ou menos 65% da população era analfabeta (Souza, 1999, p. 7).

O Brasil da Primeira República possuía essa taxa alta de pessoas analfabetas ao mesmo tempo em que, pela Constituição de 1891, apenas brasileiros maiores de 21 anos e alfabetizados é que poderiam votar – nesse momento as mulheres não podiam votar, o voto

não era secreto, as eleições eram controladas pelos partidos de situação e a grande quantidade de trabalhadores imigrantes que não eram naturalizados brasileiros/as não tinham direito ao voto (Batalha, 2000, p. 22) - isso significa que apenas pessoas do sexo masculino que sabiam ler e escrever eram eleitores, ou seja, um número ainda menor que os 30% da população alfabetizada do país.

Esses dados não são absolutos, tendo em vista os detalhes e as diferenças na realidade de pessoa não escolarizada, não alfabetizada, que não sabia ler e escrever, que aprendeu a ler e escrever fora da escola, etc. Porém, é uma questão interessante para pensarmos sobre quem estava majoritariamente lendo os jornais da grande imprensa ou imprensa capitalista. Em 1888, por exemplo, estavam matriculados cerca de 250.000 alunos/as nas poucas escolas primárias existentes no país, e a escola era um ambiente destinado aos filhos das classes mais abastadas (Romanelli, 1986, p. 40).

A partir da Constituição da República de 1891, coube à União, ao poder federal, a responsabilidade pelo ensino secundário e superior, enquanto coube às instâncias estaduais a responsabilidade pelo ensino primário e profissional – escolas normais (nível médio) para meninas e escolas técnicas para meninos. Era um processo de alfabetização em andamento e com problemas na prática. É importante, inclusive, sabermos que a população brasileira ainda possuía o predomínio de pessoas estabelecidas em zonas rurais e não urbanas. Apenas para as pessoas de áreas urbanas que a educação passou a ser entendida como um possível caminho de ascensão social e econômica, algo diferente para as pessoas do campo para as quais as escolas e a alfabetização não fazia diferença alguma e nem oferecia qualquer motivação (Romanelli, 1986, p. 44-45).

Isso nos leva a refletir sobre o público leitor emergente do início século 20: o número de pessoas camponeses/as alfabetizadas era bem menor e, conseqüentemente, eram as pessoas que menos liam a imprensa da época. Quanto mais acima uma pessoa estava na hierarquia social desse período, mais ela tinha acesso e possibilidade de ser parte do público leitor das publicações impressas. Por isso tudo é importante pensarmos sobre a imprensa capitalista, ou a grande imprensa, já que ela atingia a uma quantidade reduzida de pessoas que eram alfabetizadas e que estavam concentradas principalmente nas poucas cidades urbanizadas e industrializadas do país.

O próprio desenvolvimento mundial da grande imprensa possui relação com o capitalismo, através do esforço técnico de produção da imprensa; do progresso dos meios de transporte e comunicação; e da preocupação com a difusão e alcance da notícia, informação, ou doutrinação em um ou mais espaços e localidades. Isso também nos leva a pensar sobre o

próprio conteúdo produzido pela grande imprensa estar submetido a particularidades sociais – em relação ao contexto cultural, político e econômico de cada país do mundo – que definem os níveis amplo ou reduzido da liberdade de imprensa. Gerada pelo “sistema do lucro”, a necessidade de realizar produção em grande escala (produção em massa) e de difundir ideais e influenciar o comportamento dos indivíduos se articula com a busca por certa uniformidade, padronização, universalização e unidade (Sodré, 1966, p. 2-3).

Em outras palavras, a grande imprensa trabalhou para alcançar uma hegemonia do poder midiático, assim como buscou o controle da difusão de informações e ideias entre a população brasileira alfabetizada, tendo como um de seus objetivos a fabricação ou produção de consentimento¹⁹ entre a população: “a estabilidade do poder e a publicidade são fatores associados presentes no Estado liberal burguês” (Samis, 2019, p. 45). No Brasil – com a proclamação da república, o apelo discursivo para fortalecer os mecanismos ditos democráticos e a busca por acompanhar um modelo institucional propagado pela imprensa dos Estados Unidos – os grandes jornais nacionais (capitalistas ou ligados ao Estado) procuraram seguir a ética estadunidense e se apresentar como um instrumento a serviço da “verdade”.

O desenvolvimento do jornal e de suas máquinas acompanhou o processo de desenvolvimento do capitalismo e das instituições políticas estatais no Brasil. A *Impressão Régia* é um exemplo disso – ligada ao Estado brasileiro, foi criada ainda no período colonial, em 1808, para se imprimir toda a legislação e os papéis diplomáticos brasileiros ligados às repartições reais. No começo do século 19, a *Impressão Régia* utilizava impressoras rudimentares de madeira; em 1845 passou para impressoras mecânicas; 1902 possuiu a primeira impressora rotativa que rodava 15.000 exemplares em uma hora. O avanço tecnológico dos jornais e o caráter comercial da grande imprensa também permitiu a ampliação dos anúncios publicados nela (Sodré, 1966, p. 321-322).

A “grande imprensa” era variada e numerosa no Rio de Janeiro – capital do Brasil – durante a Primeira República. Existiam jornais considerados grandes – como os dois maiores, o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias* – e outros considerados pequenos. Mas o que os

¹⁹ *Fabricação de consentimento*, ou *produção de consentimento*, é um termo utilizado pelo linguista e pensador político estadunidense Noam Chomsky para analisar a produção da grande imprensa dos EUA e os níveis de doutrinação ao pensamento oficial. Esse consentimento que precisa ser criado pelos agentes sociais dominantes é de grande utilidade quando não se é capaz de controlar o povo pela força. Em outras palavras, se um Estado ou governo (dito democrático ou autoritário) controla a população pela força ou violência, então ele não se importa tanto com o que ela pensa; mas não há controle pela coação e vozes do povo se manifestam, então esse Estado ou governo busca controlar o que essas vozes populares dizem. Essa discussão é encontrada em: Samis, 2019, p. 44-47.

primeiros e os segundos tinham em comum era que, geralmente, possuíam como proprietários os sujeitos pertencentes aos cargos políticos estatais e à intelectualidade “oficial” que estavam presentes no Rio de Janeiro da época. No fim do século 19, a grande imprensa se fortaleceu progressivamente ao ponto de substituir a “imprensa artesanal” – aquele jornal pequeno, transitório, de poucas pessoas envolvidas, que geralmente tinha caráter temporário – pela imprensa industrial – um jornal grande, com projeto de permanência, com coletividade estruturada, instituído e organizado como uma empresa capitalista.

A passagem do século 19 para o século 20 é marcada pelo aparecimento de novos jornais por todo o Brasil e isso ocorre enquanto a grande imprensa brasileira desenvolvia as suas técnicas e ferramentas de produção impressa – a partir de instalações de fotografia, galvanoplastia, métodos fotoquímicos de fotozincó e fotogravura. Mas é preciso lembrar que, mesmo com a criação de novos jornais pelo país, a imprensa das pequenas cidades e do interior – chamada por Nelson Werneck Sodré (1966) de imprensa artesanal – produziam seus impressos através de tipografias compostas de velhos processos tecnológicos de impressão e, geralmente, destinava-se a abordar temas de lutas locais. Enquanto isso, a grande imprensa – chamada por Sodré de imprensa industrial – das grandes cidades e capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro (Distrito Federal), se adequava à fase industrial e buscava vender informação como se vendia qualquer outra mercadoria, incluindo notícias variadas desde temas como trabalho até diversão.

Ainda que a produção dessa imprensa industrial tenha impulsionado a variedade de temas, o “fato político” era uma das temáticas mais presentes nos impressos. O período da Primeira República era de centralização do poder estatal característico da época, política dos governadores e das oligarquias locais e disputas entre os burgueses da indústria em ascensão e os latifundiários tradicionais do Brasil. Foi nesse contexto que a produção da grande imprensa nas capitais e grandes cidades produziu impressos ligados à questão do poder político do Estado na tomada de decisões nacionais e aos fatos da política institucional.

Um fator interessante sobre a imprensa no início dos anos de 1900 é que ela e a literatura tinham uma ligação: nos grandes jornais estavam presentes as produções de literatos. Os “homens de letras” não conseguiam nos livros o que nos jornais tinham mais chances de encontrar: notoriedade – e um pouco de dinheiro para aqueles que precisassem. Nesse sentido, no fim do século 19 e início do 20, essa imprensa industrial, ou imprensa capitalista, passou a destinar seções permanentes nos jornais e a pagar pelos textos escritos por esses homens de letras: era tanto uma imprensa que vivia da literatura, quanto uma literatura e literatos que viviam da imprensa (Sodré, 1966, p. 330-337). Contudo, vale

salientar que nesse grupo social de “literatos” estavam presentes membros da intelectualidade “oficial” (ligados aos grupos dominantes) relacionada principalmente ao contexto do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que significa que a relação entre literatura e imprensa terminava por expor as produções, os interesses e as disputas relacionadas aos representantes políticos do Estado, da burguesia e da intelectualidade oficial.

E quando falamos nessa tal intelectualidade “oficial”, estamos falando de um grupo e seu ambiente de produção literária “brasileira” que expressava certo desprezo pelo Brasil e um certo delírio ou fetiche pelos países e civilização europeia (Sodré, 1966, p. 343). As condições materiais ainda deficitárias da economia da Primeira República e o antagonismo entre cidade e subúrbio reforçavam esse fetiche pela civilização europeia. Além disso, as produções e reproduções culturais desses agentes sociais dominantes foram marcadas por teorias e concepções evolucionistas, eurocêntricas, racialistas e modernistas.

De toda forma, o debate sobre a grande imprensa, ou imprensa capitalista, nos ajuda a perceber, por um lado, como o jornalismo empresarial da época esteve ligado tanto ao desenvolvimento do capitalismo e suas necessidades inventadas, como a busca pela produção em massa e pela lucratividade. Por outro lado, nos atentamos à preocupação estrutural dos grupos dominantes em conquistar uma hegemonia do poder midiático e em utilizar essa ferramenta de comunicação como um difusor de ideias alinhado à ordem capitalista e moderna: tais agentes sociais dominantes enalteciam e investiram na imigração de trabalhadores/as da Europa para as cidades industrializadas do centro-sul do Brasil, pois acreditavam que os/as imigrantes eram pessoas superiores, povos mais cultos e mais especializados.

Mas, se inicialmente os imigrantes foram compreendidos como um potencial de “salvação” nacional, a partir principalmente da década de 1910, a figura do imigrante não foi mais romantizada pelo patronato industrial: uma parcela desses trabalhadores/as pobres da Europa foi denominada de indolente, preguiçosa, boêmia, grevista e “anarquista” (no sentido pejorativo e político da palavra, ou seja, “desordeiro”, socialista radical, com ideias subversivas). Nesse sentido, não escaparam nem as crianças: elas deveriam trabalhar para que não se aumentasse a “falange dos menores vagabundos”, tipo de argumento que encontramos no trabalho de Antônio Francisco Bandeira Júnior, de 1901, sobre a industrialização em São Paulo, o qual reflete a ideologia dominante do período (Hall & Pinheiro, 1981, p. 31).

Considerado por alguns historiadores/as como um empresário de consciência social aguda para sua época, Jorge Street, que foi presidente do Centro Industrial do Brasil, executou “obras sociais” em suas fábricas que concediam alguns benefícios para seus quase 4 mil

operários/as (Hall & Pinheiro, 1981, p. 176). Esse industrial foi responsável por construir a vila operária modelo, chamada de Vila Maria Zélia. Essa vila tinha semelhança com uma penitenciária em termos estruturais e de funcionamento: os operários/as que lá moravam eram submetidas a uma intensa prática religiosa cristã, disciplinarização, toques de recolhimento, etc – curiosamente, a Vila Maria Zélia, durante a revolta militar de 1935, em São Paulo, foi transformada em um presídio.

Em um texto de 1917, Jorge Street se opôs ao movimento operário urbano da época que reivindicava, em nível nacional, a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias (Hall & Pinheiro, 1981, p. 176-186). Estavam entre as propostas defendidas por Street que o trabalho deveria ser iniciado a partir de 11 anos de idade (afirmando que “as crianças brasileiras são mais precoces” do que as europeias), que limitações deveriam ser impostas à lei de proteção à gravidez (em discussão em 1917), que o Estado deveria ser responsável por processos para diminuir a natalidade da população brasileira, etc. Agora, imaginemos: se Jorge Street que falava tudo isso foi “o empresário de consciência social aguda para sua época”, então o que será que os outros defendiam (e faziam)?...

O fato é que Jorge Street, nesse documento, afirma coisas que são questionáveis se comparadas ao que os impressos operários divulgavam: ele afirmou, por exemplo, que nenhum dos operários/as, de qualquer sexo ou qualquer idade, jamais reclamou de cansaço ou excesso devido às 10 horas de trabalho diário – ao contrário, eles/as “aceitavam com prazer” essa jornada de trabalho. Para ele, era suficiente ao operariado ter a noite do sábado e o domingo de folga: durante a semana deveriam trabalhar 10 horas e no sábado 6 horas, pois essa jornada de trabalho era a que “mais agradava aos operários”. Ele também afirmou que as crianças deveriam trabalhar nas fábricas, já que alguns serviços fabris “só poderiam ser feitos por crianças”.

Street ainda afirmou que as crianças que não podiam trabalhar deveriam ir para a escola receber “a instrução moral compatível com a sua situação na sociedade” – ou seja, as crianças pobres com alguma condição que a impedisse de trabalhar deveria receber a instrução moral compatível com a sua situação de pobre e as crianças ricas deveriam ser instruídas moralmente de forma compatível com a sua situação social de riqueza e dominação; já as crianças que podiam trabalhar (as pobres, evidentemente) deveriam começar com 11 anos nas fábricas, pois elas trabalhavam “como adultos” e ainda sem exaustão alguma numa jornada de 10 horas. Street afirmou que ele pôde perceber essa condição das crianças a partir de visitas que realizava às fábricas dele, pelas quais observava as crianças saindo numa “verdadeira revoadas alegre e gritante [...] correndo e brincando”. Street justificava sua defesa

do trabalho infantil através do seguinte argumento: era melhor que as crianças estivessem nas fábricas trabalhando do que estivessem “abandonadas, nas ruas e entregues ao vício”.

Esse caso de Jorge Street nos parece interessante para termos noção daquilo que a burguesia industrial pensava. Nos últimos anos da década de 1910, ele estava preocupado com a discussão que os parlamentares estavam fazendo na câmara dos deputados estaduais de São Paulo, já que se algumas leis fossem promulgadas, isso interferiria na questão do trabalho, dos salários dos operários, etc. Jorge Street temia que os legisladores se deixassem influenciar “por excessivo sentimentalismo”, pois os industriais, segundo ele, não se opunham às leis de proteção ao operariado, mas apelavam formalmente ao Congresso Brasileiro para que fossem promulgadas leis “vivificadoras e de pacificação e não leis de destruição” da economia industrial do Brasil. Ou seja, ele considerava que direitos trabalhistas que hoje podemos entender como básicos destruiriam a economia nacional. Sobre leis de proteção da operária grávida, Street afirmava que se estavam buscando soluções “exageradas”, “absurdas” e “contraproducentes” – para ele seria destrutiva qualquer lei que garantisse o afastamento de operárias nos 3 primeiros meses após o parto e recebessem o salário completo durante esse período.

Outro exemplo nos revela um pouco da ideologia do patronato industrial da época (Hall & Pinheiro, 1981, p. 186-194). Numa conferência, no 1 de maio de 1920, realizada na Vila Operária da empresa Pereira Carneiro e Cia. (Companhia Comércio e Navegação, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro), o patronato da região buscou esvaziar e se apropriar do significado do dia dos trabalhadores/as através da aliança com o Estado no objetivo de fortalecer o sindicalismo amarelo (corporativista ou colaboracionista). Nessa conferência estiveram presentes o Ministro da Viação, José Pires do Rio; o prefeito de Niterói, Otávio Carneiro; os operários da empresa Pereira Carneiro; e Antero de Almeida discursou, um republicano histórico que, ainda durante o império defendeu a proclamação da república. Este último era do Espírito Santo, mas mudou-se para o Rio de Janeiro e tornou-se um grande industrial integrado à organização Pereira Carneiro.

O discurso de Antero de Almeida feito nessa conferência também nos demonstra o pensamento do patronato industrial sobre a “questão social” a qual o movimento operário urbano reclamava. Ele afirmou que a classe operária deveria ser distinguida do movimento operário; os patrões deveriam intervir contra o movimento operário através de medidas ou ações sociais por parte dos industriais e patrões; as resoluções e conclusões do 3º Congresso Operário Brasileiro, realizado alguns dias antes pela COB que ainda se mantinha seguindo a estratégia de sindicalismo revolucionário, não deveriam ser seguidas entre o operariado e as

suas associações sindicais. Ele criticou as conclusões desse Terceiro Congresso, pois as considerou violentas, revoltosas e um “facho de ideias libertárias”, pois o “ideal econômico dos povos que aspiram verdadeiramente o engrandecimento da sua pátria, não pode ser esse comunismo igualitário”.

O discurso de Antero buscava convencer o operariado de que todos/as faziam parte de uma grande família composta pelo proprietário e pelos empregados/as – estes últimos/as tendo que admirar e venerar o seu chefe, pois ele representava a figura do progresso coletivo. O proprietário dessa Companhia de Comércio e Navegação, Ernesto Pereira Carneiro, construiu uma vila operária modelo em Niterói e, através da vila e fora do local de trabalho, ele buscava estreitar laços com os seus empregados/as e difundir sua ideologia patronal por meio de educação e atividades religiosas. Esse é um exemplo de ação social “beneficente” que alguns industriais fizeram durante a Primeira República, o que não saia de graça para o operariado urbano como já vimos em parágrafos anteriores.

Antero de Almeida, como no caso de Jorge Street, também possuía afirmações questionáveis quando comparamos com aquilo que era publicado na imprensa operária. Antero afirmou que no Brasil, esse país “novo, exuberante de riqueza”, não se conhecia “absolutamente a tortura da fome” e não existia miséria, sofrimento e nem dor. Ele também expõe que a “questão social” deveria estar alinhada com as escolhas do patrão, pois ele possuía “o ponto de vista nacional”. Em outras palavras, ele considerava o patrão como o caminho e o guia responsável pelo desenvolvimento de todos/as que compunham a nação; o patronato era, para Antero, o guia capaz de liderar a massa de empregados/as em direção ao progresso da nação. É assim que podemos entender porque ele e outros empresários defendiam aquilo que chamamos de sindicalismo corporativista ou colaboracionista, assim como a nacionalização das entidades operárias, a regulação das categorias, uma classe operária nacional com a alma animada pelos sentimentos vivos de amor à pátria, etc – dessa forma seria possível disciplinar os operários/as urbanas e as suas associações.

Em 1924, o trabalho infantil estava sendo discutido entre parlamentares de nível federal. Novamente, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo representou o patronato industrial brasileiro e declarou sua contrariedade às leis trabalhistas que tinham o objetivo de regulamentar o trabalho de crianças e a criação de escolas e creches financiadas pelos patrões que tenham empregados/as abaixo de 16 anos em suas indústrias (Hall & Pinheiro, 1981, p. 208-210). É nesse contexto que se inicia uma proposta que futuramente juntaria os industriais e o Estado para realizar a alfabetização das crianças operárias. Mais tarde, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem passaria a apoiar essa ideia, após um

decreto no estado de São Paulo que regulamentou a instalação de “Escolas Maternais” em fábricas – numa parceria público-privado, onde os patrões deveriam, resumidamente, ceder o espaço e a alimentação, enquanto que o governo do estado deveria arcar com o material escolar e com o pagamento dos profissionais da escola (Hall & Pinheiro, 1981, p. 211-212).

Não podemos afirmar que o que seguirá representava a ideologia de burguesia industrial, mas também não podemos deixar de lado esse indicativo ideológico dela: um artigo, de 1929, nos expõe que o Centro Industrial do Brasil repudiou o Código de Menores que havia sido aprovado em 1927 (Hall & Pinheiro, 1981, p. 233-235). Para esse centro, era um problema que a menoridade fosse estabelecida até os 17 anos e que um menor só pudesse trabalhar até 6 horas diárias, pois isso colocava “a indústria brasileira numa situação precária, elevando o custo de vida do proletário e até atirando à miséria das ruas os menores de 18 anos”. Em 1930, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo também se declarou contrário ao Código de Menores e à Lei de Férias, decretada em outubro de 1926 (Hall & Pinheiro, 1981, p. 235-237).

Essa documentação ligada ao Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem são de grande importância para termos noção sobre a ideologia capitalista e da classe industrial da Primeira República. Numa circular de 1924, o gerente deste centro informa, num escrito confidencial para os seus sócios, a “honra” em avisar que a polícia de São Paulo fechou e “destruiu tudo quanto se continha nas sedes das associações de classes operárias” (Hall & Pinheiro, 1981, p. 210-211). Isso aconteceu durante a “revolução” de 1924, em São Paulo – na qual forças rebeldes do Exército e da Força Pública tomaram a cidade –, o que deixou a cidade em estado de sítio. Esta condição de “estado de sítio” foi utilizada como pretexto pela polícia para atacar às associações operárias e isso foi comemorado pelo patronato paulistano.

Nós sabemos que a ideologia norteia as ações. Quando falamos em ideologia patronal, estamos também falando das decisões que o patronato tomava. Pois bem, desde a década de 1910, a repressão estatal fazia parte da estratégia adotada pela aliança dos grupos dominantes da esfera política e econômica, ou seja, do Estado e da burguesia. Na década de 1920 a repressão continuou forte, mas esses “aliados” passaram a investir em medidas de controle e regulação inspiradas no que já ocorria em países europeus e nos Estados Unidos, assim como investiram em obras filantrópicas ou sociais. Nesse sentido, uma parte da burguesia industrial passou a investir progressivamente em vilas operárias, igrejas nas vilas, escolas maternais, creches, esportes para operários, times de futebol, etc. Evidentemente, esse tipo de ação visava tanto controlar o operariado, quanto reduzir a força social do movimento operário,

principalmente aquele de tendência sindicalista revolucionária (Hall & Pinheiro, 1981, p. 213-214).

A repressão estatal e no interior das fábricas, somada às “obras filantrópicas” da década de 1920 nos leva a refletir sobre uma composição da ideologia social dominante que misturava a esfera econômica, política e cultural. Em outras palavras, na esfera econômica, encontramos uma lógica de dominação da classe operária urbana que partia do patronato industrial, na qual se afirmava que o patrão era como “pai” e/ou como guia do operariado para o progresso e o desenvolvimento econômico das massas operárias. Na esfera política, encontramos o projeto estatal que investia no patriotismo e da noção de ordem social, ao mesmo tempo em que progressivamente realizava acordos entre empresários e parlamentares para favorecer a burguesia industrial. Na esfera cultural, encontramos a noção clerical que, desde a década de 1910, é difundida nas vilas operárias: os industriais tinham o apoio da Igreja Católica para tornar as vilas e as fábricas num ambiente semelhante a conventos.

Em complemento aos exemplos anteriores, vejamos um outro: o Estado brasileiro enviou representantes para a Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na Suíça, em 1925 (Hall & Pinheiro, 1981, p. 303-307). Nesta conferência, o delegado governamental brasileiro, Frederico Castello Branco Clark, que atuava em cargos diplomáticos para o Brasil, afirmou que não havia luta de classe no território brasileiro e que a questão social reivindicada no país não passava da ação nefasta de maus elementos estrangeiros.

Frederico Castello Branco Clark afirmou na mesma conferência que “o direito de associação [era] respeitado no Brasil” tanto “aos estrangeiros como aos nacionais” desde que se reunissem “livremente sem armas” e que não estivessem “contrários às leis”. É aí que a perseguição ao socialismo libertário: como afirmou Castello Branco Clark, não se podia permitir no Brasil que “indivíduos camuflados” viessem “perturbar a paz social e atentar contra a ordem e autoridade constitucional”; se deveria suprimir jornais dos trabalhadores/as quando isso fosse uma “reação da ordem contra a anarquia”; não se deveria “admitir que demagogos estrangeiros, sob o pretexto de defender interesses respeitáveis de operários pacíficos” se envolvessem “na política do país” para provocar agitações “sem nenhuma razão” ou, como “agitadores profissionais, expulsos do seu próprio país”, transformassem “os outros países em campos de luta de demonstrações ou de experiências para suas doutrinas revolucionárias”. Por isso o Estado deveria prender os nacionais (na colônia prisional de Clevelândia, na região de Oiapoque, no Pará) e expulsar os estrangeiros indesejáveis (Hall & Pinheiro, 1981, p. 305).

A aliança entre o ideário da burguesia industrial, o do Estado e o da Igreja formaram a ideologia social dominante que objetivava criar um operariado urbano nacional manso, produtivo e capaz de ser controlado. O projeto dominante desejava disseminar lições de submissão e conformismo e por isso andavam juntas as noções de patriotismo, os rituais de homenagem à bandeira do Brasil, comemorações a datas e “heróis” da pátria, um alto grau de religiosidade e doutrinação católica nas fábricas, a concepção do empresário industrial como guia do desenvolvimento nacional e do operário como ser social subserviente, etc (Hall & Pinheiro, 1981, p. 214-220). A “ideologia social dominante” é algo que, no campo das ideias, representa um planejamento composto e definido pelos agentes sociais dominantes de cada esfera da sociedade.

Evidentemente, discutimos de forma rápida, o que reduz o aprofundamento do assunto. Por outro lado, expressamos minimamente aquilo que gostaríamos de refletir: elementos da ideologia burguesa localizada ali no centro-sul do Brasil, nas cidades mais industrializadas. Chamamos atenção para isso porque, como sabemos, existiam diferentes tipos de burguesia (latifundiária/agrária, industrial, comercial, bancária e financeira) que divergiam em pontos específicos e questões que envolviam seus interesses econômicos, mas, ao mesmo tempo, faziam alianças e se tornavam um bloco coeso e fortalecido quando o assunto era dismantlar o movimento operário urbano, garantir a exploração do trabalho e dos níveis de lucratividade e cooptar as massas trabalhadoras para torná-las produtivas, porém dóceis. Nesse sentido, a imprensa capitalista funcionava tanto como uma empresa que tinha o objetivo tanto de obter lucros, quanto como uma excelente ferramenta para difundir a ideologia social dominante, pois assim se garantiria uma hegemonia do pensamento burguês e moderno – mesmo que dentro dos limites de alfabetização da população.

2.2. Imprensa operária

Como sabemos, as primeiras publicações impressas que abordavam a “questão social” no Brasil remetem ao início do século 19 e à influência das ideias dos chamados socialistas utópicos europeus, como Saint Simón, Robert Owen, Charles Fourier, etc. Além disso,

Na “inconfidência insurrecional de Pernambuco de 1817 já se encontraram ideias igualitárias roussianas”, e na “Revolução Praieira, de 7 de Novembro de 1848, que teve a participação dos trabalhadores gráficos, ourives, funileiros, barbeiros, alfaiates, seleiros, cocheiros, lavradores, negros libertos, chamados então de anarquistas”.

Tempos depois (1860) aparece um livro intitulado *Anarquistas e a Civilização* cujo autor assinava “Um Pernambucano”. (Rodrigues, 2010, p. 19)

Estamos tratando dos antecedentes históricos da imprensa operária, que foi “a expressão mais visível da cultura operária” no período da Primeira República (Batalha, 2000, p. 64). Essas primeiras publicações não estavam ligadas à oficialidade estatal nas quais estavam presentes ideias progressistas, cristãs e socialistas: era a imprensa social. Um caso interessante se encontra na contratação que o governo de Pernambuco fez, em 1840, de um engenheiro francês chamado Louis Vauthier, que foi discípulo de Charles Fourier. Louis foi responsável por influenciar os meios intelectuais progressistas de Recife com o seu ideário socialista e incentivou, por exemplo, o filósofo, professor e jornalista recifense Antônio Pedro de Figueiredo a fundar o jornal *O Progresso* que funcionou entre 1846 a 1848 (Rodrigues, 2010, p. 19-20).

Antônio Pedro foi um “mulato” pernambucano, “filho do pardo Bazilio”, que foi para Recife e recebeu acolhimento por frades do Convento do Carmo, onde começou os seus estudos e posteriormente se tornou um dos homens de letras importantes da província de Pernambuco (Quintas, 1958). Esse exemplo, como o do caso do escritor Lima Barreto, nos mostra algo particular da época: nos fins do século 19 e início do 20, a imprensa social teve a sua maior expressão na imprensa operária, momento em que literatos, jornalistas, anarquistas, socialistas e operários urbanos/as se juntaram para difundir ideias semelhantes sobre a “questão social” (Sodré, 1966, p. 357).

Segundo o arquivista e historiador anarquista Edgar Rodrigues (2010), a “imprensa social” brasileira se inicia com a fundação do jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, em Niterói, no ano de 1845, impresso no qual novamente se encontrava a influência das ideias socialistas de Charles Fourier. Em Pernambuco é publicado o jornal *O Proletário*, em 1847. Em 1848, é publicado *O Grito Anarquial*, em Niterói. Em 1850, publica-se *O Periódico dos Pobres*, no Rio de Janeiro. Em Pernambuco surge *O Brado da Miséria*, em 1853. Após a formação da *Imperial Associação Tipográfica Fluminense* de 1853, a partir de 1858 começam a ser publicados os números do *Jornal dos Tipógrafos*, em 1858, em apoio aos trabalhadores dos jornais comerciais da grande imprensa. Começa a ser publicado, em 1860, o jornal *A Voz do Povo*, em Belém, no Pará. Surge *O Tipógrafo*, de 1867 a 1868, no Rio de Janeiro. Em Recife, aparece *A Consciência Livre*, em 1869. No mesmo ano, é publicado o periódico *O Operário*, em São Paulo.

Edgar Rodrigues assinala vários exemplos de que, a partir da segunda metade do século 19, a criação de periódicos e impressos ligados à “questão social” é intensificada: *A Inquisição*, jornal anticlerical do Pará, de 1870; *A Locomotiva*, de 1872, em Pernambuco; a *Gazeta Operária*, do Rio de Janeiro, de 1875, ligada aos arsenalistas da Marinha; *A Revolução Social*, do Rio de Janeiro, de 1876; *O Trabalho*, de São Paulo, do mesmo ano; *A Barricada*, de 1877, de São Paulo; *O Proletário*, de 1877-1878, de São Paulo; a *Revista Tipográfica*, de 1888, do Rio de Janeiro; *Gli Schiavi Bianchi*, publicado em italiano e de caráter anarquista, de 1892, de São Paulo; no mesmo ano, surgem *O Operário*, em Santos, *O Operário*, em Fortaleza, no Ceará, *O Jornal Operário*, no Rio de Janeiro; *A Voz Operária*, da Bahia, de 1890, ligada ao Centro Operário da Bahia; *O Operário* é publicado em 1892, no Amazonas; em 1895 é publicada a revista *A Questão Social*, em Santos; em 1896 é publicado o *Eco Operário*, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; o primeiro jornal comunista-anarquista do Rio de Janeiro, de 1898, chamado *O Despertar* e, posteriormente, *O Protesto*; *O Libertário* e *O Rebelde*, de 1898, em São Paulo; na mesma cidade, de 1901, *A Lanterna*, e de 1903, *La Rivolta* e *O Libre Pensador*; no mesmo ano de 1903, em São Paulo, *O Amigo do Povo*; de 1904, em São Paulo, *La Bataglia*; de 1904, no Rio de Janeiro, *O Libertário*; de 1905, em São Paulo, *A Terra Livre*; de 1905, no Rio de Janeiro, *Novo Rumo*; de 1907, no Rio de Janeiro, *A Guerra Social*; de 1915, no Rio de Janeiro, *Na Barricada*; de 1917 a 1918, com caráter anarquista nesse período, em Recife, *A Semana Social*; de 1917, em São Paulo, *A Plebe*; etc.

Durante o século 19, os jornais contrários à monarquia, de caráter republicano ou de teor socialista encamparam a questão social. Durante a república, enquanto alguns jornais da grande imprensa capitalista se abriram para certos debates e para a “questão social”. Mesmo com o predomínio de uma ideologia capitalista e modernizante, alguns jornais liberais incorporaram algumas reivindicações da classe operária e principalmente as pautas da classe média que estava surgindo nas cidades mais urbanizadas do Brasil.

Se por um lado essa abertura da grande imprensa para o diálogo não apenas com os grupos dominantes, principalmente as forças do Estado e das diferentes burguesias da época, tinha suas limitações, por outro expressava a reestruturação social que ocorreu a partir do fim da monarquia e da escravidão que buscou configurar o novo sistema social de dominação através da incorporação de outros tipos de relação, mantendo a política de força e violência oficial-estatal, mas sob um aspecto mais privado e menos público, e introduzindo relações mais “diplomáticas” e de cunho mais ideologizante – por isso a importância da imprensa na disputa de consciências. Mas é importante lembrarmos que essa pequena abertura para certas

pautas populares e da classe média também refletia a disputa entre as diversas concepções liberais e republicanas dos jornais da grande imprensa e os diferentes projetos de Brasil e interesses dos grupos que compunham a classe dominante – por exemplo, a burguesia comercial e a financeira, os latifundiários e os industriais, os governantes mais conservadores e os mais liberais, os jornalistas e intelectuais menos progressistas e os mais reformistas, etc.

Um dos exemplos que demonstram tal “abertura” às causas ou reivindicações populares e da classe média emergente foi o jornal liberal criado e dirigido por Edmundo Bittencourt, *O Correio da Manhã*, que expunha propostas de uma estruturação política da sociedade baseada não na força, mas sim no consenso entre os grupos dominantes e os sob domínio, os/as populares e à classe média. Em 1910 esse jornal apoiou João Cândido no caso da Revolta da Chibata; em 1922 não se posicionou contrariamente às ações e levantes militares; etc. Por outro lado, o jornal defendia, evidentemente, a propriedade privada, o lucro capitalista, se posicionava contrário ao anarquismo e ao comunismo, etc – questões essas, entre outras, que gerava desconfiança em figuras como o escritor libertário Lima Barreto. Mas é interessante que o anarquista José Oiticica publicou textos nesse jornal de cunho e interesse comercial entre 1918 e 1927. Os artigos eram curtos, mas neles estiveram as críticas ao Estado oligárquico, ao capitalismo e ao projeto burguês da época (Coutinho, 2006).

Talvez Oiticica tenha utilizado o *Correio da Manhã* para difundir ideias libertárias e este jornal tenha publicado os textos de Oiticica para realizar as críticas ao poder vigente e a defesa de seu próprio projeto e concepção de liberalismo. De toda maneira, após a proclamação da república, a imprensa operária fez o seu papel contra-hegemônico de imprensa social de combate ao poder republicano, capitalista, moderno e de “avanço civilizatório” vigente na época. Isso significa dizer que a imprensa operária se diferenciava da grande imprensa capitalista não exatamente pelo público que desejava alcançar; também não se diferenciava apenas pelo fato da necessidade de vender os impressos, já que, mesmo não obtendo os lucros da grande imprensa capitalista, os jornais operários precisavam ser vendidos para que isso possibilitasse as novas impressões e lutas operárias; mas, para além destes fatores, a imprensa operária possuía a defesa da “questão social”, um caráter contra-hegemônico e um posicionamento ideológico e político de transformação social, enquanto que a grande imprensa capitalista, evidentemente, objetivava o lucro acima de tudo, não possuía imparcialidade alguma e geralmente não tinha um interesse ou compromisso com a função pública e social de informar, servir e conscientizar a população (Botelho, 2013, p. 46).

De toda forma, é importante destacar que nem toda imprensa feita e mantida por operários se dispunha a ser radicalmente combativa, contra-hegemônica, ou contrária ao

projeto de sociedade burguesa, moderna e “civilizada”. Existiram periódicos operários que publicavam sobre temas gerais do cotidiano e notícias; e, evidentemente, existiram os jornais de resistência, de crítica política e ideológica, que apontavam para a “questão social” (Maciel, 2009). Quando falamos de “imprensa operária” estamos remetendo a uma variedade de periódicos com os mais diversos interesses.

Por outro lado, ao compreendermos o contexto da época, conseguimos perceber que os esforços dos trabalhadores/as para criar, gerir e manter um jornal demonstram o interesse operário em expor, espalhar e participar da interpretação da realidade; em julgar e discutir assuntos diversos que antes só eram tratados por membros dos grupos dominantes e, talvez, pela classe média. Então essa é uma das questões interessantes sobre a imprensa operária: a participação do operariado na leitura e interpretação da realidade. Essa experiência foi algo compartilhado por uma diversidade de categorias, associações de trabalhadores/as e militantes das mais variadas ideologias políticas, de republicanos reformistas a socialistas e anarquistas. A luta operária da Primeira República se deu pelo “periodismo”, pela produção de impressos que continham textos feitos pelo próprio trabalhador/a, por essa estratégia prioritária de luta e disputa ideológica a partir dos periódicos (Maciel, 2016).

Nesse sentido, é importante dizer que, de forma geral, imprensa operária urbana da Primeira República possuía dois grandes temas cruciais e recorrentes: a luta econômica de classe e, principalmente nos periódicos anarquistas, a luta política de classe (Santos, 2008, p. 35) – o programa político revolucionário dos libertários/as tinha como uma das táticas mais importantes a tentativa de desenvolver a consciência de classe e a alfabetização dos trabalhadores/as, esta proposta que fazia parte de um projeto anarquista internacional que reivindicava a simplificação das línguas e ortografias. Em outras palavras, a luta econômica era tratada através de um conteúdo de análise e denúncias relacionadas às condições de trabalho e de vida do operariado urbano, aos salários, às opressões vividas nas fazendas de café e, principalmente, nas fábricas, etc; e a luta política de classe se dava por textos de perspectiva revolucionária de combate ao capitalismo, ao militarismo, ao fundamentalismo religioso, à atuação da Igreja Católica na política estatal e de defesa do comunismo libertário, etc. A ideia era tanto abordar assuntos de nível nacional e internacional relacionados à luta de classes, como noticiar aquilo que o operariado experienciava ou vivia em seu ambiente de trabalho e também no interior do movimento operário.

Como sabemos, a massa operária urbana do centro-sul brasileiro durante a Primeira República foi composta por estrangeiros/as que migraram para o Brasil. Isso fez com que boa parte dos periódicos fossem escritos em português, em línguas estrangeiras ou em português

mas com seções ou partes destinadas a escritos em outra língua falada na Europa (Santos, 2008, p. 38). É interessante dizer também que alguns periódicos operários decidiram utilizar não apenas a linguagem verbal do texto escrito, mas também a não verbal através de imagens que chamassem a atenção dos trabalhadores/as, principalmente aquelas pessoas não alfabetizadas. Além disso, os textos e até mesmo as imagens utilizadas expressavam uma forma diferente de lidar com as notícias: enquanto a grande imprensa capitalista visava primeiramente o lucro e seus outros interesses políticos, a imprensa operária apresentava notícias tanto de forma contextualizada, quanto de uma forma crítica sob um ponto de vista que partia da condição e situação da classe produtora, ou seja, a classe trabalhadora.

A periodicidade dos jornais também variaram muito em decorrência de problemas financeiros e da repressão policial e estatal. Sobre este último fator, já tratamos nos capítulos anteriores; sobre os problemas financeiros, a possibilidade de manter a circulação de um periódico operário, principalmente aqueles de conteúdo mais radical e revolucionário, era reduzida pela falta de publicidade paga aos jornais, estes que eram mantidos principalmente por venda e por contribuição dos sindicalizados/as. Esse problema não ocorria com a imprensa capitalista ou comercial, que sempre destinava uma seção ou página do impresso para vender anúncio e publicidade. Talvez este seja um dos motivos pelos quais a imprensa operária se caracterizou pelo aproveitamento quase que total da folha de papel do impresso com textos e imagens. Ainda sobre o formato dos jornais, era utilizada principalmente a forma de tabloide (formato de jornal com aproximadamente 43 centímetros de altura e 28 centímetros de largura). Os jornais não eram tão volumosos – geralmente possuíam 4, 6 ou 8 páginas – e isso facilitava a dobra do papel para que tais periódicos fossem entregues e circulassem de mão em mão e de bolso em bolso de maneira disfarçada, se fosse necessário escapar de emboscadas, confiscos e repressão policial ou nas fábricas (Santos, 2008, p. 40).

2.3. *A Voz do Trabalhador* (1908-1915)

A Voz do Trabalhador foi o primeiro jornal operário do Brasil que reuniu, mesmo com limites, as demandas e reivindicações de variadas categorias operárias do país (Santos, 2008; Knevez, 2020; Toledo, 2013; Maciel, 2016). Esse periódico que teve seu primeiro número impresso no dia 1 de julho de 1908 foi o órgão porta-voz da Confederação Operária Brasileira (COB), esta que foi fundada verbalmente em abril de 1906, após o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, mas que só se estruturou e passou a funcionar efetivamente a partir de março de 1908.

Por várias vezes, a sede da redação e administração do jornal, que ficava localizada na Rua do Hospício, n. 156, sobrado, no Rio de Janeiro, foi ponto de partida de manifestações em diferentes ocasiões, ou seja, foi um local de práticas sociais, experiências e lutas do movimento operário urbano da época. Esse mesmo “sobrado” também foi compartilhado, em 1910, com o jornal *O Baluarte*, órgão porta-voz dos operários chapeleiros. Em 1913, a redação e administração d’*A Voz do Trabalhador* foi transferida para a rua General Câmara, n. 335, ainda no Distrito Federal (Maciel, 2016, p. 438-439).

A *Voz* teve duas fases de funcionamento: a primeira de 1908 a 1909 e a segunda de 1913 a 1915. Durante a primeira fase, esse periódico funcionou de forma bastante precária devido às dificuldades financeiras para manter e imprimir o jornal. Por essa razão, assim como pela desarticulação do movimento operário e pelas perseguições às associações sindicais, *A Voz do Trabalhador* e a COB tiveram suas atividades e publicações paradas em 1909. A rearticulação começa em 1912, quando a militância sindicalista revolucionária se vê na necessidade de contrapor às tentativas dos sindicalistas reformistas colaboracionistas que tentavam disputar a hegemonia da orientação ideológica do movimento operário urbano através de um Congresso Operário e da criação da Confederação Brasileira do Trabalho. É nesse momento em que a militância anarquista, junto com outras lideranças favoráveis ao sindicalismo de resistência, organiza a rearticulação da COB e d’*A Voz*. Com isso, já em 1913 esta confederação e o seu jornal voltam às atividades e buscam estreitar ainda mais os laços com associações de diferentes estados do Brasil.

Sobre os números publicados n’*A Voz do Trabalhador*, elaboramos duas tabelas que nos ajudam a compreender melhor sobre suas publicações. Adiantamos que esse jornal foi publicado quinzenalmente apenas nos dois primeiros meses de 1908 – foram 7 números publicados em 1908 e 14 em 1909, somando 21 números. Na segunda fase do jornal, o funcionamento foi um pouco melhor, com 50 números publicados no total – 24 em 1913, 20 em 1914 e 6 em 1915. Em alguns momentos, um único número representava dois, para que a contagem dos números impressos fosse compensada ou reajustada. Isso ficará melhor entendido nas tabelas abaixo:

Tabela 1

PRIMEIRA FASE (1908-1909)												
ANO	NÚMEROS PUBLICADOS POR MÊS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1908	-	-	-	-	-	-	n. 1	n. 3	-	-	n. 5	n. 7
							n. 2	n. 4			n. 6	
1909	n. 8	-	-	n. 9	n. 10	n. 12	n. 14	n. 16	n. 18	n. 19	n. 20	n. 21
					n. 11	n. 13	n. 15	n. 17				

Tabela 2

SEGUNDA FASE (1913-1915)												
ANO	NÚMEROS PUBLICADOS POR MÊS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1913	n. 22	n. 24	n. 26	n. 28	n. 30	n. 32	n. 34	n. 36	n. 38	n. 39/40	n. 42	n. 44
	n. 23	n. 25	n. 27	n. 29	n. 31	n. 33	n. 35	n. 37		n. 41	n. 42	n. 45
1914	n. 46	n. 48	n. 50	n. 51/52	n. 53/54	n. 56	n. 58	n. 60	n. 62	n. 63	n. 64	n. 65
	n. 47	n. 49			n. 55	n. 57	n. 59	n. 61				
1915	n. 66	n. 67	n. 68	n. 69	n. 70	n. 71	-	-	-	-	-	-

Fonte: A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, n. 1-71, 1908-1915.

A proposta inicial pensada pela COB era que *A Voz* tivesse periodicidade quinzenal de publicação, mas já anunciava em seus primeiros números que essa regularidade de impressão só ocorreria caso o operariado e as associações sindicais contribuíssem financeiramente, pois o jornal era fundamentalmente operário e sua existência dependia diretamente da contribuição dos trabalhadores/as (subscrição voluntária ou assinatura) e da contribuição das associações filiadas à COB.

Sobre o formato, o jornal foi publicado em formato tabloide – formato este que possui um padrão de mais ou menos 43 centímetros de altura por 28 centímetros de largura. Durante a primeira fase, cada página do periódico possuía 4 colunas e durante a segunda passou a ter 5. Mais especificamente, segundo João Carlos Marques (2013), na primeira fase, *A Voz do Trabalhador* possuiu dois tamanhos: os números de 1 a 8 (de 01/07/1908 a 13/01/1909) tiveram o formato de 47 cm X 32 cm, enquanto que os números subsequentes, do 9 ao 21 (de 17/04/1909 a 09/12/1909) tiveram o formato reduzido para 38 cm X 28 cm, o que levou a

uma pequena redução na quantidade de textos. Segundo o mesmo autor, na segunda fase (1913 a 1915), o jornal teve o formato ampliado para 55 cm X 37 cm, o que resultou no acréscimo de uma coluna por página em relação à fase anterior e numa maior quantidade de textos, matérias e artigos publicados.

Os números do jornal possuíam um padrão de 4 páginas enumeradas. Apenas os números 30 e 48 foram exceções: o número 30 teve 6 páginas e o 48 teve 8 páginas. No primeiro caso, o aumento de duas páginas ocorreu devido a publicação especial em alusão à importância da data Primeiro de Maio; e no segundo caso, foram impressas 8 páginas devido à publicação de uma parte das resoluções aprovadas no primeiro e no segundo congresso operário brasileiro, de 1906 e 1913 respectivamente.

A identificação do jornal se concentrava na parte superior da primeira página, algo costumeiro em jornais – ou seja, a primeira página enquanto a “vitrine” do periódico, onde constava as informações gerais como ano, número e local de publicação e o nome do jornal, este que reafirmava o objetivo de reivindicar as demandas e pautas da classe trabalhadora brasileira, por isso o nome *A Voz do Trabalhador*.

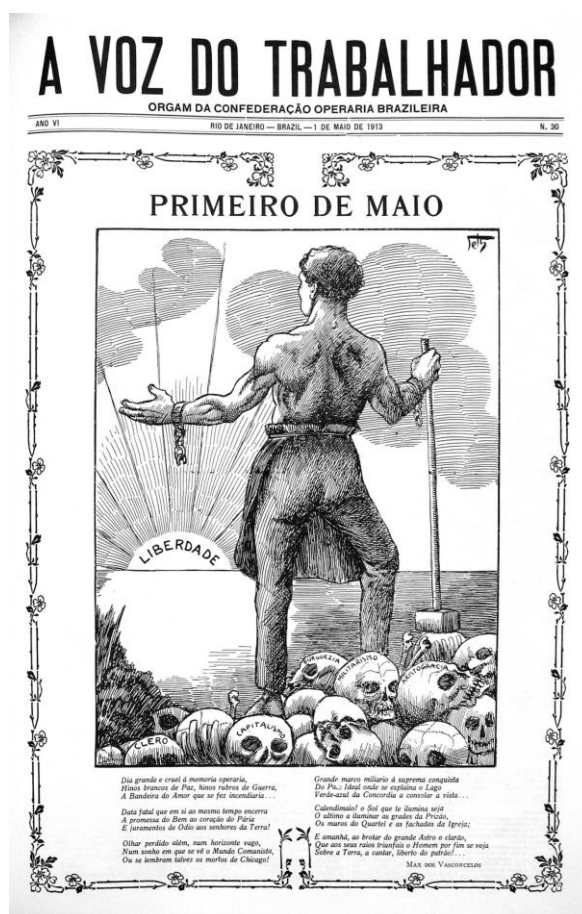
A redação e administração deste periódico estiveram vinculadas à sede da COB, então as correspondências também eram endereçadas à COB. No entanto, existiram momentos em que indicações específicas foram publicadas n’*A Voz*, como para Manuel Domingues, a fim de evitar dificuldades no Correio e cumprir as formalidades em relação a valores e selos que deveriam ser registrados. A sede e caixa postal eram utilizadas, entre outras coisas, para receber cartas, relatos, denúncias e informações sobre o movimento operário em nível municipal, regional e nacional – algumas vezes a administração do jornal também recebia e publicava notícias internacionais que envolviam a luta dos trabalhadores/as.

Os títulos e subtítulos das matérias variavam de acordo com o conteúdo do texto: quanto se tratava de relatos, prestação de contas e informações das associações operárias filiadas à COB pelo Brasil, os títulos eram mais simples; quando se tratava de denúncias, os títulos eram mais expressivos e continham adjetivações no sentido de intensificar o que se desejava denunciar – a exemplo da coluna “ergástulos industriais”, o que significa “prisões industriais”; quando se tratava de chamada para atos, comícios, mobilizações, bailes ou festas operárias e nos raros casos de anúncio, os títulos eram mais chamativos, com letras ou fontes mais enfeitadas para chamar mais atenção – a exemplo da chamada na primeira página do número 36, de 1 de agosto de 1913, para a realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro no mês subsequente. Nesse sentido, as primeiras páginas eram destinadas muito mais aos textos, matérias, artigos, denúncias, relatos e convocações para atos, enquanto as

últimas páginas concentravam a prestação de contas, a venda de livros, as informações de associações operárias de todo Brasil, o número de organizações filiadas à COB e os casos raros de anúncio, etc.

O jornal utilizou muito pouco os recursos de iconografia. Podemos resumir a utilização iconográfica: o símbolo da COB na primeira página durante os anos finais da segunda fase (1914 e 1915); uma ilustração em referência ao Primeiro de Maio (n. 30, 1 de maio de 1913, p. 1); e uma foto do segundo congresso operário brasileiro (n. 39-40, 1 de outubro de 1913, p. 1). Na edição especial em referência ao Primeiro de Maio, a ilustração representou um trabalhador que segurava uma marreta longa na mão direita; que se encontrava em cima de crânios grafados com nomes como “burguesia”, “militarismo”, “aristocracia”, “clero” e “capitalismo”; e que olhava para o horizonte no qual nascia o sol intitulado de “liberdade”. Essa foi uma forma de representar o ideário anarquista de emancipação e libertação da classe trabalhadora. Seguem abaixo duas figuras que explicitam o que estamos explicando:

Figura 1: Edição especial em alusão ao Primeiro de Maio



Fonte: A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VI, n. 30, 1 de maio de 1913, p. 1.

Figura 2: Fotos do Segundo Congresso Operário Brasileiro de setembro 1913, realizado no Rio de Janeiro



Fonte: A Voz do Trabalhador – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro, ano VI, n. 39-40, 1 de out. de 1913, p. 1.

Se retirarmos esses raros casos, a variação estética do jornal ocorria através dos títulos dos artigos e matérias: geralmente títulos maiores e com letras mais elaboradas e chamativas eram destinados aos textos que se queria chamar atenção, como convocação para greves, atos, comícios, além de relatos, denúncias e análises de conjuntura; os títulos menores geralmente eram para textos mais filosóficos, opiniões, fragmentos de textos de autores clássicos da luta operária, prestação de contas, etc. Nos casos das figuras acima, é interessante destacarmos que a utilização rara de imagens só ocorreu na segunda fase d'*A Voz do Trabalhador*. Isso nos indica tanto sobre o avanço tecnológico e de técnicas de impressão no período, quanto sobre a recorrente falta de condição financeira que *A Voz* tinha para pagar por esse tipo de impressão, profissionais para criar artes, ilustrações ou gravuras, para adquirir equipamentos de impressão mais sofisticados para imprimir fotos (como no caso do número 39-40), etc.

É possível dizer que as colunas e textos possuíam prioridade de temas de acordo com as páginas: na primeira página, as colunas com conteúdos considerados mais importantes; na

segunda e na terceira página, as colunas que seguiam essa ordem de prioridade; e na última se encontrava divulgação e venda de livros, revistas, obras e outros jornais, assim como os raros anúncios, a contabilidade de entrada e saída de valores em nome d'A *Voz*, o nome das associações operárias existentes pelo país que eram filiadas ou não à COB, etc.

Raras também foram as vezes que *A Voz do Trabalhador* não destinou uma coluna específica para o “balancete” (contabilidade ou prestação de contas), contido geralmente na última página. Quando o deixou de fazer foi por motivos específicos, segundo o que o próprio periódico informava, como quando os cálculos eram mais complexos e envolviam contas mais longas (nesse caso, um número posterior era destinado a relatar todo cálculo de números anteriores) ou quando determinados assuntos se colocavam como mais importantes, a exemplo de relatos de associações nacionais ou lutas operárias internacionais e de chamadas para mobilizações, greves, sabotagens ou boicotes.

Sem sabermos ao certo quantas cópias foram impressas durante a primeira fase do jornal, segundo Marques (2013, p. 47), a partir da segunda fase do periódico, *A Voz* retoma suas publicações com a impressão inicial de 3 mil exemplares e chega à tiragem de 4 mil cópias por número durante esse período. Por outro lado, não conseguimos dizer com exatidão o alcance do jornal a nível nacional. O que sabemos é que *A Voz do Trabalhador* teve mais repercussão no seu público-alvo que geograficamente era mais próximo, o operariado urbano dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

É interessante pontuar também que eram nesses estados que se encontravam o maior número de associações operárias confederadas à COB. Em 15 de dezembro de 1913, o jornal informou que seus exemplares estavam sendo vendidos na cidade de São Paulo (SP), em Maceió (AL) e no Distrito Federal (RJ). Além dessas cidades, em 1 de maio de 1915, *A Voz* informou que exemplares estavam à venda em Pelotas (RS), Campinas (SP), Porto Alegre (RS), Belém (PA) e Recife (PE). De toda maneira, é importante destacar que o público-alvo principal era o operariado urbano e que o próprio conteúdo sobre a situação do movimento associativo de camponeses, a condição de vida e de trabalho dos trabalhadores/as rurais era uma temática escassa no jornal.

Durante a primeira fase, *A Voz do Trabalhador* contou praticamente com correspondentes e colaboradores do Rio de Janeiro, o que incidiu no conteúdo do jornal que publicou textos e notícias direcionadas principalmente para o operariado urbano carioca. Nesse momento, o jornal se dedicou muito mais a tratar sobre a realidade do Rio de Janeiro, mas a partir da segunda fase – e após receber críticas de diversas associações, principalmente

de São Paulo e de Santos – o jornal foi reorganizado e buscou ampliar informações, denúncias e lutas de abrangência nacional (Marques, 2013, p. 46).

Na segunda fase, a influência da ideologia anarquista se intensifica, assim como o jornal se torna ainda mais radical no discurso pela emancipação da classe trabalhadora e pelo fim do capitalismo. É nesse contexto que, inclusive, o jornal publica textos condenando o carnaval, já que alguns anarquistas entendiam que ele havia sido cooptado pela ordem burguesa e assim era utilizado, junto com a propaganda do álcool, para alienar os trabalhadores/as. Ainda nessa fase, os principais militantes que contribuíram com o jornal foram anarquistas: Rozendo dos Santos, Amaro de Matos, Joaquim de Matos, Manoel Domingues, José Martins, Mota Assunção e Neno Vasco.

Além desses nomes, na primeira fase, *A Voz do Trabalhador* foi dirigido pelo anarquista espanhol Manuel Moscoso, que era sapateiro, linotipista (gráfico) e jornalista (Silva & Tarcus, 2021). Moscoso nasceu em Andaluzia, na Espanha (sem data) e morreu em Buenos Aires, na Argentina, em 1912. Ele veio para o Brasil em 1890, quando seus pais e irmãs saíram da Espanha por medo dos terremotos, da epidemia de cólera na época e para viver uma vida melhor numa “cidade grande”, propaganda do governo brasileiro que desejava atrair trabalhadores/as europeias. A família se estabeleceu no bairro do Brás, em São Paulo e foi lá que Manuel Moscoso começou seu ofício de sapateiro e depois desenvolveu as habilidades necessárias para trabalhar como gráfico, momento em que teve contato com o anarquismo e se tornou um militante libertário. Interessantemente, os familiares de Moscoso também aderiram às ideias comunistas libertárias e suas irmãs se casaram com outras lideranças anarquistas – Mercedes com o português Neno Vasco, Aurora com Adriano Botelho e Carmen com Antônio Orellana.

Manuel Moscoso vai trabalhar como linotipista (ou gráfico) no Rio de Janeiro, em 1904, no jornal *Gazeta de Notícias*. Manuel Moscoso participou do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, que deu origem à COB, no Rio de Janeiro, em 1908. Moscoso escreveu textos n’*A Voz* assinados com o pseudônimo de “Iván”. Com a falta de recursos para manter o jornal, Moscoso renunciou ao cargo de diretor no mesmo ano em que *A Voz do Trabalhador* encerra sua primeira fase de funcionamento, em 1909.

Após algum tempo envolvido com a militância operária e anarquista no Rio de Janeiro, São Paulo e no Rio Grande do Sul – tanto em comícios, manifestações, protestos e atividades culturais libertárias, quanto em diferentes jornais anarquistas desses estados –, Moscoso foi para Buenos Aires, em 1911, e passou a contribuir com textos e, algum tempo depois, a dirigir

o jornal anarquista argentino *La Protesta*. Tragicamente, no ano de 1912, Manuel Moscoso tirou a própria vida por motivos passionais.

Sobre a fonte de recursos financeiros e receita do jornal, é interessante pontuarmos algumas informações encontradas no próprio periódico. Em 1908, um número avulso custava \$100 réis, a assinatura trimestral era 2\$000 réis, semestral era 4\$000 réis e anual era 7\$000 réis. Até meados de 1909 o jornal parou de informar o valor, ao mesmo tempo passou a ser financiado muito mais por valores pagos pelas associações filiadas à COB, subscrições voluntárias e festas operárias. A partir de julho do 1909, o jornal volta a informar que continua sendo sustentado por subscrição voluntária e assinaturas pelos mesmos valores do ano anterior.

O jornal também realizou rifas de livros com temáticas operárias e sociais – chamadas de “obras sociais” (*A Voz do Trabalhador*, n. 18, 30 de set. de 1909, p. 4). Em 1913, no número 24 desse jornal, informa estavam sendo vendidos pacotes com exemplares dos números que seriam publicados. Em meados do mesmo ano, o jornal se encontrava novamente com saldo negativo. Neste momento, o jornal já havia passado por momentos de saldo positivo (no início de 1908) e momentos de saldo negativo (fins de 1908 e durante 1909, um dos motivos de pausa no jornal).

Para obter recursos, também foram criadas comissões de subscrição e contribuição voluntária (n. 32, 01 de jun. de 1913) pelas quais alguns militantes se comprometiam a visitar associações operárias e pedir o que fosse possível que os operários/as e/ou os sindicatos pudessem pagar para ajudar a manter o jornal. Existia também uma coluna intitulada “biblioteca” d’*A Voz do Trabalhador*, pela qual eram anunciados livros que podiam ser comprados juntos com um número do jornal – quem quisesse adquirir alguma daquelas obras, deveria enviar a quantia por correio equivalente à subscrição voluntária para *A Voz do Trabalhador* e ao preço de tal obra desejada (por exemplo, por 1\$500, *Determinismo e responsabilidade*, de C. Albert; *Sindicalismo e revolução*, de P. Eltzbacher; *As doutrinas anarquistas* e *A conquista do Pão*, de P. Kropotkin; etc).

No início da segunda fase, o jornal anunciou a venda de uma remessa de pacotes da seguinte maneira: pacote de 20 exemplares por 1\$000 réis, de 40 por 2\$000, de 60 por 3\$000, de 80 por 4\$000 e de 100 por 5\$000. Ainda em 1913, *A Voz* reforçou o pedido para que as associações operárias mandassem suas quotas de contribuição para que fosse possível manter o periódico. Em 1914, a assinatura anual era de 5\$000, a semestral era de 3\$000 e os pacotes saíam por \$050 cada exemplar. Em junho de 1914, o saldo negativo tinha dobrado em relação ao início do ano e a situação era noticiada de forma desesperadora, com vista a fechar

o jornal. Nesse momento se iniciou uma campanha para que subscrições de \$100 e \$200 fossem feitas entre os operários e membros sindicatos para salvar o jornal, além da realização de festas para arrecadação. Em 1915 a situação de dívidas já estava bem complicada, com a última publicação, de número 71, impressa no dia 8 de junho deste ano.

De todo modo, desde o primeiro número publicado, o jornal *A Voz do Trabalhador* explicitou os seus objetivos de conscientizar a classe trabalhadora através do estudo e da propagação de ideias para a emancipação da classe trabalhadora; de construir um projeto sindicalismo revolucionário em nível internacional; de reunir as associações operárias; de fortalecer a organização, a ação política e o protagonismo da classe produtora na luta por melhorias nas condições de vida e de trabalho e pela transformação radical da sociedade. Também fazia parte da proposta sindicalista revolucionária e libertária do jornal que o maior número de operários contribuíssem com textos e discussões de forma livre, para que nem a confederação e nem o seu periódico impusessem qualquer ideologia política oficial ou obrigatória. Esta foi uma forma encontrada para tentar reunir e organizar o operariado e convencê-lo a lutar pelos seus direitos tendo em vista a diversidade de opiniões políticas e religiosas no interior da classe trabalhadora.

Inspiradas na estratégia do sindicalismo revolucionário enquanto existiram, a COB e *A Voz do Trabalhador* reivindicavam melhorias pontuais de curto prazo para a classe operária em detrimento da realidade existente, porém reforçavam que o objetivo final e principal era a derrubada do capitalismo, da propriedade privada, a socialização dos meios de produção e a autogestão social que deveria ser realizada pelos próprios trabalhadores/as – proposta de autonomia que deveria ser expandida para estruturas e relações sociais das esferas econômica, política e cultural.

Diferentemente dos jornais assumidamente anarquistas, *A Voz* não se declarava um periódico de conteúdo anticlerical, o que, no entanto, não impedia a publicação de textos anticlericais que analisavam criticamente a Igreja de Roma e o catolicismo institucional da época. Isso nos demonstra a influência da orientação do sindicalismo revolucionário sob a perspectiva anarquista no jornal da COB, o que também é visto na defesa da “luta econômica” e não “política” (o que deve ser entendido aqui como disputa eleitoral e por cargos estatais) e de táticas como a greve geral ou parcial, a sabotagem (quebra ou danificação de máquinas dos industriais, por exemplo) e a boicotagem (recusa à compra de produtos de determinada empresa, indústria, companhia, etc).

A Voz do Trabalhador discutiu sobre questões internacionais, mas também incitava o debate de nível nacional e regional, a exemplo das denúncias sobre as secas do nordeste que

ocorriam por negligência da administração estatal e da crítica à política de imigração que era justificada pelo Estado brasileiro a partir da suposta falta de mão de obra na população brasileira.

É interessante destacar que, mesmo sob a influência anarquista, algumas vezes, *A Voz* fez menção à Karl Marx através de frases como “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” ou “proletários de todo mundo, uni-vos”. Uma das marcas desse periódico, assim como de outros da época que eram socialistas e anarquistas, foi interpretar o assalariamento e as condições de vida e de trabalho do período enquanto uma “escravidão moderna”. Entre o conjunto de textos, momentaneamente *A Voz* destinou alguns pequenos parágrafos entre colunas para apoiar o repasse gratuito do jornal entre os trabalhadores/as, ou seja, pedia-se ao leitor/a que tal impresso em suas mãos fosse repassado aos companheiros/as para que as informações fossem espalhadas entre o operariado – um dos exemplos disso se encontra no número 47, de 15 de janeiro de 1914, no qual consta na página 4: “OPERÁRIOS – Depois de ler-des *A Voz*, deixai-a no trem, no bonde, no café ou na barbearia, para que outros a leiam. É a melhor maneira de difundir o jornal”.

Dentre as temáticas abordadas pelo jornal, encontramos reflexões sobre o dia Primeiro de Maio, questão recorrente neste e noutros jornais de orientação anarquista; temáticas anticlericais e antimilitaristas, a defesa do projeto de escola libertária (Escola Moderna) do pedagogo espanhol Francisco Ferrer y Gardia; a divulgação de reuniões, assembleias, atividades festivas e culturais como o teatro operário; a criação de bibliotecas, centros de cultura, escolas e universidades libertárias para o operariado; entre outras iniciativas feitas por um conjunto diverso de categorias de trabalho e de diferentes regiões do país – apesar de que, durante a Primeira República, existia a concentração de movimentação e de organizações operárias nas cidades mais urbanizadas e industrializadas da região centro-sul (que hoje chamamos de sul e sudeste), o que levou a uma concentração de informações principalmente sobre esta região.

Na segunda fase de funcionamento do jornal, os acordos que foram feitos no Primeiro Congresso Operário (1906) foram mantidos no Segundo Congresso Operário Brasileiro (1913). Isso significou a continuação do sindicalismo revolucionário, do modelo sindical de sociedade de resistência e da defesa da ação direta como tática de luta. No fim do segundo congresso, a COB criou, através d’*A Voz do Trabalhador*, uma seção de título “Documentos para a História”, através da qual publicou os relatórios que onze associações filiadas enviaram, informando sobre as etapas e os processos históricos de fundação das organizações de classe ou categoria de trabalho que participaram do segundo congresso. Nessa seção, os

sindicatos ou associações operárias deveriam relatar sobre as pessoas responsáveis pela iniciativa de fundação de tal organização, quem foram os primeiros membros, as principais reivindicações e ações de luta, os acertos e os erros, etc.

Nessa segunda fase, os conteúdos se mantiveram com a mesma radicalidade ou talvez tenham se intensificado: o conteúdo anticlerical se tornou mais frequente, assim como o aprofundamento teórico dos textos no periódico – ainda mais num período em que as raízes do que será o fascismo na década de 1930 já se encontravam em processo de desenvolvimento em escala global. A segunda fase também foi marcada pelas notícias sobre os processos revolucionários que aconteciam fora do Brasil, como no México e na Rússia. O conteúdo cada vez mais foi sendo direcionado para concepções teóricas libertárias, para a análise da realidade nacional e internacional e para a discussão e divulgação de experiências práticas dos movimentos operários e revolucionários de outros países.

Sabemos que *A Voz do Trabalhador* foi um jornal mantido por contribuições voluntárias, subscrições ou assinaturas e contribuições dos trabalhadores/as e associações filiadas à COB. Como já mencionamos, *A Voz* se alinhava ao sindicalismo revolucionário e, dessa maneira, não se destinou a vender anúncios como ocorria na grande imprensa capitalista ou na comercial. Entretanto, existiram casos de publicidade neste jornal, mesmo que raros: o anúncio discreto da Cooperativa da Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros, publicidade pequena que indicava trabalho em chapelaria a preços acessíveis aos operários/as; e o anúncio de um médico chamado Doutor Ubaldo Veiga, apresentado enquanto especialista em sífilis e vias urinárias, que oferecia consultas gratuitas e atendimentos de baixo custo para as pessoas associadas às associações filiadas à COB.

O primeiro caso ocorreu poucas vezes durante a primeira fase; o segundo caso ocorreu entre 1913 e 1915, momento de carestia de vida, de iminência da Primeira Guerra Mundial e de saldo negativo da COB e do jornal *A Voz*. Nesse sentido, para minimizar as dívidas, *A Voz* abriu essa exceção. Por essa condição de não vender anúncios, muito dos jornais dependiam da colaboração dos trabalhadores/as e, muitas vezes, tinham pouco tempo de funcionamento – e *A Voz do Trabalhador* é um exemplo disso.

Mesmo com dificuldades, o jornal conseguiu manter a periodicidade quinzenal de forma mais regular durante a segunda fase, com algumas exceções que vimos na tabela. Os principais redatores e colaboradores desse momento encontravam-se numa maior diversidade de cidades: no Rio de Janeiro, Astrojildo Pereira, Rozendo dos Santos e José Elias da Silva; em São Paulo, Zeferino Oliva e Edgard Leuenroth; em Santos, João Crispim, Ricardo Fontanela e Fernandes Casal; em Pernambuco, Joaquim Florencio; em Alagoas, Honoré

Cémeli; no Rio Grande do Sul, Zenon de Almeida e Cecílio Vilar; e Neno Vasco que nesse período se encontrava em Portugal. Ainda no Rio de Janeiro, também colaborou com o jornal da COB a costureira Elvira Fernandes, caso da “única mulher entre os principais colaboradores do jornal, com três artigos publicados” (Knevez, 2020).

Mesmo conseguindo se manter melhor do que na primeira fase, a segunda também foi marcada por dificuldades financeiras. Dessa maneira, além das subscrições voluntárias e assinaturas, os editores d’*A Voz* buscaram organizar festas, bingos, rifas, bailes e campanhas com o objetivo de arrecadar fundos para manter o jornal funcionando. Por outro lado, mesmo com as dificuldades, durante a segunda fase conseguiu-se ampliar o alcance do jornal para diversas associações, centros operários e bibliotecas em diferentes cidades e estados brasileiros – o que nos lembra o caso de Eustáquio Pereira Marinho e a criação do jornal *A Voz do Trabalhador* em Salvador, na Bahia.

CAPÍTULO 3 – A ESCRAVIDÃO NEGRA E A ESCRAVIDÃO MODERNA

Não foi por acaso que escolhemos esse título para este capítulo: a utilização de “escravidão moderna” para caracterizar o trabalho livre assalariado é algo comum nos textos d’*A Voz do Trabalhador*, mas também em discursos de militantes operários da Primeira República contra o capitalismo e a sociedade industrial. A denominação servia para ressaltar e denunciar as relações de exploração e de violência no ambiente de trabalho assalariado, assim como expor as contradições ligadas ao trabalho livre. Sendo assim, a ideia de “escravidão generalizada” foi tanto utilizada para denunciar e acentuar a violência das relações de trabalho assalariado dessas duas primeiras décadas do século 20, quanto para identificar em momentos específicos certas continuidades de relações de trabalho diretamente ligadas à herança escravocrata presente na sociedade brasileira desse período (Cazes, 2020, p. 151).

É preciso termos em mente que os sentidos atribuídos à palavra escravidão não foram ou são imutáveis e, conseqüentemente, foram diferentes durante a história. Mas de todo modo, a “escravidão” é uma palavra que nos leva a pressupor algumas condições específicas, como a existência de sujeito proprietário que detém a posse do sujeito escravizado – ou seja, o escravo/a é propriedade de um senhor/a; a possibilidade de que a pessoa na condição de escrava conviva com a experiência da coação física; e que a produção realizada pelo escravo/a seja pertencente ao seu proprietário/a. Essas condições de existência e de trabalho caracterizam de maneira geral o que é escravidão.

Porém, as condições acima têm muito mais relação com a esfera econômica e com a submissão de pessoas ao trabalho compulsório. Sendo assim, se levarmos em consideração aspectos políticos e culturais, podemos compreender que a escravidão também possui relação com a inferiorização ou sujeição social. Esses aspectos na compreensão da escravidão torna a questão mais complexa e é isso que Jacob Gorender nos informa: a escravidão enquanto de status social e enquanto relação de produção. Vejamos o seguinte trecho do autor:

No sentido *lato* [amplo], a escravidão nem sempre assume a natureza produtiva. Demais disso, coloca o escravo em posições diferenciadas de *status*. Aqui, temos em vista os escravos domésticos, que serviam à família do senhor na esfera do consumo e podiam ganhar favores como pessoas de confiança. Remontando ao Império Romano, a escravidão em sentido *lato* inclui os *servi Caesari*, os quais preenchiam os quadros da burocracia estatal e tinham acesso a cargos de prestígio. Também improdutivo e colocados em *status* privilegiado eram os escravos-guerreiros dos reinos africanos dedicados ao tráfico servil. Na Antiguidade greco-romana, escravos exerciam quase todas as profissões dos homens livres. O instituto do *peculium* permitia que administrassem oficinas, e, dessa maneira, tornavam-

se eles próprio donos de escravos produtivos. Aparentemente, nada haveria de comum entre este escravo, que vivia como próspero empresário, e o seu colega carregado de grilhões e extenuado pelo trabalho nas *villas* e latifúndios.

No sentido *estrito*, a escravidão é uma relação de produção. Nas formações sociais centradas no modo de produção escravista (patriarcal ou colonial), predomina amplamente o escravo trabalhador produtivo, e é a sua atividade que determina ou condiciona a generalidade da economia, inclusive suas modalidades não-escravistas. Nessas formações sociais, a escravidão é a base econômica que dá fundamento a todas as esferas da vida social e se interpenetra com a política, o direito, a moral, os costumes da vida cotidiana, a psicologia coletiva e manifestações espirituais como as religiosas, artísticas, filosóficas e outras. (Gorender, 1990, p. 88)

Com isso em mente, este capítulo tratará de textos d’*A Voz do Trabalhador* sob o olhar temático daquilo que chamamos de “escravidão negra” e “escravidão moderna”. A primeira é a escravidão de africanos/as e seus/as descendentes no Brasil, a qual deve ser entendida tanto em termos econômicos (relação de produção e regime de trabalho compulsório), quanto em termos culturais (escravidão por justificativa racial, já que não se escravizou pessoas brancas, apenas negros africanos e, anteriormente, os/as “negros da terra”, ou seja, os povos originários) e em termos políticos (a legislação oficial/estatal definia o escravo enquanto propriedade de um senhor e impunha regras específicas para pessoas livres e para pessoas na condição de escrava).

Já quando falamos de “escravidão moderna”, estamos nos referindo à caracterização do que a própria militância operária socialista, anarquista, sindicalista revolucionária e mais radical da Primeira República utilizou para definir a relação de trabalho livre assalariado e as condições de vida dos trabalhadores/as da época. Foi a partir dessa distinção entre “escravidão negra” e “escravidão moderna” que realizamos a análise dos textos neste capítulo. Nosso objetivo aqui é compreender o que os textos d’*A Voz* nos mostram sobre o entendimento que o próprio jornal, mas principalmente a militância da COB (principalmente anarquista) possuía sobre a realidade das trabalhadoras/es escravizados do passado recente e das trabalhadoras/es assalariados da época.

Um exemplo interessante sobre tal concepção de “escravidão moderna” ou de “novos escravos” foi citado no capítulo anterior de contextualização, mas merece ser retomado: é o caso dos primeiros registros de anarquistas após a abolição da escravidão que datam de 1892, em São Paulo, dentre os quais encontramos o jornal italiano intitulado de *Gli Schiavi Bianchi* que significa “os escravos brancos”. Aqui vemos tal concepção que traduz um pouco do debate que seguirá nos próximos parágrafos: a compreensão de que a escravidão brasileira foi

direcionada a pessoas não brancas (isso fica evidente no próprio título do jornal, pois, caso contrário, se a escravidão não tivesse cor ou designação racial, não seria necessário demarcar que tais escravos modernos, do pós-abolição, eram “brancos”). Além disso, “os escravos brancos” também nos explicita a interpretação e análise da militância anarquista sobre o trabalho assalariado do pós-abolição, ou seja, a ideia de que o trabalho “livre” oferecido pela estrutura capitalista oficializada não era tão libertadora ou tão melhor como se propunha.

Dito isso, sigamos para a nossa análise a partir do artigo intitulado “Dos ergástulos²⁰ industriais”, publicado em 1908, no número 2 do jornal *A Voz do Trabalhador*, e que fez parte de um tipo de campanha de denúncia sobre as situações degradantes que ocorriam e eram cometidas dentro das fábricas. O artigo abaixo explicita a situação dos padeiros e nele encontramos um ponto de debate sobre os temas da escravidão e de raça:

Dos ergástulos industriais

[...]

Aos padeiros

Como todos sabem a classe de padeiros no Rio de Janeiro, uma das mais numerosas, é ao mesmo tempo uma das mais escravizadas a um labor cotidiano tão excessivo, que se vê como que condenada a extinguir-se, se não pensarem um momento no meio salvador que os remédios nos apontam.

A lei de [18]88 que aboliu a escravidão no Brasil parece que só não atingiu os operários padeiros, mais escravos do que foram os daquela raça, porque de todos os gananciosos e exploradores sobressaem os donos de padarias, que se locupletam com o suor do braço trabalhador, exigindo um trabalho além das forças humanas; um verdadeiro abuso.

Nesta classe todo o dia se definham, se embrutecem e se extinguem os operários, à vista da exigência dos patrões em tão duro serviço.

De operários padeiros na maior parte se compõe o grande o número das estatísticas mortuárias, especialmente de tuberculosos, pois sendo obrigados a um serviço noturno tão penoso, não podem ao menos observar as mais mezinhas regras da higiene, e trabalhando de 16 a 18 horas consecutivas, não dispõem de tempo para coisa alguma fora do labor diário, muito mal têm tempo para comer e ainda mais, aquilo que o patrão lhes quer dar.

São condenados a não poder dormir o tempo necessário para refazer as forças perdidas em tão penoso trabalho, de forma que assim só podem predispor-se para as moléstias que os vitimam sem ao menos se lembrarem que unidos poderiam reivindicar os seus direitos, procurando quando menos estabelecer as duas turmas, uma diurna e outra noturna e trabalhar a seco.

E porque não vos unis e tendes o campo aberto e o remédio salvador nas mãos?

Creio que já é tempo de lembrar-vos que existe uma associação da classe lutando para esse fim; uni-vos e abandonai de vez a má fé que reina, e vinde abraçar a nossa causa.

Agora mais do que nunca se torna necessário que nos unamos para sair desta situação, deste atraso, para conquistar a posição que nos é devida.

²⁰ Ergástulo: cárcere, calabouço, prisão em que se confinavam os escravos na Roma Antiga.

J. O. Neves. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, 15 de julho de 1908, p. 2)

A afirmação acima de que a “lei de [18]88 que aboliu a escravidão no Brasil parece que só não atingiu os operários padeiros, *mais escravos do que foram os daquela raça*” foi algo que nos chamou a atenção, principalmente porque a comparação entre a condição de trabalho dos padeiros da primeira década do século 20 e os escravizados “daquela raça” colocou a condição de vida e de trabalho dos padeiros como pior do que a dos negros escravizados no país. Essa é uma questão que nos parece ser dificultosa para se analisar, isso porque hoje nós consideramos que trabalhar mais do que 8 horas diárias e 44 horas semanais para receber um salário mínimo é algo que começa a se aproximar de um regime de trabalho análogo à escravidão – então conseguimos compreender o porquê de que no artigo acima o regime de trabalho “livre” entre 16 e 18 horas por dia era algo considerado como escravidão, fora as condições insalubres e anti-higiênicas de trabalho que adoeciam e levavam padeiros à morte, conforme denunciado no texto.

A questão é que para compararmos a realidade dos escravos “daquela raça” e dos padeiros, nós precisaríamos de levar diferentes aspectos econômicos, culturais e políticos em consideração. Não sabemos dizer se o autor do texto acima, “J. O. Neves”, fez isso. Mas algumas perguntas nos parecem interessantes para uma possível comparação entre os escravos e os padeiros: sobre moradia, durante a escravidão, as pessoas escravizadas tinham moradia? Se sim, como era viver nela? Os trabalhadores/as livres, assalariados/as do pós-abolição, tinham moradia? Tinha que pagar por ela, alugar? E como era viver nessas casas? Sobre expectativa e condições de vida, os antigos escravos/as morriam em quanto tempo, qual era a expectativa de vida de uma pessoa escravizada? Qual a de um operário urbano? No nosso caso mais específico, qual era a expectativa de vida de um padeiro? – que, segundo o texto, era uma categoria que fazia parte da grande parte dos números das estatísticas de tuberculosos que morreram, doença que era adquirida no ambiente de trabalho.

Enfim, mais perguntas poderiam surgir e não é nossa intenção respondê-las. O que essas perguntas nos ajudam a refletir é sobre a afirmação de que os operários padeiros eram mais escravos do que foram os “daquela raça”. O que parece é que esse tipo de argumentação tinha o objetivo de denunciar e enfatizar a condição análoga à escravidão em que os padeiros viviam, inclusive argumentando de forma que nos faz pensar numa continuidade escravocrata no Brasil pós-abolição. E como não considerar que se vive numa escravidão quando se trabalha cerca de 16 horas por dia? Por outro lado, essa comparação nos faz também questionar sobre o que o autor J. O. Neves compreendia em relação à escravidão negra

brasileira, às condições de vida e de trabalho escravo, sobre os fundamentos racialistas da escravização, etc.

Quando lemos essa afirmação de que os padeiros eram “mais escravos do que foram os daquela raça”, há certa indicação de que J. O. Neves é alguém que é branco, pois ele se coloca num local distanciado “daquela raça”; é como se dissesse: aquela raça, a outra raça, não a minha – sem poder termos certeza, imaginamos que um trabalhador negro diria algo como “os padeiros eram mais escravos do que a nossa raça já foi um dia”, ou algo assim. Como muitos militantes operários utilizavam pseudônimos para assinar seus textos e, no caso de “J. O. Neves”, não sabemos se ele era branco, brasileiro ou imigrante e nem temos qualquer outra informação sobre ele – tirando o indicativo de que ele era padeiro já que falou em nome dessa categoria.

De toda maneira, essa discussão entre raça e trabalho nos faz questionar se J. O. Neves – e outros/as que possam ter pensado da mesma forma – não compreendia que a escravidão estatal brasileira que era direcionada diretamente à raça negra, aos descendentes de africanos/as e que, portanto, a questão racial foi um fator essencial no regime escravocrata brasileiro. Ao mesmo tempo, o artigo de J. O. Neves nos revela que as condições precárias de vida e de trabalho. Então se considerarmos que a escravidão não deve ser pensada apenas enquanto uma condição oficial estabelecida por lei, mas também pelo aspecto econômico de trabalho compulsório, pela extensa jornada de trabalho e pelas condições precárias de trabalho e de existência, então não é tão incoerente a interpretação de que os padeiros de 1908 eram escravos – ou, como veremos mais a frente, “escravos modernos”.

Ainda sobre o mesmo texto, é importante observarmos que a ideia de “aquela *raça*” tem relação com a noção étnico-racial, já que J. O. Neves associa “aquela raça” às pessoas que foram escravizadas antes da abolição de 1888. Parece ser algo óbvio ou simplório, mas não é, pois isso significa que o autor do texto sabe que pessoas de uma “raça” específica foi escravizada no Brasil. Ainda outro ponto também é importante: em outros textos – veremos mais a frente –, anarquistas utilizaram a palavra “raça” com sentido diferente, para classificar o ser humano, ou seja, a “raça humana”, e não a raça negra, ou branca, ou vermelha, etc.

De toda forma, vale ressaltar que a relação dos padeiros e a luta contra a escravidão é antiga e, posteriormente, alguns desses militantes dessa categoria se envolveram com o movimento operário urbano após a abolição. O próprio caso da categoria dos padeiros demonstra que a formação da classe operária brasileira não ocorre literal ou definitivamente após a abolição estatal da escravidão, mas antes; demonstra também que o movimento operário urbano tem raízes que podem ser encontradas em experiências que ocorreram ainda

no regime da escravidão estatal brasileira, na luta abolicionista (Mattos, 2007, p. 1). Além do abolicionismo, no Rio de Janeiro, por exemplo, existiram associações de trabalhadores e sociedades mutualistas, beneficentes, culturais, educativas e cooperativas desde 1835 (Batalha, 2000, p. 57). Isso significa que essas organizações populares e de trabalhadores do século 19 deram bases para a formação do movimento operário urbano da Primeira República.

Uma das experiências que podem nos demonstrar a relação entre a luta abolicionista e a formação da classe operária nacional se encontra no caso do padeiro João de Mattos analisado Luiza Helena de Carvalho (2009). Em sua dissertação de mestrado, esta pesquisadora nos informa que encontrou um manuscrito de João de Mattos, intitulado de “Histórico de 1876 a 1912” no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, no Fundo da Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Nesse manuscrito, o padeiro registrou suas memórias, experiências e lutas de sua categoria nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e esse arquivo também assinala o envolvimento de João de Mattos com movimentos de caráter socialista entre o fim do século 19 e início do 20.

Em 1876, em Santos, ele organizou um levante com colegas de profissão: uma paralisação das 5 ou 7 padarias dessa cidade. Nesse ano, a escravidão ainda vigorava e a paralisação dos padeiros tinha como objetivo realizar a fuga dos escravizados que trabalhavam em padarias. Além do levante, esses padeiros organizados falsificaram cartas de alforrias para libertar os “companheiros escravizados de fato”, nomeação utilizada por João de Mattos para aqueles padeiros que não eram trabalhadores livres – apesar de não se ter certeza, isso parece indicar que João de Mattos era de nacionalidade portuguesa (Carvalho, 2009, p. 34-36).

Assim como no artigo de J. O. Neves, publicado n’*A Voz do Trabalhador*, o trabalho de Luiza de Carvalho (2009) nos apresenta denúncias de abusos, violências físicas e péssimas condições de trabalho dos padeiros que João de Mattos fez em seu manuscrito. E outra coisa: as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores livres e dos escravizados eram similares em termos de exploração do trabalho e abusos físicos. Nesse sentido, era importante para os trabalhadores livres que a escravidão acabasse, pois assim quem fosse assalariado poderia ter e reivindicar uma vida mais digna, já que os “empregados escravizados livres” eram abusados, sofriam com os patrões carrascos e apanhavam da mesma forma que os “empregados escravizados de fato” (Carvalho, 2009, p. 39). Além disso, a continuidade do trabalho escravo prejudicava a condição laboral e o preço dos salários dos trabalhadores livres e, por esse motivo, estes assalariados pautavam a abolição muito mais por interesses econômicos próprios do que por princípios, já que a escravidão mantinha os salários baixos. É

só a partir de 1870 que progressivamente a luta dos trabalhadores livres pela abolição adquire justificativas mais humanitárias e sociais (Costa, 2010, p. 100-101).

A história de João de Mattos e a dos padeiros são importantes pois nos indicam a complexidade da formação da classe operária brasileira, processo histórico esse que é anterior ao ano da abolição de 1888 e que inclui uma variedade de aspectos de identidade de classe, de gênero e de raça, além das associações e disputas por questões étnico-raciais e de nacionalidade no mundo do trabalho. Nesse sentido, o Rio de Janeiro foi uma cidade que, nessa passagem entre os séculos, experimentou a coexistência de escravizados e livres assalariados exercendo o mesmo ofício ou trabalhando no mesmo local. Se até meados do século 19 os patrões preferiam possuir trabalhadores na condição de escravos, a partir da segunda metade do mesmo século os proprietários passaram a progressivamente contratar mais trabalhadores livres devido a uma variedade de circunstâncias, a exemplo do projeto de “avanço civilizatório” pelo embranquecimento populacional brasileiro através da imigração de trabalhadores/as da Europa (Carvalho, 2009, p. 40-41) – algo que trabalharemos melhor no próximo capítulo.

De toda maneira, tendo certa semelhança com o caso dos padeiros, existe também o dos tipógrafos no Rio de Janeiro que exemplifica essa complexidade da classe operária em formação. Rafael Maul de Carvalho Costa (2010) nos informa que, em 1867, o jornal *O Typographo* publicou textos que continham repetidas comparações entre a condição dos trabalhadores escravizados e dos trabalhadores livres, situação que era delicada e dolorosa para os tipógrafos livres pois, na época, poucos trabalhadores dominavam a escrita e a leitura. Como já mencionamos, inicialmente a defesa da abolição por parte de algumas categorias de trabalhadores urbanos livres poderia ter muito mais relação com interesses próprios do que com concepções de justiça social, ou seja, os interesses próprios do operariado urbano o levou a combater a escravidão para que assim pudessem buscar melhorias de vida.

É nesse contexto que Rafael Maul de Carvalho Costa nos apresenta que algumas das comparações entre livres e escravizados encontradas nos artigos do jornal *O Typographo* terminaram por questionar a capacidade dos negros de exercerem as mesmas funções que exerciam os demais tipógrafos que não eram “africanos” (Costa, 2010, p. 101). Interessantemente, a Associação Tipográfica Fluminense, organizada pelos mesmos tipógrafos do jornal *O Typographo*, posteriormente estarão presentes entre as sociedades que lutaram pela libertação dos escravos/as, a exemplo do Club Abolicionista Gutemberg, de 1880 – e, nesse momento, tais tipógrafos já não mais defendiam a abolição por interesses econômicos próprios, pois a similaridade entre as condições de vida e de trabalho dos

trabalhadores urbanos livres e escravizados terminou sendo um fator importante tanto para a luta pela abolição quanto para desenvolver pela experiência, mesmo que contraditoriamente, a solidariedade e certa conscientização de classe.

Nesse sentido, os casos dos padeiros e dos tipógrafos se relacionam com o trecho do jornal *A Voz do Trabalhador* a partir do qual começamos essa discussão. A leitura que definiu o “escravizado livre” e o “escravizado de fato”, no caso dos padeiros, ou a que definiu o “escravizado moralmente” e o “escravizado de fato”, no caso dos tipógrafos, é algo que nos lembra o sentido utilizado na ideia de “escravidão” que vimos no trecho que transcrevemos d’*A Voz*, no qual encontramos a afirmação de que a “lei de 88 que aboliu a escravidão no Brasil” parece que “não atingiu os operários padeiros”, pois estes pareciam “mais escravos do que foram os daquela raça” (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, 15 de julho de 1908, p. 2). É nesse sentido que encontramos explícita a noção de “escravidão moderna”, pois percebemos a ideia de que, mesmo após a abolição da escravidão oficial/legal de 1888, o trabalho livre assalariado permaneceu com características escravocratas ainda mais quando tratamos sobre as condições de vida e de trabalho do operariado urbano. Dessa forma, é possível compreendermos porque a crítica à “escravidão moderna” esteve presente repetidamente nos argumentos de militantes sindicalistas e anarquistas da Primeira República.

As condições precárias e situações degradantes no ambiente de trabalho foi algo experimentado tanto por operárias/os urbanos, quanto por trabalhadores/as do campo – e estamos falando de, até mesmo, casos de agressões, punições, perseguições, etc. A herança escravocrata no Brasil foi sentida pelos trabalhadores/as nacionais e estrangeiras, assim como para brancos/as, negros/as e mestiços/as no Brasil pós-abolição. O seguinte trecho, publicado em 1913, num folheto da Federação Operária de Santos, nos ajudar a refletir sobre como o movimento operário concebia o que estamos chamando de escravidão negra e a “escravidão moderna”:

Para os trabalhadores não há garantias constitucionais; pela nossa condição de proletários, somos considerados fora da lei. Não há pois liberdade de imprensa, de palavra, de associação, nem de reunião, nem tampouco existe a de domicílio e trânsito.

Os filhos do país são tratados de negros ou caboclos, não por causa da cor, senão pelo interesse de lembrar-lhes a sua passada escravidão e convencê-los da sua inferioridade ou animalidade, e despertar neles o atavismo das antigas e abjetas humilhações.

Os trabalhadores estrangeiros são cognominados com os epítetos desprezíveis de carcamanos, galegos ou gringos.

A palavra imigrante é sinônimo de escravo e miserável. (Federação Operária de Santos [Brazil], [Folheto sem título], Santos, janeiro 1913, 4 pp. [IISG]. In: Hall & Pinheiro, 1981, p. 95)

Nesse caso, observamos esse detalhe sobre a herança escravocrata e como os próprios trabalhadores/as da Europa foram tratadas no Brasil, inclusive com “os epítetos desprezíveis de carcamanos, galegos ou gringos”. É interessante pensarmos sobre isso nos termos da “escravidão moderna”, já que, segundo a argumentação do texto acima, a “palavra imigrante” se tornou “sinônimo de escravo e miserável”. Esse texto, mesmo falando sobre a cidade de Santos, pode nos ajudar nessa discussão: de um lado, a trabalhadora/o nacional era lembrado de suas origens étnico-raciais negras e indígenas (caboclo) para que interiorizassem a suposta “inferioridade ou animalidade”; de outro lado, as trabalhadoras/es imigrantes passaram a sentir os efeitos da herança escravocrata mesmo estando na condição de trabalhador livre e assalariado, chegando a receber categorização de caráter racial e nacional (carcamano, galego ou gringo) e passando a servir de exemplo sobre a precariedade da vida e do trabalho no ano de 1913.

Quando retornamos ao jornal *A Voz do Trabalhador*, temos o artigo de título “Na Terra da Promissão” que relata a situação de um homem branco que estava quase morrendo “de fome, atirado como uma coisa imprestável, inerte já, por sobre um capinzal”. O texto aborda sobre um provável imigrante português que estava numa situação de fome. É mais um texto que nos dá indícios sobre os traços característicos das cidades industrializadas da época, contrastando a expansão urbana, a opressão política e a continuidade de traços escravocratas das relações de trabalho. Ao mesmo tempo em que o governo buscava divulgar a ideia de que no Brasil não havia fome ou de que o território nacional continha fartura é imensa, o operariado urbano (e também o agrário) passava por situações de iniquidade. Essa discussão se encontra no trecho a seguir:

NA TERRA DA PROMISSÃO.

No Brasil não há fome

“Um popular, passando ontem, de manhã, casualmente, por um capinzal, existente próximo à olaria da Vila Militar, na estação de Deodoro, encontrou, caído e sem fala, um indivíduo desconhecido, de cor branca, de 23 anos, presumíveis, parecendo ser de nacionalidade portuguesa.

Esse infeliz, que prestes estava a exalar o derradeiro alento, devido à falta de alimento, tinha já as vestes um tanto apodrecidas pela umidade e apresentava o lábio superior e o calcanhar direito feridos pelos insetos.”

[...]

Cecilius (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 25, 15 de fevereiro de 1913, p. 3)

O fragmento do texto acima nos ajuda a compreender o argumento da “escravidão moderna” a partir da contradição apontada pelo autor do texto (Cecilius): como no Brasil não há fome se se encontrava pessoas na rua com “vestes apodrecidas pela umidade” e com feridas nas quais os insetos sobrevoavam? E mais: essa pessoa era um indivíduo de cor branca e que parecia “ser de nacionalidade portuguesa”. Ou seja, o texto traz um caso de um imigrante e sabemos que tais trabalhadores/as europeias vieram ao Brasil para trabalhar e compor a nova classe de trabalhadores urbanos livres.

Nesse sentido, o argumento da “escravidão moderna” utilizado pelos militantes operários/as apresenta seu sentido: ao contrário do que o Brasil, a “terra da promessa” e da “abundância”, dizia oferecer na propaganda direcionada aos trabalhadores/as da Europa, o que se encontrava era a precariedade de trabalho e de vida, algo que atingiu tanto o brasileiro/a quanto o/a imigrante europeia da classe trabalhadora. A crítica do texto nos mostra a interpretação de que o regime de trabalho assalariado da primeira década do século 20 não passava de uma modernização da escravidão, que condicionava os operários/as a escolher qual patrão seria o seu senhor; que dava a escolha de ser explorado/a por algum patrão para se receber um salário de miséria ou morrer de fome sem trabalhar. E isso significava que a condição de “escravo moderno” foi aquilo que mais se democratizou após a abolição e a proclamação da república: não dependia mais de cor, raça ou nacionalidade, a escrava e o escravo moderno só precisava ser a pessoa que vende sua força de trabalho.

É interessante refletirmos sobre uma questão: se tais condições de vida e de trabalho acontecessem hoje, talvez reconheceríamos que se tratava de algo análogo à escravidão. De toda maneira, a argumentação sobre a “escravidão moderna” nos indica também a *luta econômica* – e isso nós encontramos no seguinte trecho que convoca o operariado das fábricas da época a refletirem sua condição de trabalho, de vida e de luta operária:

PELAS FÁBRICAS

[...]

E nós que trabalhamos estupidamente de manhã à noite para os sustentar [os patrões] na fartura, nós que lhes surtimos a mesa com as mais finas iguarias, nós que lhes construímos os suntuosos palácios, nós que afinal produzimos todo o bem-estar de que eles gozam, nós que trabalhamos mais do que os antigos escravos, vegetamos na mais horrível das misérias.

Companheiros!, a vida é muito boa mas é quando em realidade se vive; mas para viver nas condições que vivemos, trabalhando e não comendo, não vale a pena viver, e se havemos de morrer de fome ou tuberculosos, é preferível morrer lutando pela nossa emancipação; se havemos de morrer anêmicos, estiolando-nos nessas masmorras, antes morrer matando a quem nos mata lentamente.

Bem razão tinha o orientador da revolução mexicana, quando dizia: “viver para ser livre ou morrer para deixar de ser escravo”.

Nós, porém, os operários das fábricas, julgamos que vale mais viver sendo escravos do que morrer para ser livres; os companheiros à força de se curvarem às exigências estúpidas do patronato imbecil, convenceram-se a si mesmos que nasceram para ser escravos.

[...]

ALBINO MOREIRA

Rio, 7 – 6 – 1913 (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 33, 15 de junho de 1913, p. 1)

Como dissemos, a questão da *luta econômica* era um fator primordial para a argumentação que afirmava a “escravidão moderna”. Isso fica explícito quando, nesse texto acima de 1913, se fala que os operários/as urbanas trabalham “mais do que os antigos escravos” ao mesmo tempo em que vegetavam “na mais horrível das misérias”. Sendo assim, novamente afirmamos que uma comparação entre a escravidão negra e a “escravidão moderna” poderia até ser feita em termos de comprovação sobre as condições de vida e de trabalho, através de estudos específicos para isso – com dados econômicos, com análises de políticas estatais do período e com estruturas sociais da cultura da época. Não é o que temos como objetivo neste trabalho, já que estamos nos propondo a discutir sobre o conteúdo racial n’A *Voz do Trabalhador*. De toda maneira, não podemos deixar de dizer que afirmações que dizem que o operariado urbano trabalhava mais do que os antigos escravizados é algo que nos chama atenção. Em outras palavras, até que ponto o autor do texto, Albino Moreira²¹, sabia sobre a expectativa de vida, a duração da jornada diária e semanal de trabalho, a alimentação, a moradia, os castigos e a violência que uma pessoa escravizada no Brasil poderia ser submetida? Poderíamos nos perguntar, até mesmo, até onde a militância operária compreendia sobre o que hoje chamamos de racismo enquanto uma estrutura cultural que formou e se mantém na sociedade brasileira?

De todo modo, vejamos mais um texto d’A *Voz* que é importante para a nossa discussão, intitulado “O centro de Estudo Sociais comemora o 13 de maio”:

O centro de Estudo Sociais, a nova e já ativa associação de propaganda libertária, realizou anteontem, [dia] 13, uma sessão comemorativa no Pavilhão Internacional, às 4 horas da tarde, nesta cidade.

O Treze de maio é chamado a data da libertação dos escravos. Foi o fecho ‘áureo’ da grande campanha abolicionista.

²¹ Foi delegado do Centro dos Operários do Jardim Botânico do Rio de Janeiro no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906. No Segundo Congresso Operário Brasileiro, de 1913, foi delegado do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (Batalha, 2009, p. 107).

Pois o Centro de Estudos Sociais com a sessão de anteontem, quis mostrar ao povo que ainda está por fazer a libertação dos escravos. A lei de 88 não libertou ninguém. Os negros, e com eles os brancos, amarelos e azuis, continuaram da mesma forma escravos: escravos do capitalismo. Este é que é o grande “senhor” que precisa ser abolido.

O Centro fez uma larga distribuição dum pequeno, mas excelente folheto – As doutrinas libertárias (Breve exposição e definições), extraído do recente livro de Neno Vasco: Da Porta da Europa. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 31, 15 de maio de 1913, p. 3)

O texto acima deixa evidente o principal argumento do que estamos chamando de “escravidão moderna”: a escravidão capitalista. No primeiro capítulo, tratamos de contextualizar, de maneira resumida, alguns aspectos gerais da sociedade brasileira após a abolição justamente para que pudéssemos compreender algumas coisas que são relevantes para nós agora: sobre as condições de trabalho, é possível encontrarmos semelhanças entre o “antigo escravo” e o “escravo moderno”: um regime de trabalho com carga de 12, 14 ou 16 horas diárias; o trabalho em seis dias na semana; o recebimento de um salário capaz apenas de garantir o pagamento de aluguel em cortiços ou alimentação reduzida – e as vezes nem isso –; etc. Mas se analisarmos por outro ângulo, a escravidão de indígenas e de africanos/as no Brasil foi justificada e realizada não apenas por motivos econômicos, mas também por concepções, ideologia e projetos de sociedade que acreditavam na “falta de alma” e na suposta inferioridade biológica, nacional, religiosa, cultural, etc, de pessoas não brancas. Em outras palavras, foi uma articulação entre interesses econômicos, culturais e políticos dos grupos coloniais.

Dessa maneira, quando lemos o texto acima – assim como outros com argumentação semelhante –, não podemos deixar de refletir sobre o fato de que, por um lado, a afirmação da continuidade da escravidão (enquanto a exploração e submissão ao capital) terminava por omitir, de certa maneira, as particularidades da escravização, ou seja, a especificidade da exploração compulsória do trabalho e da utilização da violência contra pessoas não brancas no Brasil. Mas, por outro lado, as condições de vida e de trabalho não foram tão diferentes daquelas do passado, mesmo após a abolição, principalmente em termos econômicos, já que os trabalhadores/as da Primeira República foram submetidos/as a condições de trabalho (e até mesmo de certas violências) análogas ao que se tinha durante a escravidão, algo que foi experienciado por trabalhadoras/es “livres” que eram brancos, negros, de ascendência indígena, mestiços, brasileiros ou imigrantes. É uma reflexão complexa com a qual temos que lidar ao tratar deste assunto.

O capitalismo é o sistema social fundamentalmente baseado na propriedade privada, na exploração da força de trabalho dos verdadeiros produtores/as que são os trabalhadores/as e na particularidade de que o capital gera mais capital. Independente do fenótipo da pessoa, o que é mais importante para os capitalistas é a obtenção de lucro e mais lucro e essa era a linha de raciocínio na qual os redatores d'*A Voz do Trabalhador* se baseavam para afirmar que “ainda está por fazer a libertação dos escravos” já que a “lei de [18]88 não libertou ninguém” e que negros, brancos, amarelos, ou quem quer que fosse, ainda eram escravos do capitalismo. A partir desses textos podemos até mesmo refletir que, ironicamente, a consolidação do trabalho assalariado após a abolição e a proclamação da república não foi capaz (ou não teve interesse em) democratizar a tomada de decisões, a participação política ou a manifestação cultural das mais variadas matizes: o que houve foi a democratização a exploração, independentemente da raça, nacionalidade, gênero ou sexo do trabalhador/a. É mais ou menos o que encontraremos abaixo a partir do fragmento transcrito da matéria intitulada “Ilhas da Morte”, no qual temos um relato sobre a condição de trabalho e de sobrevivência dos trabalhadores de carvão “das ilhas Viana, Ferreiro, Mocanguê, Conceição e outras”:

ILHAS DA MORTE

[...]

Nessas ilhas os trabalhadores não têm horário para começarem o trabalho nem tão pouco para o largarem, pois o descanso ali não existe para os desgraçados que os srs. empresários mandam buscar em terras estranhas, que não sabem que no Brasil estão sujeitos ao vergalho, pontapés, pescoções, etc; quando não são jogados do convés do navio ao porão e outros martírios semelhantes ou de pior espécie. Sim! digo de pior espécie, porque a minha pena não é potente para descrever o que se passa nestas ilhas, porque são ilhas, que são privadas pelos senhores da vida e da morte, que são os tais patrões daqueles calabouços mais terríveis que os dos tempos inquisitoriais. Sei absolutamente que nesta capital ninguém sabe que nessas ilhas um trabalhador de carvão trabalha uma semana, noite e dia, sem ter uma hora de descanso, senão aqueles poucos minutos para refeição azeda e às vezes quase em estado de putrefação. Se reclamam têm como resposta bofetada, como tem sucedido.

Eis como são tratados esses operários, que estão em piores condições que os antigos escravos.

[...]

LEÃO BARBOZA (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 34, 01 de julho de 1913, p. 3)

Novamente encontramos a comparação sobre as condições de trabalho dos “escravos modernos” e dos “antigos escravos”. Como já argumentamos, podem ser problemáticas as afirmações como “eis como são tratados esses operários [do carvão], que estão em piores

condições que os antigos escravos”, pois, diferentemente dos “escravos do capital”, os escravos do passado foram escravizados sob justificativas baseadas em concepções étnico-raciais e, conseqüentemente, civilizatórias, religiosas, filosóficas, etc. E, nesse sentido, nossos questionamentos se tornam ainda mais pertinentes quando encontramos textos como o que seguirá abaixo:

AO PROLETARIADO

[...]

Mas para isso é mister que todas as classes se unam e se ponham de acordo no sentido de melhorar a sua situação econômica pela união de todos os roubados, que são a grande maioria, para assim se poder impor a essa pequena minoria que detendo nas suas mãos toda a riqueza social se julga no direito de desfrutar todas as regalias produzidas pelo braço operário.

Pois o progresso, com as novas descobertas aperfeiçoadas pelas classes trabalhadoras trouxe a estas novas necessidades. Se o escravo antigo não tinha aspirações de gozo nem material nem moral e se limitava a permanecer numa escravidão sem revolta, o mesmo não acontece hoje. O espírito investigador da humanidade resolvendo dificuldades, inventando motores e arrancando da fecunda natureza tudo quanto serve para a satisfação da vida, não toca a todos, entretanto.

[...]

ELVIRA FERNANDES (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 36, 01 de agosto de 1913, p. 2)

Aqui nos deparamos com uma interpretação interessante sobre a ideia de progresso: uma noção de “evolução” social experimentada em nível internacional por toda humanidade que se desenvolvia, mas que tal progresso é realizado pelas “novas descobertas aperfeiçoadas pelas classes trabalhadoras”. Essa noção que inclui um desenvolvimento ou “evolução” civilizatória da humanidade fica evidente quando a autora do texto, Elvira Fernandes²², disserta sobre o “escravo antigo”, sobre o que “acontece hoje” e sobre “o espírito investigador da humanidade” que resolve dificuldades e inventa motores – algo que nos dá essa dimensão histórica de sua argumentação.

Mas é nesse ponto que nos deparamos com uma questão problemática: a afirmação de que “o escravo antigo não tinha aspirações de gozo nem material nem moral e se limitava a permanecer numa escravidão sem revolta”. Não há embasamento para esse tipo de afirmação, ainda mais se lembrarmos, por exemplo, dos quilombos, no caso dos escravizados/as africanas

²² Um registro dessa operária, no jornal *A Época* (04/05/1913), relata que ela realizou um discurso na sede da Liga do Operariado do Distrito Federal, durante um evento de celebração do Primeiro de Maio, em 1913 (Batalha, 2009, p. 62). Elvira Fernandes também foi a única mulher entre os principais colaboradores do jornal *A Voz do Trabalhador*, tendo publicado três artigos (Knevez, 2020, p. 2).

e na Confederação dos Cariris, no caso dos/as indígenas. Então, sim, as pessoas escravizadas tinham aspirações materiais, morais, políticas, culturais, econômicas, etc, e lutavam por isso.

O que ocorre é que nos deparamos com uma interpretação econômica da *luta de classes*, ou seja, a necessidade em afirmar a realidade do operariado urbano, industrial, do tempo do “progresso” (o texto é de 1913) e de fortalecer a identidade de classe dos trabalhadores/as (e, consequentemente, o movimento operário). O texto de Elvira Fernandes possui um caráter propagandístico no sentido em que nos conduz à necessidade de luta que o operariado deveria protagonizar em busca de melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, para que o mesmo “espírito investigador da humanidade” que resolve dificuldades e inventa motores seja capaz de arrancar da “fecunda natureza tudo quanto serve para a satisfação da vida” e distribuir para todas as pessoas. Porém, para fazer essa propaganda, o mesmo texto, de certo modo, quase que retira a capacidade dos “antigos escravos” de lutar, de reivindicar, de se rebelar e de ter aspirações morais, políticas e de “gozo material”.

Porém nem todos os textos publicados em *A Voz do Trabalhador* expuseram esse tipo de interpretação discutida acima. Alguns dos redatores tinham uma compreensão histórica mais interessante sobre a escravidão brasileira:

PELO MUNDO PROLETÁRIO
NO BRASIL

Estado do Rio

PETRÓPOLIS – Sabemos por uma carta a nós dirigida por operário daquela vizinha cidade, de mais um dos estratagemas usados pelos senhores capitalistas que lá mantém um aparelho de exploração denominado companhia Cometa.

É assim que no armazém estabelecido no Meio da Serra, por conta da companhia, um tal Viorino Battista, encarregado do armazém, faz descontar as dívidas dos operários, pelo pessoal do escritório da companhia.

Eis aí um dos muito processos infames de que usam os capitalistas, para que possam manter na escravidão aqueles que tudo produzem e mal podem viver.

Não precisam estes escravocratas de hoje, de leis como as que existiam antes de 13 de maio, e que consideravam como propriedade o negro que para eles vivia e trabalhava; hoje, com menos dispêndio e mais segurança, eles conseguem a mesma coisa com o novo escravo: o operário salariado.

[...] (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 38, 01 de setembro de 1913, p. 4)

Esse texto já nos parece indicar uma melhor compreensão sobre a escravidão brasileira – ou, pelo menos, o texto contou com uma explicação mais adequada sobre esse passado escravocrata e a relação entre os sentidos de “novo escravo” e de “antigo escravo”. Ao relatar

o desconto salarial devido às dívidas dos operários, algo feito pelo encarregado do armazém da Companhia Cometa (indústria têxtil), o texto nos indica a coerção sob a qual os trabalhadores/as industriais eram submetidos e relaciona isso com a escravidão do passado, tendo em vista que os “escravocratas de hoje” não precisam mais “de leis como as que existiam antes de 13 de maio” pelas quais “consideravam como propriedade o negro”. Em seguida, o texto argumenta que, naquele momento, existia “o novo escravo: o operário salariado” que era explorado com mais segurança e menos gastos por parte dos proprietários capitalistas.

Essa mesma compreensão sobre a escravização de africanos/as é encontrada no seguinte trecho pelo qual a participação da Igreja Católica em sindicatos operários é questionada, assim como os esforços históricos do clero católico para explorar e escravizar povos originários e africanos no Brasil também são rejeitados:

Com o papa-hóstias de Alagoas

O Segundo Congresso, resolvendo o tema ‘atitude dos sindicatos em face da organização operária iniciada e auxiliada pelo clero católico’, buliu com todas as víboras que aí andam com rodela de nabo sobre a cabeça, danando-as.

[...]

A igreja sempre fez isso, e agora ela, que escravizou durante séculos o povo paraguaio, extorquindo a relho o produto do seu trabalho, ela que protegeu o flagelo dos africanos abastecendo o mundo de escravos, ela que em toda a Europa explorou os camponeses, durante a idade média, que defendeu o feudalismo, que explora desumanamente os índios de Mato Grosso e Amazonas, que semeia a morte provocando guerras entre as nações, que torturou os sábios, desde Copérnico e Galileu até Ferrer, que matou mais homens do que de cabelos tiveram todos os seus degenerados papas, que matavam virgens por prazer depois de deflorá-las (como Sixto V, os Borjas e outros), que com seus satânicos manejos enlutou o mundo mil vezes inundando-o de lágrimas dos órfãos e viúvas, vem agora arvorar-se em defensora do operariado.

[...]

ZENON DE ALMEIDA²³ (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 42, 01 de novembro de 1913, p. 4)

²³ Zenon de Almeida foi um militante anarquista carioca que pertenceu ao Grupo Dramático Cultura Social do Rio de Janeiro, em 1913, e escreveu algumas peças de teatro para esse grupo. Foi delegado dos Sindicatos dos Sapateiros no Segundo Congresso Operário Brasileiro de 1913, defendeu o pedagogo Francisco Ferrer y Guardia, publicou artigos na imprensa operária e participou de comícios e debates públicos (Batalha, 2009, p. 24).

Em outras palavras, o trecho acima nos faz questionar como uma instituição que carrega essa trajetória poderia ajudar o operariado ao dirigir sociedades operárias? Como um clero com esse histórico poderia combater a “escravidão moderna” do operário assalariado?

De todo modo, por mais que *A Voz do Trabalhador* tratasse mais em seus textos sobre a realidade do centro-sul (ou seja, o que chamamos hoje de regiões sul e sudeste, principalmente os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), também é verdade que durante a segunda fase, *A Voz* buscou publicar notícias e informações sobre outras cidades e estados do Brasil. É o que encontramos no trecho a seguir:

PELO MUNDO PROLETÁRIO

BRASIL

[...]

Alagoas

MACEIÓ – Acham-se em greve os operários das fábricas de Cachoeira e Rio Largo. Daquela localidade recebemos o seguinte manifesto:

“A greve das duas fábricas Cachoeira e Rio Largo – Ao público e às autoridades da capital – Como são tratados os operários das fábricas de Cachoeira e Rio Largo – Misérias! Escândalos! Horrores!! Infâmias sobre infâmias

Perante o público sensato viemos sem comentário, demonstrar o que é a vida íntima das duas fábricas acima.

Ali naqueles dois sorvedouros do operariado de ambos os sexos, desenrola-se diariamente as mais torpes, as mais baixas e as mais descomunais misérias!

Na fabrica do Rio Largo, o operário é trucidado, apanhando de chibata e palmatoria quando reclama os seus direitos.

Amelia Tenório, operária da referida fábrica, apanhou de chibata a mandado do gerente, e teve ainda de passar pela dor de perder sua mãe, devido ter esta pedido para que não desse em sua filha, e por fazer este pedido, levou também uma surra que em consequência da mesma veio a falecer!

Cirilo Balbino, operário, com 20 anos de idade, apanhou uma dúzia de bolos, porque teve o arrojo de pedir ao rei gerente aumento de ordenado!

Felisbela da Conceição, viúva, operária, trabalhando com 4 filhos na mesma fábrica, só porque os seus dois filhos deram vivas ao coronel Clodoaldo, no dia de sua chegada, foram coagidos a deixar a fábrica e ameaçados de surra e cadeia; ficando a muito pedido a viúva com duas filhas menores, lutando para ganharem o sustento!

O operário João Pereira trabalha numa máquina de cortar meias há 9 anos, tem uma diária de 2\$500, porém só recebe 1\$, porque dizem-lhe que ele é ainda aprendiz!... Miséria! 9 anos numa máquina e ainda é considerado aprendiz – por isso perde 1\$500 diários!

O operário Alfredo Silva, achando-se bastante doente, pediu, implorou ao gerente remédio e médico, teve como resposta do mesmo, que tomasse língua de vaca!

O público sensato, os chefes de família e as autoridades avaliem por este boletim porque é que essas duas fábricas dão grandes dividendos.

Uma ligeira apreciação na folha de pagamento.

Augusta Roza, ganhou 4\$100, abateu 1\$500 do aluguel semanal da casa, ficou com 2\$600! – é com isto que se mantém um operário?... quanta miséria... A operaria Joana [palavra ilegível], ganhou em uma semana, das 6 da manhã às 8 da noite, a quantia de 3\$600, abateu 1\$500 da casa, ficou com 2\$100 para se manter! Tereza, operaria, trabalhou toda semana, ganhou 2\$160, abateu 1\$500 da casa e ficou com 660 réis para sustentar suas filhas!... Geraldo Alves, operário, ganhou durante a semana 2\$340, abateu a casa, ficou com 840 réis! – Operárias Cícera Maria, numa manhã o seu ganho foi 1\$, Jozeyha Oliveira 1\$500; em um grupo de 6 operários a fêria foi de 13\$3600! em outro de 6 operários, a fábrica dispendeu 19\$700! para 6 operários que lutam das 6 da manhã às 8 da noite!...

É este o motivo das ações dobrarem, é por este motivo que os lucros vão a 70 e 80 %!

Em que parte do mundo já se viu escândalo tão grande?! Ali naqueles sorvedouros do operariado, ali naquele pedaço de terra que infelizmente pertence ao estado de Alagoas é que se vê disso!

Ao publico levamos o conhecimento dessas misérias!

[...]

Nota – Nos outros boletins que breve distribuiremos trataremos das multas, da prostituição e os nomes das vítimas, das casas, dos pagamentos, das descomposturas, aos operários e daremos os nomes dos diretores e gerentes das duas fábricas, para que fiquem bem conhecidos os que sugam o suor do operário.” (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 43, 15 de novembro de 1913, p. 4)

O texto acima está repleto de informações, ou melhor, de denúncias sobre as violências sofridas pelo operariado da cidade de Maceió, no estado de Alagoas. Em nenhum momento é tratado sobre o assunto da “escravidão negra” ou da “escravidão moderna”. Entretanto, o texto se torna interessante para o nosso debate acerca da exploração e das violências sofridas pelos operários/as urbanas. Isso nos dá uma dimensão sobre as condições de trabalho que eram análogas à escravidão oficial brasileira.

Abaixo seguirá mais um texto que trata sobre a realidade dos trabalhadores/as urbanas fora do eixo centro-sul do Brasil da Primeira República:

NO ESTADO DO PARÁ

INAUGURAÇÃO DA UNIÃO DOS TRABALHADORES EM BELÉM –
O POVO DESPERTA

[...]

Dizem que a escravatura acabou?!... Como?! Pois não é verdade que nós hoje vamos procurar o senhor para explorar o nosso trabalho? Noutros tempos, o senhor comprava os seus escravos e tratava-os bem, para que não adocessem, pois com isso seriam prejudicados os seus cofres; o escravo de

hoje está em piores condições, quando cai doente o senhor manda-o embora, na certeza de facilmente encontrar quem o substitua (infelizmente) com saúde para a contínua exploração. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 49, 15 de fevereiro de 1914, p. 4)

O trecho acima nos coloca novamente de frente àquela situação complicada: de um lado, denuncia as condições de trabalho e de vida na “escravidão moderna” e, por outro lado, afirma que o “escravo moderno” sofria mais do que o “antigo escravo”. É uma questão polêmica chegar a afirmar que “o senhor comprava os seus escravos e tratava-os bem” para que eles não adoecessem, tendo em vista as condições de vida e de trabalho de um negro escravizado geralmente estava submetido/a – a precariedade na travessia sob o tráfico atlântico, a aquisição de doenças nos navios, a morte de vários africanos traficados/as, a baixa expectativa de vida, as violências e punições, os flagelos corporais, a má alimentação, os casos de separação de familiares, o apagamento cultural, etc. Existe uma série de questões que hoje já encontramos no senso comum e que nos fazem refletir: será que os redatores/as desses textos que tratam sobre a escravidão negra no Brasil não tinham noção desses detalhes, já que fazia tão pouco tempo que a escravidão estatal brasileira havia sido abolida?

É compreensível lermos essas comparações da escravidão moderna com a escravidão negra quando pensamos nas condições de trabalho e salários – e em certos casos de violência que o operariado urbano (e rural) sofreram, como vimos no capítulo anterior de contextualização. No entanto, não temos como deixar de questionar a afirmação de que os “escravos modernos” sofriam mais do que os “antigos escravos”, mesmo sabendo que tais argumentos faziam parte de textos que tinham, sobretudo, esse caráter de propaganda e o objetivo de convencer o operariado a se organizar e lutar por trabalhos, salários e vida melhores. É nesse sentido que o próximo trecho nos demonstra esse mesmo caminho de análise que caracteriza os capitalistas no Brasil como continuadores de práticas escravocratas e como “negreiros insatisfeitos”:

BRASIL OPERÁRIO

[...]

São Paulo [estado]

CRAVINHOS [cidade] – Tivemos também nós o prazer de ouvir a palavra eloquente e enérgica do camarada João Crispim, excursionista em propaganda do jornal *A Rebelião* e da Confederação Operária Brasileira.

Nesta localidade falou ele sobre – A questão operária no Brasil – A emigração e seus efeitos – A última revolta do povo italiano – A luta social internacional.

A grande assistência, composta não somente pelo elemento operário como também pelo elemento colonial, com calorosos aplausos interromperam por

vezes o orador, especialmente os colonos, quando Crispim, ao ventilar os problemas sociais enumerados no sumário da sua conferência, expunha os atropelamentos que essas desventuradas criaturas sofrem nos ergástulos chamados fazendas, onde os escravocratas modernos dominam brutalmente, explorando, espancando, martirizando, numa pletora atávica de negreiros insatisfeitos, piratas cruéis, meros canalhas dos cafezais, vergonha indelével da proclamada civilização destas terras.

[...]

Pascoal Marsicani. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 58, 05 de julho de 1914, p. 4)

No trecho acima nos deparamos com uma questão específica: quando relata sobre a fala do militante João Crispim, o autor do texto, Pascoal Marsicani, afirma que o público ouvinte, na tal “grande assistência”, reunia o “elemento operário” (ou seja, os trabalhadores urbanos/as), como também” o “elemento colonial” (ou seja, os trabalhadores/as do campo). Assim como tratamos no capítulo anterior, o texto acima reforça a situação sofrida pelo operariado urbano, mas principalmente pelo rural que, além da exploração econômica do trabalho, também eram submetidos/as a espancamentos, violências e torturas (e até estupros e assédios, no caso das mulheres). Uma parte dos imigrantes europeus/eias vieram para o Brasil em busca da tal “proclamada civilização destas terras” e, direcionados/as para as fazendas, terminaram encontrando a “vergonha indelével” dos “canalhas dos cafezais”, proprietários que eram “escravocratas modernos” e “negreiros insatisfeitos”.

É interessante percebermos que, para a análise da militância operária envolvida com a redação d’*A Voz do Trabalhador*, o trabalho assalariado da época era um tipo de aprimoramento ou desenvolvimento do regime de trabalho escravo que vigorou até 1888:

O QUE HÁ A FAZER

[...]

Hoje, vivemos num estado permanente de lutas fratricidas. Entre os selvagens antropófagos, os homens se comem uns aos outros por necessidade. Entre os civilizados, se matam uns aos outros e se deixam ao abandono.

Como dissemos, o homem é escravo do homem e o escravo perdeu o direito à luta pela vida e por lógica indiscutível perdem também o direito à liberdade e à nutrição.

Os direitos do homem que nos concedeu a burguesia em 1789 são só direitos da força.

A abolição da escravidão no Brasil, em 1888, foi só uma mudança de nome e de forma, pois o proletariado continua escravo: se não quer ser dum patrão, sê-lo-á de outro.

Neste século não é a lei igual para todos: ela é tolerante para com os dominadores e é implacável para com os dominados.

As cadeias são feita para estes, para os deserdados.

Os militares não existem para defender a pátria, mas sim para defender os privilégios dos patrões.

A polícia não foi criada para prender todos os criminosos, mas somente os pobres.

A vida não é um direito intangível para todos, mas o é só para os que dominam.

Para acabar com este estado antissocial é preciso que os escravos se unam, todos, e se decidam a reconquistar o direito à vida, à liberdade, sem o qual não haverá jamais paz entre os homens.

LATEGO

Ponta-Grossa, 10 – 10 – 914. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 60, 05 de agosto de 1914, p. 3)

Além de questionar as instituições do Estado moderno, as cadeias, o exército, a polícia e as próprias leis, o autor do texto, que assinou o nome de “Latego” (que significa corda para açoitar ou chicote para castigar), nos evidencia a noção do que estamos chamando de “escravo moderno” ao dizer que, mesmo após a abolição da escravidão em 1888, a lei não se tornou igualitária para todas as pessoas; na verdade ela se tornou implacável para a classe trabalhadoras e para os/as pobres. Após fazer essa análise da realidade da época, o autor convoca os “novos escravos” para que se unam e reconquistem, assim, o direito à vida e à liberdade.

Mas sobre o que estamos chamando de “escravidão negra” no Brasil, nos deparamos com mais um texto que explicita a compreensão da militância operária da COB sobre a questão:

O sindicato e seus diversos aspectos

[...]

Para a defesa torna-se necessário a ação conjunta dos lesados, a conjugação de esforços contra o inimigo comum – a organização.

Mas que espécie de organização devemos adotar? A religiosa? A política? Nem uma das duas é capaz de nos levar ao fim que almejamos, pois ambas são fictícias e ilusórias.

A organização católica ou socialista-cristã é inútil por que é de índole passiva. Os seus organizadores querem que o operariado confie em Deus, que é grande, justo e resignado; querem que o operariado permita em ser aviltado, maltratado, roubado e explorado, sofrendo com resignação, com verdadeiro estoicismo a fome, a miséria e a dor! Que sofra toda a injustiça sem murmurar, sem um gesto de revolta, sem um grito de protesto.

“O que sofreis é por vontade de Deus [...]”.

Sofrei! porque no sofrimento está a vossa salvação; sêde infelizes porque na vossa infelicidade atual está a vossa felicidade futura; sêdes desgraçados para alcançar a graça de Deus; sofrei todo o mal na terra e sereis recompensado no céu!”

Mas sabeis quem diz isso? Os sacerdotes, os padres, os pastores. E sabeis por quê? Porque eles também roubam, também exploram, não trabalham e são ricos, riquíssimos, e não lhes convém que suas vítimas se revoltam. As religiões e os sacerdotes têm sido em todos os tempos os maiores conservadores da escravidão e da ignorância, defendendo sempre o domínio do homem pelo homem, defendendo e favorecendo a escravidão dos negros, chegando mesmo a companhia de Jesus a manter um bem organizado serviço de traficância.

O protestantismo na América do Norte perseguiu tenazmente os pioneiros da libertação dos escravos e o Vaticano defendia acerrimamente a fidalguia da idade média excomungando os camponeses [...]; e é o Vaticano que hoje ainda concentra todas as suas forças para impedir que o operariado se eduque e lute pelos seus direitos.

São os padres que organizam os sindicatos de carneiros, que servem para furar as greves.

Todas as religiões cristãs ou bíblicas, – e são estas que predominam, – cingem-se na máxima “o escravo que fique com seu senhor”. É, portanto, irrisório crer que os seculares opressores da humanidade libertem-na um dia voluntariamente, como também é irrisório esperar pela felicidade por Deus, tantas vezes prometida e que a humanidade espera há milhares de anos. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 62, 05 de setembro de 1914, p. 4)

Algo nos chamou atenção: assim como no artigo intitulado “Com o papa-hóstias de Alagoas”, escrito por Zenon de Almeida (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 42, 01 de novembro de 1913, p. 4), o texto acima deixa claro o entendimento de que as pessoas negras que foram escravizadas no Brasil. Mas o detalhe que nos chamou a atenção foi o fato de que ambos os textos (este acima e o de Zenon) são textos anticlericais e críticos em relação à Igreja Católica e ao seu envolvimento no movimento operário. Isso nos parece reforçar que os redatores e as/os colaboradoras d’A *Voz do Trabalhador* compreendiam o elemento racial da escravidão oficial brasileira, mas que, no entanto, ao tratarem sobre a esfera econômica (mais ligada ao trabalho e às condições de vida do operariado), os textos argumentavam que o trabalho assalariado era uma “escravidão moderna”, enquanto que, quando tratavam sobre a esfera cultural e, portanto, realizavam críticas ao clero e à instituição da Igreja Católica, então especificavam o detalhe racial da escravidão.

Essa questão é interessante porque os dois textos d’A *Voz* que mais evidenciaram a questão racial da escravidão oficial brasileira foram justamente aqueles de caráter anticlerical. E isso explicita a luta travada pelos militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários contra a participação de representantes do clero – “os sacerdotes, os padres, os pastores” – que buscavam disseminar entre as associações operárias e sindicatos a perspectiva reformista e colaboracionista a partir de interpretações bíblicas – “porque no sofrimento está a vossa

salvação; sêde infelizes porque na vossa infelicidade atual está a vossa felicidade futura; sêdes desgraçados para alcançar a graça de Deus; sofri todo o mal na terra e sereis recompensado no céu”.

Isso ocorre mais uma vez: em mais um texto do jornal *A Voz do Trabalhador* foi ressaltada a perspectiva anticlerical que chamava a atenção do público leitor sobre a participação do clero católico no processo de escravização de pessoas negras através de seus “negreiros de batina”:

Onde está a cabeça dos subversivos?

Heróis de um dia, renovadores impertérritos e iconoclastas que nos congressos dos partidos e das classes inimigas da sociedade privilegiada fizeram pomposas declarações de guerra ao militarismo e solenes protestos de fraternidade universal, acabam de perder a cabeça e empunhar com entusiasmo indescritível a arma homicida que o capitalismo lhes oferece.

Contumazes combatentes pela paz, proclamando o boicote, a greve geral e a revolução para obstar eficazmente as hostilidades militares entre os povos irmãos, marcham neste momento para as fronteiras, sob o comando da aristocracia militar e às ordens das castas ultra-exploradoras e reacionárias a resolver com pólvora e aço os grandes problemas da liberdade e da civilização!

Os subversivos, quase todos proletários republicanos, socialistas, sindicalistas e anarquistas, vão encontrar-se nos campos com os seus companheiros de classes e de ideias, mas, desta vez, não é para se entregarem a manifestações de fraternal internacionalismo, e sim para se trucidarem mutuamente!

[...]

Pobres maníacos, não se lembram de que não têm pátria, porque são avezinhas sem ninho, condenadas a consciente imigração. Não percebem que estão fora da lei e da Sociedade e, portanto, nada têm a defender.

A defesa da família não pode ser realizada abandonando-a ao capricho e à prepotência dos patrões, dos meirinhos e negreiros de batina, e relegando-a a todas as vicissitudes.

[...]

PRIMITIVO SOARES (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 64, 01 de novembro 1914, p. 2)

Primitivo Soares ou Primitivo Raimundo Soares era, na verdade, um pseudônimo do anarquista Florentino de Carvalho²⁴ e, no texto acima, de maneira incisiva, nos expõe sua

²⁴ Foi um imigrante espanhol que foi soldado da Força Pública, doqueiro e tipógrafo. Chegou ao Brasil quando era criança e estudou em um colégio católico. Entrou para a Força Pública de São Paulo em 1898, mas abandonou essa carreira em 1902 ao ler o livro *A Conquista do Pão*, do “príncipe” anarquista, o russo Piotr Kropotkin. Trabalhou nas docas de Santos. Foi preso durante a greve portuária de 1905. Tornou-se tipógrafo. Fundou Escolas Modernas em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e na Argentina (Batalha, 2009, p. 159).

perspectiva revolucionária em favor de uma mudança radical da sociedade capitalista. É importante lembrarmos que nesse ano de 1914, o mundo experienciava a Primeira Guerra Mundial e as críticas de Florentino se direcionavam a essa calamidade – “os subversivos, quase todos proletários republicanos, socialistas, sindicalistas e anarquistas, vão encontrar-se nos campos com os seus companheiros de classes e de ideias [...] para se trucidarem mutuamente”. Ao criticar a situação que obrigava (e, as vezes, convencia) trabalhadores/as a participarem ou apoiarem as guerras capitalistas, Florentino reforçou que o trabalhador/a não tem pátria e que a família dessa classe não poderia ser abandonada aos caprichos dos “patrões, dos meirinhos²⁵ e negreiros de batinas”.

Com o trecho transcrito acima encerramos este capítulo. E com ele podemos ver a consciência do aspecto racial da escravidão oficial brasileira ficava fortemente evidenciado na crítica e na responsabilização da Igreja Católica no processo de escravizar africanos/as no Brasil e de garantir a existência da condição social de “escravo” de uma massa de pessoas não brancas.

Por fim, com os textos d’A *Voz do Trabalhador* que foram transcritos e discutidos neste capítulo nós pudemos compreender aquilo que estamos chamando de “escravidão negra” e de “escravidão moderna” e que estiveram presentes em tal periódico da COB. A diferença e a similaridade se deram, portanto, da seguinte maneira: artigos e matérias do jornal A *Voz* que trataram mais precisamente de aspectos da luta econômica de classes, da esfera econômica ou das condições de vida e de trabalho, observamos argumentos e análises que aproximaram a escravidão negra e a “escravidão moderna”; já quanto analisamos os textos que distanciaram as concepções de “escravidão antiga” e da “nova escravidão” do assalariamento, então encontramos argumentos e análises que especificaram o caráter racial da escravidão oficial brasileira abolida em 1888 – seja em textos anticlericais ou em outros de caráter propagandístico.

Essa consideração nos é importante porque podemos dizer que, de forma geral, o conteúdo d’A *Voz do Trabalhador* nos deixou evidente que se compreendia que pessoas negras é que foram oficialmente escravizadas no Brasil. De igual maneira, podemos dizer que, com o objetivo de convencer o seu público-alvo que era o operariado brasileiro, o mesmo jornal trouxe argumentações polêmicas acerca da condição de vida e de trabalho dos “novos” e “antigos escravos”. Ou seja, de um lado encontramos interpretações que ressaltaram o

²⁵ Meirinho era um tipo de cargo, um funcionário da justiça que corresponde ao atual oficial de diligências, ou oficial de justiça. O meirinho era um funcionário que o rei nomeava para governar um território ou comarca.

elemento racial; e de outro lado encontramos afirmações de que o operariado vivia em condições piores do que a das pessoas escravizadas. Neste último caso, pudemos ver que, em termos econômicos, podemos dizer que o operariado no período do jornal (1908-1915), segundo os textos que *A Voz* publicou, viver sob condições análogas à escravidão, tanto no ambiente de trabalho quanto na vida cotidiana (em relação à falta de alimentação adequada, ao pouco salário, à catequização dos operários/as, etc). Porém, também pudemos questionar tais afirmações de condições de vida mais danosas do operariado em relação aos negros/as escravizadas, já que o trabalhador/a assalariada não era registrada e determinada oficialmente, pelo Estado, como uma escrava/o.

Mas é preciso ainda apontarmos uma outra questão que nos foi apresentada durante a banca de defesa do mestrado (no dia 28 de março de 2025) pelos professores avaliadores Luciano Queiroz e Tiago Bernardon: para além desse caráter propagandístico encontrado na ideia de “escravos modernos”, existe também uma dimensão teórica na utilização de termos como este: os sindicalistas revolucionários/as, ou pessoas ligadas às ideologias socialistas mais radicais, concebiam a dominação e luta de classes durante a história da humanidade. Em outras palavras, a comparação entre a “antiga escravidão” e a “nova escravidão” é uma afirmação teórica e de consciência histórica que concebe as permanências da dominação de classe mesmo quando ocorrem algumas mudanças sociais e estruturais como as que aconteceram na passagem da escravidão para o assalariamento.

Isso significa que, mesmo com o fim do trabalho escravo e o início do trabalho assalariado, os operários/as não deixaram de viver, de experienciar e de sentir na pele determinadas condições de vida e de trabalho extremamente precárias. Ou seja, para além do caráter propagandístico encontrado nas comparações entre “as escravidões” que foram publicadas n’*A Voz do Trabalhador*, a noção de “escravidão moderna” afirma uma noção teórica de que existe luta de classes e continuidades de relações sociais de dominação de classe ao longo da história da humanidade.

CAPÍTULO 4 – RAÇA, CIVILIZAÇÃO E EVOLUCIONISMO

No Brasil, portanto, especialmente durante as três primeiras décadas do século XX, quando chegavam as grandes levas imigratórias e quando eram sentidas as primeiras mudanças provocadas pela abolição formal da escravidão, as segmentações identitárias marcadas por concepções racialistas se manifestavam por dois vieses interligados: brancos X negros; imigrantes X brasileiros natos. De modo geral, acreditava-se que “brancos”, estrangeiros ou nascidos no Brasil eram mais elevados, intelectual e moralmente. Porém, em diversos momentos se reputou aos estrangeiros (ou mais especificamente, a alguns grupos e indivíduos estrangeiros) a responsabilidade por distúrbios sociais, ao instigarem os trabalhadores brasileiros, que teriam uma índole positiva e naturalmente amante da ordem, a revoltar-se. Entre todos esses mitos, contudo, ao trabalhador negro sempre coube somente atributos caricaturalmente negativos, como a ignorância, o primitivismo, a preguiça, a tendência natural ao roubo, ao alcoolismo, à trapaça e à violência. Na visão da classe dominante, o máximo de valorização “positiva” que os negros, como nacionais, poderiam receber era o atributo de ‘pacatos’, quando o objetivo dos discursos era perseguir os revoltosos anarquistas-estrangeiros, ou ainda palavras em tons paternalistas que estabeleciam vínculos distorcidos entre o passado e o presente sobre o paciente sofrimento por que passaram seus antepassados durante tantos séculos. (Oliveira, 2009, p. 211)

Neste capítulo, discutiremos algumas questões e temáticas que já podem ser percebidas pelo título: raça, a ideia de civilização e as concepções evolucionistas da sociedade. Essa discussão é essencial para nós, tendo em vista o que o trecho acima nos indicou: as segmentações identitárias que foram marcadas pelo racialismo e pelo patriotismo, ou seja, pela categorização e distinção de pessoas a partir de suas características de fenótipo, de cor e de nacionalidade. Ou seja, a Primeira República foi um período no qual, por um lado, os grupos dominantes desejaram trazer algum tipo de “evolução civilizatória” para o Brasil a partir da política de imigração que trouxe ou facilitou a vinda de trabalhadores/as da Europa para compor a mão de obra nacional – e isso significa a concepção de que o povo europeu era tinha uma superioridade racial e civilizatória em relação ao povo brasileiro, tão marcado pela presença de pessoas de ascendência indígena e africana. Por outro lado, quando as trabalhadoras/es europeus passaram a reivindicar e lutar por seus direitos no Brasil e a se desviar das expectativas dos agentes sociais dominantes no Brasil, então prontamente foram julgados como “estrangeiros indesejáveis”. E é por isso que, para entendermos essa questão, é tão importante tratarmos sobre o projeto de embranquecimento da população brasileira, pois ele envolve concepções e ações ligadas ao racialismo e ao pretenso racismo “científico” característico da época.

Como explicamos na introdução deste trabalho, entendemos que existe tanto uma margem de “liberdade” de escolhas, quanto um condicionamento estrutural, de maneira que não podemos falar de uma completa determinação das estruturas sociais e nem de uma completa espontaneidade, voluntarismo ou “liberdade” de pessoas, grupos ou classes. Nesse sentido, entendemos que a realidade se dá tanto pela luta e conflito de interesses de pessoas, grupos e classes, quanto pela associação e apoio de interesses de pessoas, grupos e classes. É sob esses termos que estamos analisando o conteúdo racial do jornal *A Voz do Trabalhador* (ou seja, a margem de “liberdade” do jornal) sem esquecer que ele e as pessoas responsáveis por ele estavam inseridas em estruturas sociais da Primeira República (ou seja, o condicionamento estrutural). Uma dessas estruturas sociais foi o racismo que estruturou o que hoje chamamos de racismo brasileiro, uma estrutura cultural de nossa formação social.

O histórico racial brasileiro está ligado aos primeiros passos da colonização ibérica aqui nas terras da Pindorama (Brasil) e da Abya Yala (América). Para termos uma noção, foi só a partir de 1889 que o Estado brasileiro, em seu regime republicano, propôs uma política indigenista. Antes desse ano, os povos indígenas ficavam a mercê das decisões políticas estaduais tomadas pelos grupos sociais dominantes locais. Os povos indígenas só foram mencionados ou fizeram parte da constituição em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/TN) (Marques, 2010).

Além da negligência e do histórico de extermínio, escravização e assimilação que o Estado brasileiro travou contra os povos indígenas, temos ainda a situação da diáspora africana ocasionada pelo tráfico negreiro que escravizou pessoas negras no Brasil durante quase 400 séculos – “o maior de todos os escândalos, aquele que ultrapassou qualquer outro na história da humanidade: a escravização dos povos negro-africanos” (Nascimento, 2016, p. 57).

Com isso em mente, sabemos que o passado escravocrata brasileiro não foi simplesmente apagado ou resolvido com a abolição da escravidão em 1888. Durante a Primeira República, esse passado recente deixou continuidades ligadas a estrutura escravista definida economicamente pelo trabalho escravo e culturalmente pela escravização justificada de pessoas não brancas. Em outras palavras, a formação colonial fixou raízes escravocratas na sociedade brasileira, as quais serviram para alimentar uma nova conjuntura no período republicano a partir daquela estrutura de hierarquia socioeconômica estabelecida por princípios de racialização das pessoas. Após a abolição e a proclamação da república, o Brasil viveu um período de fortalecimento e influência das teorias raciais pretensamente científicas

que foram introduzidas na metade do século 19 e que foram progressivamente fortalecidas até o fim da década de 1930 (Gorender, 1990, p. 13).

É importante dizermos que o racismo não se reduz a discriminação pela cor da pele, isso porque o racismo não tem fundamento biológico e, portanto, ele é uma construção social – o que explica, inclusive, os diferentes tipos de racismo que se estruturam de acordo com realidades localizadas, como no caso dos Estados Unidos, do Brasil, de Cuba, do México, da Inglaterra, de países europeus, de países latino-americanos, etc. Em outras palavras, cada país (e dependendo da situação, cada região de um país) passou por processos de formação social com similaridades ou padrões encontradas em outros locais (racismo é racismo no Brasil e em qualquer parte do mundo), mas também com particularidades históricas próprias (a forma como o racismo se estruturou no Brasil não é a mesma com que se estruturou nos Estados Unidos, por exemplo).

É nesse sentido que precisamos citar a racialização para entendermos o racismo – e aqui estamos entendendo o racismo como uma estrutura cultural da sociedade, ou seja, um conjunto de relações sociais concretas que, como afirma Leila Gonzalez (2020), fazem parte de uma articulação de um sistema de pensamento que não se reduz a abstrações não materiais, mas uma articulação ideológica que impulsiona e coordena uma diversidade de práticas e relações sociais entre os indivíduos e grupos de determinada sociedade.

Sendo assim, se entendemos que o racismo é uma construção social e, portanto, possui uma história, não custa lembrarmos que nos países do continente que os colonizadores chamaram de América se experienciou, de maneira geral, uma primeira forma de racismo que não pode ser resumida à simples discriminação pela cor da pele, mas que deve ser considerada em sua relação intrínseca com as concepções religiosas fundamentadas em interpretações cristãs e bíblicas que foram feitas pelos colonizadores. É isso que Wallace de Moraes (2020, p. 73) nos lembra: “Nas Américas, a primeira forma de racismo não foi pela cor da pele, mas pela religião. Discutia-se se negros e indígenas tinham alma. Se não tinham alma, não tinham religião, logo, eram tratados como equivalentes a animais”.

Esse é um dos legados ou uma das raízes do período colonial que sustentaram e ganharam novos contornos no período da Primeira República brasileira: a primeira forma de racializar, ou seja, hierarquizar e qualificar pessoas foi baseada em concepções religiosas dos colonizadores cristãos europeus – evidentemente, somado a isso, também estavam presentes os fatores fenótipos e de organização social das pessoas não-brancas.

Quando nos direcionamos para o século 19, nos deparamos com um período em que ideias de racialização começaram a ganhar novos contornos ou novas teses: tal hierarquização

fenotípica e cultural adquiriu justificativas pretensamente científicas – principalmente em produções dos agentes sociais da intelectualidade oficial dominante da Europa e dos Estados Unidos. É nesse sentido que o livro *O espetáculo das raças*, de Lilia Moritz Schwarcz (1993), nos apresenta uma importante discussão sobre as ideias racialistas do século 19 que fundamentaram uma base geral do racismo ocidental e que foram trazidas e interpretadas de uma maneira particular no Brasil.

A chegada de teorias racialistas, darwinistas sociais, deterministas, evolucionistas, de frenologia e de antropologia criminal foi algo que influenciou os grupos dominantes brasileiros, principalmente aquelas ligadas às instituições intelectuais e oficiais (estatais) do país. Isso significa que tal intelectualidade oficial brasileira da segunda metade do século 19 e da Primeira República foram bastante influenciados pela noção europeia de inferioridade dos povos negros, indígenas e mestiços e de superioridade da raça branca. No entanto, o caso brasileiro abraçou essas teorias através de uma interpretação própria da realidade nacional, ou seja, formulou-se uma ideologia racista brasileira própria até se chegar na proposta estratégica de misturar as “raças” na esperança de eliminar a raça indígena e o “problema negro” do Brasil no futuro – a miscigenação enquanto tática de embranquecimento da população, da cultura e da “civilização” brasileira.

Essa é uma questão de grande importância na história da sociedade brasileira, pois mais ou menos no período de intensificação da imigração para a região sudeste brasileira, em 1870, e a promulgação da Lei do Ventre Livre, artistas e cientistas internacionais afirmaram que o Brasil tinha uma população “assustadoramente feia”, “deficiente física e mentalmente” e com “atraso” civilizatório devido à mestiçagem (Schwarcz, 1993, p. 13). Não apenas figuras internacionais tiveram essa visão, mas essa concepção se espalhou entre indivíduos e grupos dominantes brasileiros e instituições de dominação que aderiram ao positivismo, ao liberalismo e às ideias racialistas europeias que foram adaptadas para uma forma específica no Brasil (Schwarcz, 1993, p. 17).

O lugar de origem dos intelectuais “oficiais” dessa época era majoritariamente ligada às famílias ricas do país, mas existiram exceções (Schwarcz, 1993, p. 23) – alguns profissionais liberais ou da classe média que também compunham o quadro de intelectuais brasileiros. Foi nas últimas décadas do século 19 que esse grupo de “intelectuais” nacionais receberam a influência, expressa principalmente durante a Primeira República, das teorias e projetos civilizatórios baseados nas ideias evolucionistas e positivistas da Europa:

No caso brasileiro, a ‘sciencia’ que chega ao país em finais do século não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de

Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação.

[...]

Em especial nos jornais do período, veiculava-se esse tipo de interpretação da sociedade local. É o caso do jornal *Província de S. Paulo*, futuro *O Estado de S. Paulo*, criado em 1875 pelas elites econômicas paulistas e que logo em sua apresentação identificava-se como um periódico ‘moderno’, fruto de uma “cidade progressista, científica e laboriosa”. Em suas páginas se dará publicidade a todo um ideário evolutivo-positivista, sendo sua prática a divulgação cotidiana de mestres europeus, entre eles Darwin, Spencer e Comte, como se livremente se associassem conceitos como ciência e modernidade. (Schwarcz, 1993, p. 26)

É nesse contexto que aparece a utilização do termo “eugenia”, que etimologicamente significa algo como “geração boa” e que foi criado em 1883 pelo geógrafo e naturalista britânico Francis Galton. A partir dos anos de 1880, essa ideia europeia de eugenia foi transformada em um movimento científico e social que estabelecia metas “científicas” – o estabelecimento de nascimentos “desejáveis” e “controlados” – e sociais – quanto à proposta de promover casamentos de determinados grupos e elaborar planos para desencorajar a reprodução humana considerada nociva à sociedade. Desse tipo de perspectiva surgiram concepções de que negros, vermelhos (indígenas), amarelos (asiáticos) e miscigenados seriam povos inferiores, incivilizáveis e não suscetíveis ao progresso; de que comportamentos humanos estavam associados à raça, à cor da pele e à forma e “capacidade” do crânio; ou de que a mistura de “raças” humanas diferentes resultaria numa “degeneração racial” da espécie; etc (Schwarcz, 1993, p. 47-50).

No entanto, o caso do Brasil teve uma particularidade: o pensamento racial hegemônico (mas não único) dos integrantes das instituições de conhecimento, ou o projeto populacional, na passagem do século 19 para o 20, é fruto de uma combinação entre a interpretação darwinista social e a perspectiva evolucionista, no sentido de afirmar uma origem única da “espécie humana”, mas com caminhos diferentes de desenvolvimento de percurso civilizatório que incidiram nas variações raciais. Isso nos leva a entender que a proposta de eugenia do Estado brasileiro foi inusitada em relação a outros países: um embranquecimento da população a partir da mestiçagem entre brasileiros/as e imigrantes europeus brancos/as (Schwarcz, 1993, p. 50-51). Apesar das particularidades e diferenças, essa fundamentação do racismo brasileiro ocorrida na Primeira República e a sua proposta particular de eugenia integrou, de certa forma, a linha de pensamento da maioria dos grupos

pertencentes à classe dominante da esfera cultural, principalmente quando falamos daqueles ligados à intelectualidade e às instituições de produção e reprodução de conhecimento.

Durante as décadas de 1910 e, principalmente, a partir de 1920, a estratégia da mestiçagem do elemento nacional com o estrangeiro europeu foi entendida como um método que tornava possível “reverter” ou “salvar” as pessoas mestiças que eram biologicamente “más” em pessoas “boas” através do “melhoramento” genético e racial trazida pelo povo branco trazido pela política de imigração europeia de trabalhadores/as. Ou seja, o embranquecimento da população brasileira foi uma tática “civilizatória” dos agentes sociais brasileiros dominantes para realizar um “saneamento” racial no país. Dessa maneira, se imaginou ser possível, através da imigração, obter “bons mestiços” capazes de recriar a população nacional. Essa recriação populacional a partir do elemento europeu passava pelo campo da racialidade, mas também da esfera cultural como um todo, em termos de hábitos, costumes, enfim, da suposta evolução natural do povo europeu entendido como “culto” e com “caracteres” intelectuais superiores (Schwarcz, 1993, p. 157-160).

É importante destacar que o conceito de raça estava atrelado ao de nacionalidade e de civilização durante a Primeira República e isso se espalhou tanto entre os grupos dominantes quanto entre a classe trabalhadora. As ideias racialistas, evolucionistas, etc, foram disseminadas através da grande imprensa, das produções “científicas” e das instituições oficiais (estatais). São exemplos de intelectuais que promoveram a difusão dessas teorias pessoas como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Silvio Romero, Olavo Bilac, etc. Na dissertação de mestrado de Marina M. Castilho (2006), encontramos trechos que nos expõem um pouco da ideologia e interpretação racial que esses pensadores tinham na época. Transcreveremos dois trechos a seguir e, neles, poderemos ver que as populações e pessoas não-brancas (negras, indígenas e mestiças) foram interpretadas como um impedimento à evolução racial, civilizatória e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do liberalismo e da modernidade capitalista:

Minha tese, em resumo, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá no porvir ao branco; mas que este, para esta mesma vitória, atenta às agruras do clima, tem tido necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras duas raças lhe tem podido fornecer, máxime a preta com que tem mais cruzado.

Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se talvez depurado e belo como no Velho-Mundo. Será quando já estiver melhor aclimado no continente.

Dois fatos contribuirão principalmente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a crescente imigração europeia. Esta, porém, deverá ser bem dirigida, deverá ser bem espalhada, para não ser desequilibrado o país, e não desaparecer o primitivo elemento português, que nos criou.

À luz de tais ideias, de acordo com as vistas mais profundas da ciência de hoje, nenhum é o papel reservado ao indianismo exclusivo e sistemático. (ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo terceiro, 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1888, p. 231, *apud* Castilho, 2006, p. 18)

Abramos um parêntesis...

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante a conclusão do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos últimos... Não se compreende que após divergirem extremamente, através de largos períodos entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentais diversas... (CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Campanha de Canudos. 36 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 88, *apud* Castilho, 2006, p. 24)

Nesse sentido, é importante destacarmos a responsabilidade do Estado brasileiro da Primeira República e dos agentes sociais dominantes da época pelo projeto de embranquecimento populacional da população brasileira. O interesse era acabar com o povo, a cultura, a cor negra e indígena do Brasil através do apoio e incentivo à imigração europeia para o país, para que assim ocorresse “naturalmente” a miscigenação e, consequentemente, se embranquecesse a pele, os fenótipos e a cultura dos brasileiros/as.

Como representante de “um típico país miscigenado” é que João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, era convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911. A tese apresentada – “*Sur les métis au Brésil*” [Sobre os mestiços no Brasil] – era clara e direta “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (Lacerda, 1911). O ensaio, já em si contundente, trazia na abertura a reprodução de um quadro de [Modesto] Brocos, artista da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, acompanhado da seguinte legenda: “*Le nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l’ef et du croisement des races*” [A passagem do negro para o branco, na terceira geração, pelo efeito do cruzamento de raças]. (Schwarcz, 1993, p. 12)

O quadro pintado pelo artista espanhol Modesto Brocos em 1895, mencionado no fragmento acima, tem o título de “A Redenção de Cam” e foi uma arte premiada em sua

época. Na tese do médico e antropólogo brasileiro João Batista Lacerda (ou João Batista de Lacerda) que foi apresentada no Primeiro Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres, em 1911, foi apresentada tal concepção de que era possível fazer a “passagem do negro para o branco, na terceira geração, pelo efeito do cruzamento de raças”. Evidentemente, João Batista de Lacerda, que era diretor do Museu Nacional, foi oficialmente enviado ao congresso, foi delegado do Brasil nesse evento junto com Edgard Roquette-Pinto. Isso por si só já demonstra a oficialidade do projeto de embranquecimento. Mas para confirmar esse projeto político e civilizatório, ainda existe um decreto de 1890 que diz o seguinte:

Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890

Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil.

O Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação:

[...] decreta:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

[...]

Art. 5º Somente terão passagem integral ou reduzida, por conta do Governo Federal:

1º As famílias de agricultores [...];

2º Os varões solteiros maiores de 18 anos e menores de 50, uma vez que sejam trabalhadores agrícolas;

3º Os operários de artes mecânicas ou industriais, artesãos e os indivíduos que se destinarem ao serviço doméstico [...];

Os indivíduos enfermos ou com defeitos físicos, somente terão passagem gratuita, se pertencerem a alguma família que tenha pelo menos duas pessoas válidas.

[...]

Art. 11. Os proprietários agrícolas, assim como os bancos, companhias ou particulares proprietários de núcleos, que desejarem receber imigrantes, deverão apresentar à Inspetoria Geral das Terras e Colonização o respectivo pedido, declarando o número de indivíduos ou de famílias que desejarem, a respectiva nacionalidade, e bem assim as vantagens que lhes oferecem, conforme a espécie do serviço que for indicada.

[...]

Art. 16. As companhias de navegação, que houverem transportado durante o ano 10.000 imigrantes pelo menos, sem que tenha havido reclamação alguma a respeito das bagagens e do tratamento dado aos mesmos imigrantes, terão direito a um prêmio de 100.000 francos.

[...]

Art. 20. Todo o proprietário territorial, que desejar colocar imigrantes europeus em sua propriedade, tem direito aos favores constantes deste decreto, desde que sejam preenchidas as condições aqui estipuladas. (Legislação Informatizada – Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890 – Publicação Original. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 03 de dez. de 2024)

Esse decreto, por completo, nos possibilita uma diversidade de debates e por isso selecionamos apenas os trechos que interessam para a nossa discussão. Então, começemos com o primeiro artigo do decreto: é “inteiramente livre a entrada” dos “indivíduos válidos e aptos para o trabalho” que não tiverem algum processo ou “ação criminal do seu país”. Ou seja, quase todo/a imigrante era aceito/a livremente no Brasil, com exceção dos “indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional” poderiam imigrar para o território brasileiro. A política de imigração que fica exposta nesse decreto expõe o objetivo claro do Brasil republicano de dificultar e reduzir ao máximo a entrada de africanos e asiáticos no país, enquanto se facilitava a vinda de europeus e se premiava em dinheiro aquelas iniciativas privadas que financiassem a migração desses trabalhadores brancos da Europa: esse era o projeto brasileiro de embranquecimento e, consequentemente, de eugenia – que se soma à proibição da entrada de mendigos e indigentes, pois eles/as tornariam o povo brasileiro ainda mais “deficiente”, “atrasado” e “inferior”.

Como vimos nos artigos 1, 2 e 3, esperava-se com essa política migratória que viessem ao Brasil europeus, principalmente homens aptos para o trabalho, que fossem agricultores, operários, artesãos e trabalhadores de serviços domésticos. O artigo 11 nos expõe os setores que tal decreto via um provável interesse de migração: os latifundiários, fazendeiros, banqueiros e industriais, mas também dava abertura para quaisquer outras iniciativas privadas. O artigo 16 trata da premiação oferecida às companhias de navegação que transportassem o mínimo de 10 mil imigrantes por ano. E o artigo 20 encerra os trechos que nos interessam ao deixar em evidência que todo proprietário de terras receberia “favores constantes deste decreto” desde que seguisse as condições estipuladas – entre elas, “colocar imigrantes europeus em sua propriedade”.

Tudo isso deixa claro o intuito do projeto civilizatório: o embranquecimento da população e da cultura nacional através da exclusão de africanos e asiáticos/as, do favorecimento da vinda de trabalhadores/as europeias – mas não só, também se pensou nas famílias da Europa que podiam pagar por terras e/ou propriedades no Brasil –, da premiação para companhias que mais trouxessem imigrantes europeus – o que incentivou esse mercado –

, e da premiação ou recompensação para os capitalistas brasileiros que financiassem tal imigração europeia.

Esse debate deve ser compreendido num contexto no qual as ideias darwinistas sociais, evolucionistas, racialistas e positivistas ganhavam força e notoriedade no Brasil, principalmente entre os grupos sociais dominantes. Sobre a influência positivista entre a intelectualidade oficial brasileira, isso aconteceu de diversas formas: basta lembrarmos que Rui Barbosa recebeu essa influência, assim como realizou críticas depreciativas ao anarquismo. A perspectiva do “saber positivo” do sociólogo argentino José Ingenieros também se espalhou em território brasileiro – ainda mais pela onda evolucionista, da psicologia criminal e das teorias de Cesare Lombroso que causavam efervescência durante a Primeira República. De intelectuais europeus a argentinos, se fez considerações sobre “criminosos natos”, “tipos psicológicos anarquistas”, “desgraçados de inferioridade mental” e, até mesmo, da “histeria” da *communard* Louise Michel.

A expansão internacional das teorias evolucionistas e positivistas davam credibilidade aos intelectuais que as aderissem e no Brasil isso não foi diferente. O “saber positivo”, a psicologia criminal e a frenologia – esta última que se dedicava em afirmar que a personalidade e o caráter de uma pessoa era definida pela morfologia do crânio, por exemplo – serviram aos intelectuais oficiais e às autoridades estatais brasileiras pressupostos “científicos” para valorizar a Escola Positiva do Direito Penal (inspirada nas teorias de Césare Lombroso) e para identificar os indivíduos indesejáveis à ordem republicana e violenta em formação.

A perseguição brasileira ao anarquismo se deu também na relação entre teorias e práticas autoritárias; entre saberes médicos e jurídicos pretensamente científicos e a perseguição policial. Cesare Lombroso mais uma vez se faz presente aqui enquanto um influenciador de intelectuais e autoridades oficiais brasileiras: além de suas críticas à “raça latina” e de classificar geralmente pessoas pobres como criminosas, ele escreveu, em 1894, um pequeno livro com suas considerações feitas exclusivamente para os libertários, intitulado de “Os Anarquistas”. Nele, o italiano definiu os “tipos criminais” e qualificou uma parte dos socialistas libertários como “criminosos natos” – a exemplo de Ravachol, aquele com uma fisionomia de “brutalidade”. No entanto, para defender certas instituições, políticas e governos modernos, reconhecia os problemas de ordem econômica, além de amenizar seus julgamentos para os casos de anarquistas como Liev Tolstói, Elisée Reclus, Kropotkin, Bakunin e figuras revolucionárias foram vistas por Lombroso como “modelos exagerados de

honradez, moralidade e de virtude” (Samis, 2019, p. 98-103) – na verdade isso só aconteceu porque tais anarquistas tinham origem rica, de famílias burguesas ou aristocráticas.

De toda forma, é nesse sentido que o “saber positivo” termina por unir a criminologia e a “ciência”: o saber médico, que representava os avanços científicos da época e que se fortaleceu no fim do século 19 e início do 20, ganhou autoridade no aparelho estatal – muito porque isso possibilitava que grupos acadêmicos, principalmente os bacharéis, alcançassem cargos do então Estado republicano pós 1889 e também contribuíssem com o triunfo da ordem através da “ciência positiva”. Dessa forma, ao “estabelecer a íntima relação entre os atentados dos anarquistas e a doença mental fazia-se também necessária a revisão dos meios de repressão” (Samis, 2019, p. 106).

Com a difusão das teorias da antropologia criminal, do darwinismo social e do “saber positivo” nas áreas do Direito, da Medicina e da Psiquiatria – e o Brasil enquanto um projeto de país consumidor de ideologias “modernas” e “científicas” mais avançadas do que as do passado monárquico –, os anarquistas passaram a ser considerados como fanáticos histéricos que deveriam ser mandados aos manicômios para que fossem ridicularizados como “loucos” e não venerados caso fossem mortos e transformados em mártires pelas massas populares. Isso não aconteceu com os socialistas, pois foram considerados por Cesare Lombroso e pelas autoridades influenciadas por ele como um grupo mais passivo e sensível ao aceitar uma mudança gradual da sociedade capitalista moderna (Samis, 2019, p. 107-112).

Nesse contexto, essas teorias serviram como ferramenta intelectual utilizada pelos agentes sociais dominantes da Primeira República para explicar o “atraso” civilizatório brasileiro, misturando pressupostos médicos, criminais e racialistas:

[...] A irritação dos intelectuais com o atraso em que se achava o Brasil encontrou, na antropologia criminal, reforço para as mais inflexíveis conclusões. Laurindo Leão, catedrático da Faculdade de Direito de Recife, nas páginas da revista desta Faculdade bradava: “Uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”. E mesmo a posição do higienista e socialista Joaquim Pimenta não se diferenciava, ao menos de forma clara, do mesmo eixo de pensamento. Afirmava este o seguinte: “Somos o que somos será porque sejamos uma sub-raça, um país de mestiços, uma fusão de elementos étnicos inferiores ou porque sejamos uma nacionalidade em vias de formação, o que explica o estado de delinquência social do povo brasileiro?”. (Samis, 2019, p. 113-114)

Entendendo, então, a complexidade desse período e a difusão dessas teorias racialistas, positivistas e evolucionistas, não improvável pensarmos que essas ideias também alcançaram os grupos intelectuais progressistas brasileiros da época (Hall & Pinheiro, 1979, pp. 247-249).

O meio da intelectualidade “oficial” (ligada aos grupos dominantes) e popular (ligada à classe trabalhadora) era, de certa forma, confuso. Durante a Primeira República, apesar das diferenças, ocorreu de alguns intelectuais oficiais e populares manterem relação pessoal e reconhecimentos mútuos (Samis, 2019, p. 77). No Brasil da Primeira República, a intelectualidade oficial e a popular se formaram através de uma complexa e confusa troca de ideias libertárias, socialistas, positivistas, republicanas e reacionárias:

Em torno de figuras da filosofia moderna da Europa, aglomeravam-se as mentes díspares. Da fonte de Augusto Comte, beberam comunistas como Astrojildo Pereira, republicanos jacobinos, liberais e conservadores. À personalidade iconoclasta de Nietzsche, renderam homenagens José Oiticica, anarquista convicto, e Elysio de Carvalho que, após breve passagem pelo movimento libertário, iria organizar a polícia científica no Distrito Federal. Ainda no campo libertário temos o anarquista Martins Fontes que, nos salões e confeitarias, guardava sempre proximidade do poeta nacionalista e belicista, Olavo Bilac. (Samis, 2019, p. 77-78)

No caso dos anarquistas, a busca por uma sociedade guiada por caminhos da ciência e da “ilustração” os levou a participar de iniciativas sociais de maior aceitação e alcance entre as classes trabalhadoras. Essa proposta incidiu na participação de grupos de afinidades e na criação de Ateneus Libertários que extrapolavam a militância sindical. Os anarquistas “viam o trabalho como o mais alto valor e fator de identidade na luta contra a burguesia” (SAMIS, 2019, p. 280). Nesse sentido, os anarquistas – a exemplo dos sindicalistas revolucionários que rejeitavam a ideia de uma única e exclusiva doutrina política nos sindicatos – difundiam seus princípios através dos ateneus, grupos de afinidade (como o *Grupo Zumbi*, de 1920, que reunia intelectuais proletários) e centros de cultura com o objetivo de estimular a “ilustração operária”. Dessa forma, uma variedade de assuntos e trocas ocorria, mesmo que alguns/mas possam entender isso hoje como uma contradição:

Nestas reuniões, abertas aos operários e com o concurso de seus esforços, geralmente nas sedes dos sindicatos, as vidas de Giordano Bruno, Tiradentes, Jesus e temas como Maçonaria e Filosofia anunciavam e estimulavam os enfrentamentos e o combate ao sistema capitalista. Desta forma, todas as palestras convergiam para o mesmo propósito, qual seja: o da comoção para os “verdadeiros” objetivos revolucionários. Alguns destes grupos foram decisivos na estruturação de organismos semiclandestinos de resistência, que mostraram sua eficiência em períodos de agudização das crises e confrontos com o regime.

[...]

A opção por Tiradentes [assim como outros temas e personalidades] não nos parece de difícil compreensão. O movimento anarquista na Europa, em diversas oportunidades, encontrou nas fileiras republicanas alguns valores

identitários. No caso brasileiro, o conjurado mineiro encaixava-se, por assim dizer, na imagem do homem perseguido e punido por defender suas convicções. É bem possível que a condição na qual se encontrava a historiografia do período tenha restringido o leque de opções dos revolucionários, uma história ainda carente de figuras mais populares não facilitava a escolha de indivíduos que encarnassem o genuíno espírito libertário. A escolha do mártir pode ter sido fruto de uma urgência militante; um mito reconhecido, que gozava de certa unanimidade, prescindia de maiores apresentações. É bem provável que a falta de rigor, observada na aproximação ideológica entre Tiradentes e os anarquistas, tenha íntima relação com as necessidades mais candentes e as condições de organização dos militantes. (Samis, 2019, p. 80-81)

Essa discussão nos permite pensar tanto sobre a utilização de figuras mais conhecidas pela população num contexto geral – mesmo que não tivessem relação com o anarquismo –, mas também sobre como “conceitos positivos” serviram como um tipo de suporte para facilitar a difusão de ideias libertárias. Ou seja, os anarquistas da época reinterpretaram, de maneira própria, as discussões conceituais e questões ideológicas já estabelecidas ou dadas na realidade; era uma forma estratégica de utilizar os conceitos e as compreensões já existentes como pontos de partida para uma nova interpretação de sentido libertário, que retirasse as origens conservadoras e imprimisse novos sentidos. Não apenas Tiradentes exemplifica a questão: Alexandre Samis (2019, p. 82) nos informa que o jornal *Voz do Povo* – órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro – num texto publicado em 1920, contra a entidade conservadora Liga Nacionalista, fez referência ao “nosso spartacus negro, o formidável Zumbi” para tratar da trajetória brasileira de luta por emancipação e para criticar a História do Brasil oficial da época que enfatizava de forma heroica os nomes de figuras pertencentes a grupos dominantes.

Além de compreender a classe produtora ou trabalhadora como protagonista da História humana, o mesmo jornal em outras publicações também denunciou a condição das pessoas negras após a abolição da escravidão e responsabilizou o Estado brasileiro por dar ao colono estrangeiro tudo, enquanto que oferecia ao povo negro brasileiro apenas o cárcere, a ignorância e a degradação. Nesse sentido, o periódico *Voz do Povo* buscou, na sua própria concepção histórica, identificar o protagonismo do povo negro na história nacional no passado de “heroísmo”, a exemplo de Zumbi dos Palmares, Henrique Dias (da Insurreição Pernambucana) e Marcílio Dias (da Guerra do Paraguai) (Samis, 2019, p. 83-84).

Um trecho de um artigo publicado em 1903 no jornal *O Agricultor Prático*, de Recife, ligado a políticos estatais e empresários da atual região Nordeste do Brasil, nos mostra um

ponto de vista crítico da época que possui articulação entre as temáticas de raça, evolução e civilização que estamos tratando neste capítulo:

No Sul a imigração tem custado somas fabulosas, e hoje os interessados estudam com afinco o problema da sua adaptação, a fixação à terra. Aqui nada temos feito para melhorar os nossos costumes, para melhorar a nossa situação e dos nossos trabalhadores brasileiros. E estes são para Pernambuco o elemento principal de riqueza e são a grande parte de nossa população rural. Geração perdida, talvez, a atual, mas o futuro não se antolha melhor, com as novas gerações educadas neste regime que empiora e define a raça. Nem mesmo as escolas públicas em seu pequeno número, nas vilas e povoados, aproveitam a esta população de trabalhadores de passagem nos engenhos, em maioria longe daqueles centros locais. E, entretanto, já não é o índio selvagem nem o africano boçal: são brasileiros. Será estúpido deixá-los perecer na ignomínia e ignorância atuais, quando, já têm-no provado de sobra nas ocasiões mais duras para a Pátria, eles são capazes de melhoramento e têm preciosas qualidades de resistência e energia. Não se afigure a algum leitor muito imbuído de ideias práticas, utopia sentimental esta ação de aperfeiçoamento sobre a classe dos trabalhadores do campo.

Nenhuma Lei, nenhum Governo, nenhuma classe será capaz de fazer progredir uma indústria sem agir sobre o seu elemento principal: o operário. Já não é de braços, máquinas de serviço, que precisamos somente: a mecânica vai suprimindo a esta necessidade, mas é principalmente, do operário habilitado ao mister que tem de exercer.

E neste ponto, sem esquecer a odiosidade da instituição, o escravo tinha melhor aprendizagem do serviço agrícola que o trabalhador de hoje. Parece claro, portanto, um dos nossos maiores deveres. Em meio das lucubrações pela imigração estrangeira para o Sul, a nós de Pernambuco (não podemos ter esperança tão cedo de emigração para aqui) cabe procurar fazer melhor e mais digna a vida dos nossos colonos nacionais. Não esperemos pelo governo. A velha queixa de que as suas vistas paternas só se voltem para o Sul está tomando as proporções de inércia de nossa parte. (D.P., “A Agricultura de Pernambuco, I – Organização do Trabalho”, *O Agricultor Prático*, Recife, 15 jul. 1903 [BFDR]. In: Hall & Pinheiro, 1981, p. 40-41)”

O trecho acima é interessante, pois trata, por exemplo, de como o Estado brasileiro estava gastando muito com a política de imigração ao mesmo tempo em que poderia gastar menos com uma política de profissionalização do próprio trabalhador/a nacional – e isso é algo que confirma o projeto de embranquecimento. Também é reclamado no texto que tal política imigratória é destinada principalmente para o sul do país (durante a Primeira República, o Brasil era dividido entre sul e norte, portanto, devemos entender a região sul englobando o que hoje chamamos de sul e sudeste). Isso tem relação com a própria reconfiguração estrutural da economia e da política estatal do Brasil: o que antes se concentrou no “norte” (mais precisamente, nos estados do nordeste, como Pernambuco e Bahia), naquele momento

estava concentrado no “sul” (mais precisamente, nos estados do sudeste, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

De toda forma, nos importa mais a parte em que o texto afirma que “já não é o índio selvagem nem o africano boçal: são brasileiros”. Mesmo em um texto crítico como o transcrito acima, nós encontramos a ideia de evolução, como se o “brasileiro” significasse um estágio superior que tivesse superado aquele tempo em que se tinha “o índio selvagem” e “o africano boçal”. Por mais que o texto defenda a utilização dos recursos públicos para investir na profissionalização, no aprimoramento da própria classe trabalhadora nacional, ainda assim tais raças são tratadas como inferiores, no sentido de que poderíamos interpretar que, se não foi falado ou explicitado, então o branco europeu já era mais capacitado, mas o índio e o africano já provaram, em “ocasiões mais duras para a Pátria” que “eles são capazes de melhoramento e têm preciosas qualidades de resistência e energia”. Esse tipo de concepção que interpreta e vangloria apenas as “qualidades” físicas (e, por vezes, animais) das pessoas indígenas e negras é reforçada por trechos como “sem esquecer a odiosidade da instituição, o escravo tinha melhor aprendizagem do serviço agrícola que o trabalhador de hoje”.

Um outro ponto que vale ser ressaltado é que quando é tratado sobre a falta de investimento na profissionalização do operariado e da classe trabalhadora nacional, o texto nos revela algo interessante: a ideia de “raça” tanto poderia ser usada no sentido de significar questões de cor, de fenótipo, de características físicas; quanto poderia significar nacionalidade ou o povo de um Estado nacional. Isso nos fica evidente quando, no primeiro parágrafo, o texto afirma que é necessário “melhorar os nossos costumes, para melhorar a nossa situação e dos nossos trabalhadores brasileiros”. Logo em seguida, tal argumento é complementado com a afirmação de que os trabalhadores/as de Pernambuco são brasileiros/as e, portanto, “o elemento principal de riqueza e são a grande parte de nossa população rural”. E então o texto afirma que “o futuro não se antolha melhor, com as novas gerações educadas neste regime que empiora e define a raça”. Ou seja, o regime de imigração é que foi entendido com algo que piora e define a “raça brasileira”, pois isso deixava tal “raça”, tal povo, “perecer na ignomínia e ignorância”.

Toda essa discussão que realizamos nos permite ter uma noção geral do que encontraremos sobre as temáticas de raça, civilização e a influência ideológica que as ideias racialistas e evolucionistas exerceram na intelectualidade oficial e popular brasileira. Com isso em mente, podemos começar a análise d’*A Voz do Trabalhador* sob o eixo temático de raça, civilização e evolucionismo.

No número 22 d'A *Voz*, encontramos o artigo intitulado “A luta proletária no Brasil” assinado por “Graco” – autor sobre o qual não conseguimos informações. Nesse artigo, Graco compara as lutas proletárias que ocorriam em diferentes países como no México, Argentina, Inglaterra, Espanha e Brasil. Essa “guerra social” era travada pelo operariado organizado que buscava pulverizar as desigualdades econômicas e sociais. Ao criticar a situação do Brasil naquele ano de 1913, Graco lembra o histórico escravocrata da sociedade brasileira de forma que, sob um olhar eurocêntrico e evolucionista, termina definindo o povo brasileiro como rudimentar e semisselvagem:

A luta proletária no Brasil

A guerra social que nos campos do México realiza admiráveis profilaxias, dando caça aos burgueses e seus defensores; que na Argentina aterroriza os exploradores; que na Inglaterra debilita o capitalismo, que na Espanha ergue um vulcão de revoltas, assenta também sobre o solo brasileiro os seus estandartes de combate declarando que este país não pode ficar retardado no concerto progressivo dos povos que marcham rapidamente para as grandes conquistas sociais; demolindo todos os poderes, pulverizando todos os elementos que dão vida à desigualdade econômica e social, a todas as formas de opressão e dos sofrimentos e ignorâncias populares.

É certo que este sistema social e econômico que nos domina, se adapta perfeitamente a um povo semisselvagem e que devido à cultura rudimentária da maior parte do povo brasileiro não encontrou senão em alguns estados mais civilizados a hostilidade justiceira, que arranca os povos do jugo da escravidão moderna e que os nossos burgueses ainda sentem com horror o grito de 13 de Maio e recordam com saudade os belos tempos em que se deleitavam, ouvindo os gritos lancinantes das vítimas açoitadas na senzala.

Quem lhe dera tornassem aqueles tempos!

Não porque tirassem então mais lucros com o esforço dos trabalhadores, posto que hoje a vil morte dos escravos assalariados não afeta os seus interesses, e a abundância de braços reduz infimamente o valor do trabalho produtivo, mas porque veem descer vertiginosamente o seu prestígio perante os produtores sendo por eles considerados como usurpadores ou ladrões que se apossam do alheio, isto é do que por natureza pertence ao povo trabalhador.

Para conter o avanço popular, estes negreiros ensaiam novas formas sociais, novas constituições políticas, jatando-se de adotarem tendências filosóficas auspiciadas pelo positivismo.

A Igualdade, Liberdade e Fraternidade três palavras que por si só constituem todo um poema épico dos novos albos de felicidade humana entram para a nossa vida de relação como aspiração suprema e definitiva de todas as reivindicações populares.

Não sabiam porém os filósofos do século XVIII que o positivismo era averso à república e à democracia e que as organizações sociais, até hoje instituídas com a capa dos seus princípios haviam de ser outras tantas hecatombes, que se produzem a cada momento.

Não podendo portanto, os dirigentes dos povos, ou governantes manter aqueles princípios, nem mesmo falsificando-os, voltaram novamente às velhas e caducas formas sociais, conservando algumas e irrisórias aparências.

Mas agora que as ciências naturais nos ensinaram a conhecer a sociologia e os fundamentos de uma nova moral, a moral da justiça; agora que se trata de implantar um sistema social conforme as necessidades humanas, onde a Liberdade, Igualdade e Fraternidade passam de uma utopia a uma realidade, os pseudoprogressistas e liberais arremetem com ferocidade sanguinolenta sobre os paladins do novo verbo, porque as novas e científicas concepções sociais e morais ferem os seus privilégios e eliminam as desigualdades absurdas e atacam as ignorâncias e fanatismos, que servem de pedestais às suas prerrogativas.

Nem mesmo o direito de pedido ou súplica reconhecem, e muito menos o de reclamação, por ínfima que seja.

Os que se animam a levantar a voz e proclamar a verdade, a afirmar os seus direitos e os de sua classe, são imediatamente tratados como criminosos, encarcerados, expulsos e caluniados, quando não são assassinados pelos verdugos, à ordem das autoridades superiores que ironicamente se chamam representantes do povo ou da Nação.

As concepções científicas e filosóficas em harmonia com as luzes da experiência e da razão, formam o ideal desses inovadores que não se cansam de lutar pela completa emancipação dos povos e não se intimidam perante as bárbaras repressões dos déspotas contemporâneos.

A luta social, sendo, como é, uma fase da atual evolução humana não pode deixar de tomar no Brasil todas as proporções necessárias à transformação social idealizada pelos mais elevados conhecimentos humanos.

E esta transformação operada pelo conflito ferido entre as classes sociais não tardará em finalizar a sua obra, e as repressões e intransigências da classe burguesa, longe de deterem o movimento emancipador, são excelente combustível para avivar a luta e abreviar a derrocada definitiva do regime atual.

GRACO. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 22, 01 de janeiro de 1913, p. 2)

Diferentemente de outros, trouxemos texto acima na íntegra para que fosse possível observarmos como ele foi construído e elaborado de forma detalhada: inicialmente, possui uma introdução com exemplos de levantes e lutas da classe trabalhadora em outros países; depois disso, vemos a afirmação de que o povo brasileiro é “semi-selvagem” e que estava adaptado às condições do sistema social da época – um capitalismo sem leis trabalhistas, sem muitos direitos civis ou sociais, uma forte repressão nas fábricas e uma ação policial intensa nas ruas, além da existência de operários que trabalhavam 12, 14 ou 16 horas nas fábricas, etc.

A perspectiva evolucionista do autor do texto, Graco, aparece e fundamenta sua argumentação quando ele diz, por exemplo, que a luta social aparece apenas “em alguns

estados mais civilizados” e que a “escravidão moderna” da época era compatível com a “cultura rudimentária da maior parte do povo brasileiro”. Essa linha de raciocínio nos faz refletir sobre o contexto nacional e internacional: talvez tais estados brasileiros “mais civilizados” sejam justamente os do Rio de Janeiro e São Paulo que receberam os mais altos investimentos de industrialização do país e o maior número de imigrantes europeus/ias em suas cidades. Isso também nos faz pensar que tais lugares eram “mais civilizados” assim como na Europa, apesar dele ter citado as lutas sociais de países latino-americanos como o México e a Argentina.

Se partirmos do que foi dito no texto, não é possível afirmar que Graco tenha compreendido a cultura e o povo brasileiro como “rudimentar” e “semisselvagem” devido às diferentes origens étnico-raciais da população – não há nada no texto que explicita isso. Por outro lado, quando ele fala sobre o “jugo da escravidão moderna” que é encabeçada pelos “nossos burgueses” brasileiros que “ainda sentem com horror o grito de 13 de Maio e recordam com saudade os belos tempos em que se deleitavam, ouvindo os gritos lancinantes das vítimas açoitadas na senzala”, então podemos entender que tal cultura brasileira “rudimentária” e tal “povo semisselvagem” seja fruto desse jugo da burguesia nacional que tem origens coloniais e escravocratas.

Devemos perceber que, como discutido no capítulo anterior, encontramos novamente a sugestão de que os “escravos modernos” sofriam mais do que os “antigos escravos”, pois, nesse texto de 1913, Graco afirma que “hoje a vil morte dos escravos assalariados não afeta” os interesses dos burgueses e que “a abundância de braços reduz infimamente o valor do trabalho produtivo”. Evidentemente, essa é uma análise acertada em termos econômicos, ainda mais quando pensamos sobre a existência de um exército de reserva de desempregados/as sempre prontas e dispostas a trabalhar – e isso realmente permite a manutenção dos salários nos preços mais baixos possíveis e faz a burguesia não se importar com as doenças ou morte dos trabalhadores/as.

Vale ressaltar também que o texto de Graco traz uma crítica tenaz ao positivismo e afirma que os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, apesar de serem apresentadas como “um poema épico dos novos albores de felicidade humana” e como uma suposta “aspiração suprema e definitiva de todas as reivindicações populares”, não passam de palavras que entram em contradição com a própria história, já que “os filósofos do século XVIII” eram aversos “à república e à democracia” e “que as organizações sociais, até hoje instituídas com a capa” dos princípios positivistas produziram novas “tantas hecatombes” que se reproduzem cada vez mais, a cada momento. Mas o que é interessante neste caso é que a crítica de Graco

ao positivismo ocorre sob uma fundamentação evolucionista, no sentido de conceber estágios e povos civilizatórios mais avançados ou evoluídos. Isso fica evidente quando ele trata o povo brasileiro como semisselvagem e de cultura rudimentar, mas também quando ele argumenta sobre “as novas e científicas concepções sociais e morais” utilizadas pela classe trabalhadora na luta social e afirma que a “luta social [...] é uma fase da atual evolução humana”.

Se por um lado é inegável que algumas ideias positivistas ou evolucionistas estão presentes no texto de Graco, por outro lado também é inegável que existe uma apropriação dessas teorias sob uma ótica própria do autor que parte das concepções ideológicas socialistas, da luta social e da luta de classes. Isso fica evidente quando Graco afirma que a tão necessária transformação social será “operada pelo conflito ferido entre as classes sociais” e “não tardará em finalizar a sua obra”. Em outras palavras, se os grupos dominantes utilizavam as concepções positivistas e evolucionistas para defender o “progresso” dos Estados-Nação, o avanço do liberalismo e para garantir os privilégios dos governantes “pseudoprogressistas” e as “velhas e caducas formas sociais”, de outra maneira Graco se apropriou da mesma concepção evolucionista e científicista para defender que “as novas e científicas concepções sociais e morais” devem estar “em harmonia com as luzes da experiência e da razão” que são próprias do “ideal desses inovadores que não se cansam de lutar pela completa emancipação dos povos e não se intimidam perante as bárbaras repressões dos déspotas contemporâneos”, ou seja, o ideal da classe trabalhadora.

A luta e as concepções socialistas eram, portanto, questões “necessárias à transformação social idealizada pelos mais elevados conhecimentos humanos” e possuíam relação harmoniosa – ou poderíamos dizer um estágio evolutivo da humanidade quase que natural – com o projeto social da classe produtora de “implantar um sistema social conforme as necessidades humanas, onde a Liberdade, Igualdade e Fraternidade passam de uma utopia a uma realidade”. Sigamos com nossa discussão:

NEM GUERRA, NEM MILITARISMO

Ao dedicado camarada Crac.

Obedecendo aos instintos naturais e racionais, que dignificam e elevam os homens sobre as outras espécies animais, somos por índole contra a guerra e o militarismo: essas duas monstruosidades que foram a vergonha dos nossos antepassados e é um baldão de perfídia [deslealdade] para uma época de real progresso e de luz, como a que atravessamos.

Somos contra a guerra e contra o militarismo, não por espírito de seita, mas porque amamos e defendemos as liberdades do homem, e essas liberdades em tempo algum se acham tão ameaçadas como em tempo de guerra e do militarismo; cidadãos do mundo, sem marcos nem fronteiras, homens sociáveis e sociais, sem distinção de raças, tendo como símbolo a

fraternidade universal, é com verdadeiro horror que assistimos ao triste espetáculo de dous povos digladiarem-se mutuamente com uma ferocidade irônica e cruel, só digna de povos embrionários ou primitivos.

[...]

Desde a invasão napoleônica, até a atual época, em que tem melhorado a sorte dos povos conquistados? Será porventura uma melhoria real para o povo italiano a conquista da Líbia? Será glória para o povo dos Balcãs a tomada de Andrinopla [Andrinópolis], feita também aos turcos?

Certo que não, apenas será uma excelente conquista para os capitalistas europeus, que têm diante de seu egoísmo dois mercados novos.

[...]

Empreguemos, pois, toda a nossa energia na obra saneadora da humanidade, extirpando da sociedade esse cancro que ameaçava devorar-nos: o militarismo, e ao mesmo tempo derrubemos esse outro monstro infame, flagelador do povo – a Guerra!

‘Cessem os toques de guerra,

E que deixando a contenda,

Todo exército se entenda,

E o rico que se defenda!’

José Alodio

Santos – 1913. (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 30, 01 de maio de 1913, p. 3)

O texto acima começa argumentando que o que dignifica e eleva os “homens” (significando humanos) sobre as outras espécies animais são os seus instintos naturais e racionais. Esses instintos conduzem naturalmente os seres humanos, por índole, a serem contrários ao militarismo e à guerra: duas monstruosidades vergonhosas que impediam o “progresso” e a “luz” que o século 20 poderia fornecer. Essas monstruosidades eram uma ameaça à liberdade dos animais humanos. O texto se destina aos “cidadãos do mundo”, que na verdade não possuem “marcos nem fronteiras”, são “homens sociáveis e sociais, sem distinção de raças” e que têm “como símbolo a fraternidade universal”. Esses mesmos cidadãos do mundo são obrigados em vários momentos históricos a assistir “com verdadeiro horror” ao “triste espetáculo” de povos que se enfrentavam “com uma ferocidade irônica e cruel”, coisa “digna de povos embrionários ou primitivos”.

Está evidente para nós que relacionar a guerra aos povos “primitivos” tinha a intenção de afirmar que, em pleno século 20, durante tantas descobertas e avanços científicos e tecnológicos característicos da modernidade, ainda se fazia acontecer o assassinato legalizados pelos Estados-nação. Porém, é nesse mesmo argumento que encontramos uma concepção positivista e evolucionista, de estágios da humanidade: mesmo que os anarquistas envolvidos/as com *A Voz do Trabalhador* tenham adaptado a concepção de “civilização” e de “civilizado” ao seu próprio pensamento, eles/as não perceberam que a guerra não era uma

característica dos humanos “primitivos” ou “embrionários”. É justamente no colonialismo europeu e seu projeto “civilizatório” do Novo Mundo que nós encontramos inúmeras guerras imperialistas e processos coloniais, de escravização e de genocídio. Em outras palavras, a guerra não pode simplesmente ser relegada a povos considerados primitivos, pois ela ocorreu (e ocorre) em qualquer período histórico e, com certeza, é traço marcante da modernidade; a guerra é intrínseca ao capitalismo e ao projeto civilizatório desenvolvidos pelos grupos dominantes do “velho” continente (a Europa).

Por outro lado, novamente ocorre uma apropriação da ideia de progresso e de civilização, de modo que o internacionalismo era interpretado como a proposta de união entre a classe produtora do mundo inteiro, assim como a defesa do fim das guerras a partir da utilização de “toda a nossa energia na obra saneadora da humanidade” para extirpar “da sociedade esse cancro que ameaçava devorar-nos: o militarismo, e ao mesmo tempo derribemos esse outro monstro infame, flagelador do povo – a Guerra!”. Ou seja, mesmo com a influência positivista que concebe “estágios” de evolução civilizatória, o texto apresenta a ideia de que o fim das guerras e do militarismo para os redatores e colaboradores/as d’*A Voz* é o que significa o progresso e a civilização.

No mesmo sentido, temos o artigo a seguir:

PROBLEMAS SOCIAIS

II

A internacionalização geral dos costumes, das ideias, das opiniões, das aspirações coletivas que preparam ininterruptamente as imprevistas modificações das nossas tendências sociais hodiernas [atuais] – e que nós constatamos hora a hora, já pelo progresso material dos nossos meios, já pela aquisição de novas necessidades, que alargam a esfera de atividade das nações, tornando-as em dependência recíproca e geral de todos os povos, de todos os centros de cultura e comércio, a cooperação universal, enfim, torna-se cada vez mais uma das razões mais fortes da concepção evolucionista das sociedades.

O internacionalismo – a corrente internacionalista que empolga toda a face do mundo civilizado moderno e que é um dos alicerces mais sólidos do cooperativismo socialista, anarquista, progride continuamente; é uma forma ainda muito indecisa, é verdade, dessa fraternidade universal dos homens, que se amplia com o correr dos tempos, identificando as concepções comunistas das grandes aglomerações – e coletividades – as mais diversas, até a nossa própria constituição anatomofisiológica, pela assimilação dos costumes que se generalizam pelo cruzamento fecundo das nacionalidades, através do jogo dos interesses do capitalismo – que não conhece mais nem pátria nem fronteiras.

“As fronteiras alargam-se: isto já não é mais um país determinado; não é mais a Europa a nossa pátria – é todo o globo terrestre, exclama estupefato Gevaert.”

“Os internacionalistas proclamam que não há pátrias, que os homens se devem unir por sobre as fronteiras. O velho espírito europeu alarga-se até no ponto de se transformar em espírito mundial. Tendem a apagar-se os traços característicos que diferenciavam as raças humanas”

Contra a afirmação dogmática da luta pela vida de Darwin essa internacionalização que tem destruído o extenso concerto das raças puras, inutilizados todos os símbolos do exclusivismo pátrio absurdo e atentatório à nossa própria natureza, é uma grande demonstração da fraternidade futura dos povos – e uma refutação absoluta, completa da teoria de Dantec que se compraz em dizer e repetir: “a vida é a luta, viver é lutar”. [referência a Felix Le Dantec – A luta universal]

Sem dúvida ainda hoje não se poderão confirmar as palavras de Santo Agostinho – “que o mundo não existiria se todas as coisas não estivessem ligadas por uma espécie de afeição mutua, se [ilegível]”; – há luta, sim, não a luta mesquinha com que Dantec quer encobrir os mais simples atos da vida social, mas a luta nobre e justificável do trabalho contra o capital, que é por assim dizer, uma consequência e não a causa da miséria e da desigualdade social – luta que não é necessária como o supõe a concepção do biologista francês, nem uma luta imprescindível, porque ela não existiria se não existisse, todos nós o sabemos, a iníqua exploração do trabalho e estúpida separação dos homens em classes abastadas e classes proletárias – que o ponto de origem de todas as questões sociais que fervilham em torno da grande aspiração do presente – o Comunismo.

A evolução da sociedade moderna com o internacionalismo que se nos afigura hoje, como um dos mais importantes característicos da feição futura desse comunismo apenas esboçado, que constituirá a primeira etapa na realização da verdadeira anarquia e um remodelamento contínuo que universalmente atinge todas as coisas que nos cercam, é uma “evolução criadora” que reconstrói continuamente o meio social – pela força transformadora de novas energias que surgem a cada momento pela harmonização crescente das tendências comuns de cada povo, de cada raça, de cada país, etc.

A evolução não é por isso e pela instabilidade notável das organizações sociais, um aperfeiçoamento unicamente – é na belíssima concepção do filósofo Bergson, uma criação contínua que nasce da destruição. [referência a Henri Bergson – a evolução criadora]

Na sociedade moderna, o que nós entendemos por progresso não é senão a criação contínua de novas concepções, de novos princípios, de novas teorias, novos inventos e processos – o que se não dá nos organismos, nos seres vivos em que a evolução é sobretudo aperfeiçoadora (Lamarck), o que quer dizer que não há, profundamente falando, destruição, mas aperfeiçoamento do que já existe – dos órgãos e das funções, que só em casos de reversibilidade constitucional, tornam-se rudimentares.

Esse profundo antagonismo entre a evolução biológica e a evolução social, é o mais forte argumento contra os sociólogos organicistas que julgam poder

contra todos os princípios da biologia, assimilar a sociedade a um organismo que vive, sente, tem vontade como os animais.

A aspiração atual da humanidade, que o internacionalismo imprime uma feição toda nova, não deixa, é verdade, de ser uma aspiração à perfeição – perfeição da sociedade sob o ponto de vista econômico – a perfeição dos costumes – a perfeição intelectual, moral e física do homem – problema infinitamente complexo, para o qual insensivelmente convergem todos os esforços da medicina, sob o ponto de vista terapêutico e higiênico, da moral, das artes, dos próprios estados e dos governos, que procurando equilibrar algumas das mais visíveis anomalias da nossa organização (como a miséria e as doenças, denominadas sociais) com paliativos inúteis, para burlar o descontentamento geral justificam assim implicitamente a certeza de que todo mal é devido a má organização social em que vivemos, certeza que só avoluma, toma curso nos espíritos mais conservadores que ardentemente aspiram essa utopia, como se diz, que paira sobre toda a humanidade sofredora.

MAXIMO. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 41, 15 de outubro de 1913, p. 3-4)

Esse é mais um artigo d'A *Voz* que transcrevemos por completo, pois ele nos apresenta várias questões importantes para serem analisadas, ainda mais porque ele explicita a defesa do anarquismo (em sua corrente do comunismo libertário).

A primeira questão que precisa ser destacada é a análise de que, mesmo no capitalismo, existe uma internacionalização, apesar de ocorrer de forma inadequada já que a lógica de tal sistema de dominação é a obtenção de capital e a ampliação do lucro. A modernidade e o próprio capitalismo da época – o texto foi publicado em *A Voz* no ano de 1913 – já apresentavam uma “internacionalização geral dos costumes, das ideias, das opiniões, das aspirações coletivas” e isso nós podemos compreender pelo fato de que o mercado mundial se expandia, fazendo os países manterem relações, trocas e comércio. Isso significava também que uma rede de produção de escala global precisava existir; que, mesmo com o capitalismo, a classe trabalhadora estava conectada em nível internacional: é a partir do trabalho dessa classe que se torna possível o mercado, o comércio e as relações internacionais. Quando o autor, Maximo, afirma que essa internacionalização está de acordo com as “nossas tendências sociais hodiernas” ou atuais, interpretamos que é sobre isso que ele está falando: a conexão ou a rede internacional de produção que pode servir à humanidade e que é fundamentalmente sustentada pela classe produtora, ou seja, trabalhadora.

Isso fica ainda mais evidente quando Maximo argumenta o “progresso material dos nossos meios” e a “aquisição de novas necessidades” são exemplos do alargamento da “esfera de atividade das nações” que as torna interdependentes de maneira recíproca para “todos os povos, de todos os centros de cultura e comércio”. Evidentemente, o autor fala em defesa da

“cooperação universal” que, como nos textos anteriores, é algo entendido como “uma das razões mais fortes da concepção evolucionista das sociedades”. Nesse momento fica claro que as ideias positivistas e evolucionistas também influenciaram anarquistas, que, no entanto, se apropriaram dessas teorias à sua própria maneira e interpretação. É nesse sentido que Maximo afirma que o internacionalismo “empolga toda a face do mundo civilizado moderno” e é “um dos alicerces mais sólidos do cooperativismo socialista, anarquista” – apesar de ser “uma forma ainda muito indecisa” dessa “fraternidade universal dos homens”.

É no caminhar desse raciocínio que o autor nos afirma algo interessante: que a ampliação das “concepções comunistas” podem ser vista, até mesmo, na “nossa própria constituição anatomofisiológica, pela assimilação dos costumes que se generalizam pelo cruzamento fecundo das nacionalidades”, mesmo com no interior do “jogo dos interesses do capitalismo – que não conhece mais nem pátria nem fronteiras”. Um dos aspectos que julgamos mais interessantes desse texto é que Maximo se apropria das concepções evolucionistas de forma a nos dá a entender que o “cruzamento fecundo das nacionalidades” é parte ou um estágio avançado da evolução civilizatória humana. Esse é um ponto bastante interessante para nós, pois, como vimos no início deste capítulo, a intelectualidade oficial entendia justamente que o Brasil possuía um “problema negro” a ser resolvido através do embranquecimento da população e cultura brasileira. Ou seja, de certa maneira, Maximo apresentou uma outra interpretação que fez das teorias evolucionistas da sociedade, na qual a mestiçagem entre raças e nacionalidades era algo fecundo para a humanidade, sem que isso significasse necessariamente o fim das raças não-brancas.

Após essa afirmação, Maximo cita Gevaert²⁶ para reforçar que não existem mais fronteiras, que a Europa não é mais a pátria única, que agora toda a terra é a pátria, “que os homens se devem unir por sobre as fronteiras”, que o “velho espírito europeu alarga-se até no ponto de se transformar em espírito mundial” e que isso leva a um processo que resulta no apagamento dos “traços característicos que diferenciavam as raças humanas”. Esse ponto nos revela outra questão: o ponto de partida do que é considerado como universal ainda é a Europa. É verdade que a grande maioria das/os imigrantes que vieram para o Brasil eram europeus e, evidentemente, isso incidiu em determinadas perspectivas entre o operariado que se formou no Brasil. E, apesar da apropriação e da reinterpretação das teorias evolucionistas que foram feitas pelas/os anarquistas, ainda assim é possível identificarmos esse

²⁶ Não sabemos quem é o Gevaert citado. Existe a possibilidade de ser Hippolyte Fierens-Gevaert, um historiador belga que escreveu uma obra intitulada *Tristeza Contemporânea*.

eurocentrismo, ou seja, não apenas o ponto de partida, mas também aquilo que é tratado como universal é identificado e apresentado como sendo algo Europeu – caso contrário, tais citações não diriam que o “velho espírito europeu alarga-se até no ponto de se transformar em espírito mundial”.

Mas isso não é algo tão chocante, no sentido de que, como já dissemos, a influência das teorias evolucionistas, positivistas e cientificistas, tão irradiada na passagem do século 19 para o 20, se fez presente não só entre a intelectualidade oficial dominante, mas também entre a intelectualidade popular e operária. O que nos parece mais “chocante” é, na verdade, a dissonância dessa influência; é a apropriação feita por Maximo ao reinterpretar tal concepção evolucionista sob um ponto de vista operário, das massas trabalhadoras. A evolução das sociedades era medida pela escala de aproximação que uma sociedade e sua organização social teria em relação à internacionalização, às concepções comunistas, ao “cruzamento fecundo das nacionalidades”, ao fim das fronteiras e à cooperação universal.

Essa questão, inclusive, está ligada a uma discussão bastante importante que foi realizada no livro *Ajuda Mútua: um fator de evolução*, escrito pelo anarquista russo Piotr Kropotkin e publicado pela primeira vez em 1902. Nesse livro (2009) existe uma série de estudos de campo que Kropotkin realizou com uma variedade de espécies animais, incluindo nós humanos/as. Com esse estudo, o autor de *Ajuda Mútua* questionou a “verdade absoluta” de que a luta feroz pela vida é o único e principal fator de evolução e sobrevivência das espécies. Ao contrário, antes mesmo de lutar nós animais nos associamos, nos unimos, nos ajudamos; até mesmo as espécies caçadoras mais ferozes e fortes que possamos imaginar precisam caçar e se alimentar de outros animais, então é possível identificar a cooperação. E essa cooperação não ocorre apenas entre indivíduos da mesma espécie – apesar de ser mais comum.

Ao apresentar seus estudos e análises, Kropotkin argumenta e defende a hipótese de que sim, a luta pela vida ou luta pela sobrevivência existe e é fundamental para a tal evolução das espécies – e nos fala que fizeram uma má interpretação do que Charles Darwin falou sobre a origem e evolução das espécies que fundamentou, inclusive, as justificativas essencialistas de autores liberais que defendiam a “natureza” gananciosa, competitiva, violenta e sedenta por poder dos seres humanos. No entanto, a luta pela vida não é o único fator de evolução: tão importante quanto ela – ou, talvez, ainda mais importante – é a ajuda mútua como um fator de evolução e sobrevivência.

Fizemos essa breve explicação porque, primeiro, esse é um dos debates que fundamenta a teoria anarquista, no sentido de encontrar nos estudos de Kropotkin, na própria

história e na natureza elementos para afirmarmos que o motor da história é a luta, mas também a colaboração entre pessoas, grupos ou classes e os interesses envolvidos neste processo. Mas, em segundo lugar, porque tal debate está presente no texto de Maximo que estamos analisando. Maximo argumenta que o desenvolver das sociedades em sua época, através da internacionalização, era um tipo de demonstração contrária à “afirmação dogmática da luta pela vida de Darwin”, pois tal processo estava destruindo “o extenso concerto das raças puras, inutilizados todos os símbolos do exclusivismo pátrio absurdo e atentatório à nossa própria natureza”. A internacionalização também foi entendida por Maximo como uma “grande demonstração da fraternidade futura dos povos – e uma refutação absoluta, completa da teoria de Dantec que se compraz em dizer e repetir: ‘a vida é a luta, viver é lutar’”.

Em seguida, novamente Maximo nos mostra a “apropriação anarquista” que fez da concepção evolucionista ao afirmar que “há luta, sim”, mas “não a luta mesquinha com que Dantec quer encobrir os mais simples atos da vida social”; a luta pela vida que existia era a “nobre e justificável do trabalho contra o capital”, aquilo que é “uma consequência e não a causa da miséria e da desigualdade social” e que “não existiria se não existisse, todos nós o sabemos, a iníqua exploração do trabalho e estúpida separação dos homens em classes abastadas e classes proletárias”. Sendo esse problema “o ponto de origem de todas as questões sociais”, só restava uma solução: a “grande aspiração do presente – o Comunismo” que, através do internacionalismo, “constituirá a primeira etapa na realização da verdadeira anarquia”.

Novamente, a “apropriação anarquista” de Maximo fica evidente quando apresenta uma outra percepção sobre o que é o progresso: “a criação contínua de novas concepções, de novos princípios, de novas teorias, novos inventos e processos” o que não significa, “profundamente falando, destruição, mas aperfeiçoamento do que já existe”. E antes de defender isso, Maximo fala sobre que tal concepção de progresso que ele defende tem relação com a “sociedade moderna”, esta que também deve ser entendida não pelo sistema capitalista que gera as mais diversas desigualdades sociais, mas como um estágio de evolução das sociedades que, mesmo no capitalismo, é incapaz de impedir a internacionalização dos povos e a “força transformadora de novas energias que surgem a cada momento pela harmonização crescente das tendências comuns de cada povo, de cada raça, de cada país”.

Na medida em que o texto vai chegando ao fim, o autor reflete sobre o que considera como a “aspiração atual da humanidade”, ou seja, o comunismo ou a verdadeira anarquia. E Maximo interpretava que o internacionalismo imprimia “uma feição toda nova” que expressava tal “aspiração à perfeição – perfeição da sociedade sob o ponto de vista econômico

– a perfeição dos costumes – a perfeição intelectual, moral e física do homem”. Isso nos leva a duas questões que podem ser observadas: primeiro, que o autor tinha inspirações claras das teorias evolucionistas, apesar de reinterpretá-las sob um ponto de vista anarquista; segundo, que ao dizer “perfeição dos costumes”, podemos entender uma preocupação antiga que circundava os/as anarquistas desde a segunda metade do século 19: a esfera da cultura. A preocupação com os costumes e com o desenvolvimento intelectual, moral e físico das pessoas é algo que tem profunda relação com o que, na introdução deste trabalho, nós apresentamos sobre o que entendemos ser a esfera cultural.

Por fim, Maximo argumenta que essa “evolução” social da humanidade caminhava progressivamente, numa trajetória histórica pela qual “convergem todos os esforços da medicina, sob o ponto de vista terapêutico e higiênico, da moral, das artes, dos próprios estados e dos governos”. No entanto, os Estados e os governos capitalistas da época não eram capazes de “equilibrar algumas das mais visíveis anomalias da nossa organização (como a miséria e as doenças, denominadas sociais)”, pois apresentavam apenas “paliativos inúteis” que indicavam “implicitamente a certeza de que todo mal é devido a má organização social em que vivemos”.

Como dissemos, se analisarmos o contexto social da Primeira República; se entendermos que as estruturas sociais não determinam a realidade por completo, mas condicionam as práticas sociais e a realidade; se concebermos a produção e a reprodução intelectual e ideológica como um processo relacionado a uma das possíveis estruturas culturais da sociedade; então não é tão surpreendente que as teorias evolucionistas ou positivistas tenham estado presentes entre a intelectualidade popular, operária, socialista e anarquista – ao contrário, se houve disseminação de tais teorias entre os grupos sociais dominantes e a intelectualidade oficial do Brasil, então se torna mais compreensível que tais concepções tenham alcançado também parte das massas, o que inclui a militância operária, sindical, socialista e anarquista. Por outro lado, nos parece mais interessante do que isso a reinterpretação ou a “apropriação anarquista” de tais teorias evolucionistas e positivistas. Isso também ocorreu até mesmo em textos que citaram Cesare Lombroso, como no caso a seguir:

Explorar! Explorar!

Sempre explorar!

[...]

Vejamos:

A burguesia mostra-se espavorida ante os atentados à propriedade que se multiplicam diariamente, e brada contra o crescimento assombroso da prostituição, pedindo a intervenção dos “poderes públicos”.

É mesmo o cúmulo da irrisão!...

Limitam-se, como disse Jean Grave, a combater os efeitos deixando subsistir a causa.

Pois bem, vamos de prostíbulo em prostíbulo, o interroguemos essas pobres infelizes sobre os motivos que as fizeram desviar da senda reta e ampla de um viver honesto e ficaremos certos de que a prostituição é uma consequência lógica da exploração descabida de nossos dias, sendo, por conseguinte, inerente ao mecanismo social que flagela a humanidade.

O cérebro mais acanhado compreende facilmente que infeliz que se transviara de uma atmosfera salubre para ir respirar os miasmas que se desprendem de um tremedal pestífero, não poderia ter sido por mero prazer, mas sim, impelida pelos vendavais da miséria.

A prova frizante desta asserção é que este flagelo assola somente a classe dos deserdados, dos mártires de cujos sacrifícios vive uma minoria infame.

Não somos nem poderíamos ser (de acordo com as nossas convicções) defensores do roubo; porém, o que é certo, é que assim como a prostituição dimana da atual organização social, assim também ele, Lombroso, o prosaico criminalista italiano, leva-nos à conclusão de que o indivíduo que assim procede, ou é um afetado das faculdades mentais, ou um impulsionado por circunstâncias que implicam a necessidade e a miséria, deduzindo-se neste caso, ser uma vítima da sociedade que por seu desequilíbrio veio tombar no sorvedouro atro do crime.

Portanto, a prostituição e o roubo só poderão ser reprimidos uma vez que esta sociedade seja demolida, uma vez que este ambiente seja purificado com o turíbulo augusto da fraternidade e da igualdade, uma vez que não haja mais oprimidos e opressores, explorados e exploradores!

Esta é que é a verdade.

[...]

LEBINO [ou LEDINO?] VIEIRA (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 44, 15 de outubro de 1913, p. 2)

Em discussões anteriores, vimos como as ideias de Cesare Lombroso influenciou ideias contrárias ao que vemos no trecho acima – coisas como a defesa de que existem “criminosos natos” e que, inclusive, anarquistas eram um tipo de criminoso. Mas o autor do texto, ao analisar as causas da prostituição e do roubo, apresenta uma argumentação fundamentada em discussões do próprio Lombroso, mas que levam a conclusões bem diferentes das teses lombrosianas: a prostituta e a/o ladrão não deveriam ser entendidos como criminosos natos, por questões biológicas, cor, fenótipos ou ascendência étnico-racial; deveriam ser entendidas como pessoas que se submeteram à prostituição ou ao roubo devido a alguma alteração das faculdades mentais ou à própria organização social capitalista. Em outras palavras, não adianta “combater os efeitos deixando subsistir a causa” e, assim como outros problemas sociais, a prostituição e o roubo são “uma consequência lógica da exploração descabida de nossos dias, sendo, por conseguinte, inerente ao mecanismo social que flagela a humanidade”.

Em outro texto encontramos essa apropriação e reinterpretação crítica de algumas discussões apresentadas por Lombroso, como no caso a seguir no qual encontramos um protesto contra a lei de expulsão de imigrantes:

AS LEIS

[...]

A igualdade perante a lei é uma mentira impingida pelos politiqueiros, interessados em manter as presentes instituições sociais. Todos os dias assistimos às proteções escandalosas que deixam ficar na impunidade os crimes mais abomináveis, enquanto outros sofrem todo o rigor da lei só porque são pobres e não têm proteção. Desnecessário é citar fatos, são tantos...

Para os capitalistas não existe leis nem códigos; para eles a impunidade; para a canalha, a ralé desprezível que trabalha e se consome na luta diária pela existência, caia sobre ela o cutelo severo da justiça. Muito teria que dizer sobre este ponto, mas limitar-me-ei, por hoje, a negar a utilidade das leis para a boa marcha do progresso e da civilização.

[...]

Demonstrado pela nova escola criminalista, que o delito é o resultado do meio social defeituoso e que o criminoso é mais digno dos cuidados dum especialista do que da severidade dum magistrado; e, conseqüentemente, mais necessita duma casa de saúde e não da prisão, de forma alguma assiste à sociedade o direito de punir. Já o disse Lombroso que a magistratura era o sustentáculo de advogados, cujas funções são desnecessárias.

Observando a evolução das sociedades humanas, através da história, vemos, em todas as épocas os ‘grandes’, os senhores do poder decretar leis tirânicas, opressivas, para abafar a voz do povo que sofre. A liberdade, espancada por toda a parte, sob o protesto de ‘manter a ordem’, a verdade espezinhada pelos verdugos de cima que se locupletam à custa do pobre povo que trabalha. E para tudo isso justificar... existem leis! Dracon, escrevendo leis com sangue, representa a perversidade, na mais lata acepção do termo, os modernos legisladores, fabricando ‘lei de exceção’ contra os operários que almejam por um ‘mundo melhor’ de equidade e justiça, bem se podem qualificar de verdugos. As leis, pois, têm uma utilidade: servir de capa aos grandes criminosos.

Todos os trabalhadores conscientes, todos os homens bem-intencionados, devem combater semelhante monstruosidade em proveito da civilização e do progresso!

Abaixo a lei de expulsão!

FERNANDES CASAL

Santos. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 45, 15 de dezembro de 1913, p. 2)

Em uma crítica severa às leis burguesas, o autor do artigo se apropria das concepções da “nova escola criminalista” para afirmar sua própria interpretação de que o “delito é o resultado do meio social defeituoso e que o criminoso é mais digno dos cuidados dum

especialista do que da severidade dum magistrado”. O autor cita Lombroso para afirmar que “a magistratura era o sustentáculo de advogados, cujas as funções são desnecessárias” – o que devemos interpretar muito mais como uma crítica ao poder judiciário do que aos advogados em si, pois para “os capitalistas não existe leis nem códigos; para eles a impunidade”, mas para “a ralé desprezível que trabalha e se consome na luta diária pela existência” é que resta “o cutelo severo da justiça”.

A “apropriação anarquista” de debates criminológicos e antropológicos que internacionalmente foram divulgados pela produção de Cesare Lombroso é algo que nos faz pensar o quanto tais teorias se espalharam pelo Brasil e estiveram presentes em diversos ambientes sociais, como o operariado. No texto também percebemos que a ideia de que a “boa marcha do progresso e da civilização” caminha justamente em oposição às leis burguesas, pois elas têm uma única utilidade: “servir de capa aos grandes criminosos”. Isso nos faz pensar que as ideias de “evolução” sob a interpretação de anarquistas desse período estiveram muito mais associadas à noção de conscientização dos/as trabalhadoras que seriam as pessoas “bens intencionadas”, em contraponto à burguesia e seus projetos de “ordem e progresso”. Em outras palavras, a influência que anarquistas receberam das teorias evolucionistas, científicas e evolucionistas nos parece ter sido muito mais aquelas que trataram sobre “evolução da sociedade”, “evolução das espécies”, “modernidade e o avanço tecnológico, produtivo e científico”, etc.

Porém, de maneira alguma tal análise nos faz perder de vista algumas questões, como certas ideias vinculadas a um suposto desenvolvimento maior da Europa e dos próprios trabalhadores europeus que estiveram presentes em textos libertários da época. Esse fator, e também a associação sindical internacional presente principalmente nos países europeus, fazia com que questões de trabalho fossem interpretadas no sentido de “civilização”. O trecho a seguir tornará essa questão mais compreensível:

Boletim Internacional do movimento sindical

Recebemos o Boletim Internacional do Movimento Sindical, publicado pelo Secretariado dos Centros Nacionais dos Sindicatos Operários, de Berlim.

O n. 9 do 1º ano trata dos ‘Operários brancos e de cor na Europa’, estudando a questão da defesa dos interesses da classe e a luta em que nesse sentido se empenham os operários de Oeste da Europa, diante da concorrência perigosa trazida pelos operários de cor (negros e amarelos), que chegam a trabalhar em troca de salários inferiores à metade dos que são geralmente pagos aos europeus, cumprindo pois, que os trabalhadores dos velhos países estendam a obra de civilização de suas organizações, já diretamente, já indiretamente, aos camaradas de classe dos países mais desgraçados e mais longínquos. (A

Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 55, 15 de maio de 1914, p. 3)

O texto acima tem dois pontos cruciais: primeiro, as diferenças salariais entre trabalhadores/as “de cor”; e segundo, a ideia de que o operariado europeu era mais avançado em sua “obra de civilização”. Sobre o primeiro ponto, o texto apresenta tal informação sobre as discrepâncias salariais entre trabalhadoras/es brancos, negros e amarelos (asiáticos) no recorte espacial do oeste da Europa. Mas o argumento utilizado parece indicar quase que uma “culpa” das próprias trabalhadoras/es não brancos, pois tal “concorrência perigosa” foi “trazida pelos operários de cor (negros e amarelos)” que chegavam “a trabalhar em troca de salários inferiores à metade” dos que geralmente eram pagos aos trabalhadores/as europeias.

Sobre o segundo ponto, a ideia de que os “trabalhadores dos velhos países” deveriam estender “a obra de civilização de suas organizações” aos “camaradas de classe dos países mais desgraçados e mais longínquos” foi apresentada como uma solução possível ao problema da concorrência. Essa é uma questão polêmica, tendo em vista que os países da Europa viveram primeiro o que chamamos de revolução industrial e, conseqüentemente, as organizações operárias e sindicais também foram desenvolvidas antes em tal continente. Mas, não só por isso, também sabemos que é através do exército de reserva de pessoas desempregadas ansiosas por qualquer trabalho para se sustentar e sobreviver que os/as capitalistas conseguem manter os salários no menor preço possível.

Por outro lado, isso não justifica por completo a ideia de que eram os próprios trabalhadores/as negras e amarelas que traziam tal concorrência perigosa. Hoje sabemos que existem grupos sociais, ainda mais os racializados, que recebem menos e se submetem as mais diversas condições de trabalho sub-humanas e de subempregos justamente pelas estruturas culturais de dominação ou pela divisão racial do trabalho. Apesar de que não devemos “julgar” as pessoas do passado através do ponto de vista, crítica e conhecimentos que temos hoje, não podemos deixar de apontar que talvez tal interpretação que parece culpabilizar as trabalhadoras/es “de cor” é algo problemático do ponto de vista atual – a questão não é “julgar” o passado, mas analisá-lo a partir de nossos problemas e questionamentos atuais. Esse tipo de raciocínio nos ajuda a questionarmos, inclusive, questões do passado e do presente: o problema do “vanguardismo” ou do grupo “salvador”, que guiará o povo ou o proletariado para a sua redenção.

De toda maneira, os textos que estamos analisando nos levam a essa diversidade de discussões, a exemplo do que seguirá adiante, o último que analisaremos neste capítulo e no

qual encontramos a ideia de “raça” que não se relaciona exatamente com questões de fenótipo ou de cor de pele, mas com o sentido de “espécie”, de “raça humana”:

A guerra e a antropologia criminal (1)

POR

ARTHUR MAC-DONALD

(Washington, D. C., autor do homem normal e anormal)

Não há talvez esgalho algum de ciência cotado de mais amplo critério do que a antropologia criminal; não há assunto em que demande a pesquisa de mais variadas informações e mais extensa instrução; não há ciência que proporcione tantos ensejos a agudeza mental e exija tanta habilidade do mais alto caráter para atingir aos mais nobres fins do que a antropologia criminal.

Um de tais fins é prevenir o crime Internacional, que se chama guerra. No estudo do crime em sua mais lata acepção, o critério, com relação ao grau de criminalidade, deve ser medido pelo grau de injúria a humanidade. Assim encaradas, a guerra, ou o crime internacional, é o mais grave de todos os crimes: é premeditado e cabalmente planejado.

A guerra através do prisma científico

[...]

Embora eu creia firmemente numa paz universal, que espero se estabeleça permanentemente no futuro desenvolvimento da sociedade, entretanto, a fim de enfrentar e compreender as grandes dificuldades a superar, para que se alcance aquela mira, cumpre olhar diretamente e não ignorar certos fatos muito intempestivos. A ideia de guerra existe ainda agora em toda a raça humana. A Europa moderna, onde repontou a civilização mais elevada, tem milhões de homens educados para a guerra, ao passo que Roma, senhora de vasto império, possuía apenas trezentos mil legionários. Tal é o estado do mundo, ao presente em sua glória comercial, e, no entanto, proclama-se, à face dele, que o comércio e a guerra são fenômenos antagônicos! Diz-se, porém, que a guerra tem a vantagem de purgar a raça...

A guerra é um mal maior que a moléstia

A melhoria da raça, em vez de conseguir-se por meio da guerra, pode ser muito mais eficientemente conseguida pelas enfermidades físicas, pois as camadas mais baixas (2) é que são prexxxxxxxxmente [ilegível] as sofredoras, ao passo que nas guerras o melhor sangue das nações é que é sacrificado, ficando os imbeles nos lares a proliferar e dos fortes que marcharam para os combates, retornam muitos depauperados, feridos e inutilizados. O instinto selvagem da matança está ainda profundamente radicado no homem de hoje. A guerra é uma extensão e desenvolvimento do homicídio universal. Nos tempos primitivos, revestia-se de um caráter terrível, xxxdendo [ilegível] em ferocidade os mais bravios animais; no anterior estágio de sua evolução, o homem não mais comia o seu inimigo, mas mutilava-o e torturava-o, - e, agora, a civilizada guerra hodierna é a mesma essência, posto que diferente em forma, porquanto o gênio inventivo se exercita atualmente, no mais alto grau, em descobrir como trucidar e mutilar o inimigo a grandes distancias, o que parece ter já logrado. [...]

-

(1) Este artigo foi publicado pelo Jornal do Comércio, em seu número de 9 de janeiro, com a seguinte nota: “O presente escrito, notável pelo método e pelas ideias que encerra, foi enviado pelo conhecido político e erudito publicista Arthur Mac-Donald ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como o assunto do mesmo, de toda a oportunidade, demandasse vulgarização imediata e coubesse melhor na imprensa diária que na Revista daquela agremiação, deliberou-se ali oferecê-lo, traduzido do inglês para o vernáculo por Brasília de Magalhães, à redação do Jornal do Comércio.”

(2) É claro que não concordamos com algumas das ideias expostas pelo autor. Esta, por exemplo, de que as camadas baixas constituem o pior sangue das nações. Não consta que as chamadas classes altas, ociosas, viciosas, vivendo uma vida de prazeres refinados, alternativamente estremados em vibrações delirantes e tédios mortificadores, possuam o privilégio do bom sangue. Ao contrário... As guerras são, realmente, um sorvedouro danado do melhor sangue das nações, sangue que corre nas veias da gente do trabalho, no proletariado do campo, das minas e das oficinas. Estes são os que morrem. Os comandantes, os generais, os mandões e os capitalistas, gente toda da referida alta camada, esses ficam bem resguardados nas retaguardas dos comandos e dos estados-maiores, ou nos ministérios e nos bancos, longe do teatro sangrento das batalhas. [...] (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 67, 01 de fevereiro de 1914, p. 2)

O trecho que trouxemos acima contém uma parte da transcrição de um artigo do antropólogo criminal Arthur MacDonald e os comentários (as notas 1 e 2) que explicitam o posicionamento que *A Voz do Trabalhador* tomou em relação a alguns argumentos dos criminalistas. Entendemos que, de certa forma, ao transcrever esse artigo publicado primeiramente no *Jornal do Comércio* como tradução do artigo original enviado pelo político Arthur Mac-Donald para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o jornal *A Voz do Trabalhador* nos informa que concorda com algumas das ideias do texto – e isso fica claro na nota de rodapé de número 2, quando encontramos a afirmação de que “não concordamos com algumas das ideias expostas pelo autor”, ou seja, *A Voz* não concorda com algumas, mas talvez concorda com outras ideias.

De toda forma, é possível pensarmos que *A Voz do Trabalhador* tenha reconhecido os “mais nobres fins” da antropologia criminal. No entanto, isso acontece pela apropriação e reinterpretação do que seriam tais “nobres fins” da antropologia criminal. Em outras palavras, o texto de Arthur MacDonald apresenta uma contrariedade à guerra baseada na “ciência” da antropologia criminal. Os redatores de *A Voz* concordam com essa linha de raciocínio: tal “ciência” deve prevenir o “crime internacional” que é a guerra, o tipo de crime mais grave, pois é premeditado e planejado. Se, por um lado, as teorias da antropologia criminal foram utilizadas por membros dos grupos sociais dominantes para defender a existência de

“humanos inferiores” e “criminosos natos”, por outro lado, a preocupação libertária d’*A Voz do Trabalhador* atribui validade à antropologia criminal ao concordar que a guerra é um crime internacional, essa “extensão e desenvolvimento do homicídio universal”, e que tal “ciência” deve servir para combatê-la.

Em contrapartida, não podemos deixar de destacar que a guerra foi associada aos estágios evolutivos da humanidade, de forma que nos “tempos primitivos” ela tinha o caráter terrível e animalesco; após determinado período de evolução, o ser humano deixou de comer o seu inimigo, mas continuou a torturá-lo e mutilá-lo; no estágio “civilizado”, a guerra “civilizada” mantém a mesma essência, só que em diferente forma, tendo o “gênio inventivo” humano, no mais alto grau de exercício, ocupado em “descobrir com trucidar e mutilar o inimigo a grandes distâncias”. Não apenas isso, mas o texto do criminalista Arthur Mac Donald glorifica o mercado internacional de sua época ao mesmo tempo em que explicita a contradição entre o comércio e a guerra.

Porém, o mesmo texto do antropólogo criminal questiona o entendimento de que a guerra é vantajosa no processo de “purgar” ou de melhorar a “raça”. Nesse momento, devemos entender que “raça” tem mais de um sentido: tanto trata em termos de delimitação territorial, ou seja, em termos de nacionalidade; quanto significa a “raça humana” como um todo, a espécie humana em termos de sentido biológico. Um dos aspectos interessantes do texto de Arthur MacDonald é que a ideia de que a guerra pode trazer algum tipo de melhoramento racial dos seres humanos é questionada e combatida, pois o conflito armado entre nações requer o envio do “melhor sangue das nações” para morrer em campo de batalha enquanto os que ficam e se reproduzem em suas terras são os mais fracos e incapazes. Ao contrário do que outros eugenistas pensavam, Arthur MacDonald argumenta que para se “purgar”, se depurar a raça humana, bastava apenas confiar na eficiência do processo das enfermidades físicas que atinge as camadas mais baixas.

Esses elementos são importantes para o nosso debate já que nosso interesse é analisar e identificar a interpretação do jornal *A Voz do Trabalhador* em relação aos argumentos de Arthur MacDonald. A primeira nota, que contém os comentários feitos por *A Voz*, é mais explicativa em relação à publicação original do texto. Mais importante para nós é a segunda nota, pois ela contém o posicionamento d’*A Voz*.

Podemos partir do seguinte: não houve questionamento algum sobre a ideia de que a “Europa moderna” é lugar “onde repontou a civilização mais elevada”. Em outras palavras, se associarmos esse silêncio d’*A Voz* em relação ao argumento de “superioridade” europeia com outros casos anteriores que já discutimos, então podemos identificar que existia uma certa

concepção eurocêntrica entre redatores e responsáveis pelo jornal *A Voz do Trabalhador*. A nota de número 2 também nos deixa evidente que os redatores d'*A Voz* também concordaram com a análise da guerra e que, de alguma forma, a essência violenta e terrível dela se encontra na dita sociedade civilizada com “milhões de homens educados para a guerra”. Essa é uma questão interessante porque nos permite perceber a complexidade ideológica do período, em escala nacional e internacional, no sentido de que não apenas socialistas, sindicalistas ou anarquistas eram contrários à guerra e atrocidades similares – ou mesmo que nem todos os próprios antropólogos criminais eram conservadores ou eugenistas extremados, se for possível nomear dessa maneira.

Mas um outro aspecto que vale ressaltarmos é que, além da contrariedade à guerra entre os povos e as nações, o jornal *A Voz do Trabalhador* expõe a sua discordância com a ideia de que “as camadas baixas” da sociedade “constituem o pior sangue das nações”. Essa crítica reforça o processo de apropriação dos libertários e sindicalistas d'*A Voz* em relação às concepções positivistas e evolucionistas: a reinterpretação colocou tais concepções e teorias a serviço do propósito revolucionário.

É nesse sentido que encontramos na nota de número 2 a crítica ao texto de Arthur Mac Donald, pois nele não “consta que as chamadas classes altas” são na verdade “ociosas, viciosas” e que talvez isso seja a causa delas possuírem o tal bom sangue – ou seja, a ociosidade dos agentes sociais da dominação é algo que permite uma menor interferência do meio sob os corpos, diferente do que acontece com os trabalhadores/as que ficam expostos às intempéries do ambiente, das longas jornadas exaustivas de trabalho, das moradias precárias, da falta de acesso à boa educação, da impossibilidade de ter cuidados médicos e higiene adequada, etc. Em outras palavras, a nota d'*A Voz* afirma que os “bons sangues” das “classes altas” são resultados de uma vida ociosa e viciosa, “uma vida de prazeres refinados, alternativamente extremados em vibrações delirantes e tédios mortificadores”.

Por outro lado, se o “bom sangue” dos agentes sociais dominantes são frutos de uma vida de qualidade, por outro, a nota de número 2 traz o argumento de que “o melhor sangue das nações” realmente se encontra “nas veias da gente do trabalho, no proletariado do campo, das minas e das oficinas”. Aqui encontramos novamente a reinterpretação libertária das ideias evolucionistas e até eugenistas – já que tais ideias não são negadas, mas reinterpretadas: enquanto o “bom sangue” das “classes altas” é resultado da ociosidade e de uma vida de prazeres, o “melhor sangue das nações”, talvez o “verdadeiro” melhoramento da raça humana, se encontra na classe trabalhadora, já que ela é que enfrenta uma diversidade de dificuldades e influências precárias do meio a qual é submetida, mas, mesmo assim, sobrevive e se reproduz.

É nesse sentido que a nota d'A *Voz* concorda na crítica às guerras como um processo de melhoramento racial, já que a alta camada privilegiada, “os comandantes, os generais, os mandões e os capitalistas”, ficam resguardados em seus postos de comando, ministérios e bancos, enquanto que os trabalhadores, “um sorvedouro danado do melhor sangue das nações”, é que morrem no “teatro sangrento das batalhas”, processo que leva ao “definhamento” da raça humana, já que o “melhor sangue das nações” é perdido e morto na guerra.

Por fim, o que mais percebemos neste capítulo foram duas coisas: primeiro que é possível perceber a influência de algumas ideias positivistas e evolucionistas nos textos d'A *Voz do Trabalhador*; e segundo que, por outro lado, tais teorias foram reinterpretadas e não foram simplesmente reproduzidas pelos libertários e sindicalistas da COB que foram responsáveis pela publicação d'A *Voz*. O pensamento libertário sobre a modernidade, o “avanço civilizatório” e “evolução” da humanidade é fruto de uma recepção própria dessas teorias evolucionistas, de forma que encontramos elementos contrários à colonização, ao autoritarismo e ao racismo – no sentido biológico da discussão. Em outras palavras, o evolucionismo foi recepcionado criticamente pelos anarquistas de forma que não se perdeu de vista o ideário libertário de igualdade, liberdade e justiça social, mas, pelo contrário, foi a teoria crítica anarquista que permitiu assimilar alguns pontos e eliminar outros dessas narrativas positivistas, cientificistas, evolucionistas ou da antropologia criminal.

Essa uma discussão que encontramos em um artigo de Gilson Leandro Queluz (2020): o anarquismo possuía uma tradição interpretativa desenvolvida internacionalmente por trabalhadores/as e movimentos sociais da classe trabalhadora que se apropriaram criticamente da ideia evolucionista da sociedade como um processo progressivo e de desenvolvimento humano tornado possível pela cooperação, ajuda mútua, participação democrática, educação, emancipação e avanço tecnológico – ou seja, uma interpretação completamente diferente das visões evolucionistas encontradas no darwinismo social ou entre liberais, conservadores ou “eugenistas extremados”.

Gilson Queluz também nos informa que essa tradição libertária (socialista libertária e operária), que se apropriou e reinterpretou algumas ideias da teoria evolucionista, pode ser encontrada principalmente nos estudos dos geógrafos anarquistas Piotr Kropotkin e Elisee Réclus, algo que levou a um tipo de “sociobiologia” com objetivos revolucionários (Queluz, 2020, p. 211-212). Nesse sentido,

A leitura da obra do geógrafo e anarco-comunista russo Piotr Kropotkin (2012), *Ajuda-Mútua: Um fator de evolução*, publicado originalmente em

1902, possibilitava a compreensão da ‘evolução progressiva’ como fruto da ajuda mútua. Lembremos que os anarquistas eram entusiastas da teoria da evolução. Pensadores libertários, como Kropotkin, defendiam ardentemente os princípios darwinistas como: a ruptura com o antropocentrismo, presente no cristianismo e na metafísica cartesiana, ao considerar que os seres humanos não eram criações divinas, mas frutos de uma evolução que opera estritamente a partir de princípios do mundo natural; a visão materialista, de caráter holístico e organicista de Darwin, a qual, além de se opor a qualquer essencialismo ou apelo a explicações baseadas em quaisquer forças espirituais ou imateriais, também se opunha a qualquer forma de explicação reducionista; a concepção darwiniana que o processo evolucionário era aberto, não sujeito a determinações de cunho mecanicista, característicos de um positivismo causalístico, e marcado pela probabilidade, pela agência individual e subjetiva, por sua historicidade (MORRIS, 2018).

Contudo, apesar da admiração pelo caráter potencialmente anticlerical, materialista e antideterminista da teoria darwiniana, Kropotkin, como partícipe da tradição socialista de exaltação da solidariedade e como um naturalista da “escola russa” (TODES, 1987) que se opunha à influência malthusiana presente no discurso darwiniano da ‘luta pela vida’ e da sobrevivência do mais apto, propunha uma maior ênfase na ajuda mútua como fator de evolução. Esta postura, baseada nas tradições do naturalismo russo, como expressa por Kessler e pela própria experiência científica de Kropotkin hibridizada com uma interpretação neolamarckiana da cooperação entre as espécies, consistia em uma crítica à visão neodarwinista, especialmente de Huxley, da luta pela existência e da sobrevivência dos mais aptos. Para Kropotkin, esta concepção, além de não traduzir a realidade das relações na natureza, trazia o efeito político devastador de naturalizar as desigualdades sociais presentes na sociedade burguesa.

Élisee Réclus, por sua vez, incorporou em sua geografia universal, um conjunto de noções neolamarckianas, como a ‘unidade na diversidade de formas’ e a evolução, como uma força progressiva, dirigindo todas as formas orgânicas e inorgânicas rumo à harmonia na natureza, na sociedade e no universo (KESHAVJEE, 2009). Também foi central, para a estratégia de fortalecimento da noção de ação direta anarquista, a compreensão, proposta por Réclus (2012) em *Evolução, Revolução e o Ideal Anarquista*, publicado originalmente em 1897, das continuidades e descontinuidades, entre evolução e revolução, como componentes inerentes à transformação social e biológica. Para Regina Horta, uma das principais contribuições às teorias evolucionistas, foi a antevisão por Réclus de que ‘através de uma diferenciação radical característica da vida’, poderia se originar o completamente novo, que ele identifica como momento revolucionário (DUARTE, 2006, p. 22). Réclus propunha, desta forma, uma total reavaliação da relação entre o ser humano, a natureza e a sociedade, em uma visão igualitária radical, na qual teria lugar o nascimento de uma nova sociedade libertária a partir de uma profunda reorganização das relações sociais, inclusive as de gênero e ecológicas. Para Clark (2013, p. 43), Réclus, ao enfatizar ‘a relação dialética entre natureza e cultura, focou na interação entre muitos fatores naturais e sociais na formação da sociedade humana,

sobre a inevitabilidade da mudança e da transformação, e no caráter aberto da história humana e natural'. (Queluz, 2020, p. 212-213)

Com isso em mente, conseguimos compreender a interpretação libertária de concepções evolucionistas. No caso brasileiro, existiu esse caráter híbrido e complexo da ideologia anarquista, de forma que era possível encontrar diferentes concepções inseridas e adaptadas às propostas revolucionárias dos libertários no Brasil (Queluz, 2020, p. 214). Apesar dos diferentes alinhamentos ideológicos no interior do pensamento libertário e de suas correntes teóricas, os/as anarquistas, tanto no Brasil quanto fora dele, tiveram essa característica em comum: apropriaram-se de teorias evolucionistas para definir a “evolução” como um processo ligado ao anarquismo e, portanto, à ordem social baseada na ajuda mútua e não na exploração indiscriminada dos humanos e da natureza.

CAPÍTULO 5 – COMBATE À DISTINÇÃO DE RAÇA E NACIONALIDADE E AS DENÚNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Diferentemente dos capítulos anteriores, este possui não apenas um, mas dois eixos temáticos que compõem nosso processo de análise da fonte: o *combate à distinção de raça e nacionalidade* e *as denúncias de discriminação racial*. Fizemos essa escolha principalmente porque o segundo eixo temático deste capítulo nos possibilitou uma quantidade menor de escritas e parágrafos. Sendo assim, juntamos em um único capítulo as discussões de ambos eixos temáticos, tanto pelos textos serem bastante similares em relação ao combate à distinção de raça e nacionalidade, quanto porque encontramos apenas três casos de denúncias de discriminação racial publicados n’*A Voz do Trabalhador*.

5.1 – Combate à distinção de raça e nacionalidade

No número 5 d’*A Voz*, de 1908, temos uma discussão um pouco polêmica e que envolve raça, política estatal, anarquismo e trabalho. Veremos a seguir um texto assinado por “Iván” – que era, na verdade um pseudônimo de Manuel Moscoso, anarquista espanhol que foi um dos responsáveis por fundar esse jornal da COB.

Ecos

O cúmulo do cinismo

Há dias foi apresentada à Câmara dos Deputados uma emenda propondo que aos operários do Estado fossem pagos os domingos e dias feriados.

A emenda foi rejeitada. Um sr. deputado por Minas declarou que os operários vivem muito bem e que até ganham demais, pois os trabalhadores do interior de Minas ganham um ordenado de 1\$500 por dia e passam perfeitamente!

Ultimamente foi apresentada outra emenda propondo o aumento do salário dos deputados de 75\$000 para 100\$000.

Um operário pode muito bem viver com 1\$500. Um deputado, que além deste tem outros empregos rendosos, não pode viver com 75\$000 por dia!

E o povo sem fazer caso destas lições práticas...

Estes redentores!...

O sr. Monteiro Lopes enviou a Federação Operária 100 chapas com a sua candidatura para as próximas eleições de deputados.

Este senhores são assim. No perigo dum movimento grevista, durante o movimento contra o sorteio, na campanha antimilitarista contra a guerra, brilham pela sua ausência.

Quando se aproximam as eleições, mandam cartinhas amáveis, pedindo indicações sobre os melhoramentos por que devem bater-se na câmara, etc...

Pelo nosso lado estão barrados. Não somos tão estultos para não termos chegado à conclusão, depois de tantos anos de prática, de que as reformas decretadas pelo parlamento não passam de engodos com que pretendem manter o povo na situação submissa, passiva em que se acha, à espera do maná... parlamentar.

Caminhamos para a nossa redenção pelo nosso esforço unido ao das pessoas que desinteressadamente venham ao nosso lado.

De redentores interessados estamos fartos.

Não se cheguem a nós!

Iván (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano I, n. 5, 22 de novembro de 1908, p. 1)

O texto acima requer uma breve contextualização. Manoel da Motta Monteiro Lopes foi um homem negro republicano, socialista não-revolucionário e defensor dos trabalhadores que se tornou o primeiro deputado federal negro do Brasil. Ele nasceu em dezembro de 1867, em Recife e tem uma história de destaque no sentido que, apesar de ter origem pobre, sua família projetou a educação formal e o reconhecimento público para ele e seus irmãos, o que o levou à sua formação em Direito, em 1889, e à sua atuação como juiz em Manaus. Em 1891, Monteiro Lopes se mudou para o Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão de advogado até 1903 e onde se candidatou a deputado em 1909, data esta quando foi identificado pelos jornais como “advogado de irmandades”, “defensor dos operários” e “líder dos pretos” (Dantas, 2008, p. 5).

Carolina Vianna Dantas (2008) nos informa que, quando chegou no Rio de Janeiro, Monteiro Lopes estabeleceu relações com figuras públicas e políticas, principalmente ligados à defesa do sistema republicano. Ou seja, Monteiro Lopes construiu laços por afinidade, com pessoas que possuíam pensamentos e posicionamentos semelhantes aos dele, seja sobre a política, seja sobre a questão racial. Ele também se articulou numa rede de sociabilidades a qual lhe permitia transitar por lugares e ambientes diferentes, mantendo uma espécie de “dupla militância”, enquanto advogado ligado a intelectuais e alguns políticos estatais, e também como representante dos trabalhadores, principalmente os negros.

Monteiro Lopes sofreu com o racismo em variadas situações durante sua vida e principalmente na sua trajetória política estatal. A cor da pele era um tipo de adjetivo que sempre acompanhava afirmações ligadas ao indivíduo não branco e por isso Monteiro Lopes reivindicou sua identidade racial como estratégia de luta política. Ele chegou a mobilizar uma grande reunião, em fevereiro de 1909, com os “homens de cor” entre os operários quando se divulgava rumores de que ele não seria diplomado como deputado federal. Outros estados da Brasil foram envolvidos nessa mobilização, de forma que ela levantou um “Viva a República sem o preconceito de cor!” e “abriu espaço para o questionamento de valores e atitudes

dominantes a respeito das relações raciais, rompendo com o silêncio sobre o racismo” (Dantas, 2008, p. 32).

Por outro lado, se a integração de Monteiro Lopes a esses grupos políticos estatais e a relação dele com republicanos e parlamentares podem ser interpretadas como “conquista” individual ou como um tipo ascensão social e se a sua luta política pode ser vista de uma maneira benéfica para a busca por reformas sociais, para os anarquistas da época o objetivo de Monteiro Lopes de ser tornar parlamentar era algo visto com bastante desconfiança, no sentido de que, assim, ele corria o risco de se conformar com a ordem social estabelecida e de assimilar a estrutura política dominante caso alcançasse um cargo estatal – tornando-se um tipo de cúmplice da dominação.

É nesse sentido que “Iván” questiona a luta e o posicionamento político de Monteiro Lopes: por que, segundo o que nos indica o texto d’*A Voz*, apenas quando o período de eleições se aproxima é que Monteiro Lopes aparecia para falar para o povo? Por que ele não se fez presente durante as campanhas antimilitaristas ou em greves operárias, se afirmava estar do lado dos trabalhadores/as?

Sabendo que Monteiro Lopes era reconhecido como liderança do operariado das fábricas e dos “operários de cor”, então a crítica anarquista presente no texto de Manuel Moscoso pode ser interpretada no campo da disputa política e ideológica através dos jornais – ou seja, era um meio de se disputar adesão do operariado e convencê-lo pela propaganda anarquista que propunha a luta de classes protagonizada pelos trabalhadores/as e suas organizações independentes e distantes da estrutura estatal. O próprio literato Lima Barreto, em uma carta a um amigo, ironizou a necessidade de Monteiro Lopes se mostrar como alguém “ilustrado” (Dantas, 2008, p. 23). Dessa maneira, a crítica libertária era uma forma de chamar a atenção do operariado em relação àqueles que se apresentavam como “redentores interessados” (ou, em outras palavras, oportunistas) que se fundamentavam em lutas reformistas que, na verdade, serviam para “manter o povo na situação submissa, passiva em que se acha, à espera do maná parlamentar”.

Monteiro Lopes volta a ser criticado logo na primeira página do número 11, do jornal *A Voz do Trabalhador*, dessa vez por alguém que assinou a autoria do texto através de uma abreviação, “P.R.”, alguém que afirma ser um operário negro:

EXPLORAÇÃO POLÍTICA

Como operário militante e como negro, protesto energeticamente contra a exploração que o sr. Monteiro Lopes está fazendo com os homens da sua raça e com o operariado do Brasil.

O sr. Monteiro Lopes ambicionou, e conseguiu afinal, uma poltrona na ex-Cadeia Velha, hoje cáldo ninho do parasitismo oficial desta abençoada terra de Vera-Cruz, lugar este que, como ninguém ignora, rende a gorda maquia de 75\$000 diários, que não é nada desprezível na presente organização social. Até aí vai tudo muito bem.

O sr. Monteiro tem tanto direito à rendosa e cômoda poltrona como os demais indivíduos que usufruem esta vantagem – sejam eles vermelhos, amarelos, brancos, incolores até – como nos assiste o incontestável direito de despejá-los pelas janelas do velho edifício no dia em que julgarmos conveniente empregar esta medida extraordinária.

Mas o injustificável é que o referido senhor, receando que o queijo se lhe escapasse das mãos, procurou levantar um preconceito quase extinto, chamando em seu auxílio os homens pretos deste país e afirmando que ia ser esbulhado do cargo para que tinha sido eleito, porque os seus colegas brancos não o queriam admitir junto às suas invioláveis pessoas.

A este apelo acudiram algumas pessoas que se julgaram melindradas como o fato. Porém, os negros conscientes não ligaram a menor importância ao brado de socorro do político burguês, porque entenderam, e entenderam muito bem, que lhes é indiferente que este ou aquele deputado, branco ou preto, entre a gozar o delicioso pudim legislativo, pois o que lhes interessa é o extermínio total das arapucas governamentais, inclusive o parlamento com todos os parasitas ali aninhados.

O sr. Monteiro Lopes, não contente com esta esperteza, abusando da credulidade dos ignorantes, pretende imiscuir-se nos centros operários, oferecendo-lhes como remédio eficaz uma panaceia de que fazem largo uso os politiquinhos da sua espécie: – o auxílio do Estado. E como alguns operários tendem a acreditar em semelhante mixórdia, passo a expor um fato que por si só demonstra as intenções do ilustre espertalhão político.

O sr. Monteiro Lopes tem um filho que ele, naturalmente, muito estima. Como amigo dos operários, o que deveria fazer o sagaz deputado? Fazer com que o seu filho estudasse uma ciência ou arte que poderia resultar algum benefício para a humanidade. Puro engano. O sr. Monteiro Lopes meteu o rapaz no Colégio Militar, onde aprende a forma mais aperfeiçoada de assassinar os seus semelhantes, principalmente os operários quando vierem para a rua reclamar os seus direitos. Em compensação, devido à habilidade política de seu progenitor, é de esperar que em breve tenha o Brasil um general negro.

Muito lucrará com isto o operariado...

P. R. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano I, n. 11, 17 de maio de 1909, p. 1)

Pelo pouco que conseguimos encontrar acerca do tal “P. R.” que assinou a autoria do texto acima, é possível que estejamos tratando sobre Pedro Rangel, um gráfico ou linotipista do Rio de Janeiro (Castellucci, 2022, p. 530), que inicialmente foi um operário anarquista e que, posteriormente em 1925, tornou-se socialista e ajudou a fundar o Partido Socialista do Brasil (PSB). Na pesquisa de Cláudio Barbosa de Sousa (2012), encontramos a informação de

que Pedro Rangel escreveu um artigo, em 1911, intitulado “João Cândido”, para o jornal *A Vanguarda*, do Rio de Janeiro. Nesse artigo, Pedro Rangel analisa o episódio histórico que conhecemos como a Revolta da Chibata e direciona críticas aos marinheiros por terem sido homens forjados pelo militarismo, mas que, quando se levantaram contra as chibatas e os maus tratos, demonstraram ter um coração e os defendeu por terem lutado contra o seu opressor. Pedro Rangel também é citado como colaborador dos jornais cariocas *O Jerminal* (1919) e *Spartacus* (1919-1920) (Rodrigues, 2003, p. 142-143).

De volta ao que nos interessa, o texto assinado por “P. R.” n’*A Voz* já começa com a afirmação de que o autor era operário e negro, como uma demarcação identitária – algo parecido com o que hoje chamam de “lugar de fala” – para dar ênfase ao seu protesto contra o advogado Monteiro Lopes, que havia ganhado votos suficientes nas eleições de 1908 e foi diplomado como deputado federal no início de abril de 1909 (Dantas, 2008, p. 47-49).

De toda forma, dois argumentos nos chamaram atenção no texto: quando ele trata sobre o “ninho do parasitismo” e sobre o “preconceito quase extinto”. Quanto ao parasitismo, é bem natural que um anarquista realize esse tipo de crítica, tendo em vista que o Estado é o símbolo político capitalista da dominação. Mas, para o caso de Lopes, isso não deve ser entendido como uma simples crítica: segundo *A Voz do Trabalhador*, não estamos lidando com uma crítica direcionada apenas ao “parasitismo” que é próprio dos parlamentares e do Estado capitalista, mas um “parasitismo” mais controverso, polêmico e, se pudermos falar assim, imoral: a de um “líder” do operariado e dos “homens de cor” que traiu seus seguidores, admiradores e o povo brasileiro. Após conseguir “uma poltrona na ex-Cadeia Velha”, enquanto deputado federal, Monteiro Lopes passou a receber “a gorda maquia de 75\$000 diários”, paga pelo povo.

É nesse momento em que chegado à questão do “preconceito quase extinto”: sob o risco de não ser diplomado enquanto deputado federal, Monteiro Lopes realiza, como já dissemos, uma grande reunião, em fevereiro de 1909, com o público composto principalmente por operários “de cor”, estes que ajudaram Lopes a pressionar o governo pela sua diplomação, já que se tratava de uma perseguição racista que partia dos parlamentares brancos. É nesse contexto que “P.R.” afirma n’*A Voz do Trabalhador* que Monteiro Lopes estava reavivando um “preconceito quase extinto”, ou seja, um preconceito racial – ou, como chamavam na época, a distinção de raça.

Conforme já discutimos nesta pesquisa – e, com certeza, através de outras variadas pesquisas históricas sobre raça –, sabemos que tal afirmação está incorreta, já que o preconceito racial não estava nem um pouco perto da extinção durante a Primeira República –

ao contrário, nesse período o racismo foi intensificado em termos ideológicos e pretensamente científicos. Tal argumento nos parece estar muito menos associado à realidade da época e muito mais à proposta dos sindicalistas revolucionários e anarquistas da época em focar na luta econômica de classes e, conseqüentemente, em investir esforços para a difusão ideológica de uma identidade de classe que deveria ser assumida pelos trabalhadores/as. Podemos, até mesmo, interpretar da seguinte maneira: é como se a proposta fosse que a identidade racial não deveria sobrepor àquela identidade “universal”, que tornava a maioria da população brasileira e mundial enquanto pessoas que vivem e possuem interesses semelhantes – essa era a identidade de classe, na qual o operariado antagonizava com a burguesia, com os parlamentares, com os intelectuais oficiais e com o clero.

Nesse sentido, conseguimos compreender a argumentação de “P.R.” pela qual ele ressalta os privilégios que “O sr. Monteiro” adquiriu após ser diplomado como deputado federal, o que lhe rendeu “tanto direito à rendosa e cômoda poltrona como os demais indivíduos que usufruem esta vantagem – sejam eles vermelhos, amarelos, brancos, incolores”. É possível perceber que “P.R.” reconhece a existência da distinção racial quando afirma que colegas brancos de Monteiro Lopes não o queriam “admitir junto às suas invioláveis pessoas”, apesar de que esse reconhecimento ocorreu de maneira precária e questionável, já que o preconceito racial foi interpretado como algo “quase extinto”.

Em seguida, “P.R.” afirma que o apelo de Monteiro Lopes alcançou algumas pessoas, principalmente operários negros, devido às circunstâncias do fato. Mas o autor do texto também afirma que “os negros conscientes não ligaram a menor importância ao brado de socorro do político burguês, porque entenderam, e entenderam muito bem” que “este ou aquele deputado, branco ou preto” não trariam nada de diferente para o povo, para os trabalhadores/as e para as próprias pessoas negras, já que os parlamentares, independentemente de sua cor, vão “gozar o delicioso pudim legislativo” e armar as “arapucas governamentais” a fim de manter “o parlamento com todos os parasitas ali aninhados”.

Para reforçar tal interpretação, o texto de “P.R.” publicado n’*A Voz do Trabalhador* ressalta a crítica anarquista aos parlamentares e ao Estado, mais especificamente ao tratar sobre o homem negro recém-eleito deputado federal: Monteiro Lopes tem seus princípios socialistas (mesmo que reformistas) e suas intenções questionadas pela denúncia de que ele, em vez de proporcionar uma educação mais libertária que resultasse em “algum benefício para a humanidade”, escolheu matricular o filho dele no Colégio Militar, local no qual se aprendia “a forma mais aperfeiçoada de assassinar os seus semelhantes, principalmente os operários quando vierem para a rua reclamar os seus direitos”.

Por fim, “P.R.”, de forma sarcástica, arrisca uma possível previsão para o futuro: com as habilidades políticas de Monteiro Lopes e com seu filho matriculado na escola militar, então “é de esperar que em breve tenha o Brasil um general negro. Muito lucrará com isto o operariado”. Esse trecho final nos revela uma questão de grande relevância para o argumento de “P. R.”: a cor, o fenótipo ou a demarcação racial de alguém que pertença a um grupo dominante não impede a existência da exploração, opressão, repressão ou dominação social.

Mas é preciso destacar que “P.R.” tratou a discriminação ou o preconceito racial de forma secundária em relação à luta contra a dominação estatal e os privilégios da classe dominante parlamentar. Em outras palavras, a crítica a Monteiro Lopes não seria desfeita ou não perderia o mesmo sentido crítico se “P.R.” também condenasse a perseguição racial sofrida pelo recém-eleito deputado federal, pois isso explicitava a característica racista da formação social brasileira. Ao contrário, o autor do texto d’*A Voz do Trabalhador* que estamos analisando afirmou que o preconceito racial era algo “quase extinto” – o que é contraditório, inclusive, com o fato de Monteiro Lopes ter histórico de desvalidação ou perseguição por ser uma pessoa negra.

Dando continuidade à nossa análise, pela terceira vez o advogado negro e deputado federal Monteiro Lopes volta a ser mencionado em *A Voz do Trabalhador* no número 13, em um artigo assinado novamente por Iván (Manuel Moscoso):

CRÍTICA E POLÊMICA

Sempre promessas. - Foi efetuada nos subúrbios, dizem os jornais, uma reunião de operários com a presença do deputado Monteiro Lopes. Este prometeu bater-se pelo interesses dos operários e pugnar na Câmara, por certas leis que em seu benefício foram propostas.

Muito bem. O sr. Monteiro Lopes já teve a satisfação de sentar-se na suspirada cadeira. Chegou, pois, o tempo de passar ao terreno dos fatos. É preciso que apareçam essas leis protetoras dos operários (para os que votaram no sr. Monteiro Lopes e noutros charlatães como ele; nós não as queremos nem acreditamos nelas há muito tempo).

Mas ele sabe com quem lida. O rebanho que votou espera a lei salvadora, continuará votando nele... que continuará ‘batendo-se’ pelos interesses dos operários...

Estes é que podem esperar sentados se confiam nas leis que Monteiro Lopes ou outro qualquer, branco ou preto, proponham à aprovação da Câmara.

E embora num momento de fastio ou de aborrecimento fossem aprovadas, não se adiantaria nada. Quem as fará cumprir? O governo? Ele não cai nessa. O povo? Se o povo tiver força suficiente para fazer cumprir as leis, não precisaria esperar que o parlamento as votasse, nem servir-se de intermediários “desinteressados” como o sr. Monteiro Lopes.

[...]

Iván (A Voz do Trabalhador, Rio de Janeiro, Ano I, n.13, 15 de junho de 1909, p. 3)

No texto acima, podemos dizer que há muito mais a preocupação em questionar o que os políticos estatais e o próprio Estado podem fazer para defender os interesses dos trabalhadores do que toda a polêmica anterior relacionada à raça – apesar de que a temática racial volta a aparecer no trecho acima. Nesse caso, a menção à raça tem a ver novamente com a afirmação ligada ao ideário anarquista de que, sendo uma pessoa branca ou negra, um estadista trabalha – talvez até mesmo “sem querer”, devido à estrutura estatal – para manter a ordem e o sistema de dominação vigente. É nesse sentido que Manuel Moscoso questiona: mesmo que uma lei protetora dos operários seja aprovada, quem ou o que faria cumprir tal lei de forma efetiva? E se o povo tivesse força suficiente para fazer cumprir tal lei e seus próprios interesses, então por que precisaria de parlamentares, já que com tal força social poderiam ter consciência dela e realizar transformações mais profundas nas estruturas da sociedade?

Esse debate nos traz reflexões importantes e uma delas é sobre o posicionamento anarquista em relação a leis de proteção ao operariado ou o que hoje conhecemos como direitos trabalhistas. Quando Manuel Moscoso afirma que chegou “o tempo de passar ao terreno dos fatos” e que, com a eleição de Monteiro Lopes é “preciso que apareçam essas leis protetoras dos operários”, nós podemos perceber que essa interpretação anarquista não é contrária a esse tipo de lei de proteção aos trabalhadores/as. Em outras palavras, tal texto nos permite perceber que no interior do anarquismo, em sua variedade de interpretações e correntes ideológicas, existe a defesa de que direitos trabalhistas ou leis de proteção ao trabalhador/a existam enquanto houver capitalismo ou sistema de dominação. Evidentemente, Moscoso também deixa evidente a sua defesa estratégica e o seu posicionamento que prioriza a ação direta no sentido de confiar e preconizar no protagonismo da classe trabalhadora e não na luta por reformas ou em depositar esperanças em pretensos “intermediários” como os parlamentares – pois estes eram entendidos como possíveis parasitas, traidores da classe trabalhadora ou charlatões.

De toda forma, é interessante percebermos que neste último texto assinado por Manuel Moscoso – número 13, de 1909 – tem uma acidez ou agressividade um pouco menos intensa do que aquela do primeiro artigo – número 5, de 1908 –, se pudermos colocar dessa forma. Se na primeira menção a Monteiro Lopes no jornal *A Voz do Trabalhador*, o texto apresentava o relato de que o deputado pedia votos ou apresentava chapas para eleição, mas não aparecia nos momentos de greve ou reivindicação dos operários/as; já na última menção, “Monteiro Lopes e” outros “charlatões como ele” se tornam os alvos, ou seja, todos os deputados, o que

nos indica muito mais a desconfiança anarquista contra parlamentares e a crítica às estruturas estatais do que o ataque direto ao deputado Monteiro Lopes. Em outras palavras, o texto de Manuel Moscoso nos parece menos problemático do que o de “P.R.”, já que este último afirma que o preconceito racial estava, em 1909, “quase extinto”.

Mas uma coisa interessante no último trecho que transcrevemos, intitulado de “Crítica e Polêmica” e assinado por Moscoso, é que ele nos faz refletir sobre uma questão importante – que nos nossos dias atuais poderíamos dizer que se trata da discussão sobre os limites da representatividade: quando Manuel Moscoso diz que os eleitores/as que votaram no advogado negro “é que podem esperar sentados se confiam nas leis que Monteiro Lopes ou outro qualquer, branco ou preto, proponham à aprovação da Câmara” ele nos conduz a reflexão de que quando alguém se encontra na condição estrutural de dominação (nesse caso, um deputado se encontra numa estrutura de dominação política), então não importa a raça, o fenótipo ou a cor da pessoa, pois o branco e o negro estão em pé de igualdade em relação à possibilidade de ser charlatão e se aproveitar das massas através de questões como a demarcação social da raça.

Terminada a nossa discussão sobre o caso de Monteiro Lopes e as críticas anarquistas direcionadas a ele, então seguimos com a análise de outros textos d’*A Voz do Trabalhador* que nos permitirão compreender o eixo temático que nomeamos de *combate à distinção de raça e nacionalidade*. O trecho seguirá foi um dos que mais nos chamou a atenção pela escrita sarcástica e cômica e também por ter sido escrito em crônica, retratando o socialista chamado Melchor²⁷ como alguém que sempre se encontrava embriago e fora de si. Não transcrevemos o texto completo, mas, para contextualizar a parte que não aparecerá abaixo, a crônica que seguirá relata a criação “misteriosa” de um partido que se afirmava operário e socialista, o que aconteceu através de uma primeira reunião com operários sem que o local do encontro tivesse sido divulgado. Entretanto, alguns anarquistas descobriram o local da segunda reunião e foram até lá:

Mais um partido socialista!

[...]

Em vista da primeira reunião ter corrido sem novidade, resolveram anunciar a segunda, comunicando o endereço do local.

²⁷ Trata-se de Melchior Pereira Cardoso, cigarreiro e socialista. Foi o primeiro-secretário da Associação Cooperativa e Beneficente do Cigarreiros e Charuteiros no Rio de Janeiro. Em 1908 foi fundador e diretor-geral do Partido Operário Socialista e em 1912 presidiu o Partido Socialista Brasileiro. (Batalha, 2009, p. 40)

Como era convidado o operariado, um pequeno grupo da Federação, não chegavam a 8 pessoas, lá compareceu, apenas com um intuito de conhecer a orientação da nova organização.

Os homens do partido ficaram aterrados e houve um conciliábulo secreto.

O primeiro a estourar foi o Melchor. Dominado pela manta discursiva e não tendo em conta que se dirigia apenas a duas ou três pessoas, assumiu uma atitude imponente, abriu os braços e começou: Meus companheiros! Não se pode tolerar que estes anarquistas pretendam meter-se em tudo! Que vem eles fazer aqui? Se não estão de acordo conosco, que se vão embora. E se não quiserem sair, ponhamo-los na rua! (Com um gesto trágico). Estou disposto a tudo, a tudo, para impedir a entrada nas nossas reuniões a esses anarquistas desorganizadores e ladrões!!

– Mas onde estão os anarquistas? – pergunta assustado um dos ouvintes.

Então, o Olinda indicou um grupo de rapazes que palestravam tranquilamente.

– Aquele grupo de moços tão sossegados são anarquistas?! Mas todos eles parecem brasileiros! E aquele crioulo que está entre eles, também é anarquista? Pois não diziam que todos eles são estrangeiros?

– Qual! responde Olinda, essa gente está minando tudo. São bons rapazes, mas para nós constituem um perigo. Imaginem que, aberta a nossa reunião, o cara rapada do Carlos Dias pretende falar, ou o Ulisses torce os bigodes, endireita os punhos e deita o verbo! Espantavam-nos a gente... Acho, porém, que devemos procurar o meio de que eles se vão embora sem necessidade de provocá-los.

– Não senhor! – grita o Melchor furioso, ponhamo-los fora e proibamos-lhes a entrada.

O Olinda, como homem mais conciliador, propôs que se adiasse a reunião por falta de concorrência, o que, aliás, era verdade, evitando assim questões desagradáveis.

O Melchor resmungou um pouco, mas percebeu finalmente que era esse o melhor caminho a seguir, e concordou.

Os nossos amigos saíram tranquilos e indiferentes, sendo depois feita no local uma declaração proibindo a entrada aos anarquistas...

E assim terminou o fracasso da segunda reunião. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano I, n. 5, 22 de novembro de 1908, p. 3)

Esse trecho é de grande importância e é um dos que achamos mais curiosos e interessantes pelo conteúdo apresentado, porque a partir dele podemos discutir questões como as disputas ideológicas entre os socialistas libertários e os socialistas marxistas, reformistas, estatistas e/ou social-democratas, mas também, podemos refletir sobre a composição étnico-racial e de nacionalidade no interior da classe operária carioca, algo que também nos permite revisar o nosso conhecimento histórico acerca das lideranças e militância anarquista da Primeira República. Dito de outra forma, como está posto no texto acima, todos os anarquistas não eram imigrantes italianos, portugueses ou espanhóis? Então como poderiam

os anarquistas serem sossegados e ainda se parecerem brasileiros? E o tal “crioulo” entre eles? Como assim um anarquista negro?

São perguntas interessantes levantadas a partir da crônica intitulada “Mais um partido socialista!”. No primeiro capítulo, apresentamos o nome de quatro anarquistas não-brancos e brasileiros que atuaram no Rio de Janeiro – Lima Barreto, Eustáquio Marinho, Domingos Passos e Cândido Costa – e essas figuras podem ser compreendidas como lideranças operárias ou, como no caso de Lima Barreto, um tipo de ativista libertário que atuou na literatura e na imprensa. Isso nos faz indagar: quantos outros/as anarquistas existiram que não eram pessoas brancas e nem imigrantes e, infelizmente, não são historiografadas ou não deixaram vestígios de sua atuação para a história do movimento operário brasileiro?

De toda maneira, a crônica acima nos faz refletir sobre estereótipos relacionados aos anarquistas. É evidente que devemos lembrar que o texto foi publicado n’*A Voz do Trabalhador*, um periódico da COB que era de caráter sindicalista revolucionário e que foi encabeçado por anarquistas, o que nos obriga a analisá-lo com certa desconfiança. Mas quando o trabalhador que estava ouvindo a reunião de fundação do tal partido socialista pergunta se aquele “grupo de moços tão sossegados são anarquistas?!”, nos lembramos do sentido pejorativo e vulgar atribuído à palavra “anarquia” enquanto desorganização, bagunça, desordem ou violência – sentido este que, por muitas vezes, foi política, proposital, consciente ou deliberadamente difundido por adversários/as do anarquismo, sejam eles/as de esquerda ou de direita e em momentos históricos diferentes.

O texto que estamos analisando, publicado em 1908, também nos faz refletir que a noção de que os anarquistas são necessariamente imigrantes europeus é algo antigo. Apesar de existir certo “fundamento” em pensar assim – por consequência do projeto de embranquecimento populacional do Brasil e imigração europeia para compor a mão de obra assalariada no campo e na cidade –, é bem verdade também que existiram brasileiros/as, assim como brancos e negros/as.

Sobre a surpresa do trabalhador que se encontrava como ouvinte da reunião de fundação do tal partido socialista talvez seja uma surpresa para o nosso tempo presente também. Sobre o “crioulo” do grupo anarquista, não conseguimos vestígios históricos que nos permitisse dizer quem era; só podemos imaginar que se trate de Cândido Costa, pois, como já discutimos, ele participou várias vezes de movimentações e comícios anarquistas e era um dos oradores mais elogiados entre os libertários – ele parte do Centro Cosmopolita, esteve em diferentes ocasiões junto com a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ).

A crônica “Mais um partido socialista!” publicada n’A *Voz do Trabalhador* é um dos textos mais emblemáticos porque ele evidencia uma das inquietações que nos direcionaram para esta pesquisa: os/as anarquistas eram apenas os imigrantes? Assim como o processo de formação da classe operária, o anarquismo no Brasil da Primeira República foi experienciado e constituído por conflitos e associações de sentido étnico-racial e nacional, o que torna mais coerente pensarmos nesses anarquistas do período em sua diversidade – pessoas brancas, negras, indígenas, mestiças, brasileiras, europeias, asiáticas... quem sabe? São lacunas abertas para a historiografia do trabalho, do movimento operário e do anarquismo.

De toda forma, deixemos as perguntas de lado e nos concentremos nas nossas análises e respostas. O próximo artigo d’A *Voz do Trabalhador* que analisaremos tem o título “Duas Palavras”, foi publicado em 1908 e foi assinado por Amaro de Matos, que destinou palavras críticas a Mota Assunção.

Amaro de Matos escreveu da cidade de Campos, interior do Rio de Janeiro. Ele foi um dos principais contribuidores da primeira fase do jornal *A Voz do Trabalhador*, com textos publicados sobre a campanha do “Não matará!” contra o militarismo e sobre os rumores de guerra de 1908 entre o Brasil e a Argentina (Knevez, 2021). Mota Assunção foi um imigrante português que trabalhou como cocheiro, tipógrafo, jornalista. Ele escreveu contos, realizou traduções de textos anarquistas e iniciou sua vida militante escrevendo para jornais desde 1899, quando se tornou adepto do anarquismo individualista e, a partir de 1911, aderiu ao socialismo reformista, ligando-se ao Partido Socialista Radical fundado nesse mesmo ano (Batalha, 2009, p. 28-29).

Dito isso, vejamos o trecho a seguir:

DUAS PALAVRAS

[...]

Mota Assunção, que tem mais valor intelectual do que muitos bacharéis que por aí andam mostrando sapiência, deve saber perfeitamente que o diretor do Correio, para ser agradável aos seus amigos burgueses, já disse e dirá a qualquer hora que os operários são arruaceiros e desordeiros.

Devemos trazer sempre na memória a atitude do dr. Edmundo, para com o povo carioca, naquela célebre exploração política do sr. Lauro Sodré, quando presidente da República o sr. Rodrigues Alves.

Se a bondade do sr. dr. Edmundo Bittencourt limita-se apenas em não ter posto, os linotipos nas oficinas do Correio da Manhã, acho que se lhe não pode dar tão encomiástico adjetivo.

Confesso que tive desgosto quando li o artigo de Mota Assunção, o qual merece aplausos na forma e censura no pensamento; e, a meu ver, é uma página de encômios a um explorador.

Não conheço o dr. Edmundo. Não sei se ele é branco, azul, vermelho ou preto, mas, pelo processo em que o s. s. tem estado envolvido e pelas questões que o seu jornal tem abordado, vejo que não pode ser boa peça.

De fato, não existe patrão bom; todos querem somente o seu bem estar, ainda mesmo sabendo que a fortuna que têm é devida à exploração que exercem sobre centenas de trabalhadores.

Terminando, peço ao Mota que se não aborreça comigo, pois é nosso dever, neste mundo, corrigir uns aos outros, quando se pensa irrefletidamente.

Amaro de Matos.

Campos. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano I, n. 14, 08 de julho de 1909, p. 2)

Apesar da consideração e do respeito que demonstra em suas palavras, Amaro de Matos trata com desconfiança a opinião de Mota Assunção: um dos problemas que foram apontados no texto está relacionado com uma aparente exaltação ao patrão Edmundo Bittencourt, dono de uma gráfica que adotou a máquina linotipo por último, o que teria sido algo “bom” para os tipógrafos na interpretação de Mota Assunção. É preciso dizer que Edmundo Bittencourt foi responsável por fundar o jornal *Correio da Manhã*, em 1901, apresentado como uma imprensa de oposição às oligarquias da Primeira República, enquanto que, de forma geral, o jornalismo empresarial (grande imprensa ou imprensa capitalista) dessa época se caracterizava por estar a serviço do Estado e da intelectualidade “oficial”²⁸.

Nós trouxemos esse trecho d’*A Voz do Trabalhador*, artigo de autoria de Amaro de Matos, porque entendemos que através dele encontramos mais um elemento para discutirmos a questão racial dentro da interpretação anarquista. Esse texto possui argumentos semelhantes àqueles que encontramos nas críticas direcionadas a Monteiro Lopes: independentemente de cor ou raça, “de fato, não existe patrão bom”. Amaro de Matos afirma que Mota Assunção teria, “num artigo vibrante publicado na Folha do Dia”, destinado encômios (elogios, exaltação) a um explorador. Para Amaro, não importava se Edmundo Bittencourt era “branco, azul, vermelho ou preto”, pois ele era burguês e, portanto, seus interesses não eram os

²⁸ “Edmundo Bittencourt (1866-1943) nasceu em Santa Maria, província do Rio Grande do Sul e fez os seus primeiros estudos em Porto Alegre, onde colaborou em *A Reforma*, de Silveira Martins. Depois de breve passagem por S. Paulo, veio para o Rio de Janeiro, em 1889, provisionando-se em solicitador no Fôro, enquanto concluía os preparatórios e tirava o curso de Direito. Começou a advogar com Rui Barbosa e Sancho de Barros Pimentel. Em 1908, foi liquidada a sociedade que mantinha *A República*, cujo espólio Rui Barbosa e Carlos Bandeira adquiriram, fundando *A Imprensa*, que Edmundo Bittencourt secretariou e que, suspensa a 25 de abril de 1900, voltou a circular a 2 de janeiro de 1901, mas foi liquidada pela crise financeira e desapareceu a 24 de abril, quando Edmundo comprou-lhe o material e arrendou o prédio da rua do Ouvidor, 117, dando início ao *Correio da Manhã*, lançado a 15 de junho de 1901, que se caracterizou desde logo como jornal de oposição, o que lhe valeu grande prestígio nas camadas populares. Em 1906, Edmundo Bittencourt teve de bater-se em duelo com Pinheiro Machado, a quem o jornal atacava com violência. Como Irineu Marinho, dez anos depois, Edmundo Bittencourt foi dos últimos exemplos de esforço para fazer um jornal, tornando-o de iniciativa individual em empresa próspera.” (Sodré, 1966, p. 329-330, nota de rodapé)

mesmos dos trabalhadores empregados em sua empresa jornalística – e, nesse caso em específico, a substituição da mão de obra humana pelo maquinário, pelas máquinas linotipos nas gráficas, não foi feita para levar benefícios para os trabalhadores, mas sim para beneficiar o próprio Edmundo Bittencourt e o seu lucro.

Passamos agora para um artigo da segunda fase d'A *Voz*, o qual, num contexto de eminente crise e guerra mundial, defende o combate acirrado aos preconceitos de raças, de religião e de pátria:

O Problema Social

OS PRECONCEITOS DE PÁTRIA, RAÇA E RELIGIÃO

O problema social é por demais complexo, e, por consequência, não é fácil num artigo inicial descrevê-lo minuciosamente.

Porém, se lançarmos um olhar demorado sobre tão importante questão, a impressão que se nos depara é das mais satisfatórias:

Aqui, um jornal burguês, ainda que parcialmente, pregando o socialismo; ali uma massa operária que expulsa de seu seio o *polvochefe*; acolá, comícios em praça pública, a fim de protestar contra a carestia de vida, e em suma, a larga propaganda que se faz no sentido de estreitar os laços de amizade entre o operariado universal, fazendo compreender 'que a união constrói a força', que pelo fato de falarmos diversos idiomas não somos inimigos, que eles como nós, sentimos os desumanos e nefandos efeitos do capitalismo, quer criando escolas modernas, que permitirão a compreensão do papel que cada indivíduo representa na sociedade, quer permutando correspondências, quer afastando de si as superstições dos vendilhões do templo (que é o mais perigoso inimigo), quer se recusando a pegar em armas, contra os seus irmãos de outro continente, quer fazendo demonstrações nas fronteiras a fim de impedir guerras, tudo isto é um quadro verdadeiramente maravilhoso, que cada vez mais nos encoraja!

Este conjunto de forças não permitirá o mais leve resquício de dúvida sobre a nossa futura emancipação. O que mais acirradamente devemos combater são: os preconceitos de raças, principalmente a etiópica, de religião e de pátria.

O primeiro, porque todos nós somos humanos, filhos do mesmo planeta, o que nós sentimos, eles também sentem, as mesmas aspirações que nós possuímos, eles também possuem, o atraso (se bem que hoje em menor número), de que esses seres se acham possuídos foi motivado pelos gananciosos capitalistas, sequiosos de acumulações fabulosas, com os seus criminosos tráficos, que felizmente cessaram com o andar da civilização...

O segundo, porque sabe, habilmente, apoderar-se do espírito das mulheres, trazendo como consequência a discórdia no lar, quer embutindo no cérebro frágil de inocentes criancinhas a tacanha superstição do romanismo, desviando-as assim da trilha do progresso.

O terceiro, porque está muito corrompida a sua interpretação.

Pátria, na verdadeira acepção da palavra, não é o que, mediante remuneração, os professores ensinam aos seus colegas, dizendo lhes que

em tal época e batalha tal o general F. teve brilhante feito (sem se expor as balas, já se vê), que, pela pátria devemos, entoando hinos, derramar o nosso sangue, e que os vizinhos argentinos, são nossos inimigos.

Quão desviada está a palavra pátria! Ora, é muito natural que se tenha um especial amor ao lugar em que se nasceu, pois que esse fenômeno encontra-se até nos próprios irracionais...

Mas só por esse fato conclui-se que os nossos vizinhos de além-fronteira sejam nossos inimigos?

Que devemos massacrá-los impiedosamente, a fim de satisfazer as ambições de meia dúzia de parasitas?

Que devemos largar a ferramenta produtora, que tudo edifica e engrandece, e manejar a baioneta, o canhão e outras sortes de armas que tudo destroem, deixando à miséria milhares de pessoas?

Com que direito fazem isto?

Então não basta o tributo do suor? Ainda querem o do sangue?

Falam na paz universal, armada.

Mas como?

De que serviram as prolongadas discussões no tribunal de Haya, onde delegados de todas ou quase todas as nações se fizeram representar?

O governo italiano não está massacrando um povo indefeso que vivia tranquilamente?

O governo alemão não queria há pouco fazer o mesmo com o povo francês, o que graças a atitude dos operários nas fronteiras de ambos os países, não foi levado a efeito?

Triste situação a da Humanidade!

Povo, despertai do sono letárgico de que vos achais possuído, não deveis consentir que se faça de vós um instrumento cego de mesquinhas ambições.

Num caso idêntico imitemos os nossos companheiros franceses e alemães.

Avante companheiros, pois que dia a dia mais se acenuam as nossas reivindicações.

Próximas estão uma crise internacional ou uma guerra universal.

Porto Alegre, 29-12-912.

FRANCISO TOMAZ CARDOZO. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 22, 01 de janeiro de 1913, p. 3)

Não temos informação sobre o autor Franciso [ou Francisco?] Tomaz Cardozo, apenas a própria assinatura dele e a demarcação da cidade de Porto Alegre, de onde ele escreveu o artigo. Esse texto foi escrito num momento marcado por notícias sobre a iminente guerra e crise mundial e de invasões coloniais da Itália na Etiópia, que ocorreram entre 1911-1912 (Marques, 2008, p. 31-32).

Para analisarmos o texto acima, precisamos dizer que o internacionalismo foi um dos principais pontos defendidos pelos socialistas revolucionários – tanto os marxistas, quanto os libertários. Isso significa que os/as anarquistas sempre entenderam o internacionalismo como uma pauta prioritária que deveria ser reivindicada e defendida pelos operários/as do mundo

inteiro, para além das fronteiras nacionais estabelecidas pelos Estados. Nesse sentido, a pauta anarquista contra o patriotismo foi algo que “contra-propagandeou” a suposta “superioridade” civilizatória dos países europeus (Oliveira, 2009, p. 214-215). Além disso, o internacionalismo anarquista fundamentou a proposta de combate ao preconceito de raça e de nacionalidade – ainda mais se pensarmos que a proposta internacionalista objetivava fortalecer os laços, interesses, lutas e a identidade “universal” de classe trabalhadora, identidade esta que ultrapassa barreiras nacionais.

O texto d’*A Voz* assinado por Tomaz Cardozo que transcrevemos acima argumenta sobre necessidade de “estreitar os laços de amizade entre o operariado universal”, pois o “fato de falarmos diversos idiomas” não faz dos “irmãos de outro continente” inimigos; ao contrário, o que “mais acirradamente devemos combater são: os preconceitos de raças, principalmente a etiópica”, ou seja, o preconceito contra a raça negra (Marques, 2008, p. 167). O texto também nos se relaciona com o que trouxemos na introdução, sobre o que chamamos de dominação na esfera cultural, na qual podemos incluir a questão racial, religiosa e patriótica – três questões que se inserem muito bem no campo do saber, das práticas, do cotidiano e dos sistemas de pensamento.

Dito isso, podemos dizer que na argumentação de Cardozo existem, portanto, três problemas que devem ser combatidos: o preconceito de raça, pois o “atraso” ligado à “raça etiópica” foi algo “motivado pelos gananciosos capitalistas” e o “operariado universal” deve compreender que “nós somos humanos, filhos do mesmo planeta, o que nós sentimos, eles também sentem, as mesmas aspirações que nós possuímos, eles também possuem”; o preconceito religioso, que penetra no interior das famílias para “apoderar-se do espírito das mulheres, trazendo como consequência a discórdia no lar” e embutir “no cérebro frágil de inocentes criancinhas a tacanha superstição do romanismo”²⁹; e o preconceito de pátria, que põe “irmãos de outro continente” uns contra os outros para “satisfazer as ambições de meia dúzia de parasitas” capitalistas. Acreditamos que essa reivindicação tinha como objetivo estimular uma concepção ou, até mesmo, uma cultura política que investia na identidade de

²⁹ Entendemos que a crítica realizada não entende a mulher como alguém mais propícia do que o homem a ser enganada pelo “romanismo” religioso. O fato é que a Primeira República é um período no qual o projeto burguês de sociedade buscou determinar o papel da mulher como recatada e dona do lar – e, submetendo a mulher apenas ao lar e “controlando” ela, então era possível controlar a família, o trabalhador, a educação das crianças, etc. Para o bom funcionamento da ordem burguesa do início do século 20, era de grande importância a divisão dos papéis sociais do homem e da mulher, sendo esta a figura destinada ao lar e à educação das crianças e aquele o responsável pelo trabalho. Ao “apoderar-se” da mulher dona de casa que cuida dos filhos/as e embutir nela o “preconceito religioso” era uma forma de perpetuar o “romanismo” da Igreja Católica e retirar da criação das crianças o acesso de quaisquer outras teorias, ideologias e pensamentos condenados pelos grupos dominantes.

classe, já que no campo ou na cidade, nas fazendas ou nas indústrias, todos os trabalhadores/as eram igualmente vítimas da exploração capitalista, sendo o trabalhador/a uma pessoa negra, branca, indígena, parda, mestiça, loira, nacional ou imigrante.

A pretensão dos anarquistas não possuem distinções internas no movimento e organizações operárias e sindicais foi algo que se repetiu algumas vezes no decorrer dos números publicados do jornal *A Voz do Trabalhador*. É o que acontece no seguinte texto:

Em torno duma monstruosidade

A venalidade da imprensa burguesa – Continua a propaganda na Europa –
Outras notas

Há muito que o proletariado do Brasil sem distinção de raça, pátria ou nacionalidade, vem lutando tenazmente contra uma das maiores monstruosidades com que pretendem os argentários impor silêncio e submissão aos produtores: a lei de expulsão [dos anarquistas imigrantes]. (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 27, 15 de março de 1913, p. 3)

Acima vemos a preocupação de não se ter a distinção de raça, pátria ou nacionalidade muito ligada ao problema da lei de expulsão – Lei Adolfo Gordo – que os/as imigrantes e anarquistas enfrentavam no Brasil. A ideia era que os operários/as se unissem apesar das diferenças étnico-raciais e lutassem contra essa lei que visava deportar os imigrantes “indesejáveis”. A mesma pretensão de não ter distinções raciais ou nacionais ocorre no mesmo número 27, quando *A Voz do Trabalhador* anuncia a criação da Liga Operária Machadense – cidade de Machado, em Minas Gerais:

PELO MUNDO PROLETÁRIO
NO BRASIL

[...]

Minas Gerais

[...]

MACHADO – Instalou-se no dia 2 de março corrente, nessa cidade mineira, a Liga Operaria Machadense. Aos poucos o operariado brasileiro vai compreendendo as vantagens da união para a defesa dos seus interesses; e o despertar do operário do Machado é talvez o prenúncio da nova era do levantamento dos nossos trabalhadores.

Abolindo completamente a política [eleitoral e estatal] e a religião no seio da sua Liga, os operários machadenses apenas reconheceram como meio eficaz para a luta a ação direta. Na sessão da instalação resolveram admitir naquela Liga quaisquer operários, sem distinção de sexo, raça, nacionalidade ou religião; resolveram outrossim aderir à C.O.B., escolhendo seu delegado perante a mesma o companheiro Salvador Albano. (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 27, 15 de março de 1913, p. 3)

O mesmo ocorre em:

S. R. T. EM TRAPICHES E CAFÉ
INAUGURAÇÃO DA SUCURSAL EM NITERÓI

[...]

Camaradas: – A nossa coletividade, como se vê em seu estatuto, artigo 2º, diz que temos por lema – ‘Um por todos e todos por um’ - assim como é de ilimitado número de sócios, sem distinção de cor, religião ou nacionalidade; pelo que acima fica exposto se vê que embora trabalhadores braçais, sem outras utilidades, sabemos sentir, amar e compreender que nesta sociedade, a que se nos chamam de irmãos (termo mal-empregado), enquanto subsistir a exploração do homem pelo homem, única causa que nos separa em castas e, portanto, afasta o amor que, como irmãos, deveria existir entre toda a humanidade, pelo simples fato de procedermos todos do mesmo princípio e termos o mesmo fim; assim também sabemos que sendo a humanidade uma só família, esta não pode ser feliz enquanto houver um só membro, componente da mesma, que sofra humilhações por ela impostas.

Para sanar estas lacunas se organizam as sociedades de classe, únicas capazes de regenerar a humanidade nas hodiernas sociedades. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 37, 15 de agosto de 1913, p. 2-3)

Novamente nos deparamos com a prioridade da luta econômica de classes através das associações e organizações operárias, ao mesmo tempo em que se priorizada a identidade de classe como algo antagônico às distinções de cor, religião e nacionalidade: o operariado deveria se organizar em defesa de seus próprios interesses e que, para isso, deveriam pôr de lado as divergências nacionais e raciais, pois “enquanto subsistir a exploração do homem pelo homem”, esta que foi considerada no texto acima como a “única causa que nos separa em castas e, portanto, afasta o amor que, como irmãos, deveria existir entre toda a humanidade”, que é “uma só família” e não “pode ser feliz enquanto houver um só membro, componente da mesma, que sofra humilhações” impostas pelas estruturas sociais baseadas na exploração.

PELAS FÁBRICAS
NA CARIOCA

Os operários da Fábrica Carioca não podem continuar de forma nenhuma nas condições atuais. Depois de fazerem movimentos grandiosos que se prolongaram, alguns deles, por 15 dias e mais, não podemos acreditar que se submetem tão mansamente à exploração desenfreada que exercem sobre os patrões. Já sabemos que agora não podem reclamar porque estão desorganizados, mas organizem-se e depois reclamem.

[...]

É preciso que os operários da Carioca, como os das outras fábricas, se convençam que os patrões só respeitam os operários quando estes estão forte na sua associação de classe para se fazer respeitar.

[...]

Assim, pois, ponhamos de lado as divergências que porventura existam, ponhamos de lado o patriotismo e as raças, e tratemos de nos organizar para garantir o pão para nós e nossas famílias. Desorganizados como estamos é

que não podemos ficar, visto que os nossos inimigos se organizam e se combinam para nos explorar cada vez mais [...]. Nenhuma classe se encontra em condições mais favoráveis para se organizar do que a nossa, pois trabalhando juntos na mesma sala temos por obrigação de nos conhecer e compreender, mas não acontece assim; os operários das fábricas olham-se com desconfiança e muitas vezes um quer falar com o outro para se associar, mas a desconfiança é tal que ele renuncia a sua ideia, deixando-se explorar igual ao seu companheiro, como se não compreendesse as coisas.

Companheiros! não vos deixeis iludir com as artimanhas dos patrões, pois estes são os que urdem todas as intrigas para que os operários nunca se unam; eles lançam essas desconfianças entre vós porque enquanto desconfiardes uns dos outros e estiverdes desunidos, eles vencem; é o lema dos jesuítas: ‘Divide e vencerás’.

Mas é necessário que não nos deixemos iludir por mais tempo: é preciso organizarmo-nos para resistir aos verdugos que nos exploram torpemente dentro dessas bastilhas chamadas fábricas de tecidos! Avante, pois!

ALBINO MOREIRA

Rio, 22-4-1913. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 30, 01 de maio de 1913, p. 3)

No trecho acima nós percebemos que os conflitos raciais e nacionais eram conhecidos pelos anarquistas. E como já mencionamos em discussões anteriores, o ano de 1913 foi marcado por lutas contra a carestia da vida e pela iminência da Primeira Guerra Mundial – algo que, pela propaganda dos grupos dominantes internacionais, interferia no operariado brasileiro que era composto por trabalhadores/as do Brasil e da Europa, ou seja, a propaganda patriota contribuía com a divisão da classe trabalhadora ao incentivar desavenças entre imigrantes e brasileiros/as. Nesse sentido, os conflitos nacionais e raciais foram interpretados como responsabilidade dos capitalistas que visavam enfraquecer a organização operária. Enquanto o patriotismo e o militarismo eram responsáveis por séculos de separação entre raças e povos, o internacionalismo da classe trabalhadora reforçava a possibilidade de uma associação geral entre os trabalhadores/as do mundo:

INTERNACIONALISMO

[...]

Basta considerar atentamente o que se passa em volta de nós para perceber que o futuro reside completamente em uma vida internacional praticamente organizada.

Pela nossa parte, não temos nenhuma ilusão sobre as probabilidades deste pacifismo sentimental, que concentra toda a sua esperança na afirmação simplista da fraternidade humana, que preconiza o desarmamento às nações isoladas, enquanto que as outras permanecem armadas, que quer resolver por fórmulas humanitárias os mais graves problemas políticos, as oposições de interesses os mais completos, as mais angustiosas questões que separam as raças e os povos desde séculos e séculos.

[...] (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 37, 15 de agosto de 1913, p. 3)

Ou seja, conseguimos perceber que o que está sendo chamado de “pacifismo sentimental” nada mais é do que uma contradição lógica da propaganda patriótica e capitalista, a mesma que fala sobre uma suposta fraternidade humana ao mesmo tempo em que mantém os países exploradores armados e as “nações isoladas” desarmadas; em que afirma simples “fórmulas humanitárias” para “os mais graves problemas políticos” e para “as mais angustiosas questões que separam as raças e os povos desde séculos e séculos” – ou seja, pelo que já analisamos até o momento, não seria errado interpretarmos que “os mais graves problemas” e “as mais angustiosas questões” que separam povos e raças se fundamentam na exploração do ser humano pelo ser humano.

Ainda em relação ao militarismo, vejamos o caso a seguir, no qual encontramos um artigo que tratou sobre a Revolta da Chibata, de forma que *A Voz do Trabalhador* não tenha exposto a violência específica que a Marinha praticava contra os marinheiros negros:

A REVOLTA DE 1910

[...]

A revolta de 23 de novembro de 1910, foi para nós, como todo o ato que afirme a dignidade humana, altamente simpático. E que ato é mais afirmativo da dignidade humana que a rebelião contra o militarismo? Verdade é que o movimento subversivo em que se destacou João Cândido não foi propriamente contra o militarismo como instituição. Porém foi contra uma de suas bases: a brutalidade. Isto é já alguma coisa.

No dia que se intente despojar da brutalidade que é a característica desta pernicioso instituição, terá desaparecido o militarismo.

Os revoltosos de 1910 só sentiram as dores físicas, razão porque sua rebelião não adquiriu maiores proporções. Os castigos corporais em seres embrutecidos geralmente são suportados com resignação rubenescamente. Esta submissão e esta resignação vão dia a dia desaparecendo, até nos mais embrutecidos.

[...]

Nossa aspiração – e aproveitamos esta data para assinalarmos uma vez mais – é que os trabalhadores interpretando retamente seus interesses, se neguem a vestir o denegante uniforme de soldado e estejam sempre dispostos à revolta contra o serviço militar obrigatório. Aos que hoje, vão servir no exército, marinha ou polícia, por necessidade, por falta de trabalho, nosso conselho é: antes de vestir um uniforme, ide roubar; antes de ser soldado, sede salteador de caminhos...

O crime maior é o crime organizado.

Abaixo o militarismo!

JOSÉ BORÓBIO (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 44, 01 de dezembro de 1913, p. 1)

O texto acima foi publicado após três anos da Revolta da Chibata, de 1910. Esta revolta terminou expondo à sociedade as adversidades enfrentadas pelos descendentes de negros livres, 22 anos após a Abolição (Nascimento, 2016, p. 153). Álvaro Pereira do Nascimento (2016) nos afirma que, apesar de existirem outros fatores que explicam a Revolta da Chibata, o contexto era de forte racismo e alguns homens das primeiras gerações de negros libertos encontravam na Marinha uma possibilidade de ascensão social. Contudo, mesmo compondo cerca de 75% do contingente de soldados da Marinha, os marinheiros negros eram tratados como “escravos” dos oficiais, o que nos faz refletir sobre as heranças escravocratas mesmo após do 13 de maio, de 1888, e a proclamação da república, de 1889 – heranças ligadas às próprias formas de castigo da Marinha. Além disso, o que chamamos hoje de racismo estava presente na compreensão de oficiais – os “escravocratas” da Marinha –, que viam “males inatos” aos negros e mestiços – como a incapacidade de progredir, a preguiça, o vício, as brigas, etc – e desejavam a substituição dessa raça que só poderia ser dominada através de castigos corporais.

Por sabermos que existiam operários e anarquistas negros, por sabermos que o movimento operário era composto por uma diversidade racial própria da realidade brasileira – mesmo com o projeto de embranquecimento e com a política de imigração europeia –, não podemos deixar de perceber que as considerações acima sobre o racismo próprio da Marinha não foram apontadas no texto de José Boróbio publicado n’A *Voz do Trabalhador*. O foco da crítica presente no artigo “A Revolta de 1910” foi direcionado ao caráter violento do militarismo.

Mas esse texto nos permite refletir sobre outras questões: não houve apenas um silêncio do artigo em relação ao racismo da Marinha. Não podemos dizer até que ponto os redatores d’A *Voz* tinham informações sobre a realidade, etc – em outras palavras, tal texto de Boróbio não nos indica, evidentemente, toda a complexidade da realidade da época e nem podemos afirmar através dele todo conjunto de informações que tais redatores e colaboradores do jornal da COB possuíam. O fato é que o artigo “A Revolta de 1910”, que trata sobre o que conhecemos hoje como A Revolta da Chibata, entende que qualquer ato por “dignidade humana” é válido, ainda mais os que se rebelam contra o militarismo.

Mas, o mesmo texto entende que “o movimento subversivo em que se destacou João Cândido não foi propriamente contra o militarismo como instituição. Porém foi contra uma de suas bases: a brutalidade”. E esse é ponto interessante: o autor do texto tinha noção de que João Cândido não era contra o militarismo, mas contra a brutalidade militarista – é aí que encontramos o “silêncio” sobre o racismo da Marinha. Ao mesmo tempo, o texto também nos

evidencia novamente a desconfiança anarquista em relação às estruturas estatais de dominação – nesse caso específico, as forças militares do Estado. Nesse sentido, é curioso sabermos que mais tarde, na década de 1930, João Cândido se filiará à futura Ação Integralista Brasileira, o movimento fascista brasileiro (Santos, Rodrigues, Scopel, Iacomini, Kruger, 2019, p. 61-63).

Curiosidades à parte, voltemos para a nossa discussão. Como sabemos, o jornal *A Voz do Trabalhador* publicava pequenos textos entre dois artigos, por exemplo. Eram texto de propaganda libertária ou sindicalista, que convocava o operariado ou o leitor/a para a organização de classe. Isso ocorria numa diversidade de locais do impresso, como no texto a seguir que foi publicado na primeira página:

Todos os operários, quer sejam brancos ou pretos, católicos ou protestantes, socialistas ou anarquistas, devem organizar-se em sindicatos de resistência, a fim de melhor poderem combater o inimigo comum – o capitalismo. (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 46, 01 de janeiro de 1914, p. 1)

Como sabemos, se preconizava pela identidade e organização de classe de modo que se deixasse de lado as distinções de raça, de nacionalidade e de religião. Em um artigo sobre a organização da classe operária e a propaganda do sindicalismo revolucionário, Rozendo dos Santos³⁰ escreve:

Aos trabalhadores nascidos no Brasil

[...]

No entanto são ilógicas as censuras feitas ao operariado brasileiro, acusando-o em absoluto refratário à organização, a fim de combater conscientemente os que, firmados na sua ignorância, mais estreito torna o círculo em que nos encontramos encerrados. Ora, extinto e elemento servil e proclamada, com a queda do império – ante o povo bestializado – esta república caricata e de roubalheiras que por aí vai prostituída e explorada, por fazendeiros e filhos destes que se viram abruptamente arruinados com a abolição do braço escravo, muito morosamente, espalhada a semente criteriosa da organização das classes trabalhadoras, fazendo desaparecer no espírito dos nossos companheiros natos a prevenção e desconfiança que têm pelo elemento estrangeiro, demonstrando-lhes o valor que o seu concurso dará às lutas contra a exploração capitalista, interessando-se pelo prestígio de sua classe, teremos assegurado uma sólida barreira de onde lançaremos as nossas hostes em busca de equidade e de justiça para a grande família proletária.

³⁰ O autor do artigo, Rozendo dos Santos, foi um tipógrafo anarquista. Foi um dos fundadores da Liga das Artes Gráficas do Rio de Janeiro, em 1903, e foi o secretário geral da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1913 (Batalha, 2009, p. 149). Ele foi um dos principais colaboradores da segunda fase (1913-1915) do jornal *A Voz do Trabalhador* juntamente a Astrojildo Pereira e José Elias da Silva (Knevez, 2020, p. 2).

Exigir-se, por enquanto, mais do operariado brasileiro organizado, não é possível; já muito tem ele feito, demonstrando o quanto poderá contribuir uma vez desfeitas essas nuvens que ainda turvam o horizonte duma vida nova, despedaçados pelos trabalhadores os preconceitos de raça e nacionalidade, acariciados pelo arraigado misticismo de que estão possuídos. Felizmente um novo influxo de vida vem se derramando, trazendo novas luzes aos arraiás proletários, arrebatando os nacionais da mentira e da falsidade em que os conservavam seus antigos senhores. [...].

ROZENDO DOS SANTOS

Rio, 8 de fevereiro de 1914. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 50, 01 de março de 1914, p. 1)

Interessantemente, Rozendo dos Santos afirma que a república brasileira era caricata e que foi instaurada “ante o povo bestializado”. Após lembrar a herança ou a permanência de interesses dos antigos escravocratas e de seus descendentes, Rozendo trata sobre o “operariado brasileiro organizado” de uma maneira que nos chamou atenção: ele não parece se colocar como um operário brasileiro, ao contrário, parece se afastar dele ao dizer que “já muito tem ele feito” ao demonstrar o “quanto poderá contribuir uma vez desfeitas essas nuvens” de “preconceitos de raça e nacionalidade”. O autor do texto também afirma que o operariado brasileiro está enraizado com “misticismo”. Ao que parece, Rozendo fala das heranças ou marcas de subserviência ou de ignorância que os senhores escravocratas terminaram por enraizar entre os próprios trabalhadores brasileiros – algo que “um novo influxo de vida vem se derramando” e “trazendo novas luzes aos arraiás proletários”, de forma a arrebatá-los os trabalhadores “nacionais da mentira e da falsidade em que os conservavam seus antigos senhores”.

Esse é um debate complexo, pois aqui nos deparamos com duas possíveis questões: (1) que Rozendo dos Santos analisava a realidade a partir da ideia de *alienação* e, portanto, entendia que a ideologia dominante de uma época é a ideologia da classe dominante da mesma época – o que significa que tal ideologia se encontrava espalhada entre a classe trabalhadora que poderia, conseqüentemente, lutar ou agir contra si mesma; ou (2) que Rozendo concebia o povo e, conseqüentemente, os trabalhadores/as da Europa enquanto pessoas mais organizadas e, quem sabe, superiores – diferentemente do operariado brasileiro que tinha enraizado em seu pensamento o misticismo que lhe era próprio e as concepções escravocratas de seus antigos senhores. Na verdade, quem sabe não exista uma terceira possível situação, na qual há um pouco das duas anteriores?

Bem. Responder isso caberia uma nova pesquisa. Distante de respondermos à questão acima, o que no momento nos é necessário para a nossa análise é compreendermos que Rozendo dos Santos afirmou que estrangeiros/as e nacionais eram “companheiros natos” e

que a luta operária contribuía para reduzir a desconfiança que o operariado brasileiro sentia “pelo elemento estrangeiro”. Novamente nos deparamos com a defesa da identidade e unidade de classe que deveria servir na “contra a exploração capitalista”, pois só dessa maneira seria possível assegurar “uma sólida barreira de onde lançaremos as nossas hostes em busca de equidade e de justiça para a grande família proletária”. No mesmo sentido, temos o seguinte texto publicado no dia primeiro de maio:

Aos trabalhadores nascidos no Brasil

[...]

A quarta e última pergunta: para conseguirem os trabalhadores os direitos de vida e garantia dos meios para a manutenção da sua existência e efetividade de trabalho só organizando-se em associação de classe os terá assegurado, impondo-se pela solidariedade de todos sem distinção de crenças políticas ou religiosas, nacionalidade ou raça.

ROZENDO DOS SANTOS

10 de fevereiro de 1914. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 53-54, 01 de maio de 1914, p. 1)

A identidade e associação de classe somada à proposta do internacionalismo: essa era a solução apresentada pela *A Voz do Trabalhador* para a resolução dos problemas dos trabalhadores/as:

Aos trabalhadores nascidos no Brasil

[...]

Afastando-nos dos pontos capitais que nos levaram a fazer estas considerações, estudando à medida de nossas forças a vida dos operários brasileiros, concitando-os à organização, tivemos em mira demonstrar-lhes que a questão operária afeta todo o mundo trabalhador e, assim, não se limita a luta aos opressores do operariado do Brasil. Para que essa luta seja coroada de êxito é preciso que estejamos identificados com todos os trabalhadores do globo, a fim de agirmos coerentes com os métodos de ação admissíveis e aceitáveis a todos os povos, a todas as raças, visto que os interesses dos nossos inimigos – os capitalistas e os governos – transpõem as fronteiras e se irmanam concentrados no propósito de sufocar as aspirações operárias que tenham por escopo a emancipação econômica da classe produtora.

[...]

ROZENDO DOS SANTOS

Rio, abril de 1914 (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 55, 15 de maio de 1914, p. 1)

Como podemos perceber, Rozendo dos Santos deixa evidente que, assim como os inimigos – “os capitalistas e os governos – transpõem as fronteiras”, o operariado deveria se unir e agir de forma coerente e “com os métodos de ação admissíveis e aceitáveis a todos os povos, a todas as raças” em busca da “emancipação econômica da classe produtora”. É a articulação entre os projetos de identidade universal de classe trabalhadora ou produtora, da luta por emancipação econômica e de internacionalismo.

No texto a seguir, que busca estimular a criação de sindicatos operários na Bahia, encontramos a indicação de que as discussões e desavenças sobre pátria e religião são questões que devem ser substituídas pela associação e luta de classe:

AOS OPERÁRIOS DA BAHIA

[...]

Dirijo-me diretamente a vós outros, não porque vos conheça pessoalmente, mas sim pela natureza do cargo que ocupo na Confederação Operária Brasileira e este faz com que passe por minhas mãos tudo quanto se relaciona ao operariado do Brasil, neste número se incluem os operários da Bahia e com especialidade os que desenvolvem sua atividade na cidade de S. Salvador.

A Confederação Operária Brasileira já é bastante conhecida em quase todos os Estados, porém na Bahia ela quase passava despercebida.

[...]

Feito isso, não vos preocupeis com discussões superficiais acerca de pátrias ou religiões. Preocupai-vos tão somente da única pátria que possuíis, que é a da família – os vossos entes queridos; preocupai-vos tão somente da única religião, que é o – Trabalho.

Procurai transformar o sentimento de vossa pequena família, dessa pequena pátria, em uma outra sem limite em número e qualidade, que é a grande família proletária – a grande falange dos que tudo produzem, a tudo têm direito e, no entanto, tudo lhes tem sido negado! Sim, essa é que é a verdadeira pátria, tão grande que a encontrareis onde exista uma significação de vida e tão importante que sem ela essa vida seria inexistível. Acostumai-vos a ver como única religião o trabalho, mas não esse trabalho exaustivo, mortificante, feito por uma maioria para uma minoria dele desfrutar sem nada produzir; mas o trabalho metódico, salutar, produzindo segundo as vossas forças e logo imediatamente consumir segundo as vossas necessidades.

Para isso conseguirdes basta que vos arregimenteis nos vossos sindicatos, que aproveiteis o pouco tempo que vos resta do trabalho, instruindo-vos, lendo os bons livros e os bons jornais, pondo de parte a leitura perniciososa de romances baratos, ou de jornais burgueses, que somente vos ensinam e aconselham a obediência, a submissão aos vossos exploradores, aos exploradores de vossas esposas e de vossos filhos nas fábricas e nas oficinas!

Correis pressurosos às associações de classe

[...]

ANTONIO MOREIRA

Rio – 15 – 6 – 1914. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 57, 20 de junho de 1914, p. 3)

Interessante que quando o autor convoca o leitor a se organizar em sindicatos, ele literalmente está falando com “o” leitor, homem, pois diz que os romances baratos e os jornais burgueses “somente vos ensinam e aconselham a obediência, a submissão aos vossos

exploradores, aos exploradores de vossas esposas e de vossos filhos”. De toda forma, esse texto nos indica novamente a aposta que o jornal *A Voz do Trabalhador* fazia na identidade e associação de classe como luta principal e mais importante.

É preciso nos atentarmos que estes últimos textos e artigos d’*A Voz* são de 1914, num período em que a Primeira Guerra Mundial já havia começado. O próximo fragmento abaixo tratará sobre esse assunto, interpretado como a “atual carnificina europeia”:

Contra a guerra

e contra a pátria

“Há uma virtude superior à da pátria, é o amor da humanidade – Milab.”

Positivamente, o atual conflito europeu é uma das maiores barbaridades que a burguesia dominante do velho mundo, considerado como civilizado... comete contra as preciosas vidas dos trabalhadores. Portanto, revolta todos os corações bem formados e fere todos os princípios de sentimentos de humanidade. Sim, porque a guerra é o assassinato coletivo dos trabalhadores, que a burguesia pratica pela avidez de ganhos e com o intuito de estender o seu domínio e a sua exploração sobre outros povos. Não é com outro fim que a burguesia provoca as guerras. Isso de defender a pátria é um pretexto para entusiasmar os trabalhadores e inculcar-lhe o sentimento de ódio de raça. Os burgueses enaltecem os sentimentos patrióticos e, no entanto, eles não têm pátria, pois que a única e verdadeira pátria deles é o capital e o capital não tem pátria.

De fato, por exemplo, vejamos: Aqui no Brasil as mais fortes empresas capitalistas são de acionistas estrangeiros e, no entanto, exploram operários brasileiros natos e são protegidos nos seus interesses, contra os interesses dos operários, pelo próprio governo no país.

[...]

ZEFERINO OLIVA

S. Paulo. (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 57, 20 de junho de 1914, p. 3)

Esse é um dos textos que entendemos como um dos mais emblemáticos até aqui, por dois motivos: primeiro que a ideia de “raça” não aparece com sentido unicamente ligado à biologia, ao fenótipo e à cor da pele, mas também como sinônimo de nacionalidade e, conseqüentemente, poderíamos pensar em aspectos culturais de determinada nação. Ou seja, o “ódio de raça” também é algo que, devido ao patriotismo, poderia facilmente se direcionar do branco contra o branco, do preto contra o preto, do amarelo contra o amarelo, do vermelho contra o vermelho, de acordo com a nacionalidade (e, conseqüentemente aspectos culturais) de determinados povos.

A segunda questão que nos chama atenção é que o argumento que demonstra a hipocrisia lógica existente na proposta patriótica capitalista: a burguesia, em qualquer lugar do mundo, é uma classe que se interessa e se fundamenta na obtenção de lucro – a defesa da

pátria é algo secundário, terciário talvez. Como o autor Zeferino Oliva afirma, “a guerra é o assassinato coletivo dos trabalhadores” e é produzida para estender domínio e exploração para além das fronteiras nacionais. A hipocrisia do patriotismo capitalista fica evidenciada em vários países, assim como no Brasil: “as mais fortes empresas capitalistas são de acionistas estrangeiros” que, “no entanto, exploram operários brasileiros natos e são protegidos”, “contra os interesses dos operários, pelo próprio governo” brasileiro.

Por isso o internacionalismo; por isso a identidade, a consciência, a associação e a luta da classe produtora como resposta ao sistema social burguês. No mesmo sentido, na coluna *Movimento Associativo*, que é recorrente em praticamente todos os números d’*A Voz do Trabalhador* e que trata sobre notícias e acontecimentos ligados ao movimento operário que acontece em vários estados brasileiros, encontramos um relato sobre um comício organizado pelo Comitê Proletário de Defesa Popular, realizado em São Paulo, em protesto à prisão do operário Manuel Campos. O texto reafirma o que estamos discutindo – a proposta de associação e identidade de classe no lugar da distinção de raça, sexo ou nacionalidade:

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

[...]

São Paulo

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Com regular concorrência realizou-se no domingo, 8 do corrente, às 2 horas da tarde, no local da União dos Operários Canteiros, o anunciado comício organizado pelo Comitê Proletário de Defesa Popular, para protestar contra a prisão do operário Manuel Campos, verificada em Santos, há mais de três meses, sem que os meios legais tenham sido eficientes para restituir-lhe a liberdade, apesar de ser ilegal a sua prisão.

Em seguida, a sessão de protesto passou-se a tratar da organização das classes operárias, ficando definitivamente constituída uma associação denominada União Geral dos Trabalhadores, a qual reunirá em seu seio todos os trabalhadores sem distinção de raças, sexos ou nacionalidades [...]

Constituição

5 – A União Geral dos Trabalhadores reunirá em seu seio, sem distinção de classes, raças, sexos ou idades os trabalhadores (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 65, 01 de dezembro de 1914, p. 4)

Com esse texto, que foi publicado em dezembro de 1914, já conseguimos compreender a uma parte do que este capítulo buscou explicitar: o *combate à distinção de raça e nacionalidade* – combate que se fundamentou no internacionalismo e na identidade, consciência e luta econômica de classe em busca da emancipação do trabalhador/a, do verdadeiro produtor/a da sociedade.

Com isso podemos passar para a segunda parte deste capítulo: os casos de *denúncias de discriminação racial*. Entretanto, começaremos com um texto de um caso particular que faz, de certa forma, uma “transição” entre a temática anterior e a próxima: não se trata de um artigo que denuncia diretamente um caso de discriminação racial. O artigo que seguirá traz informações sobre a luta do movimento sindicalista revolucionário da Austrália e da Nova Zelândia, mas trata também sobre a temática racial nestes países.

5.2 – As denúncias de discriminação racial

Diferentemente do que os textos d’*A Voz do Trabalhador* que analisamos até agora, no texto a seguir a ideia de “raça” aparece num tom de defesa e talvez de admiração pela luta dos operários australianos que enfrentavam tanto o avanço capitalista no sentido econômico da luta de classes, quanto, particularmente, a “invasão inexorável da raça branca”. Nesse sentido que percebemos no texto um caráter de defesa não apenas da luta sindical, mas também do que conhecemos hoje como autodeterminação e luta contracolonial. Ao tratar sobre o sindicalismo na Austrália e Nova Zelândia, o artigo informa sobre o contato entre o movimento sindicalista europeu com um representante sindical “antípoda”³¹ chamado Percy B. Short:

MOVIMENTO INTERNACIONAL

O SINDICALISMO NA AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA

Traduzimos, dum dos últimos números do Bulletin International du Mouvement Syndicaliste³², a seguinte interessante “interview”, que o seu redator obteve dum sindicalista da Nova Zelândia há pouco chegado na Europa:

³¹ Antípoda: alguém que mora muito longe, habitante de um lugar do mundo que é diametralmente oposto de quem está falando.

³² Sobre o Boletim Internacional do Movimento Sindicalista: “[...] Não obstante, uma Internacional moderadamente bem-sucedida e, pela primeira vez, durável, emergiu, durante os anos iniciais de 1920, da facção anarcossindicalista do movimento.

Na fase inicial do sindicalismo, os anarquistas, em especial na França e na Itália, andaram em companhia dos sindicalistas reformistas, nas mesmas federações. Primeiro, esses organismos buscaram unidade dentro da Internacional Sindical (Trade Union International), fundada em Amsterdam, em 1905. Nela, por alguns anos, os anarcossindicalistas constituíram uma ala esquerda permanentemente incômoda e, em 1911, o desejo de afastar-se da maioria reformista da Internacional de Amsterdam atingiu o ponto em que eles começaram a pensar seriamente na formação de uma organização independente. Na realidade, a ideia estava sendo divulgada desde o Congresso anarquista de 1907, quando Christian Cornelissen fundara um Bulletin International du Mouvement Syndicaliste (Boletim Internacional do Movimento Sindicalista), que servia como um meio para trocar opiniões e informações entre as facções sindicalistas revolucionárias nos vários países europeus e americanos.” (Woodcock, 2006, p. 40)

Tivemos o prazer de encontrar um dos nossos camaradas dos antípodas Percy B. Short, que veio à Europa para estudar o movimento sindical nos diversos países.

Há algumas semanas na seção de Auckland dos “Trabalhadores Industriais do Mundo” (Industrial Workers of the World, ou I.W.W.) recebia, da Europa, uma carta do editor dum órgão sindicalista, em que se pediam informações sobre as grandes greves recentemente havidas na Nova Zelândia. O camarada Short foi, com um outro, designado para redigir a resposta; mas, como devia partir para a Inglaterra, Short foi encarregado de levar pessoalmente as informações pedidas e, também, de se informar, por sua vez, sobre o movimento europeu.

Tendo sido, durante algum tempo, membro da seção de Sydney dos I.W.W. e conhecendo perfeitamente pois, o movimento sindicalista revolucionário da Austrália, Short nos oferecia a feliz oportunidade duma palestra a respeito dos dois movimentos. E tanto mais interessante foi a nossa entrevista, quando é ele de origem “maori”, representante desse povo de indígenas da Nova Zelândia que, com uma energia e uma tenacidade incríveis, têm resistido à invasão inexorável da raça branca.

[...]

A nossa palestra com Short começou, dum modo geral, sobre as perspectivas da propaganda sindicalista revolucionária, e fomos agradavelmente surpreendidos ao saber que na Nova Zelândia e entre os ‘maoris’ a propaganda é particularmente favorecida pelas tendências da população que, no passado, praticava uma espécie primitiva de comunismo.

Entre os operários ‘maoris’, um renegado ou um fura-greve parece ser um personagem desconhecido, tanto o sentimento de solidariedade, segundo os costumes do povo, torna impossível a sua existência. (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 58, 05 de julho de 1914, p. 3)

O caso acima sobre o sindicalismo revolucionário na Austrália e Nova Zelândia é interessante porque expõe uma preocupação específica com a situação de trabalhadores/as não brancas. Através do texto conseguimos ter uma noção da relação entre o sindicalismo da Nova Zelândia e Austrália e o povo maori. O IWW, Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo), se destacava entre os movimentos trabalhistas internacionais do início do século 20 por ser uma das organizações mais consistentes que possuía os “trabalhadores de cor” (Cole; Struthers; Zimmer. 2017, p. 186). A IWW possuía um caráter antirracista e na Austrália se dirigia a minorias pessoas não brancas. As organizações sindicalistas neozelandesas e australianas da IWW possuíam membros e interesses em comum devido à proximidade geográfica, à herança da colonização e ao intercâmbio de trabalhadores/as.

O jornal da IWW da Nova Zelândia, chamado de *Industrial Unionist*, chegou a publicar artigos em língua maori escritos pelo sindicalista e marxista neozelandês Percy Short, que era pintor, decorador, professor e tradutor da língua maori. Ele nasceu em 1881 e posteriormente viveu numa cidade rural da Nova Zelândia que tinha a população composta

predominantemente pelos colonos chamados Pakeha – de origem britânica. Foi no contato com os maori que Percy Short aprendeu a falar essa língua indígena – o que, ao contrário do que consta no texto d’*A Voz do Trabalhador*, nos faz duvidar se Percy Short tinha ascendência britânica, indígena maori ou era mestiço. De toda forma, Short se tornou alguém competente no idioma do povo maori e isso contribuiu para o avanço da luta sindicalista junto com esse povo. Esses sindicalistas neozelandeses de origem britânica (Pakeha) simpatizavam e admiravam as tradições maori pré-coloniais de sociedade comunal com posse coletiva da propriedade e essa admiração contribuía com a associação de trabalhadores pakeha (de origem britânica) com os maoris, já que estes últimos se tornaram, em seu próprio território originário, uma população marginalizada após a invasão britânica (Cole, Struthers, Zimmer, 2017, p. 186-187).

Como isso em mente, podemos voltar a falar sobre o artigo intitulado “O SINDICALISMO NA AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA”, do número 58 d’*A Voz do Trabalhador*. Percy Short viajou para a Europa em 1914 e, nessa viagem, ele conheceu e se comunicou com europeus de perspectiva sindicalista semelhante a dele, o sindicalismo revolucionário (Cole, Struthers, Zimmer, 2017, p. 197). A entrevista dada por Short que foi traduzida no jornal *A Voz do Trabalhador* foi conduzida pelo historiador do anarquismo Max Nettlau e publicada no Boletim Internacional do Movimento Sindicalista. Foi nessa entrevista que Percy Short afirmou sua ascendência maori, a adesão dessa comunidade étnica à propaganda do sindicalismo revolucionário e tradição maori de comunismo indígena. Além disso, encontramos um relato sobre a associação internacional entre os sindicalistas de várias partes do mundo, assim como a defesa e admiração da luta dos indígenas maori contra o avanço do capitalismo – admiração que sindicalistas da IWW também possuíam em relação à Revolução Mexicana de 1910 (Oliveira, 2009, p. 232-233).

É nesse sentido que vemos a tradução de um “dos últimos números” do Boletim Internacional do Movimento Sindicalista revelando a “agradável surpresa” de “saber que na Nova Zelândia e entre os maoris a propaganda” do sindicalismo revolucionário é “favorecida pelas tendências da população que, no passado, praticava uma espécie primitiva de comunismo”. Apesar de que a ideia de “primitivo” possa ser interpretada no sentido de “estágio civilizatório” anterior ou menos avançado, existe no artigo d’*A Voz* a admiração da cultura maori por tender ao favorecimento da propaganda sindicalista e por não estimular a existência do/a “fura-greve”, pois entre os/as maoris “tanto o sentimento de solidariedade, segundo os costumes do povo, torna impossível a sua existência”. Essa cultura e o próprio povo maori foram defendidos e admirados por possuírem “uma energia e tenacidade

incríveis” para resistir à “invasão inexorável da raça branca”, ou seja, a resistência à invasão e exploração colonialista da Inglaterra.

É interessante percebermos também que essa tradução do texto “O SINDICALISMO NA AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA” foi publicada em 5 de julho de 1914. Estamos chamando atenção para isso porque esse período é o da segunda fase do jornal. Mas, para além disso, um texto com tal preocupação sobre a questão étnico-racial ser traduzida e publicada no jornal *A Voz do Trabalhador* é algo que nos chama atenção. É importante destacarmos também que o texto original foi publicado no Boletim Internacional do Movimento Sindicalista, ligado ao IWW, organização sindicalista revolucionária. Isso nos dá a noção sobre a preocupação e articulação internacional dos/as anarquistas no Brasil com o movimento sindical de diversos países e sobre o que tais sindicatos estrangeiros estavam publicando, analisando, lutando, etc.

De toda maneira, com a leitura desse texto de “transição”, podemos agora seguir para os artigos d’*A Voz* que se enquadram mais precisamente no eixo temático de *denúncia de discriminação racial*. Tal eixo não trata apenas de casos ocorridos no Brasil (como no exemplo acima sobre o sindicalismo revolucionário da Austrália e Nova Zelândia), mas também conta com uma denúncia de discriminação racial ocorrida na fronteira dos Estados Unidos e do México. Diferente do que ocorreu com os outros eixos temáticos, encontramos apenas três textos publicados n’*A Voz do Trabalhador* que se enquadram enquanto *denúncia* – um de 1908, outro de 1909 e outro de 1914. O primeiro texto que analisaremos foi publicado no número 4 de *A Voz do Trabalhador*, na primeira fase do jornal. Nesse artigo foi realizada uma denúncia contra a situação de discriminação sofrida pelos “operários de cor” da sociedade beneficente chamada Progresso – esta última que era um tipo de associação criada pela própria direção da fábrica de tecidos de Vila Isabel:

Dos ergástulos industriais

A exploração nas fábricas de tecidos

Na Vila Isabel

Está dando os bons frutos que eram de esperar a sociedade “Progresso”, organizada pelo estado-maior da fábrica de tecidos Vila Isabel a fim de arregimentar e escravizar ainda fora da fábrica seus operários. E estes, caíram no laço como carneiros, entrando para a dita sociedade, formando uma banda de música que serve para engrossamento dos que os exploram e para aproveitamento dos adulões.

Porém, nem tudo vem por mal. O seu presidente, que é um tal Cerqueira, digno contramestre da fábrica, homem em extremo amante do progresso, consoante com o lema que a sociedade representa, entende agora expulsar os operários de cor e não permitir mais a entrada a nenhum deles. Certo que isto

não é tão fácil como se pensava, pois que são quase todos homens de cor os operários que compõem a banda de música.

Quem nos forneceu as notas supra, disse-nos que apelássemos para a solidariedade dos operários sócios da “Progresso” a fim de que desertem as fileiras como protesto contra o proceder escravocrata do sr. presidente.

Ora, se os operários sócios da “Progresso” fossem solidários entre si, não formariam sociedades para engrossamento dos patrões que os exploram e para aproveitamento de adulões... (A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, Ano I, n. 4, 15 de agosto de 1908, p. 2)

Observamos que, em tom de sarcasmo, o texto condena a tal “sociedade Progresso” e o seu presidente, chamado Cerqueira, por expulsarem as pessoas de cor dessa associação “beneficente” da fábrica de Vila Izabel. Porém, o trecho transcrito acima nos pontuar algumas questões. O próprio sarcasmo que caracteriza a crítica do texto ao presidente e contramestre da fábrica Vila Izabel nos parece “brincar” também com o racismo vivido pelos operários de cor. Refletimos sobre isso quando há a afirmação de que “Porém, nem tudo vem por mal” – não veio por mal a discriminação racial? Bem, o que nos parece é que a crítica do texto caminha no seguinte sentido: “nem tudo vem por mal” porque tal caso de discriminação racial contra operários de cor terminou demonstrando a farsa das sociedades “benéficas”, como a Progresso, já que elas só servem para o “aproveitamento de adulões” e para o “engrossamento dos patrões” que exploram o operariado.

Por outro lado, não podemos deixar de notar que tal argumentação também poderia ser interpretada da seguinte maneira: tudo bem que “nem tudo vem por mal” porque o caso demonstrou, na prática, os interesses do patronato de explorar; mas a discriminação racial sofrida pelos operários de cor veio sim por mal. Em outras palavras, os dois problemas deveriam ser combatidos: a exploração e a discriminação racial. Não é porque alguns operários de cor ingressavam em sociedades benéficas – sabe-se lá suas motivações – que isso significava a existência de discriminação racial. Talvez por isso que quem forneceu tal denúncia apelou “para a solidariedade dos operários sócios da ‘Progresso’”: porque, evidentemente, não esperavam sofrer tal discriminação racial; e, independentemente disso, no mínimo, esperavam que *A Voz do Trabalhador* apelasse para a solidariedade operária em combate ao preconceito de cor. Mas, em vez disso, *A Voz* afirma que “Ora, se os operários sócios da ‘Progresso’ fossem solidários entre si, não formariam sociedades para engrossamento dos patrões que os exploram e para aproveitamento de adulões”.

Tal resposta dada nesse texto nos faz refletir se o jornal estava pondo a culpa da discriminação racial nos próprios operários de cor, como se fossem culpados pelo preconceito que sofreram por terem ingressado na sociedade benéfica da fábrica de tecidos Vila Izabel.

Como já temos conhecimento a partir do que foi discutido até aqui neste trabalho, o jornal *A Voz do Trabalhador* possuía a defesa, de ordem prioritária, da identidade de classe e a luta econômica do proletariado. Saber disso nos faz compreender que a “solidariedade operária” era entendida não apenas pelo apoio mútuo entre operários/as, mas também pela luta contra a burguesia e o capitalismo – consequentemente, contra as sociedades e associações “operárias” criadas e dirigidas pelos patrões. No entanto, o apelo para a “solidariedade dos operários sócios da ‘Progresso’” não nos parece ter sido feito pelo jornal *A Voz do Trabalhador* nesse momento – ao contrário, pelo foco na luta econômica e na associação de classe, a discriminação racial parece ter sido menosprezada.

Sabemos que *A Voz do Trabalhador* apresentou críticas rígidas em relação às associações patronais, às cooperativas e aos sindicatos ligados à Igreja católica, aos políticos estadistas, aos socialistas eleitores e aos operários que se associassem aos seus exploradores. No entanto, mesmo que o artigo “A exploração nas fábricas de tecidos – Na Vila Isabel” tenha afirmado que o presidente da Sociedade Progresso era um escravocrata, o texto também nos parece indicar que a discriminação racial foi um tipo de “lição” aos operários de cor, já que o trabalhador que se associa ao seu explorador vai ser mais explorado e, portanto, a “lição” era que os operários deveriam se associar entre si mesmos/as e não com o patrão. Se a associação de trabalhadores às sociedades “benéficas” foi condenada, contudo, a discriminação racial sofrida pelos operários de cor não foi.

Quase no mesmo sentido, o próximo artigo é emblemático por nos evidenciar dois problemas: primeiro, em relação ao teor quase que “conservador” do texto; e segundo, em relação ao tratamento dado à situação de discriminação racial sofrida por uma operária:

VERGONHOSO

O que se passou no clube denominado dos Tarrachas em Vila Isabel é simplesmente vergonhoso.

Uma das operárias que soube se distinguir pela sua atividade durante a greve passada dirigiu-se a sede do clube, onde um grupo constituído por moças dava um baile e foi surpreendida pela notícia de que não era bastante clara para poder misturar-se com as demais que ali estavam. Se a razão é esta é o que nos resta saber, mas cremos ser, porque esses clubes na sua totalidade assentam sobre bases retrógradas.

Não aconselhamos a juventude que deixa de bailar, que não se divirta, antes pelo contrário: faça cada um o que entenda; mas o que é forçoso é fazê-lo inteligentemente.

É necessário criar centro de diversão e de estudo, mas de estudo especialmente e não se entregar os operários e operárias a essas diversões dos clubes que por aí pululam, cheios de imoralidades e pretensões retrógradas.

O operário que sente que sabe ser homem deve deixar de frequentar esses antros de podridões e criar no lugar de clubes escolas e aí a diversão tem

lugar a par do estudo. Assim não contribuireis para a corrupção e auxiliareis ao mesmo tempo a juventude. (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 19, 30 de outubro de 1909, p. 3)

Quando dizemos sobre o teor “quase conservador” do texto é no seguinte sentido: de um lado, nos parece que a participação ou a frequência de operários/as em clubes, bailes e festas era algo quase que condenável. Por outro lado, o caráter conservador do texto não pode ser afirmado porque nele mesmo encontramos que “não aconselhamos a juventude que deixa de bailar, que não se divirta, antes pelo contrário: faça cada um o que entenda; mas o que é forçoso é fazê-lo inteligentemente”. Apesar de não condenar completamente tais bailes, clubes e festas, não é incorreto que suspeitemos do caráter “conservador” do texto, tendo em vista o que a historiadora Margareth Rago (2014, pp. 129-155, 148) nos informou: alguns anarquistas da Primeira República realizaram críticas e apontaram “práticas condenáveis” como o carnaval, o baile, o álcool, o fumo e o futebol.

Esse é um debate interessante para nós neste momento porque a crítica encontrada no artigo “VERGONHOSO”, que foi transcrito acima, não pode ser entendida como “conservadora” por completo, já que, de um lado, algumas das “práticas condenáveis” eram interpretadas como um resultado do cotidiano exploratório e das desigualdades características da ordem capitalista e, por isso, deveriam ser condenadas para que os trabalhadores/as conseguissem progressivamente criar sua própria cultura autogestionária e se desprender do ideário burguês. Mas, por outro lado, nos questionamos: será que tais “práticas condenáveis” incluíam aspectos e manifestações que eram próprias da cultura popular brasileira? Ou seja, se o problema estava nos malefícios do álcool, nas infecções sexualmente transmissíveis, na transmissão de doenças como a tuberculose, na “alienação” causada aos trabalhadores/as pela difusão do ideário burguês através dessas festividades, então não era isso que deveria ser condenado especificamente – e não aspectos da cultura popular ou um esporte?

Bem, trata-se muito mais de um questionamento. Mas esse não é o nosso objetivo aqui. O que nos basta dizer nesse momento é que o texto nos parece possuir esse caráter ambíguo, entre a crítica às consequências culturais da exploração e das desigualdades estruturais da ordem capitalista e o teor conservador da crítica aos diferentes bailes, festas ou clubes frequentados por operários/as. Já em relação à questão racial, o artigo de título “VERGONHOSO” publicado n’*A Voz do Trabalhador* inicialmente torna pública a denúncia de discriminação racial sofrida por uma operária, a mesma que se destacou “pela sua atividade durante a greve passada”. Evidentemente, tal operária não era branca, já que tentou participar de um baile promovido por um grupo de moças no clube dos Tarrachas, em Vila Isabel, e não

conseguiu entrar porque foi surpreendida “não era bastante clara para poder misturar-se com as demais que ali estavam”.

Logo em seguida, o artigo elenca uma suspeita da veracidade de tal denúncia, apesar de concordar com essa possibilidade “porque esses clubes na sua totalidade assentam sobre bases retrógradas”. O que chama nossa atenção é que o projeto de autogestão, ideia encontrada na proposta de criar centros de diversão e, principalmente, de estudos para a classe operária foi algo que se sobrepôs em relação à denúncia de discriminação racial sofrida pela operária no clube chamado Tarrachas. O texto foi um pouco mais incisivo que o anterior, mas a possível descrença na motivação racial da discriminação – “se a razão é esta é o que nos resta saber, mas cremos ser, porque esses clubes na sua totalidade assentam sobre bases retrógradas” –, é algo que chama a nossa atenção.

O que nos parece é que esse artigo d’*A Voz* priorizou em sua argumentação, de certa forma, a crítica direcionada aos operários/as que frequentavam clubes e festas, em vez de confrontar diretamente a própria discriminação racial sofrida pela operária de cor, como se a ida dela ao clube significasse necessariamente sofrer discriminação racial, já que tais ambientes de “diversões dos clubes que por aí pululam” são “cheios de imoralidades e pretensões retrógradas”. Além de novamente nos depararmos com a ideia de que a operária quase que “buscou” sofrer a discriminação por ter ido ao clube se divertir, nos parece que a discriminação racial sofrida foi associada às simples “imoralidades” e “pretensões retrógradas” de tais clubes – como se o preconceito racial não fosse um problema social ou uma questão estrutural da sociedade brasileira. É evidente que há certa razão na ideia de que ir a ambientes “retrógrados” aumenta lógica e naturalmente as chances de se viver situações igualmente retrógradas, mas o combate discriminação racial realizada pelas outras moças do baile contra a operária de cor não foi a “conclusão” do artigo.

Dando seguimento, chegamos à última denúncia de discriminação racial que foi publicada no jornal *A Voz do Trabalhador*. Trata-se de um caso que não aconteceu no Brasil:

Agitação internacional

A VIDA DE QUATRO COMPANHEIROS NOSSOS E A LIBERDADE DE MAIS DEZ CORREM PERIGO

Poucos são, certamente, os camaradas do Brasil que conhecem o caso Rangel-Cline.

Em setembro do ano passado um grupo de abnegados companheiros, entre eles os infatigáveis militantes José Maria Rangel e Charles Cline, todos mexicanos, com exceção deste último, que é americano, resolveu atravessar a fronteira e entrar no México para juntar-se aos seus irmãos que há mais de

três anos sustentam tenaz e heroica luta contra os parasitas e ladrões de todas as cores políticas que lhes roubaram a terra.

Organizada a expedição, partiu esta sem demora, rumo ao México. Logo na primeira noite, o acampamento foi atacado de surpresa pela polícia do Estado de Texas, que matou a sentinela dos mexicanos, o camarada Silvestre Lomas. Do ataque traiçoeiro saíram vitoriosos os mexicanos, que obrigaram a polícia a fugir, sendo dois dos atacantes tomados prisioneiros.

Como os membros da expedição tivessem pressa em seguir ao México, combinaram com um tal J. Campbell, comandante de uma força de soldados a cavalo que os perseguia, soltar os prisioneiros com a condição de poderem continuar a marcha livremente. Campbell concordou, dando a sua palavra de honra de que não seriam incomodados e entregou-lhes um salvo-conduto.

Faltando à palavra, Campbell foi buscar reforço de tropas federais, e tornou a perseguir os nossos valorosos camaradas. O encontro deu-se no dia seguinte, 13 de setembro, perto de Carizzo Springs, no Estado de Texas, e do combate saíram mortos dois mexicanos e feridos quatro. Tombou também um policial, o “sheriff” Ortiz, cuja morte é atribuída ao camarada Guerra, um dos mexicanos mortos.

Devido à inferioridade de condições, a expedição teve que se render. Rangel, Cine e mais 12 companheiros foram arrastados, à marcha forçada, a uma distância de perto de 20 quilômetros, e depois amarrados brutalmente e deitados ao sol, enquanto os soldados discutiam calmamente o melhor modo de linchar.

Estes quatro companheiros são tidos como responsáveis pela morte de Ortiz. Está mais do que provado que quem o matou foi o companheiro Guerra que, embora agindo em defesa própria, pagou com a vida o seu ato, pois, daí a pouco, caiu também, mortalmente ferido por uma bala dos soldados.

Foram os soldados os provocadores do conflito. Foram também eles que fizeram maior número de vítimas. Mas isto evidentemente, não tem importância. O que importa é que morreu um policial e é preciso vingar-se em alguém. Estão presos os 14 mexicanos. Nenhuma vingança mais bonita do que a condenação deles todos. É o que pensa a ‘justiça’ de Texas.

Dos 14, três já responderam a processo. O primeiro, José Angel Serrato, foi condenado a 25 anos de prisão; o segundo, Lino Gonzales, a seis; e o terceiro, Jesus Gonzales, a 99 (noventa e nove!) anos. Os camaradas Rangel, Cline, Azalde e Cisneros serão, com toda probabilidade sentenciados à morte, e os outros sete condenados a dezenas de anos de prisão.

-

Todos sabem que nos Estados Unidos predomina o ódio de raça, principalmente contra o negro e o índio. No Estado de Texas, porém, especialmente perto da fronteira do México, este preconceito atinge as raias do barbarismo. Insultam-se, maltratam-se, torturam-se mesmo os mexicanos sob o menor pretexto.

Com a prisão dos nossos quatorze companheiros, ficou isto mais uma vez comprovado. O camarada Charles Cline, como já disse, é um americano, e por isso foi separado dos demais, porque não são “brancos”. Para que não se pense que Cline teve tratamento especial, vou transcrever o trecho de uma carta do advogado Moore, que o foi visitar na cadeia.

“Há mais de quatro meses que não via ninguém. O vigia vinha a sua cela uma vez por dia, trazia-lhe um pãozinho e um prato de comida e retirava-se. Ele estava recolhido a uma gaiola que media um metro e meio por dois metros. A sua causa consistia de um pedaço de lona. Não havia espaço para ele se deitar ao cheio. Cline estava sofrendo de grave moléstia, causada por uma queda. Durante oito ou nove semanas tinha sofrido dores atrozes. A custo conseguimos arranjar um médico, que ordenou a sua remoção para uma cela maior.”

Se este é o tratamento que teve um americano que, apesar de tudo, sempre mereceu uma certa consideração, não deve ser difícil imaginar-se os suplícios por que passaram os outros treze companheiros.

Como era de esperar, levantou-se uma agitação mundial em favor dos quatorze camaradas presos. Constituiu-se um Comitê pró Rangel-Cline e companheiros, com sede em Los Angeles, Califórnia, que têm trabalhado ativamente na defesa dos presos. Propagandistas conhecidos como Emma Goldman, William Owen, Giovanitti e outros têm dedicado todo o seu tempo, realizando comícios, conferências e festas, em benefício do Comitê pró Rangel-Cline.

O nome de Giovanitti vem mesmo a propósito: os camaradas do Brasil não terão ainda esquecido a grande vitória conseguida pela agitação internacional promovida, há um ano, em favor de Ettore e Giovanitti, que estavam para ser condenados à morte. O Brasil libertário também fez o que lhe competia. Realizamos comícios de protesto em diversas cidades do país, enviamos telegramas ao Comitê de Defesa e ao presidente dos Estados Unidos, bem como ofícios aos representantes daquele país aqui acreditados, redundando tudo na absolvição destes dois camaradas.

Temos que fazer a mesma coisa neste caso. *Regeneración*, que é o órgão do Partido Liberal Mexicano [organização dos irmãos anarquistas Flores Magón], tem feito repetidos e calorosos apelos aos libertários de todo o mundo para prestarem o seu apoio moral e material – especialmente material, porque há necessidade de muito dinheiro para a defesa jurídica dos acusados – ao Comitê pró Rangel-Cline.

Os camaradas da Europa já responderam a estes apelos, e nós do Brasil não podemos permanecer surdos por mais tempo.

Para salvarmos os nossos camaradas presos, temos que agir imediatamente, porque não há tempo a perder. Ricardo Flores Magón, em um de seus artigos, estranhou o silêncio dos elementos libertários da Argentina, Brasil e Chile. E tem razão, porque até hoje nenhum desses países tem-se manifestado a favor dos presos de Texas. Se os governos da Argentina, Brasil e Chile podem se unir quando os seus interesses estão em jogo, os libertários desses três países podem fazer o mesmo, constituindo o A. B. C. revolucionário.

O nosso silêncio é simplesmente criminoso e não pode continuar. Levamos todos os anos a comemorar a morte das vítimas de Chicago e não nos preocupamos com a sorte de quatorze bons companheiros, quatro dos quais estão ameaçados de serem sentenciados à morte. É preciso acudir enquanto estão vivos. Urge correremos já em auxílio dos nossos camaradas que tiveram a infelicidade de caírem nas garras da terrível e parcialíssima ‘justiça’ de

Texas, que quer a todo transe condená-los a penas as mais severas possíveis. Não deixemos para amanhã o cumprimento deste ato de solidariedade humana.

[...]

Viva a solidariedade internacional.

Myer Feldman. (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VII, n. 60, 05 de agosto de 1914, p. 3)

O autor do texto, Myer Feldman³³, apresentou ideias mais profundas acerca da questão racial do que as duas denúncias anteriores. Ficou exposto que um dos agravantes para a prisão dos anarquistas mexicanos era porque eles não eram brancos – ao ponto de evidenciar que, se o “camarada Charles Cline” que era estadunidense e um homem branco teve um tratamento horrível, o que poderá ter acontecido com os mexicanos? Foi relatada a prisão e a tortura de Charles Cline que, por ser branco, teve um tratamento menos degradante ou violento se comparado ao que possivelmente os mexicanos teriam sofrido. Diferentemente das outras duas denúncias feitas pelo jornal *A Voz do Trabalhador*, a transcrita acima deixa evidente que todos “sabem que nos Estados Unidos predomina o ódio de raça, principalmente contra o negro e o índio”, ainda mais no “Estado de Texas” e “especialmente perto da fronteira do México”, onde “este preconceito atinge as raias do barbarismo” e onde se insulta, maltrata e tortura os mexicanos sob o menor pretexto.

A parte final do trecho o qual transcrevemos nos faz refletir sobre as medidas e o teor da proposta de ação que os sindicalistas e trabalhadores brasileiros deveriam iniciar: o silêncio sobre esse caso era “simplesmente criminoso” e não poderia continuar, já que “todos os anos” se levantavam para “comemorar a morte das vítimas de Chicago” – os mártires do Primeiro de Maio. Sendo assim, os trabalhadores brasileiros deveriam se preocupar “com a sorte” desses “quatorze bons companheiros, quatro dos quais estão ameaçados de serem sentenciados à morte”, pois era necessário acudi-los enquanto estivessem vivos. Após o relato de que o “ódio de raça” era um agravante dos estadunidenses contra os indígenas e os negros, a crítica do autor Myer Feldman à justiça do Texas parece ficar ainda mais forte em relação à sua suposta parcialidade no busca de condenar “a todo transe” os mexicanos presos às sentenças “mais severas possíveis”.

³³ Foi delegado no Segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, em representação ao jornal *A Voz do Trabalhador* (Batalha, 2009, p. 61). Presidiu sessões desse congresso junto com Edgar Leuenroth, Astrojildo Pereira, José Romero e Orlando Martins (Oliveira, 2009, p. 77).

Portanto, assim como aconteceu em favor do caso de José Ettor e Artur Giovannitti³⁴, uma agitação e a solidariedade internacional deveria ser posta em prática para ajudar os companheiros mexicanos. O que o teto de Myer Feldman nos dá a entender é que não importava a cor ou a raça dos operários mexicanos presos para que fossem ajudados por essa agitação internacional, mas o que importava era que eles eram “companheiros” de luta, eram operários, eram trabalhadores. É possível observarmos novamente a ideia de identidade de classe, de internacionalismo e de luta da classe produtora como pontos principais sob os quais todos trabalhadores/as do mundo inteiro deveriam se fundamentar e se organizar.

Mas é interessante percebermos que o artigo de Feldman sobre esse caso ocorrido nos Estados Unidos, que foi publicado no ano de 1914, ou seja, na segunda fase do jornal da COB, foi a primeira e única denúncia efetivamente direcionada contra o “ódio de raça” no jornal *A Voz do Trabalhador*. Em outras palavras, dentre os textos publicados pelo periódico, apenas nesse artigo encontramos a condenação mais explícita ao que foi chamado de “ódio de raça”. Também nos parece interessante ressaltar o fato de que tal condenação direta à discriminação racial ocorreu n’*A Voz* a partir de tal artigo publicado a partir de um caso ocorrido no estado do Texas, próximo à fronteira com o México. No ano de publicação de tal relato, 1914, estava em andamento o que chamamos de Revolução Mexicana (1910-1920), que ocorria através dos esforços realizados pelos irmãos anarquistas Flores Magón e o seu Partido Liberal Mexicano (que de “liberal” nada tinha, era anarquista).

Estamos tratando realçando o fato de que tal denúncia, publicada n’*A Voz do Trabalhador*, que diretamente se posicionou contra o “ódio de raça”, foi algo que aconteceu fora do Brasil. A Revolução Mexicana naquele momento era uma inspiração para os revolucionários e anarquistas no mundo, assim como no Brasil. A grande questão que nos chama atenção é que *A Voz do Trabalhador* expôs a existência do “ódio de raça” nos Estados Unidos, um ódio direcionado às pessoas negras e indígenas, mas quando tratou sobre a discriminação racial que noticiou, não assumiu que tal “ódio de raça” existisse em terras

³⁴ Devido a uma grande greve de tecelões na cidade de Lawrence, Massachusetts, EUA, foram presos alguns grevistas. Entre eles os propagandistas operários Artur Giovannitti – redator do jornal *El Proletario*, de Nova Iorque – e José Ettor – representante da Federação dos Trabalhadores Industriais. Durante a greve houve um conflito entre “grevistas e amarelos” e uma operária foi morta. Giovannitti e Ettor foram presos por dirigir a greve e durante seus julgamentos levantou-se a ideia de condená-los à sentença de morte na cadeira elétrica. Os dois anarquistas ficaram presos por vários meses e Giovannitti chegou a perder a visão de um dos olhos (“tendo este último camarada perdido uma vista na prisão”). Devido à prisão injusta desses dois operários, houve uma agitação internacional de solidariedade operária entre os anarquistas envolvendo os Estados Unidos, a Itália, a França e outros países, inclusive o Brasil, em São Paulo (Uma Agitação. Contra um grande crime. A Lanterna, São Paulo, Ano XI, n. 151, 10 de agosto de 1912, p. 2). Como foi dito no artigo “Agitação internacional”, no número 60 do jornal *A Voz do Trabalhador*, Giovannitti e Ettor foram absolvidos das acusações.

brasileiras. Talvez isso tenha ocorrido porque o racismo estadunidense é algo historicamente declarado, enquanto no Brasil a configuração do racismo tenha se desenvolvido e se estruturado de outra forma, sob outro processo histórico específico e com particularidades próprias.

Mas de todo modo, dois pontos nos parecem importantes: (1) a denúncia pela qual o “ódio de raça” foi condenado n’*A Voz do Trabalhador* foi quando se noticiou a discriminação racial fora do Brasil, nos Estados Unidos; e (2) por coincidência ou não, tal denúncia foi publicada primeiramente nos Estados Unidos e no México, com o agravante de algo que o próprio artigo nos informa: Ricardo Flores Magón, um dos líderes anarquistas da Revolução Mexicana, “em um de seus artigos, estranhou o silêncio dos elementos libertários da Argentina, Brasil e Chile. E tem razão, porque até hoje nenhum desses países tem-se manifestado a favor dos presos de Texas”. Isso nos faz questionar e refletir se tal “ódio de raça” seria denunciado ou evidenciado por redatores d’*A Voz* se isso não já tivesse sido feito nos meios e jornais de caráter sindicalista, revolucionário e anarquista que existiam em países estrangeiros naquele momento ou se não fosse “cobrado” pelo líder anarquista Ricardo Flores Magón.

Evidentemente, muito mais do que fazer afirmações que possa ser precipitadas, estamos apenas levantando questionamentos que fazer parte de nossa análise crítica da nossa fonte histórica e objeto desta pesquisa – o jornal *A Voz do Trabalhador* e o seu conteúdo sobre a questão étnico-racial. São questões que julgamos ser importantes, já que pelo que discutimos até o memento – principalmente quando tratamos sobre as denúncias de discriminação racial – *A Voz* deixou alguns indícios que, no mínimo, nos fazem refletir sobre a falta de compreensão de que o racismo (ou melhor, o preconceito e discriminação racial) era uma questão estrutural da sociedade brasileira. A verdade é que sabemos se havia uma falta de compreensão sobre a questão racial entre os sindicalistas revolucionários e anarquistas responsáveis pel’*A Voz do Trabalhador*; se havia mesmo algum tipo de “negligência” sobre tal questão; ou se tal “negligência” foi proposital, com o objetivo deliberado de apostar na identidade classista e luta econômica de classe como estratégia principal para alcançar direitos e, a longo prazo, a emancipação da classe produtora.

A nossa análise deve ser crítica e, portanto, deve estar atenta às contradições presentes na nossa fonte. É por isso que terminaremos este capítulo com um caso que alimenta certa “desconfiança” em relação ao que pode ser um tipo de “negligência” d’*A Voz do Trabalhador* quando publicou denúncias de discriminação racial. O caso é envolve Cândido Costa, que já sabemos que foi um militante anarquista negro que teve bastante participação e importância

para a COB e a militância operária do Rio de Janeiro, principalmente entre as décadas de 1900, 1910 e 1920.

O caso que trataremos agora foi demonstrado na tese de doutorado de Pedro Faria Cazes (2020), intitulada *Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira República*. A situação foi a seguinte: o Comitê de Agitação e a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) organizaram manifestações e comícios Contra a Carestia de vida, em 1913. A agitação de militantes, operários e sindicalistas foi intensa, de forma que a grande imprensa (ou imprensa empresarial) se viu na “obrigação” de realizar a cobertura dessa grande movimentação.

Um desses comícios contra a carestia de vida foi realizado no bairro do Catumbi, no dia 09 de março de 1913, e nele houve uma confusão que terminou com a interrupção das falas dos oradores do movimento operário carioca. Mais precisamente, a confusão teve um ponto chave: um militante estava realizando seu discurso quando a polícia o impediu de falar e ele foi impedido porque era negro – segundo a pesquisa de Pedro Faria Cazes (2020), os policiais deixaram claro o motivo racista da interrupção: negros não deveriam falar em público. O orador impedido de falar foi Cândido Costa.

Mas sobre o caso, o jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, publicou apenas uma pequena nota sobre o caso, sem citar o nome do militante e sem denunciar o caso de discriminação racial:

NA TERRA DA FARTURA...

Campanha contra a carestia da vida

AÇÃO POPULAR

O proletariado em marcha – Reuniões e comícios – Violências policiais

[...]

EM CATUMBI E ENGENHO DE DENTRO

No domingo, 9, à 1 hora da tarde, teve lugar um comício da série iniciada pela Federação Operaria.

Perante grande número de populares falaram dois companheiros, sendo o último intimado a dar por terminada a reunião.

Um outro companheiro pretendeu falar, mas foi obstado pela polícia, que, incitada pelo delegado do distrito, pretendeu provocar conflito.

O companheiro em questão, para evitar o derramamento de sangue, deu por terminada a reunião com estas palavras:

“Povo! Damos por encerrado o comício porque no Brasil não há liberdade de pensamento.”

Esta insólita atitude dos mantenedores da ordem causou profunda indignação a todos os presentes, os quais deram à arbitrária autoridade uma vaia em regra. (*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 27, 15 de março de 1913, p. 1)

Diferente do relato acima, que afirma que o comício foi encerrado simplesmente “porque no Brasil não há liberdade de pensamento”, Pedro Cazes (2020) nos informa que a interrupção racista da polícia na fala de Cândido Costa foi noticiada no jornal da grande imprensa chamado *Careta*, em 15 de março de 1913, mas que o caso também foi publicado no diário *A Época*, jornal que publicou o nome de Cândido Costa como orador interrompido, de forma semelhante ao que foi noticiado pela *Voz do Trabalhador* – ou seja, sem noticiar o motivo racista da interrupção:

O texto que acompanha a fotografia explicita o teor racista da intervenção policial e a forma como a ela teriam reagido os envolvidos. Por um lado, a revista apresenta seu repórter indignado com o “absurdo” da situação, argumentando que ainda que o orador fosse negro “isso não quer dizer que não fosse uma pessoa decente e um cidadão no pleno gozo dos direitos que a Constituição assegura a todos os brasileiros, sem distinção de cores”. Aqui temos a tensão entre a afirmação universalista do status de “cidadão” e a moralidade estigmatizante que já classificava o sujeito negro como alguém que precisa estar o tempo todo provando ser “decente” para “merecer” receber o tratamento igualitário pela lei pressuposto. Por outro lado, a própria resposta do policial ao questionamento que sofre (“Sei lá! É ordem do chefe...”) dá a medida do arbítrio vindo de cima e indica que os valores embutidos na ordem não são automaticamente partilhados pelo policial que a cumpre. (Cazes, 2020, p. 167-168)

Pedro Faria Cazes (2020) foi certeiro ao observar que as denúncias de discriminação racial foram poucas no jornal *A Voz do Trabalhador*. Além disso, quando as denúncias foram publicadas, apareceram em raras ocasiões e com argumentações que consideramos problemáticas, questionáveis ou contraditórias com a realidade e estrutura racista que é própria da formação social brasileira. Para concluirmos este capítulo, precisamos fazer apenas uma ressalva a Pedro Cazes – mais precisamente sobre a parte grifada em itálico que seguirá:

A ânsia de evitar o fortalecimento de divisões étnico-raciais pode explicar, em parte, a pouquíssima atenção dedicada à denúncia de situações de discriminação racial na imprensa anarquista. Nos 185 números de periódicos libertários analisados por nós, encontramos apenas 5 textos que descrevem ou apontam situações de discriminação racial no Brasil. *Como a crítica das desigualdades raciais não tinha lugar no discurso político dos libertários*, é apenas na ocorrência dessas situações de discriminação racial, apresentadas quase sempre de forma pontual, que a imprensa anarquista reconhece a existência do preconceito racial e da discriminação como problemas sociais específicos (CAZES, 2020, p. 172, grifos nossos)

Definitivamente, nossa ressalva não está direcionada à afirmação de que as denúncias de discriminação racial foram poucas e que elas não tinham o caráter combativo ou

condenatório – nossa pesquisa também nos levou a essa consideração. Mas, mesmo que as denúncias de discriminação tenham sido poucas, e que Pedro Cazes tenha encontrado “apenas 5 casos de discriminação racial no Brasil em 185 números de periódicos libertários” que analisou, pelo visto estamos tratando sobre uma questão bastante interessante para futuras pesquisas, já que no jornal *A Voz do Trabalhador*, que teve 72 números publicados, encontramos dois casos de discriminação racial ocorridas no Brasil e um caso ocorrido os Estados Unidos.

Fazemos esse apontamento porque afirmar que “a crítica das desigualdades raciais não tinha lugar no discurso político dos libertários” é algo que nos parece problemático, pois vimos que a crítica às desigualdades raciais existiram sim, mas, especificamente no jornal da COB, n’*A Voz do Trabalhador*, tal condenação à discriminação racial ocorreu de forma precária ou contraditória e em raras ocasiões se comparada com outras temáticas, como a exploração econômica da classe trabalhadora e, até mesmo, questões de desigualdade de gênero/sexo. Como afirmamos acima, precisamos realizar uma nova pesquisa, mais ampla, para chegarmos a “conclusões” mais precisas sobre a questão étnico-racial em jornais libertários (e até mesmo em outros periódicos pertencentes a outras filiações políticas e ideológicas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo de discussão bibliográfica, apresentação teórica, contextualização, metodologia e análise da fonte nos serviu, evidentemente, para que chagássemos neste momento “conclusivo” de considerações finais. Como já mencionamos, nós selecionamos e separamos os artigos analisados da nossa fonte a partir de quatro eixos temáticos, de forma que eles nos permitissem indicar o conteúdo ou a compreensão questão racial encontrada nos números publicados do jornal da Confederação Operária Brasileira, *A Voz do Trabalhador*.

Afirmamos que a contextualização realizada no primeiro e no segundo capítulo foi de extrema importância porque, mesmo com as possíveis falhas ou lacunas, pudemos ter uma noção básica e geral sobre realidade brasileira e as suas estruturas sociais, nas esferas da economia, da política e da cultura. A importância dessa contextualização ocorre justamente porque é ela que nos permite compreender um pouco sobre a realidade histórica e social sob a qual *A Voz do Trabalhador* (e, conseqüentemente, a coletividade responsável por esse periódico) esteve inserida enquanto existiu, entre 1908 e 1915. Dessa maneira, podemos realizar nossas considerações após a análise da nossa fonte ao mesmo tempo em que consideramos a realidade histórica e social na qual a mesma fonte esteve enquadrada – e isso é algo que consideramos importante para que não caiamos no erro de condicionar por completo as publicações d’*A Voz* às estruturas sociais da época e nem esquecermos que elas existiram – ou seja, tal jornal não teria, pelas circunstâncias, um posicionamento completamente averso ou descolado da realidade social em que existiu (estrutura) ao mesmo tempo em que apresentou uma visão de mundo própria (particularidade).

Vale ressaltar que as nossas considerações finais tratarão sobre o jornal *A Voz do Trabalhador* e o seu conteúdo racial, o que, evidentemente, significa que estamos falando sobre as pessoas envolvidas com a publicação dos seus números, mesmo que na maioria das vezes não saibamos exatamente quem eram esses sujeitos. Em outras palavras, se não sabemos todos os nomes, é certo dizer que estamos tratando sobre uma coletividade ou grupo social específico, ou seja, a militância da COB, os sindicalistas revolucionários e anarquistas – já que estes/as eram, de certa forma, os/as dirigentes d’*A Voz*.

Nesse sentido, apresentaremos inicialmente as nossas considerações finais de forma separada, a partir de cada eixo temático que separamos em nossa análise nesta pesquisa. Partimos então do capítulo 3, sobre *a escravidão negra e a escravidão moderna*: os textos analisados nos indicam que no jornal *A Voz do Trabalhador* as publicações explicitavam a compreensão sobre as diferenças entre a escravização de pessoas negras e sua descendência e

a “escravidão moderna” do assalariamento do pós-abolição. Essa é uma questão importante, já que através dela podemos dizer que se os colaboradores/as e redatores/as d’*A Voz* tinham essa noção, então a comparação entre as diferentes relações de trabalho e modo de produção foi realizada de forma deliberada, consciente e política – e, até mesmo, por uma escolha estratégica daqueles/as militantes que muitas vezes não assinaram a autoria dos textos e artigos publicados no periódico da COB.

Por outro lado, temos que lembrar que, mesmo com o fim do trabalho escravo e o início do trabalho assalariado, os operários/as não deixaram de viver, de experienciar e de sentir na pele determinadas condições de vida e de trabalho extremamente precárias – e, como pudemos ver ao longo do capítulo 3, isso não passou despercebido n’*A Voz*. No trabalho assalariado, ou na “escravidão moderna”, os operários/as se tornaram os alvos da exploração massante do capitalismo e o sustentáculo, a base mais importante da cadeia de produção e reprodução material da realidade; a classe produtora responsável por tornar real e possível as condições materiais da sociedade. Isso significa que para além do caráter propagandístico encontrado nas comparações entre “as escravidões”, o entendimento sobre o que foi chamado de “escravidão moderna” tem relação com uma noção teórica socialista e revolucionária, no sentido de evidenciar que existe luta de classes e permanências de relações sociais de dominação de classe ao longo da história da humanidade que devem ser combatidas, acabadas e superadas.

No capítulo 4 analisamos textos e discutimos a partir do eixo temático de *raça, civilização e evolucionismo*. Nele pudemos perceber a influência que teorias evolucionistas, cientificistas e positivistas exerceram não apenas na intelectualidade oficial (ou seja, nos grupos ligados à classe dominante da esfera cultural), mas também nos socialistas, sindicalistas e anarquistas, assim como nos/as militantes da COB e colaboradores/as d’*A Voz do Trabalhador*. Nesse sentido, este periódico publicou artigos que nos demonstraram a apropriação e a reinterpretação de tais teorias a partir do fundamento e dos princípios libertários. Em outras palavras, os anarquistas e sindicalistas revolucionários que escreveram os textos que analisamos no capítulo 4 tiveram como fundamento ideológico (e teórico) o pensamento anarquista e, por isso, reinterpretaram as teorias cientificistas, evolucionistas e positivistas de modo que majoritariamente negaram, por exemplo, concepções eugênicas racistas.

No entanto, existiram contradições que evidenciamos nesse capítulo: um texto, assinado por Graco, afirmou que a cultura brasileira era “semisselvagem”, rudimentar. Evidentemente, temos que levar em consideração o contexto de recente abolição da

escravidão, da falta de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade pelo operariado em formação, etc. Mas isso não retira um certo eurocentrismo de alguns redatores/as. Além disso, outros textos também carregavam concepções eurocêtricas e evolucionistas, no sentido de conceber estágios evolutivos e civilizatórios das nações, nos quais o Brasil, sua população e sua cultura foram enquadradas quase enquanto “inferiores” ao povo e operariado europeu. Essa é uma discussão complexa, que não pode ser resumida à simples afirmação de que: *A Voz do Trabalhador* era positivista e eurocêntrica! Não é disso que se trata, inclusive porque outros textos analisados no capítulo 4 nos demonstraram outra argumentação, aquilo que estamos afirmando ser uma apropriação e reinterpretação de noções evolucionistas, positivistas e cientificistas a partir da ideologia do comunismo libertário e do pensamento anarquista – como, por exemplo, no caso do artigo assinado por “Maximo”, em 1913. Sendo assim, apesar das contradições, o mais interessante foi percebermos a reinterpretação e apropriação anarquista e sob um “ponto de partida” operário de algumas concepções teóricas do evolucionismo, do positivismo e do cientificismo tão marcante da época.

As diferenças de reinterpretação de concepções cientificistas e evolucionistas também ocorreram no texto de Tomaz Cardozo e no de Graco, mesmo que ambos os artigos tenham sido escritos no mesmo número 22 do jornal *A Voz do Trabalhador*. Enquanto o segundo tem uma concepção eurocêntrica e colonialista ao tratar o povo brasileiro como “rudimentar” e “semisselvagem”, o texto de Tomaz Cardozo se diferencia por entender que o “atraso” da “raça etiópica” só existe devido à ganância dos capitalistas – no caso específico tratado no texto, estamos falando dos capitalistas italianos que tinham sede “de acumulações fabulosas” de riquezas, que realizaram os “seus criminosos tráficos” no país da Etiópia e que, através do “governo italiano” está “massacrando um povo indefeso que vivia tranquilamente”. Por mais óbvio que possa parecer, é importante destacarmos que no interior de qualquer ideologia política, assim como no anarquismo, existiram (e existem) diferentes tendências teóricas e interpretações da realidade – sejam elas coletivas (correntes no interior de um pensamento) ou individuais (interpretações pessoais que diferem de acordo com a visão de cada indivíduo).

Isso é algo que nos parece importante de ser ressaltado, ainda mais porque sabemos do processo e projeto de embranquecimento populacional do Brasil posto em prática pelos agentes sociais dominantes brasileiros – não apenas através da política de imigração europeia, mas também por tornar difícil e, de certa maneira, proibir por decreto a entrada livre de africanos/as e asiáticos/as que quisessem entrar no país e trabalhar nele. Nesse sentido, nos parece uma particularidade bastante interessante que alguns textos d’*A Voz do Trabalhador* realizassem tal reinterpretação das teorias evolucionistas, cientificistas e, até mesmo, da

antropologia criminal, de modo a negar que elementos biológicos e raciais fossem determinantes para “gerar” criminosos; a afirmar que a “mestiçagem” biológica e cultura poderia ser um processo não de “degeneração”, mas de “evolução” racial e cultural; a negar que um grupo social ou indivíduo “nascia” criminoso, mas se tornava criminoso devido às circunstâncias, ao ambiente, à falta de educação, às desigualdades sociais próprias do capitalismo, etc.

No capítulo 5, juntamos dois eixos temáticos – *o combate à discriminação de raça e nacionalidade* e *as denúncias de discriminação racial*. Este capítulo talvez seja o mais importante não exatamente para entendermos o *conteúdo* ou a *questão racial* no jornal *A Voz do Trabalhador*, mas para discutirmos de forma mais direta e precisa as propostas da COB para combater o preconceito de cor e a publicação de denúncias contra o racismo.

É nesse sentido que caminhamos, de forma mais precisa, para as considerações finais mais importantes desta pesquisa: o combate direto ao “preconceito racial” não foi um ponto de destaque no jornal *A Voz do Trabalhador*, assim como a crítica dos anarquistas ao que hoje definimos como racismo não foi tão adequada à complexidade do processo histórico ligado à questão racial no Brasil da Primeira República. Mas atenção: não se trata de afirmarmos que os textos e artigos publicados n’*A Voz do Trabalhador* eram racistas – e, conseqüentemente, as pessoas responsáveis pela publicação eram racistas. Mas trata-se de evidenciarmos que o jornal deixou muito a desejar em termos de denúncia, condenação e combate direto ao racismo brasileiro.

Hoje podemos “julgar” processos e acontecimento históricos, inclusive para que certos equívocos não sejam mais cometidos no presente; para que a História cumpra a sua função social; para que o saber e conhecimento histórico possam nos servir para construir um presente, um futuro e um mundo melhor, mais justo, mais igualitário, mais democrático, mais libertário. É nesse sentido que, apesar de entendermos o contexto e conjuntura da época, não podemos deixar de lado nosso olhar crítico do tempo presente ao investigar, analisar e conhecer o passado – ou melhor, os vestígios do passado pelo qual o historiador/a tenta reconstruir parcialmente uma realidade social já vivida.

Sendo assim, podemos dizer que a questão racial esteve presente em artigos do *A Voz do Trabalhador*, mas não de forma prioritária como a luta econômica de classes, a emancipação econômica da classe trabalhadora ou o combate ao capitalismo. É evidente que, em termos de proporção, a exploração capitalista dos trabalhadores/as termina atingindo mais pessoas – a maioria esmagadora da sociedade – o que, portanto, pode explicar (mas não tornar única) a luta econômica de classes. É até interessante dizer que, apesar de não ter sido nosso

objetivo, durante a análise da fonte, foi possível perceber que a temática da distinção sexual e da situação de sujeição da mulher foi uma questão mais abordada ou mencionada (mesmo que majoritariamente por homens) do que a discriminação racial.

Sendo assim, se por um lado as publicações d'A *Voz* demonstraram a reinterpretação anarquista de diversas teorias e interessante negação de concepções eugenistas, por outro lado a questão racial foi abordada de forma secundária e, em certos casos, esteve carregada de preconceitos e noções que eram característicos daquela realidade social brasileira da Primeira República – como o eurocentrismo, a ideia de que o racismo não existia no Brasil e que o “preconceito de cor” era algo “quase extinto” no país, afirmações de que a cultura brasileira era “semisselvagem”, o referencial europeu de projeto, de organização e de “estágio” de evolução civilizatória. etc.

É nesse sentido que precisamos da contextualização: primeiro, devemos ter a noção de que esse jornal era o órgão da Confederação Operária Brasileira, ou seja, os interesses e os combates discursivos do jornal estavam diretamente apontados para a “luta de classes” em seu sentido econômico e para a organização da classe operária sob os princípios do sindicalismo revolucionário. O anarquismo (organizado, de massas, sindicalista) do fim do século 19 e início do 20 possuía uma análise de realidade muito ligada à “luta de classes” no sentido econômico deste conceito – algo que é discutido e revisado no pensamento anarquista atual.

Segundo, os termos “raça”, “nacionalidade” e/ou “pátria” possuíram, em diversas ocasiões, sentidos parecidos, ou significados semelhantes. Nesse sentido, vários dos artigos que analisamos interpretaram que as distinções de raça, pátria e nação eram problemáticas produzidas pelos grupos sociais dominantes para dividir a classe operária. Perceberemos nos textos do jornal *A Voz do Trabalhador* que quando os anarquistas propunham o distanciamento dos conflitos e divisões relacionadas à raça e à nacionalidade dos trabalhadores/as era para que se fortalecesse o que chamamos de *identidade universal da classe trabalhadora* ou classe produtora. Essa ideia estava intrinsecamente ligada à proposta de internacionalismo. Em outras palavras, foi dessa maneira que os libertários/as desse período enfrentaram os problemas ligados à questão racial: através da identidade universal da classe trabalhadora e da proposta socialista de internacionalismo. Os trabalhadores/as, os operários/as deveriam, portanto, se identificar com a classe operária e enquanto a classe produtora, pois ela é universal, transnacional, sem distinção de cor, sexo e raça – a identidade de classe.

Existe ainda um terceiro ponto que deve ser levado em consideração: com o projeto de embranquecimento populacional e cultural do Brasil, através principalmente da política de

imigração europeia, é interessante pensarmos que, principalmente na região centro-sul do Brasil da Primeira República (ou seja, entre os estados que hoje compõem as regiões do sul e sudeste), o contingente de trabalhadores/as brancas foi enorme entre a segunda metade do século 19 e a primeira do século 20. Em outras palavras, essa quantidade de trabalhadores/as de origem europeia incidiu, em termos étnico-raciais, tanto militância operária, quanto no público-alvo do movimento operário e de seus jornais. Nesse sentido, devemos compreender que as próprias estruturas sociais foram um ponto importante para definir, até mesmo, a existência e influência de concepções eurocêtricas, positivistas e evolucionistas entre a militância operária, sindicalista revolucionária, socialista e anarquista.

Sem falarmos que, pensando de maneira geral e estrutural, a população negra se encontrava marginalizada por consequência do próprio sistema capitalista brasileiro – mesmo após a abolição, de 1888, e a Proclamação da República, de 1889, a população negra (e também indígena) não foi reparada pelos danos da escravidão e do colonialismo no Brasil. Isso ocorreu de tal forma que os movimentos “políticos” de mobilização da causa negra e de pessoas negras foram sendo formados a partir da primeira década do século 20 através de grupos e associações em alguns estados brasileiros. Após a abolição da escravidão oficial/estatal, o movimento negro se encontrava em sua primeira fase, em formação, assim como o movimento operário (Domingues, 2007). Isso, evidentemente, não justifica o tratamento secundário ao “preconceito de cor” dado pelo jornal *A Voz do Trabalhador*, porém nos ajuda a entender o contexto e a complexidade da realidade social da Primeira República.

Essa complexidade tem tanto relação com o que Petrônio Domingues (2007) nos informa – em relação ao surgimento do movimento negro que começa a ser pensado nas décadas finais da Primeira República –, quanto com uma questão importante a ser pensada: se os próprios negros/as se identificavam ou se reconheciam enquanto pessoas negras e que tal identidade possuía o lado político de que era necessário travar uma luta contra a discriminação racial e em defesa da igualdade social. Não temos muito o que afirmar aqui sobre uma questão tão complexa, mas esta pesquisa nos fez refletir sobre a luta política da identidade racial de se ver como uma pessoa negra ao tratarmos sobre o caso do primeiro deputado federal negro do Brasil, Monteiro Lopes, que era conhecido por alguns operários/as como “o líder dos operários negros” – e, conseqüentemente, do operário negro que o atacou n’*A Voz do Trabalhador*.

Sobre a questão de se identificar como pessoa negra, temos o caso de Lima Barreto que já denunciava o racismo brasileiro da Primeira República, assim como o de Eustáquio Pereira Marinho que na década de 1920, após voltar do Rio de Janeiro para Salvador na Bahia,

fundou o jornal *A Voz do Trabalhador* na cidade soteropolitana e através dele publicou textos que denunciavam a condição dos trabalhadores negros/as de Salvador e que reivindicavam questões ligadas à identidade racial da pessoa trabalhadora negra. Ao mesmo tempo, não sabemos se tal percepção de identidade racial foi semelhante nos casos de Cândido Costa e Domingos Passos. Por isso fica essa questão para ser investigada em pesquisas futuras.

Vale dizer que entendemos que o caso da identidade racial e da luta contra a estruturação ideológica racalista que norteia relações sociais (racismo) não dependem apenas de que “negros/as se identifiquem como negros/as” para que, só assim, lutem contra isso. Sim, é necessário identidade e consciência racial para se lutar contra o racismo. Por outro lado, é preciso pensarmos também da seguinte maneira: se um trabalhador/a não tem identidade e consciência de sua condição econômica, isso não retira o fato de que ele ou ela é da classe trabalhadora, da classe produtora. A categoria de classe, por exemplo, identifica a condição, o papel, a relação social a qual o trabalhador/a pertence, tendo ele ou ela consciência disso ou não, se identificando com a classe trabalhadora ou não. Não é necessário se identificar e ter consciência de classe para que exista a classe e, talvez, a luta de classe. Da mesma maneira, as pessoas não brancas não precisam exatamente se identificar ou ter consciência racial para que a racialização e as “raças” existam, assim como a luta contra a discriminação racial.

Quando os grupos da classe dominante criam a racialização, as hierarquias de raça superior e inferior; quando o racismo é utilizado para ordenar relações sociais racistas impostas pelos grupos dominantes, as “raças” passam a existir e isso passa a interferir na realidade social independentemente da identidade e consciência racial das vítimas de tal opressão e dominação sistemática. Sabemos que, inclusive, faz parte de um projeto de dominação sistemática que as pessoas e grupos sob domínio estejam “alienadas” de sua condição e situação na realidade, ou seja, é importante que elas não tenham identidade e consciência do que são no ordenamento, no funcionamento da sociedade.

Mas sobre o caso de operários/as e militantes que se identificavam ou não enquanto pessoa negra na Primeira República, o que podemos dizer no momento é que é possível que alguns deles/as não se identificassem dessa forma, mas alguns/mas já se identificavam como pessoas negras e tinham consciência de que era necessário lutar contra a discriminação racial, mesmo que no momento ainda não houvesse movimento negro. Os exemplos trazidos nesta pesquisa foram os de Lima Barreto e Eustáquio Marinho, assim como o caso que envolve Monteiro Lopes, o primeiro deputado federal negro do Brasil, que foi chamado por alguns operários/as de “líder dos operários negros”.

De toda maneira, devido ao projeto brasileiro de dominação sob o lema da “ordem e progresso”, ao processo “civilizatório” eurocentrado e à política de imigração europeia no Brasil, encontramos uma classe operária urbana que se formou através de conflitos de nacionalidade e com um contingente de pessoas brancas que, mesmo com a proposta revolucionária, possivelmente tinham nos trabalhadores brancos o seu público-alvo principal. E isso não é de se estranhar: durante os capítulos de contextualização, apresentamos alguns dados sobre o contingente populacional nas metrópoles do centro-sul após a explosão imigratória da Europa para cá: enquanto o Rio de Janeiro (distrito federal) manteve a maior parte da população negra e mestiça (mesmo que agora estivessem presentes uma quantidade significativa de imigrantes), em São Paulo a maior parte do contingente populacional foi superado, no início do século 20, pelo número de pessoas brancas habitando tal cidade.

Também é importante dizermos que a visão de mundo eurocêntrica, mesmo entre as/os mais radicais e revolucionários como os/as anarquistas, se fez presente entre alguns/mas militantes de origem europeia. Mas precisamos fazer uma observação: se interpretou que um movimento operário da Europa – do “velho continente” onde se tinha passado pela revolução industrial e por movimentos de trabalhadores/as nos moldes de um sistema capitalista mais estruturado historicamente do que a realidade existente no Brasil – era um movimento operário mais experiente ou “superior” ao brasileiro – o que, por outro lado, não justifica a noção de uma possível “superioridade” civilizatória da Europa e dos Estados Unidos, por exemplo, em relação a países como o Brasil, argumentação que encontramos em alguns textos que analisamos no jornal *A Voz do Trabalhador*. Sendo assim, em alguns artigos d’*A Voz* é possível identificar uma compreensão de que os povos brancos, os trabalhadores da Europa e o movimento operário estrangeiro era o grande referencial a ser seguido, quase uma vanguarda revolucionária, um tipo de guia “mais avançado” para a luta econômica de classes e para a transformação social socialista.

De toda forma, algumas outras questões encontradas nas publicações d’*A Voz do Trabalhador* nos parecem importantes para os nossos dias atuais. Um dos exemplos disso é sobre a discussão dos limites da representatividade e até onde uma pessoa que representa um grupo social (em termos étnico-raciais, de gênero, de sexo, de sexualidade, de povo, enfim, de identidades variadas) pode chegar e fazer algo para o seu próprio grupo. Em outras palavras, a representatividade identitária possui limites e contradições que foram apresentadas n’*A Voz do Trabalhador* através do caso de Monteiro Lopes que foi eleito como deputado federal e que sofreu duras críticas do jornal da COB. É um assunto pertinente para o nosso tempo, mas que foi debatido por sindicalistas revolucionários anarquistas há mais de um século: por um lado,

compreender um padrão branco ou um negro como iguais na exploração da classe trabalhadora e, por outro, questionar o que estamos chamando de limites da representatividade, já que um deputado federal negro pode simplesmente se apropriar e se aproveitar de uma pauta identitária para alcançar benefícios pessoais, por exemplo. Tal crítica anarquista nos faz perceber que a representatividade identitária, por si mesma, não garante avanços, transformações, conquistas ou direitos sociais; mas, por outro lado, pode tornar uma pessoa antes explorada em um novo explorador/a.

Outra coisa nos chamou atenção e deve ser considerada. O artigo intitulado “O SINDICALISMO NA AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA”, publicada em 5 de julho de 1914, nos indica uma preocupação sobre a questão étnico-racial, de forma que tal publicação do jornal *A Voz do Trabalhador* foi uma tradução do texto original publicado no Boletim Internacional do Movimento Sindicalista, ligado ao IWW, organização sindicalista revolucionária e com grande presença de anarquistas. Isso significa que os libertários/as no Brasil se preocupavam com o movimento sindical internacional, mas também nos faz questionar o seguinte: será que tais anarquistas no Brasil “dependiam” ou “esperavam” análises do movimento sindicalista revolucionário europeu e estadunidense para elaborar e aprofundar suas próprias discussões? Queremos dizer, será que a preocupação d’*A Voz do Trabalhador* com a questão étnico-racial dependeu, de alguma forma, das considerações estrangeiras – e, caso elas não tivessem ocorrido, a COB e o seu jornal também não teriam tocado nesse assunto? Ou seja, a própria realidade brasileira não era o suficiente para que os sindicalistas revolucionários, os/as anarquistas ou os/as responsáveis pela redação e publicação d’*A Voz* analisassem e escrevessem artigos sobre o racismo e os problemas de cunho racial que as pessoas não brancas enfrentavam no Brasil?

Bem. São perguntas que apenas outras pesquisas podem dar conta de responder, assim como questionamentos como o seguinte: será que, com o passar do tempo, os sindicalistas revolucionários e os/as anarquistas tenham modificado sua visão acerca das questões raciais ou, até mesmo, tenham percebido a existência do racismo enquanto uma estrutura social a ser combatida?

Esse tipo de questionamento acima nos parece coerente e necessário de ser feito tendo em vista que hoje sabemos que o racismo é uma estrutura das sociedades capitalistas e modernas, ou seja, o racismo é tanto ideológico quanto relacional e ele esteve presente na formação histórica da sociedade brasileira (e internacional) e está presente ainda hoje nas relações sociais concretas e cotidianas da nossa sociedade. Tudo o que discutimos nesta pesquisa nos leva a refletir: como *A Voz do Trabalhador*, em sua particularidade analisada,

apresentou situações que podem ser consideradas racistas e outras antirracistas (ou contraracistas)? Como um antirracismo reproduz elementos que podem ser interpretados como racistas?

Dessa maneira, encerramos nossas considerações finais com mais um questionamento, este que parte de uma reflexão que julgamos ser necessária em relação ao próprio racismo: ele possui um princípio ou uma base fundamental que se encontra na ideia ou defesa de que existem superioridade e inferioridade cognitiva, religiosa, cultural, corporal, intelectual, civilizacional e/ou existencial de acordo com a “raça” a qual uma pessoa, grupo ou povo seja socialmente classificado (isso porque não existem raças humanas em termos biológicos e, portanto, elas são histórica e socialmente criadas, produzidas ou concebidas). Mas, para além desse fundamento, se entendemos que o racismo é uma estrutura social, ou seja, (1) um conjunto sistemático de concepções que compõem uma ideologia e que, consequentemente, norteiam ações humanas e (2) um conjunto de relações sociais estabelecidas, concretizadas ou realizadas em sociedade, então é possível dizer que o racismo possui níveis? De outra maneira, se o racismo é composto por mais de uma concepção e é materializado sob mais de uma forma de relação social, então o racismo é um “todo” composto por uma sistematização de elementos, aspectos ou “partes”? Se sim, então existem níveis de racismo? Ou seja, alguém ou algo é mais ou menos racista de acordo com a maior ou menor reunião e sistematização de concepções racistas e com a maior ou menor prática, concretização ou estabelecimento de relações sociais racistas em sociedade?

Consideramos que sim: existem níveis de racismo. Além disso, existem as contradições humanas. É por isso que entendemos que *A Voz do Trabalhador* foi um jornal operário antirracista que reproduziu visões ou interpretações racistas em certos momentos. Nesse sentido, este trabalho nos permite dizer que *A Voz do Trabalhador* foi antirracista porque defendeu o combate às distinções de raça; propôs a identidade de classe e o internacionalismo como uma “solução” para os problemas sociais a partir da união entre todo e qualquer trabalhador e trabalhadora do mundo; e realizou denúncias contra a discriminação racial – ponto polêmico, já que foram apenas três denúncias de discriminação racial publicadas, mas que existiram mesmo que de forma incipiente, questionável e improcedente.

Contudo, por mais que tenha defendido o combate às “discriminações raciais” (e defendido outras questões que podem ser entendidas enquanto antirracistas), *A Voz do Trabalhador* reproduziu algumas visões, ideias ou interpretações racistas – em alguns momentos, apresentou questões e argumentos que negligenciaram, minimizaram ou, até mesmo, silenciaram a existência de discriminação racial no Brasil. Ou seja, entendemos que *A*

Voz do Trabalhador foi um periódico sindicalista revolucionário antirracista num momento de embranquecimento da população brasileira e de efervescência de teorias como o darwinismo social, a eugenia, a antropologia criminal, o racialismo, etc. Mas também compreendemos que, mesmo que defendesse a luta antirracista contra “a discriminação de raça e de nacionalidade”, *A Voz* possuiu elementos eurocêtricos e reproduções do racialismo da época, apesar que de diferente tom daquilo que os grupos dominantes defendiam.

É nesse sentido que o caso de Cândido Costa aparece como um problema ainda a ser resolvido: por que a discriminação racial apareceu no jornal capitalista *Careta*, como nos traz Pedro Cazes (2020), e não apareceu n’*A Voz do Trabalhador*? Teria sido uma omissão deste periódico da COB ou uma “notícia falsa” criada pelo *Careta*? São questões complicadas e difíceis de serem respondidas. O que podemos afirmar através desta pesquisa é que *A Voz* algumas vezes possuiu elementos eurocêtricos, minimizou casos de discriminação racial, chegou a negar que “o preconceito de cor” existisse no Brasil naquela época, etc.

E isso significa, portanto, que não podemos descartar a possibilidade de o *Careta* ter criado uma “notícia falsa” de discriminação racial contra Cândido Costa no intuito de acirrar conflitos sociais e políticos da época, mas também que não podemos descartar a possibilidade de que *A Voz do Trabalhador* tenha omitido tal caso de racismo por algum motivo – seja por reproduzir ideias eurocêtricas em alguns momentos, por secundarizar a luta contra a discriminação racial em detrimento da luta *econômica* de classes ou por simplesmente não terem percebido ou ouvido tal discriminação no local do acontecido. O fato é que esta nossa pesquisa não nos permite confirmar nada dessa magnitude, mas nos dá indícios de que possa ter existido algum tipo de silenciamento do caso de discriminação racial contra Cândido Costa tendo em vista tudo aquilo que analisamos e discutimos até aqui. O que nos resta agora é buscarmos novas análises e hipóteses em pesquisas futuras...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE

A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, nº 1-71, 1908-1915.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Marco Antonio. O príncipe de todos os santos: lima barreto e o anarquismo. **Verve** (Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária), n. 42, 2022. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/61823> >. Acesso em: 30 de out. de 2024.

AVELINO, Nildo. Le criminel fin-de-siècle: psiquiatrização da anarquia no século XIX. **Revista Aurora**, 2010, n. 7. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3909>. Acesso em: 23 de out. de 2024.

BARBOSA, Rui. **Obras Seletas**. Vol. 8, Casa de Rui Barbosa, 1957. Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: < <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html> >. Acesso em: 23 de out. de 2024.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATISTA, Dimas José. História e Imprensa: notas teóricas, metodológicas e práticas. *In*: Simpósio Nacional de História, 28., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: ANPUH, p. 1-9, 2015. Disponível em: < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434400396_ARQUIVO_ANPUH-XXVISIMPOSIOARTIGO01-2015-versaofinal.pdf >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e. Feiura como indício de delinquência: uma análise de Ravachol segundo Cesare Lombroso. **Revista Temporalidades**, Belo Horizonte, Vol. 9, n. 3,

2017, p. 211-227. Disponível em: <

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5922>>. Acesso em: 23 de out. de 2024.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e. “Anarquista, um profissional do crime”: uma aproximação entre as concepções lombrosianas sobre o anarquismo e os discursos do deputado Adolpho Gordo sobre as leis de expulsão de estrangeiros (1907/1913). **Revista História e Cultura**, Franca, Vol. 5, n. 3, dez. 2016, p. 25-47. Disponível em: <

<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1872>>. Acesso em: 23 de out. de 2024.

BEZERRA, Jane Mary Cunha. **Lima Barreto: anarquismo, antipatriotismo, forma literária**. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza-CE, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3464> >. Acesso em: 01 de julho de 2023.

BOTELHO, Denilson. Sobre os meios e modos de fazer jornalismo na Primeira República: Lima Barreto entre a história e a ficção. **Antíteses**, Vol. 6, n. 11, 2013, p. 32-52. Disponível em: < <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/15590> >. Acesso em: 06 de nov. de 2024.

BRITO, Edson Machado de. Clevelândia do Norte (Oiapoque): Tensões sociais e desterro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. **Revista Escritas** (Curso de História UFT), Araguaína, Tocantins, Vol. 2, p. 1-16, 2010. Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1285> >. Acesso em: 29 de out. de 2024.

CARREGA, Arthur Daltin. As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração. **Revista Patrimônio e Memória** (UNESP), Assis-SP, Vol. 15, n. 2, 2019, p. 154-171. Disponível em: < <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1065> >. Acesso em: 17 de abr. de 2024.

CARVALHO, Luiza Helena de. **João de Mattos: as aventuras de um padeiro na luta pela liberdade e pela dignidade da profissão (1876-1912)**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, 2009. Disponível em: < <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/13074> >. Acesso em: 25 de nov. de 2024.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong. O Partido Socialista do Brasil: Sujeitos, projetos e ação político-eleitoral (1925-1926). **Revista Varia História**, Belo Horizonte, Vol. 38, n. 77, p. 517-557, 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/vh/a/CPpvHpvGc6Pr5xq8x6W4vBz/> >. Acesso em: 11 de dez. de 2024.

CASTILHO, Mariana Moreno. **O olhar da elite cultural sobre um Outro: Imagens do indígena na Primeira República**. 2006. 125 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2006. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88412> >. Acesso em: 01 de maio de 2024.

CAZES, Pedro Faria. **Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira República**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, 336 f., 2020. Disponível em: < <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/17186> >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In:_____. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Volume 1. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 91-106.

CERTEAU, Michel de. Introdução Geral. In:_____. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Volume 1. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 35-53.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COLE, Peter; STRUTHERS, David; ZIMMER, Kenyon. **Wobblies of the World: A Global History of the IWW**. London: Pluto Press, 2017. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/5teH3> >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. Sindicalismo Revolucionário e Anarco-sindicalismo: um estudo dos Congressos Operários no Rio Grande do Sul (1898 – 1928). **Estudios Históricos** (Uruguay), n. 17, 2016, p. 1-17. Disponível em: < <https://estudioshistoricos.org/otros/n17.html> >. Acesso em: 24 de out. de 2024.

CORRÊA, Felipe. Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis. **Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)**, Brasil, 2012, p. 1-44. Disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2012/09/10/felipe-correa-anarquismo-e-sindicalismo-revolucionario/> >. Acesso em: 15 de abr. de 2024.

CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo**. Editora Prismas: Curitiba, PR, 2015.

CORRÊA, Felipe. O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da associação internacional dos trabalhadores à emergência na América Latina. **Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)**, 2018, p. 1-51. Disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2018/09/11/felipe-correa-o-anarquismo-e-o-sindicalismo-de-intencao-revolucionaria-da-associacao-internacional-dos-trabalhadores-a-emergencia-na-america-latina/> >. Acesso em: 24 de out. de 2024.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**. Vol. 14, n. 27, p. 9-26, 1994. Disponível em: < <https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh> >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. Escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato: os trabalhadores livres e a luta pela abolição no Rio de Janeiro nos fins do século XIX. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (org.). **Faces do trabalho: escravizados e livres**. Niterói-RJ: EdUFF, 2010, p. 89-118.

COUTINHO, Eduardo Granja. Imprensa e hegemonia na Primeira República: o contraponto de José Oiticica. **Fundação Biblioteca Nacional** (Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, Ministério da Cultura), 2006. Disponível em: < <https://antigo.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/imprensa-hegemonia-primeira-republica> >. Acesso em: 06 de nov. de 2024.

DANTAS, Carolina Vianna. **Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República**. Fundação Biblioteca Nacional – Ministério da Cultura (Programa Nacional de Apoio à Pesquisa), 2008. Disponível em: < <https://antigo.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/manoel-motta-monteiro-lopes-um-deputado-negro-i> >. Acesso em: 11 de dez. de 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, Vol. 12, n.23, p. 100-122, 2007. Disponível em: < <https://www.historia.uff.br/tempo/sumarios2.php> >. Acesso em: 20. de dez. de 2024.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 29-95.

ERVIN, Lorenzo Kom'boa. **Anarquismo e Revolução Negra e Outros Textos do Anarquismo Negro**. Singuilar, 2015. Disponível em: < https://coletivoanarquistalutadeclasse.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/11/anarquismo_negro_mioilo.pdf >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA (FAU). **Huerta Grande – A Importância da Teoria**. Faísca Publicações Libertárias, 2009. Disponível em: < <https://cabanarquista.com.br/wp-content/uploads/2024/03/federacao-anarquista-uruguaia-fau-huerta-grande-a-importancia-da-teoria.pdf> >. Acesso em 03 de out. de 2024.

FERRER y GUARDIA, Francisco. **A Escola Moderna**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, jan.-mar. 2013, p. 99-120. Encontrado em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/DxkkQBGN63fYyHyGdyPW9R/> >. Acesso em: 20. de dez. de 2024.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, pp. 1-61.

BERNARDINO-COSTA, Joaze, GROSGOUEL, Ramón e MALDONADO-TORRES, Nelson (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. (Coleção Cultura Negra e Identidades). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 62-88.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. Negro e vermelho: a trajetória militante de Eustáquio Marinho. **Instituto de Estudos Libertários**, 2020. Disponível em: < <https://ielibertarios.wordpress.com/2020/12/14/negro-e-vermelho-a-trajetoria-militante-de-eustaquio-marinho-por-luciano-guimaraes-para-download/> >. Acesso em: 24 de out. de 2024.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. Anarquia na Bahia (1920-1922) – militância, repressão e circulação geográfica na trajetória de Eustáquio Marinho. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, Alagoas, ano 11, n. 21, p. 93-126, 2020. Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10237> >. Acesso em: 24 de out. de 2024.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. Negros e vermelhos: classe, raça e anarquismo no pós-abolição da Bahia (1920-1922). **Revista Espaço Acadêmico** (DCS, UEM), Maringá, Paraná, Vol. 22, n. 234, p. 73-84, maio/jun. de 2022. Disponível em: < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/61387> >. Acesso em: 24 de out. de 2024.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. Quem foi Eustáquio Marinho? Repressão, circulação geográfica e trânsito ideológico na trajetória de um militante operário (quase) anônimo (1918-1922). In: 16º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Salvador, Bahia. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: < https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=22 >. Acesso em: 24 de out. de 2024.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A Classe Operária no Brasil: Documentos** (1889-1930). Vol. I – O Movimento Operário. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A Classe Operária no Brasil: Documentos** (1889-1930). Vol. II – Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

HISTÓRIA do anarquismo. Sem deuses, Sem mestres (1840-1906). A paixão por destruição. Tancrède Ramonet. França, 2016. 1 vídeo (52 min). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=tCT0scxl8Zc> >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. Oscilações demográficas nas cidades brasileiras – uma leitura a partir dos censos oficiais. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 16 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p. 6926-6944, 2005. Encontrado em: < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10.html> >. Acesso em: 20. de dez. de 2024.

JÚNIOR, Caio Prado. A República Burguesa. *In*: _____. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 154-216.

KNEVITZ, Maurício Moroso. A Voz do Trabalhador e a articulação do movimento operário brasileiro (1908-1915). *In*: VI Encontro de Pesquisas Históricas da PUCRS (EPHIS), 2020, Porto Alegre. **Anais do VI Encontro de Pesquisas Históricas da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. Disponível em: <

<https://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2019/comp-lista-docs.html> >.

Acesso em: 07 de nov. de 2024.

KNEVITZ, Maurício Moroso. O movimento operário entre a reforma e a revolução: debates no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906). **Revista Ars Historica** (revista eletrônica discente do PPGHIS-UFRJ), Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 19, p. 86-106, 2020. Disponível em: <

<https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46752> >. Acesso em: 04 de abr. de 2024.

KNEVITZ, Maurício Moroso. Um grito de guerra contra a guerra: antimilitarismo anarquista diante das tensões diplomáticas entre Argentina e Brasil (1908). *In*: Simpósio Nacional de História, 31., 2021, Rio de Janeiro – RJ. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021. Disponível em: < <https://www.snh2021.anpuh.org/site/anais> >.

Acesso em: 07 de nov. de 2024.

LONER, Beatriz Ana. O IV congresso operário gaúcho e o acaso do movimento anarquista no Rio Grande do Sul. **Patrimônio e Memória**, revista eletrônica do CEDAP (Departamento de História/Cedap/UNESP), Assis, São Paulo, Vol. 7, n. 2, p. 176-203, 2011. Disponível em: <

<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/192> >. Acesso em: 29 de out. de 2024.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores?. **Revista História & Perspectivas**, Vol. 1, n. 39, 2009. Disponível em: <

<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19190> >. Acesso em: 07 de nov.

de 2024.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro (1880-1920). **Revista de História** (USP), São Paulo, n. 175, 2016, p. 415-448. Disponível

em: < <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/109940> >. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. “**A questão ítalo-abissínia**”: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. 2008. 263 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2008. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17233> >. Acesso em: 12 de dez. de 2024.

MARQUES, Diego Souza. “**Nossos irmãos fetichistas**”: o discurso sobre a identidade indígena nas políticas oficiais do rio grande do sul na primeira república (1910 – 1930). 2010. 63 f. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de História: Licenciatura, 2010. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28756> >. Acesso em: 30 de abr. de 2024.

MARQUES, João Carlos. **A Voz do Trabalhador**: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915). 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/19ab6de6-0baa-40b7-bf68-67bf1e454c75/content> >. Acesso em: 13 de nov. de 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. A formação da classe operária inglesa: história e intervenção. **Revista Trabalho Necessário**, Vol. 12, n.18, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8591> >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis-SC, Vol. 1, n. 1, 2009, p. 51–64. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n1p51> >. Acesso em: 18 de abr. de 2024.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo**: 1889-1930. 2010. 252 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11449/93255> >. Acesso em: 23 de abr. de 2024.

MIZRAJI, Pablo. O Anarquismo no Brasil em 1917: greve geral. **Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)**, 2017, p. 1-22. Disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2017/06/27/pablo-mizraji-o-anarquismo-no-brasil-em-1917/> >. Acesso em: 22 de out. de 2024.

MORAES, Wallace dos Santos de. **Crítica à Estadolatria**: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. *Revista Teoliterária*, v. 10, n. 21, 2020, p. 54-78. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/49502/33244> >. Acesso em: 01 de jul. de 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. 3 ed. Editora Perspectivas: São Paulo, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Vol. 36, n. 72, 2016, p. 151-172. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nMTbYgS8vydg8pvSWtern6J/?lang=pt> >. Acesso em: 16 de dez. de 2024.

OLIVEIRA, Rodrigo S. de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiae** (FURG), vol. 2, n.3, p. 125–142, 2011. Encontrado em: < <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2614> >. Acesso em: 20. de dez. de 2024.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 267 f., 2009.

OTTONI, Ana Vasconcelos. “Cidade saqueada”: imprensa carioca, gatunagem e populares pobres no Rio de Janeiro (1900-1920). *In*: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: < <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/30-snh25> >. Acesso em: 04 de nov. de 2024.

QUELUZ, Gilson Leandro. Apropriação e produção de teorias evolucionistas nos periódicos brasileiros (1900-1930). **Revista Crítica Histórica**, Ano XI, n. 21, p. 209-231, 2020.

Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10233> >.

Acesso em: 11 de dez. de 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005, p. 107-130.

QUINTAS, Amaro. Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin fusco. **Revista de História**, Vol. 16, n. 34, p. 287-304, 1958. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/106730> >. Acesso em: 19 set. 2023.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAMOS, Renato & SAMIS, Alexandre. **Domingos Passos: O “Bakunin Brasileiro”**. Faísca Publicações Libertárias, 2009. Disponível em: < https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/07/domingos_passos.pdf >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

RODRIGUES, Danilo Freire. **Sentidos de anarquia, sindicalismo revolucionário e resistência libertária: anarquismo no Brasil da Primeira República (1889-1930)**. 2023. 130 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em História – UFCG, Campina Grande-PB, 2023.

RODRIGUES, Edgar. **O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

RODRIGUES, Marcos Aurelio Santana. **Presença Anarquista no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro**. 2003. 153 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, 2003. Disponível em: < https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/Presenca_anarquista_no_AMORJ_2003.pdf >. Acesso em: 11 de dez. de 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. Fatores atuantes na evolução do sistema educacional brasileiro. *In*: _____. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, pp. 33-46.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Entremares; Intermezzo, 2019.

SAMIS, Alexandre. Estrangeiros Indesejáveis. **Que República é essa?**, 28 de junho de 2019. Disponível em: < <http://querepublica.acea.an.gov.br/temas/164-estrangeiros-indesejaveis.html> >. Acesso em: 22 de out. de 2024.

SAMIS, Alexandre. Os matizes do sentido – anarquismo, anarquia e a formação do vocabulário político no século XIX. **Revista Verve**, São Paulo, n. 2, p. 40-64, 2002. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4611> >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

SAMIS, Alexandre. Sindicalismo e Anarquismo no Brasil. **Instituto de Teoria e História Anarquista** (ITHA), p. 1-40, 2013. Artigo disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/14/alexandre-samis-sindicalismo-e-anarquismo-no-brasil-1903-1934/> >. Acesso em: 24 de out. de 2024.

SANTOS, Gabriel Pereira Mewes dos; RODRIGUES, Heitor dos Santos; SCOPEL, Israel Gonçalves; IACOMINI, Luca Lima; KRÜGER, Nicolas Hecke. Entre a “esquerda revoltosa” e o “herói integralista”: narrativas sobre João Cândido Felisberto, o *almirante negro*. **Cadernos de Clio**, Curitiba, Vol. 10, n. 1, 2019, p. 52-73. Disponível em: < <https://doi.org/10.5380/clio.v10i1.68349> >. Acesso em: 16 de dez. de 2024.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. A Insurreição anarquista de 1918. **Revista Crítica Histórica**, 2020, p. 127-162. Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10223> >. Acesso em: 22 de out. de 2024.

SANTOS, Kauan dos. Ação e militância anarquista nas manifestações operárias de 1917. **Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)**, Brasil, 2013, p. 1-21. Disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2013/03/26/kauan-dos-santos-acao-e-militancia-anarquista-1917/> >. Acesso em: 02 de maio de 2024.

SANTOS, Laura Lebosso Alemparte Abrantes dos. **O jornal como instrumento de politização, de propaganda política e de organização: a imprensa operária na primeira fase da industrialização brasileira**. 2008. 68 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências

Humanas, Escola de Comunicação. Curso Comunicação Social – Jornalismo, 2008.

Disponível em: < <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/9998> >. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

SCHMIDT, Afonso. **Colônia Cecília: Uma Aventura Anarquista na América (1889 a 1893)**. São Paulo: Editora Anchieta, 1942.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Horácio Ricardo & TARCUS, Horácio. **Moscoso, Manuel**. Dicionário Biográfico da Esquerda Latino-Americana, 2021. Disponível em: < <https://dicionario.cedinci.org/moscoso-manuel/> >. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

SILVA, Thiago Lemos. O Dia a Dia do Movimento Operário Impresso em Crônica: o sindicalismo revolucionário português a partir da trajetória de Neno Vasco. **Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)**, 2014, p. 1-33. Disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2014/12/11/thiago-lemos-silva-o-dia-a-dia-do-movimento-operario-impresso-em-cronica/> >. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. Memória, história e poder: a implantação dos meios de comunicação no Brasil. **Logos** (UERJ), vol. 4, n. 2, p. 1-6, 1997. Encontrado em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/14589> >. Acesso em: 20. de dez. de 2024.

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966, pp. 1-9; 287-448.

SOUSA, Cláudio Barbosa de. **Marinheiros em luta: a revolta da chibata e suas representações**. 2012. 114 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12890> >. Acesso em: 11 de dez. de 2024.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico. **Cadernos de Pesquisa**. Texto para discussão nº 639 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 1999, p. 1-24. Encontrado em: < <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2644> >. Acesso em: 20. de dez. de 2024.

STRONGREN, Fernando Figueiredo. **Imprimindo a anarquia: o jornalismo anarquista no Brasil nas primeiras décadas do século XX**. 2017. 192 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <

<https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/23319>>. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

STRONGREN, Fernando Figueiredo; MACHADO, Liliane Maria Macedo. Informar para mobilizar: o caso do jornal anarquista A Plebe. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 1, 2018, p. 27-49. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/>>. Acesso em: 22 de out. de 2024.

TAVERNA, Aline Rosenente; TAVERNA, Maira Rosenente; MELLO, Eloisa Helena. Processo histórico do analfabetismo no Brasil (1500-1945). **Brazilian Journal of Development**, vol. 8, n. 9, 2022, p. 62250-62265. Encontrado em: < <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52006>>. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

THOMPSON, E.P. VII Intervalo: A Lógica Histórica. In: _____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981, pp. 47-62; 55-73; 257-268.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, n. 61, 2017, p. 497-518. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000200011>>. Acesso em: 22 de out. de 2024.

TOLEDO, Edilene. “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. **Perseu: História, Memória e Política** (Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo). Ano 7, n. 10, 2013. Disponível em: < <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/71>>. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Revista Direito e Práxis** (UERJ), Rio de Janeiro, Vol. 11, n. 4, 2020, p. 2330-2358. Disponível em: < <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/45137 >. Acesso em: 17 de abr. de 2024.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História** (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC-SP), Vol. 4, 2012, p. 89-102. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410> >. Acesso em: 16 de out. de 2024.